GAIOSO, PIRES

*rev. 1930; const. 1934; dep. fed. PI 1935-1937.

Francisco Pires de Gaioso e Almendra nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 1º de novembro de 1901, filho de João Henrique de Sousa Gaioso e Almendra e de Josefina Pires de Castro Gaioso e Almendra, ambos de tradicionais famílias piauienses. Seu pai, conhecido como João Gaioso, grande proprietário de terras, foi deputado federal pelo Piauí em quatro legislaturas. Seu irmão, Jacó Manuel Gaioso e Almendra, militar, governou o Piauí de 1955 a 1959 e foi deputado federal de 1963 a 1967.

Iniciou os estudos em Teresina, transferiu-se depois para o internato do Colégio Pedro II, no Rio, e concluiu o curso secundário no Colégio Aldridge, de Niterói. Ingressou em seguida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1924.

De volta ao Piauí, foi nomeado em 1925 oficial de gabinete do governador Matias Olímpio de Melo. Professor de clínica no Ginásio Municipal de Teresina e de medicina legal na Faculdade de Direito do Piauí, em 1928 deixou o cargo no governo para assumir a direção do Hospício de Alienados de Teresina, em cuja organização havia trabalhado. Foi um dos fundadores e secretário-geral do Centro Médico do Piauí em 1929.

Também em 1929 participou da campanha da Aliança Liberal, integrando caravanas que percorreram o interior do estado. Em 1930 tornou-se chefe da clínica do Hospital da Misericórdia de Teresina, e em outubro participou ativamente do movimento revolucionário no Piauí, obtendo a patente de tenente-médico. Por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, apoiou o governo federal.

Com a convocação de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933 e a reorganização partidária daí decorrente, foi um dos fundadores do Partido Nacional Socialista do Piauí. Nessa legenda foi eleito deputado, assumindo o mandato em novembro do mesmo ano. Representou a bancada piauiense na Comissão Constitucional, também conhecida como Comissão dos 26, nomeada no início dos trabalhos da Constituinte com a incumbência de estudar o anteprojeto governamental e as emendas a ele encaminhadas. Relatou os capítulos “Ministros”, “Poder Legislativo” e “Conselho Federal” do projeto de Constituição e coordenou a elaboração de normas sobre a representação profissional no Legislativo. Em março de 1934 a comissão encerrou seus trabalhos, apresentando o

substitutivo de anteprojeto constitucional.

Pires Gaioso participou ainda de debates e reuniões até a aprovação da nova Carta Constitucional (16/7/1934), após o que, como os demais constituintes, teve seu mandato prorrogado até a diplomação dos deputados federais que seriam eleitos em outubro. Candidato ao pleito, conseguiu se eleger deputado federal pelo Piauí, ainda na legenda do Partido Nacional Socialista. Empossado em maio de 1935, exerceu o mandato até o advento do Estado Novo (10/11/1937), quando todos os órgãos legislativos do país foram suprimidos.

Retornou à política nas eleições de outubro de 1950. Candidatou-se então a deputado federal em na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e obteve a terceira suplência. Novamente candidato no pleito de outubro de 1958, dessa vez na legenda da Coligação Democrática Piauiense, formada pelo PSD, o Partido Republicano (PR), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Progressista (PSP), ficou com a quarta suplência. Não chegou a assumir o mandato nas duas legislaturas.

Como empresário, foi diretor do Banco Agrícola do Piauí e participou da firma Irmãos Gaioso e Almendra.

Faleceu no dia 18 de agosto de 1968.

Deixou publicados: *Considerações sobre o vaginismo* (tese), *Febre de Pfeiffer, Infanticídio, Aborto em presença do Código Penal, Reconhecimento e cronologia da morte, Evolução da medicina legal* e *Evolução étnica brasileira.*

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min.Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados;* CÂM. DEP. *Relação dos dep.; Câm. dep. seus componentes;* CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional;* GODINHO, V. *Constituintes;* PEIXOTO, A. *Getúlio;* RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário.*

GALRÃO, MANUEL LEÔNCIO

*religioso; dep. fed. BA 1918-1923 e 1935-1937.

Manuel Leôncio Galrão nasceu em Jaguaribe (BA) no dia 14 de fevereiro de 1864, filho de Leôncio Egídio Galrão e de Eudóxia Freire de Carvalho Galrão.

Estudou no Seminário da Bahia e ordenou-se padre em Recife em março de 1887. No mesmo ano foi nomeado professor de filosofia e direito natural no Seminário da Bahia. Em outubro de 1888 fez concurso para a freguesia de São Vicente Ferrer, em Areia, atual Ubaíra (BA). Classificado em primeiro lugar, foi nomeado vigário colado pelo governo imperial em julho do ano seguinte. Foi também cônego honorário da Igreja Metropolitana da Bahia.

Ingressou na política em 1890, filiando-se à corrente liderada pelo governador de seu estado, José Gonçalves da Silva. Em 1893 foi eleito pela oposição local membro do Conselho Municipal de Areia, que passou a presidir pouco tempo depois. Foi prefeito de Areia de 1894 a 1902, e nesse período fundou o jornal local *A Tribuna*, que dirigiria por 17 anos. Eleito senador estadual em 1906, foi presidente do Senado baiano em 1910. Vice-governador do estado em 1911, no governo de João Ferreira de Araújo Pinho (1908-1911), pediu *habeas-corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF) por se sentir ameaçado de morte na acirrada luta política que culminou com a renúncia do governador em dezembro do mesmo ano. Tendo perdido, em consequência, o cargo de presidente do Senado baiano, exerceu-o, no entanto, até o ano seguinte.

Em 1918 elegeu-se deputado federal pela Bahia. Novamente candidato, reelegeu-se em 1921. Participou, em 1921-1922, da campanha da Reação Republicana, movimento que promoveu a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Mais uma vez eleito deputado federal em 1924, não teve sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara em virtude de sua participação na campanha da Reação Republicana. Impedido de permanecer no Congresso Nacional, foi novamente eleito senador estadual em 1925. Após a Revolução de 1930, foi chamado a Salvador para sindicâncias do Tribunal Revolucionário.

Elegeu-se deputado federal no pleito de outubro de 1934 para a legislatura ordinária que se

iniciou em maio do ano seguinte e exerceu o mandato até novembro de 1937, quando os órgãos legislativos do país foram suprimidos pelo golpe do Estado Novo.
Além do órgão que fundou e dirigiu em Areia, *A Tribuna*, colaborou em vários jornais de Salvador e do interior da Bahia.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Ilustração Brasileira* (1922).

GALVÃO, ARISTIDES

*dep. fed. BA 1894-1899.

Aristides Galvão de Queiroz nasceu em Salvador em 23 de maio de 1847, filho de Alexandre José Queiroz e de Ana Maria da Cunha Galvão. Seu pai foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

Formou-se em engenharia civil e colou grau de doutor em matemática e ciências naturais pela antiga Escola Central em 1868. Foi membro do Instituto Politécnico Brasileiro e do Instituto Baiano de Agricultura. Exerceu a função de médico e professor na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi chefe da primeira Diretoria de Obras Públicas da Secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Foi também encarregado de várias comissões de engenharia, tornando-se muitas vezes engenheiro chefe, como no caso da estrada de ferro Alto Muriaé, em São Paulo, em 1870.

Deputado à Assembleia Constituinte da Bahia, presidiu a Assembleia Estadual que se seguiu de 1891 a 1893. Em 1894 foi eleito deputado federal para o período legislativo de 1894 a 1896, garantindo sua reeleição para o seguinte, de 1897 a 1899. No biênio 1898-1899 foi intendente do município de Valença (BA).

Faleceu em Valença no dia 26 de agosto de 1925

Escreveu vários livros sobre física, matemática e estradas de ferro, destacando-se *Bases para a organização de uma escola normal de agricultura na província da Bahia, apresentadas à diretoria do Imperial Instituto Baiano de Agricultura* (1880) e *Síntese universal e a teoria física*, matemática da razão (memória oferecida ao Instituto Politécnico Brasileiro 1880). Na década de 1890, vários ensaios relativos a municípios, e a diversos aspectos do governo republicano, foram publicados no *Diário da Bahia*.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ASSEMB. LEGISL. BA. *Anais da Câmara dos senhores* (p. 98-98); BLAKE. A. *Dicionário*; CÂM. DEP. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: 20/2/2009; *Revista doInstituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1964);* SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 61); Wikipédia. Disponível em: <http:// pt.wikepedia.org/wiki/Companhia_Ytuana_de" wikepedia.org/wiki/Companhia_Ytuana_de _Estadas_de _Ferro>. Acesso em: 10/2/2009.

GALVÃO, Eneias

* magistrado; min. STF 1912-1916.

Eneias Galvão nasceu em São José do Norte (RS) no dia 20 de março de 1863, filho de Rufino Eneias Gustavo Galvão e de Maria Faustina Passos Galvão. Seu pai fez carreira militar no Império e teve sob seu comando tropas na Guerra do Paraguai, na campanha de Paissandu. Responsável pela demarcação das fronteiras brasileiras no alto Paraná e comandante do Arsenal de Guerra da Corte, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). Por serviços prestados à monarquia, recebeu do imperador o título de visconde de Maracaju.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Iniciou sua carreira na magistratura na província do Rio de Janeiro ao ser nomeado promotor público da comarca de Barra Mansa, em outubro de 1886, e juiz substituto da comarca de Vassouras, em abril de 1889. Sobrevinda a República, foi removido para capital federal, no cargo de juiz substituto. Com a reorganização da Justiça do Distrito Federal pelo novo regime em 1890, foi nomeado juiz-pretor da 6ª Pretoria, espécie de juizado cuja jurisdição se fazia em reduzido território e destinava-se ao julgamento de causas de pequena complexidade e valor. Magistrado eficiente, em 1898 foi promovido a juiz do Tribunal Civil e Criminal, corte destinada, entre outras funções, a examinar os recursos das sentenças daquelas pretorias. De 1900 a 1901 foi chefe de polícia do Distrito Federal, em circunstância particularmente conturbada dado o aumento da criminalidade na capital. Em 1906 foi promovido a desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, órgão máximo da Justiça local.

Em agosto de 1912, foi nomeado pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), preenchendo a vaga aberta em decorrência da aposentadoria de Epitácio Pessoa, que dava início à sua carreira política com a eleição para o Senado em 1911, carreira essa que seria coroada com a vitória no pleito presidencial de 1919.

Foi casado com Lísia do Vale Galvão.

Faleceu no exercício de suas funções no STF no dia 24 de novembro de 1916, na cidade de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Publicou a coletânea de poesias intitulada *Miragens* (1885), obra bem recebida nos círculos parnasianos da época, e a série de estudos *Dualidade da Justiça no Distrito Federal* (1907).

Eduardo Junqueira

Fontes: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal;* MELLO FILHO, J. *Notas*; STEGAGNO-PICCHIO, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:< http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

GALVÃO, José Bernardo de Arroxelas

*dep. fed. AL 1897-1908.

José Bernardo de Arroxelas Galvão nasceu em Maceió no dia 18 de abril de 1859, filho de José Bernardo de Arroxelas Galvão e de Rosa Tavares de Arroxelas Galvão.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife e especializou-se em direito criminal. Foi lente de francês do Liceu de Maceió e juiz municipal em Itabaianinha (SE) e em Porto Calvo (AL).

Ingressou na política elegendo-se deputado federal por Alagoas para a legislatura 1897-1899. Reeleito para as três legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1908, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de julho de 1909.

Publicou: *Delitos culposos, apreciações sobre crimes de danos; Individualidade é o principio diretor na esfera do pensamento; Razões jurídicas das nulidades dos testamentos; Embargos e alegações finais apresentados por Dowell Williams & Comp. na ação de remissão de penhor que move o comerciante Félix Bandeira* (1892)**.**

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

GALVÃO, Miguel Arcanjo

* min. TCU 1894-1896.

Miguel Arcanjo Galvão nasceu em Goianinha (RN) no dia 17 de fevereiro de 1821, filho de José Lopes Galvão e de Josefa Maria de Jesus Galvão.

Em 1841, tornou-se funcionário do Ministério da Fazenda. Nesse mesmo ano, assumiu o cargo de contador da Tesouraria de Sergipe, em Aracaju. Em 1849, passou a ser escrivão da alfândega no Rio Grande do Sul. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), organizou e dirigiu a Repartição Fiscal e Pagadoria da Marinha, tendo sido responsável pelo pagamento e fiscalização das despesas, suprimento de fundos e remessa de material para os navios da esquadra, hospitais e outros estabelecimentos da armada em operação. Por sua atuação na Guerra do Paraguai, recebeu a Medalha da Campanha do Paraguai, com passador de ouro.

Em 5 de maio de 1894, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU até dezembro de 1896, quando se aposentou por motivo de doença. Ao longo de sua vida, também foi secretário e deputado da Junta de Comércio e chefe de seção da Tesouraria-Geral do Rio Grande do Sul; primeiro oficial do Tesouro Nacional; chefe de seção, contador e inspetor da Caixa de Amortização no Rio de

Janeiro. Foi ainda membro do antigo Instituto Literário da Bahia, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Sociedade Auxiliadora das Artes e da Propagadora das Belas Artes; e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de julho de 1903.

Publicou *Dízima da chancelaria: reflexões sobre a história e legislação desta renda e sua arrecadação, até 1855/1856, e legislação que regula a sua aplicação e percepção* (1858); *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil, no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889* (1894); e A moeda no Brasil, na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: BLAKE, A. *Diccionario*; DORATIOTO, F. *Maldita*; SOUSA, J. *Índice;* TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal;* VELHO SOBRINHO, J. *Diccionario*.

GALVÃO, NEI

*militar; rev. 1922; pres. Bco Bras. 1961-1963; min. Faz. 1963-1964.

Nei Neves Galvão nasceu em Rio Pardo (RS) no dia 22 de março de 1902, filho do major Mário Galvão e de Afonsina Neves Galvão, descendente da tradicional família de militares Andrade Neves. Foram seus parentes José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, que se destacou na Guerra do Paraguai, e o general Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe do Estado-Maior do governo provisório (1930-1931), chefe do Estado-Maior do Exército (1932-1934) e ministro do Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (1934-1941).

Depois de concluir os estudos secundários no Colégio Militar de Porto Alegre, transferiu-se para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cujo curso não chegou a concluir. Participante da Revolta de 5 de julho de 1922, que Além da Escola Militar envolveu também o forte de Copacabana e efetivos da Vila Militar, iniciando o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920, foi desligado do Exército junto com quase todos os seus colegas que haviam aderido ao levante.

De volta a seu estado natal, iniciou em 1923 sua longa carreira como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Anistiado depois da Revolução de 1930, foi classificado como primeiro-tenente da reserva, prosseguindo normalmente sua carreira funcional. Em 1934 ingressou no quadro de inspetores de filiais e em 1941 foi nomeado gerente da importante agência do município de Bajé (RS). Nesse mesmo ano, pouco antes de o Brasil declarar guerra às potências do Eixo, foi convocado para o serviço ativo do Exército, incorporando-se ao 12º Regimento de Cavalaria, sediado em Bajé, sem prejuízo do exercício de suas funções civis.

Nomeado em 1944 inspetor-geral do banco em que trabalhava, atingiu nove anos depois o posto mais elevado na carreira funcional do estabelecimento, tornando-se seu superintendente. Eleito para a diretoria do banco em 1955 e reeleito em 1960, exerceu durante o ano de 1959 a presidência do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul.

Amigo íntimo do recém-empossado presidente João Goulart, em 12 de setembro de 1961 foi nomeado presidente do Banco do Brasil. Nesse cargo, participou ativamente da aplicação da política econômica definida pelo governo federal, orientando no primeiro

momento as atividades do Banco do Brasil para o financiamento das exportações de bens de capital e de consumo durável, e para o atendimento da crescente demanda creditícia oriunda da Instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Em 1962, a queda do ritmo de crescimento da economia foi acompanhada pela intensificação do surto inflacionário e pelo aumento dos déficits orçamentários e nas relações com o exterior, o que forçou a adoção pelo Banco do Brasil de medidas voltadas para a contenção do crédito no nível fixado pelo Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro do Planejamento.

Em 1963, o agravamento da crise econômica e política levou o governo federal a abandonar, na prática, as metas definidas no Plano Trienal, modificando mais uma vez a composição do ministério. No dia 21 de julho, Francisco de San Tiago Dantas foi substituído por Carlos Alberto de Carvalho Pinto na pasta da Fazenda, numa tentativa de conquistar para o governo a confiança dos setores conservadores. No mesmo dia, Nei Galvão foi substituído na presidência do Banco do Brasil por Nilo Medina Coeli.

O plano de combate à inflação formulado por Carvalho Pinto encontrou fortes resistências por parte dos banqueiros, ao mesmo tempo em que o governo dos Estados Unidos — contrariado com o adiamento da compra da American and Foreign Power Company (Amforp) pelo Brasil e a iminente regulamentação da Lei de Remessa de Lucros — dificultava o reescalonamento da dívida externa brasileira e se negava a conceder os créditos necessários para a superação do déficit do balanço de pagamentos. Em 19 de dezembro de 1963, Carvalho Pinto renunciou. Para seu lugar, ao invés de atender aos setores que reivindicavam a indicação do deputado Leonel Brizola, Goulart nomeou Nei Galvão, que tomou posse no dia seguinte à renúncia do seu antecessor e apresentou imediatamente um programa para sua gestão. Entre os objetivos definidos como prioritários estavam o incremento das exportações, o aproveitamento da capacidade ociosa de setores da indústria de base, o reaparelhamento do sistema tributário, a reavaliação da colaboração federal no equilíbrio orçamentário dos estados, o fortalecimento do mercado de títulos e o financiamento à agricultura de subsistência. Uma de suas primeiras medidas à frente do ministério foi a revogação da Instrução nº 255 da Sumoc, baixada por Carvalho Pinto, que havia desagradado sobremaneira aos banqueiros.

Para enfrentar a inflação crescente, o governo tentou, sem êxito, estabelecer o tabelamento

de preços dos produtos de primeira necessidade, tornando-se cada vez mais clara sua incapacidade de fazer frente a esse problema. Por outro lado, o déficit do balanço de pagamentos forçou, em fevereiro de 1964, a adoção de uma reforma no sistema cambial, concedendo ao Banco do Brasil monopólio sobre as divisas obtidas pelas exportações de café e açúcar e estendendo assim o confisco cambial a esse segundo produto. Ao mesmo tempo, foi mantido o subsídio às importações de trigo, petróleo e equipamentos para a indústria petrolífera brasileira.

Apesar da elevação dos preços do café no mercado mundial e do anúncio da concessão de empréstimos ao Brasil por parte do governo alemão e de grupos japoneses, a crise nas relações com o exterior — especialmente manifesta na deterioração do balanço de pagamentos — continuou a se aprofundar. Com o objetivo de renegociar o pagamento da dívida externa, o governo reabriu as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), suspensas desde a gestão de Carvalho Pinto. Entretanto, a posição do governo norte-americano dificultava as tentativas brasileiras. Pouco confiantes no governo de Goulart, os Estados Unidos aceitavam fazer apenas pequenas concessões, sem satisfazer as pretensões do Brasil, que buscava um financiamento de grande escala. Nesse momento, as divergências principais entre os dois governos diziam respeito ao decreto assinado por Goulart em dezembro de 1963 determinando uma profunda revisão na política de concessões às empresas de mineração, e à regulamentação, em 20 de janeiro de 1964, da Lei de Remessa de Lucros.

No contexto da crise econômica, a situação política se deteriorava progressivamente. Diante da crescente mobilização social a favor das chamadas reformas de base defendidas pelo governo, a oposição endureceu suas posições e, afirmando a proximidade do caos e o aumento da influência dos comunistas no país, ampliou sua base de apoio junto às classes médias, empresários e militares. Esse processo resultou no movimento político-militar que em 31 de março de 1964 derrubou João Goulart do poder. No novo governo que se instalou, a pasta da Fazenda foi ocupada por Otávio Gouveia de Bulhões, e Nei Galvão retirou-se da vida pública.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 6 de setembro de 1990.

Foi casado com Judite Moreira Galvão em primeiras núpcias, com quem teve dois filhos, tendo contraído novo matrimônio em 1979.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: BANCO DO BRASIL. *Relatório* (1961, 1962, 1963); BANDEIRA, L. *Governo; Encic. Mirador;* FONTENLA, V. *História; Grande encic. Delta; Jornal do Brasil* (20/7/1979, 8/9/1990); MIN. FAZ. *Ministros; Ministros da Justiça*; MONTEIRO, F. *Banco;* MONTEIRO, F. *Discurso; Movimento de 5;* MUSEU DO BANCO DO BRASIL; SKIDMORE, T. *Brasil;* VÍTOR, M. *Cinco*.

GALVÃO, Oliveira

* militar; const. 1891; sen. RN 1891-1896.

José Pedro de Oliveira Galvão nasceu no sítio Poção, em Goianinha (RN), no dia 10 de agosto de 1840, filho de José Pedro da Luz e de Maria Josefina da Luz.

Sentou praça em 1862 e participou da Guerra do Paraguai (1864-1870). Aluno da Escola Central do Rio de Janeiro nas armas de infantaria e de cavalaria, em 1871 saiu alferes. Foi promovido a tenente em 1876 e a capitão em 1879. Abolicionista e republicano, participou no Rio de Janeiro, então capital do Império, do grupo de oficiais que manifestou solidariedade a Benjamin Constant às vésperas da queda da monarquia. Amigo do marechal Deodoro da Fonseca e comandante de um dos principais regimentos da então capital do Brasil, foi um dos responsáveis diretos pelo sucesso dos acontecimentos que culminaram na proclamação da República (15/11/1889). Em 1890 foi promovido por merecimento a major e a tenente-coronel.

Ainda em 1890, seu nome foi lembrado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, principal liderança republicana no Rio Grande do Norte, para integrar a chapa do Partido Republicano nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte. O interesse de Pedro Velho se explicava por seu prestígio militar, pelo fato de ser próximo a José Bernardo de Medeiros, o líder da região do Seridó, e também pelo fato de sua irmã ser casada com João Avelino Pereira de Vasconcelos, primo do próprio Pedro Velho. Assim, em 15 de setembro foi eleito senador constituinte na legenda do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Empossado em 15 de novembro, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e no dia seguinte, na eleição para presidente realizada pelo Congresso Constituinte, votou em Deodoro da Fonseca. Apoiou depois a designação de Francisco Amintas da Costa Barros para governador do Rio Grande do Norte por Deodoro e a subsequente eleição de Miguel Joaquim de Almeida Castro para governador pela Assembleia Constituinte estadual. Exercendo o mandato ordinário no Senado desde junho de 1891, participou da Comissão de Marinha e Guerra.

A renúncia do marechal Deodoro à presidência e sua substituição pelo vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891 teve direta repercussão nas situações políticas estaduais. No Rio Grande do Norte, Miguel Castro foi deposto por Pedro Velho e

José Bernardo no dia 28 de novembro. Já no governo de Pedro Velho (1892-1896), quando este lutava para eleger seu irmão Augusto Severo deputado federal, Oliveira Galvão foi um dos signatários do manifesto que reuniu toda a oposição em torno do nome de Tobias Monteiro. No plano federal, fiel à memória de Deodoro, passou a integrar a oposição ao governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Foi procurado por José Bernardo, então o principal líder da oposição no Rio Grande do Norte, interessado em articular a derrubada de Pedro Velho, mas, como Floriano Peixoto mandou prendê-lo durante a Revolta da Armada (1893-1894), a ruptura com José Bernardo tornou-se inevitável.

Foi efetivado como coronel em 1895 e reformado como general de brigada em 1896.

Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1896.

Era casado com Elvira Souto Galvão, com quem teve dois filhos.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BUENO, A. *Visões*; CARVALHO, J. *Primeiras*; CASCUDO, L. *Antologia*; CASCUDO, L. *História da República*; CASCUDO, L. *História do Rio Grande do Norte*; CASCUDO, L. *Vida*; LIRA, A. *História*; SILVEIRA, U. *Galeria*.

GAMA, DOMÍCIO DA

*diplomata; emb. Bras. EUA 1910-1918; min. Rel. Ext. 1918-1919; emb. Bras. Inglaterra 1919-1924.

Domício da Gama nasceu em Maricá, na então província do Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1862. O nome civil era Domício Antônio Forneiro, mas o sobrenome Gama foi adotado em homenagem ao padrinho, sem descendentes e que lhe dera assistência.

Seu pai, Domingos Afonso Forneiro, era português de nascimento, mas se estabeleceu no Brasil e criou sete filhos brasileiros. Era figura severa, e enviou os filhos para estudar em Friburgo, no Colégio Interno de Visconde de São Valentim, e fazer os preparatórios na Corte, no Colégio do Padre Guedes. Encaminhou os filhos mais moços, Domício e Sebastião, para estudar engenharia no Rio de Janeiro. Domício cursou os primeiros anos da Escola Politécnica, mas começou a frequentar as rodas boêmias e a escrever para jornais, inicialmente o *Jornal do Comércio* e em seguida a *Gazeta de Notícias*. Em 1889 foi enviado pela *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, como correspondente à Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Revolução Francesa em Paris. Teve então um encontro decisivo de sua vida, pois conheceu o barão do Rio Branco e dele se tornou grande amigo e auxiliar.

Em 1891 foi nomeado auxiliar da Superintendência Geral do Serviço de Imigração no Brasil e na Europa, dirigida por Rio Branco e com sede em Paris. Dois anos depois seria secretário da missão especial chefiada por Rio Branco em Washington para a questão das Missões e, ao término desta, seria auxiliar, em 1895, do comissário Rio Branco, encarregado do Brasil na questão do limite com a França. Também fez parte da missão especial chefiada por Joaquim Nabuco para o arbitramento da questão da Guiana com a Grã-Bretanha e em 1901 foi nomeado secretário da delegação em Bruxelas. Nesse período publicou, em 1889, *Histórias curtas*, em 1901, *Contos a tinta*, e exerceu intensa colaboração na *Revista Brasileira*, na *Revista Moderna de Paris* e na *Ilustração Brasileira*. Tornou-se também amigo íntimo de Eça de Queiroz.

Ocupava a função de secretário da legação do Brasil em Bruxelas quando Rio Branco foi nomeado ministro das Relações Exteriores e o chamou para ser seu auxiliar. Nos quatro anos seguintes foi auxiliar direto do barão do Rio Branco. Em 1906 foi designado ministro no Peru, função delicada no momento em que ainda estavam sem solução os problemas de limites do Brasil com aquele país. Em 1907 foi nomeado ministro da delegação do Brasil em Buenos Aires, participando do episódio do telegrama número nove.

Com a morte de Joaquim Nabuco em 1910, primeiro embaixador do Brasil junto ao governo americano, foi nomeado para essa função, na qual permaneceria até 1918. Nesse período teve atuação destacada na defesa do café brasileiro contra as medidas protecionistas promovidas por autoridades norte-americanas. Com a posse do vice-presidente Delfim Moreira na presidência da República em novembro de 1918 no lugar do presidente eleito Rodrigues Alves – que, gravemente enfermo, viria a falecer em janeiro de 1919 –, foi chamado para a chefia do Ministério das Relações Exteriores. Nesse período ocorreu a escolha do representante brasileiro à Conferência de Versalhes. Rui Barbosa recusou a função, sendo nomeado Epitácio Pessoa.

Ao assumir a presidência da República em julho de 1919, Epitácio Pessoa não o reconduziu ao ministério. Foi então nomeado embaixador do Brasil em Londres, onde permaneceu até 1924. Nesse período, de 1920 a 1925, participou de várias reuniões como delegado às sessões do conselho da Liga das Nações. Em 1922 presidiu a sessão realizada em Genebra no mês de setembro e participou das negociações para a obtenção de um lugar permanente para o Brasil no conselho da Liga.

De volta ao Brasil, veio a falecer pouco depois, em 5 de novembro de 1925. A vida diplomática impediu que realizasse uma obra literária mais extensa, mas, além de dois livros, deixou numerosos artigos e uma importante obra de contista e de ensaísta.

Alberto Venâncio Filho

FONTES: BENEVIDES, M. *Depoimento*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; PEREIRA, L. *História*; VENANCIO FILHO, A. *Domício;* VIANA FILHO, L. *Vida*.

GARCEZ, Moreira

*dep. fed. PR 1928-1930.

João Cid Moreira Garcez nasceu em Curitiba no dia 17 de março de 1885, filho de Teófilo Moreira Garcez e de Filomena Viana Garcez.

Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica de São Paulo em 1910, um ano antes de diplomar-se iniciou sua vida profissional como engenheiro na Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. Em 1912 foi nomeado pelo então presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, diretor de Obras Públicas do estado, cargo que exerceria por sete anos. Foi também delegado em quatro congressos nacionais de estradas de rodagem realizados entre 1916 e 1917, e em 1918 tornou-se engenheiro chefe da Comissão Geográfica do Paraná. Em 1919 foi nomeado pelo presidente estadual Afonso Camargo (1916-1920) secretário de Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, e foi designado delegado junto à Comissão Demarcadora dos Limites entre Paraná e São Paulo.

Ainda em outubro de 1919 foi eleito prefeito de Curitiba e em 1920 tomou posse. Paralelamente à prefeitura, em 1921 presidiu a comitiva do Paraná ao II Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem e em 1922 participou do Congresso Internacional de Engenharia e Estradas de Ferro. Em 1923 tornou-se presidente da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande por cinco anos e foi reeleito prefeito de Curitiba. Na prefeitura, deu continuidade a uma política urbanística e modernizadora, responsável pela abertura de avenidas e pela pavimentação de ruas, além do remodelamento do serviço águas e esgotos. Sua gestão se encerrou em 1928.

Nesse mesmo ano, estando em curso a legislatura 1927-1929, foi eleito deputado federal pelo Paraná. Tomou posse em dezembro na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em março de 1930. Teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Ao longo de 1930 participou ainda do IV Congresso Pan-Americano de Arquitetura e do III Congresso Sul-Americano de Turismo.

Em 1934 tornou-se membro, por três anos, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) paranaense, e em 1935 passou a integrar o conselho de transportes do Diretório Regional de Geografia do Paraná, até o ano seguinte. Em 1938 assumiu

novamente a prefeitura de Curitiba. Terminado seu mandato em 1940, afastou-se em definitivo da política. Entre 1944 e 1951 foi novamente conselheiro do CREA paranaense. Em 1955 aposentou-se da Universidade do Paraná, instituição que ajudou a fundar e onde lecionou na Faculdade de Engenharia por quase quatro décadas, chegando a professor catedrático.

Foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Instituto de Engenharia do Paraná. Além disso, foi responsável pela construção do primeiro arranha-céu da capital paranaense. O prédio de oito andares sobre o térreo, inaugurado no centro da cidade em fins da década de 1920, leva seu nome.

Faleceu em Curitiba no dia 19 de março de 1957.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em: 3/6/2010; BIB. NAC. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=cardcatalog_pr&db=cardcatalog&use=pn&disp=list&sort=off&ss=NEW&arg=nicolas,|maria>; CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 129); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 27-28); PREF. MUN. CURITIBA. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/>. Acesso em: 3/6/2010.

GARCEZ, **Martinho**

*pres. SE 1896-1899; sen. SE 1900-1909.

Martinho César da Silveira Garcez nasceu no engenho Comendaroba, no município sergipano de Laranjeiras, no dia 30 de novembro de 1850, filho do desembargador Manuel de Freitas César Garcez e de Clara Júlia da Silveira Garcez.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, nos colégios Santo Antônio e Vitória, e obteve o bacharelado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1872. Na sua passagem pela capital pernambucana entrou em contato com as idéias evolucionistas e cientificistas divulgadas por Tobias Barreto, líder intelectual da "Escola do Recife". Foi colega de turma de Sílvio Romero, que o acompanhou no interesse pelo jornalismo e pela política, tendo ambos ingressado no Partido Liberal do Império. No último ano da faculdade, foi redator-chefe da revista acadêmica *O Movimento*.

Ao retornar recém-formado ao seu estado natal, foi nomeado promotor público da comarca de Laranjeiras em 1874, passando poucos meses depois a juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Campos e Lagarto. Foi eleito deputado provincial em Sergipe para a legislatura de 1874-1875. Em outubro de 1875, foi transferido para o termo de Juiz de Fora, na província de Minas Gerais, onde obteve grande destaque profissional. Em 1879, apesar do pedido de recondução ao cargo encaminhado ao governo imperial pela Câmara Municipal daquela cidade, afastou-se do serviço público e iniciou sua carreira de advogado em escritório próprio. Transferiu-se para a cidade de Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, em 1880, mantendo expressiva clientela entre os fazendeiros locais, os chamados "barões do café". Em 1888 fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, então Corte Imperial, dedicando-se à advocacia e ao jornalismo. Redator chefe (1889-1891) e depois proprietário do jornal *O Dia*, também dirigiu, com José do Patrocínio, o jornal *Cidade do Rio* (1891-1893). Fundou e dirigiu ainda o *Correio da Tarde* (1893-1895).

Em 1894 ligou-se ao grupo dos "pebas", surgido na eleição de Manuel Valadão para a presidência de Sergipe, que reunia militares florianistas e republicanos exaltados. Em 1896,

na sucessão de Valadão, foi eleito presidente de Sergipe e representou a continuidade desse grupo por mais um período administrativo. Empossado em 24 de outubro de 1896 – após a interinidade de Antônio Leonardo da Silveira Dantas e de Antônio de Siqueira Horta –, ao final de seu mandato fechou porém um acordo com o grupo adversário, dos "cabaús", que reunia antigos políticos do Partido Conservador do Império que haviam aderido ao novo regime. Desse modo viabilizou a eleição do monsenhor Olímpio Campos para presidente estadual e a sua própria eleição para o Senado. Em 14 de agosto de 1898 afastou-se do governo, sendo substituído interinamente por Apulcro Mota até a posse do sucessor, e em 1900 ocupou uma cadeira no Senado.

Durante a sua atividade parlamentar, pertenceu à comissão revisora do projeto do Código Civil. Em 1902, quando foi rompido o acordo entre "pebas" e "cabaús", passou a protagonizar, na tribuna do Senado, repetidos ataques contra a oligarquização da política sergipana e as arbitrariedades praticadas para viabilizar a continuidade da influência de Olímpio Campos sobre os negócios do estado. Fundou em 1906, com Sílvio Romero e Fausto Cardoso, o Partido Progressista (PP), nele reunindo os descontentes com o olimpismo. Em agosto desse ano os progressistas lideraram a revolta que depôs o então presidente de Sergipe, Guilherme de Campos, irmão mais velho do monsenhor Olímpio Campos e seu preposto político. A intervenção do presidente Rodrigues Alves recolocou Guilherme de Campos no poder, mas o episódio culminou na morte do deputado progressista Fausto Cardoso, alvejado na retomada do palácio governamental. Em novembro de 1906, os filhos de Fausto Cardoso vingaram a morte do pai assassinando o monsenhor Olímpio Campos na capital da República. Apesar de toda a contestação, os progressistas não evitaram mais um governo dentro dos quadros do olimpismo. Em 24 de outubro de 1908, Guilherme de Campos foi substituído por José Rodrigues da Costa Dória, perfazendo um período de 12 anos de domínio político da mesma corrente.

Depois de encerrado o mandato de senador em 1909, Martinho Garcez dedicou-se à profissão docente como lente catedrático de direito civil e diretor da Faculdade de Direito Teixeira de Freitas, no Rio de Janeiro.

Foi membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil e é patrono da cadeira nº 22 da Academia Sergipana de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1923.

Na sua extensa bibliografia encontram-se os títulos: *Política de Sergipe* (1898), *Pelo divórcio* (1901), *Nulidades dos atos jurídicos* (2 vols., 1910-1912), *Teoria geral do direito, segundo o projeto de Código Civil brasileiro* (1914), *Dos agravos na Justiça local do Distrito Federal e dos estados, na Justiça Federal e nos territórios do Acre: teoria e prática* (1914), *Do direito da família, segundo o projeto de Código Civil Brasileiro* (1914), *Consolidação das leis civis* (1915), *Do direito das coisas* (1915), *Da hipoteca e das ações hipotecárias* (1918), *Das execuções de sentença na Justiça Federal, na Justiça do Distrito Federal e na Justiça dos estados* (1923), *Manual do processo civil e comercial: teoria, prática e formulários das ações civis e comerciais* (1925), *Direito de família: exposição crítico-jurídica, sistemática e filosófica do Código Civil Brasileiro* (2 vols., 1932).

Sérgio Montalvão

FONTES: ACAD. SERGIPANA DE LET. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/asl/>; BARRETO, L. *Pequeno*; BITTENCOURT, L. *Sergipanos*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico.*

GARCIA, Antônio

* jornalista; const. 1891; dep. fed. RN 1891-1893.

Antônio de Amorim Garcia nasceu em Fortaleza no dia 2 de setembro de 1850, filho de José Gervásio de Amorim Garcia e de Rita Antunes de Amorim Garcia.

Logo após seu nascimento, a família transferiu-se para Recife. Após a morte de seu pai em 1858, seguiu com a mãe para Natal, onde passou a residir. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1873, nesse mesmo ano seguiu para a província do Rio de Janeiro, onde deveria assumir a promotoria da comarca de Araruama. No entanto, preferiu advogar no Rio de Janeiro, então capital do Império, na banca de Luís Antônio da Silva Nunes, que fora presidente da Paraíba entre 1860 e 1861, e Paulino José Soares de Sousa, filho de Paulino José Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, várias vezes ministro e último presidente do Senado no Império.

Foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Norte para a legislatura 1874-1875, pelo Partido Conservador, e voltou a Natal apenas para tomar posse. Retornando às suas atividades no Rio de Janeiro, acabou nomeado segundo delegado de Polícia na Corte em 1875, mas teve de pedir exoneração para ficar à frente da banca de Luís Antônio da Silva Nunes, uma vez que este havia sido nomeado para o governo da Bahia. No final de 1879 voltou a Natal, onde abriu sua própria banca de advocacia. Diretor geral da Instrução Pública do Rio Grande do Norte em 1885 e delegado especial dos Exames Preparatórios em 1886, tornou-se nos últimos anos do Império um dos principais chefes do Partido Conservador na província, integrando a facção conhecida como “grupo da Botica”, em referência ao lugar onde seus integrantes se reuniam. Paralelamente à carreira política, tornou-se também, em 1888, um dos redatores da *Gazeta de Natal*, função que exerceria até 1890.

Proclamada a República (15/11/1889), foi nomeado chefe de Polícia do Rio Grande do Norte em 1890 e, depois, diretor geral da Instrução Pública pelo governador Jerônimo Américo Raposo da Câmara (1889-1890). Ainda em 1890, foi um dos fundadores e redator-chefe do jornal *Rio Grande do Norte*, de oposição à corrente liderada por Pedro Velho, principal liderança republicana do estado. O jornal circularia em Natal até 1896.

Em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado pelo Rio Grande do Norte ao Congresso Nacional Constituinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, participou da elaboração

da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, na eleição para presidente da República realizada no dia seguinte, deu seu voto ao marechal Deodoro da Fonseca, divergindo da posição assumida por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, e José Bernardo de Medeiros, líder da região do Seridó. Em março de 1891, em oposição a essas lideranças e em sincronia com a política do ministro da Fazenda, Henrique Pereira da Lucena, o barão de Lucena, apoiou a nomeação de Francisco Amintas da Costa Barros para o governo do Rio Grande do Norte e a eleição em junho seguinte, pelo Congresso Constituinte, de Miguel Castro para governador. Exercendo desde junho de 1891 o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, foi escolhido um dos secretários da Mesa da Câmara. Em 1893, votou contra o estado de sítio. Em oposição tanto ao governo federal quanto ao estadual, não seria reeleito.

Ingressando no Partido Republicano Constitucional, candidatou-se novamente à Câmara em 1899, mas foi derrotado. Abandonando a política, em 1900 foi nomeado juiz federal substituto no estado do Ceará.

Escreveu diversos artigos que foram publicados no jornal carioca *A Luz* e vários editoriais para o *Correio de Natal*. Foi ainda correspondente do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

Faleceu em Fortaleza em 27 de maio de 1913.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CONS. JUST. FED. *Repertório;* NOBRE, F. *1001 cearenses*; SOARES, A. *Dicionário*; STUDART, G. *Dicionário*.

GARCIA, Carlos
***const. 1891; dep. fed. SP 1891-1894, 1906-1911 e 1915-1923.

Carlos Augusto Garcia Ferreira nasceu na cidade de São Paulo em 13 de agosto de 1861.

Formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 6 de novembro de 1882 e dedicou-se à advocacia em São Paulo.

Após a proclamação da República, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro de 1890, com mandato até dezembro de 1893, e foi reeleito para a legislatura 1894-1896, mas renunciou no final de 1894, sendo substituído por Francisco Xavier Pais Barreto. Concomitantemente foi eleito para a Câmara Municipal de São Paulo na legislatura 1892-1896, ocasião em que integrou a Comissão de Justiça e Polícia. Voltou à Câmara Municipal nas legislaturas 1896-1899, 1905-1908 e 1911-1913, quando integrou a Comissão de Finanças.

Em 1906 regressou ao Congresso Nacional, com mandato até 1908. Foi reeleito para a legislatura 1909-1911, não se reelegeu na eleição seguinte, mas voltou na legislatura 1915-1917, na vaga aberta pelo deputado Cardoso de Almeida. Reeleito mais duas vezes, deixou a Câmara ao final do último mandato, em dezembro de 1923.

Morreu em 20 de julho de 1925.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CÂM. MUN. SP. Disponível em: <http://camaramunicipalsp.qaplaweb.com.br/cgi-bin/wxis.bin/iah/>; *Folha da Noite* (19/2/1921); Jstor. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/3512860>; LEME, L. *Genealogia*.

GASPAR, Félix

*dep. fed. BA 1900-1905; min. Just. 1906.

Félix Gaspar de Barros e Almeida nasceu em Santo Antônio de Jesus (BA) no dia 15 de janeiro de 1865, filho de Félix Gaspar de Araújo e Almeida e de Maria Angelina de Barros. Seu irmão, Francisco Félix de Barros e Almeida, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi líder do Partido Conservador (PC) em Santo Antônio de Jesus e intendente do mesmo município.

Diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Exerceu a profissão, alcançando o posto de juiz de direito no interior da Bahia.

Elegeu-se para a Câmara dos Deputados na legislatura 1900-1902, garantindo a renovação de seu mandato na legislatura 1903-1905. Posteriormente, em 25 de maio de 1906, foi nomeado pelo presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) ministro da Justiça e Negócios Interiores, em substituição ao também baiano J. J. Seabra. Assumiu grande responsabilidade, pois sucedia a um dos mais destacados políticos baianos. Permaneceu no ministério até o fim do governo, em 15 de novembro de 1906.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de maio de 1907.

Foi casado com Cândida Augusta de Almeida Sampaio, sua prima, e não teve filhos. Seu sobrinho Gorgônio de Almeida Araújo, filho de sua irmã Maria Angelina de Barros e Almeida, foi prefeito de Santo Antônio de Jesus, nomeado pelo governador Juraci Magalhães (1937), deputado estadual (1947-1951), secretário de Administração e Finanças da Prefeitura de Salvador na administração de Osvaldo Veloso Gordilho (1951-1955) e secretário de Saúde e Assistência Social no governo de Antônio Balbino (1955-1959). Seu sobrinho neto, Gorgônio José de Araújo Neto, foi deputado estadual (1979-1983), deputado federal (1983-1987) e juiz do Trabalho.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (v.1, p. 328); ASSEMB. LEGISL. BA. *Memória* (p. 33, 111, 113-114; 116-117 e 120); BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); *Cartas de ontem*; *Diário de notícias* (11/5/1907). Dr. Félix Gaspar; *Diário do Congresso Nacional* (Seção de 11/5/1927, p. 61); MELLO, A. *Cartilha*; PRES. REP. Governos (p.40); SAMPAIO, L. *De Sam* (p. 280-281, 288-291); *Tarde* (16/8/1994. Em Santo Antônio de Jesus.

GAUDÊNCIO, JOSÉ

*magistrado; sen. PB 1930; const. 1946; dep. fed. PB 1946, 1947, 1948, 1949 e 1951-1953.

José Gaudêncio Correia de Queirós nasceu na fazenda Urucu, município de São João do Cariri (PB), no dia 13 de setembro de 1881, filho do coronel e chefe político Manuel Gaudêncio Correia de Queirós e de Maria José Correia de Queirós.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1903 e logo foi nomeado promotor em sua cidade natal, onde foi também juiz de direito por vários anos a partir de 1911. Diretor de *A União*, jornal oficial da Paraíba, pertenceu, desde o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado em 1910 pelo general José Gomes Pinheiro Machado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para apoiar a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Foi procurador-geral da Paraíba de 1926 a 1928, durante o governo de João Suassuna, e mais tarde advogado do Lóide Brasileiro.

Esteve em grande evidência nos acontecimentos políticos que marcaram o governo de João Pessoa (1928-1930). Como o presidente do estado procurou sanear a administração estadual eliminando o acúmulo de cargos, foi obrigado a escolher um entre os que ocupava. Integrando a facção do PRC liderada por Heráclito Cavalcanti, participou ativamente da Revolta de Princesa, atual Princesa Isabel (PB), que eclodiu em fevereiro de 1930 em oposição ao governo estadual. O objetivo dos sublevados era forçar o poder central a intervir na Paraíba, o que precipitaria a queda de João Pessoa. Em março, apesar do clima conturbado, realizaram-se eleições, e José Gaudêncio foi eleito senador, ao mesmo tempo em que Getúlio Vargas e João Pessoa, candidatos da Aliança Liberal à presidência e vice-presidência da República, foram derrotados pela chapa situacionista Júlio Prestes-Vital Soares. José Gaudêncio iniciou seu mandato em maio, mas os candidatos da Aliança Liberal eleitos na Paraíba foram, como se dizia na época, “degolados”, isto é, não tiveram sua eleição reconhecida. Em julho, João Pessoa foi assassinado em Recife. Diante da revolta popular provocada pelo crime, a família de José Gaudêncio refugiou-se na Capitania dos Portos, tendo sua casa invadida e móveis queimados. Com a morte de João Pessoa, o movimento de Princesa perdeu substância e seus líderes entraram em acordo com o governo federal para a pacificação do estado.

O quadro de insatisfação nacional evoluiu, no entanto, para o movimento que em 24 de outubro ano depôs o presidente Washington Luís. Após a Revolução de 1930, todos os órgãos legislativos do país foram suprimidos e, com isso, José Gaudêncio perdeu seu mandato de senador. Tendo tomado posição contrária aos revoltosos, com o advento do novo regime exilou-se em Portugal. Ao retornar ao Brasil, afastou-se da política militante e dedicou-se a suas atividades profissionais. Aprofundou seus estudos de direito e economia e, de 1935 a 1938, foi professor catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro.

Encerrado o período do Estado Novo, em dezembro de 1945 candidatou-se a deputado pela Paraíba à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da União Democrática Nacional (UDN) e obteve a primeira suplência. Ocupou uma cadeira de junho a agosto de 1946 e, já na legislatura ordinária que se seguiu à promulgação da Constituição (18/9/1946), assumiu novamente o mandato em novembro e dezembro do mesmo ano. Retornou à Câmara de agosto a dezembro de 1947, em janeiro de 1948 e de agosto a outubro de 1949. No pleito de outubro de 1950 foi eleito deputado federal por seu estado, ainda na legenda da UDN, assumindo o mandato em fevereiro de 1951.

Foi diretor de *O Jornal*, diário de grande circulação editado em João Pessoa, e colaborou em várias publicações.

Faleceu em 1º de agosto de 1953, quando ainda exercia o mandato na Câmara.

Era casado com Oda Brisabel de Queirós. Seu sobrinho Álvaro Gaudêncio Filho foi deputado federal pela Paraíba de 1971 a 1983 e seu sobrinho-neto Álvaro Gaudêncio Neto foi deputado federal pelo seu estado de 1995 a 1999.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares; Grande encic. Delta*; JOFFILY, J. *Revolta; Jornal do Comércio*, Rio (4/8/1953); LIRA, A. *Senado;* SILVA, G. *Constituinte;* SILVA, H. *1930;* SILVA, R. *Bacharéis;* TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1 e 2); VIDAL, A. *1930.*

GAZETA DE NOTÍCIAS

Jornal carioca diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República.

DA FUNDAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 1930

Inicialmente, a *Gazeta de Notícias* era dirigida por três diretores associados: além do fundador, chefiavam o jornal Henrique Chaves e Emanuel Carneiro. O objetivo do periódico no momento de sua fundação era lutar pela abolição da escravatura e pela instauração da República. Para levar a efeito esse propósito, Ferreira de Araújo reuniu uma equipe que incluía figuras de destaque na vida pública da época, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio. Este último manteria no jornal, entre 1877 e 1881, a coluna "Semana política", além de publicar vários poemas dedicados à princesa Isabel.

O primeiro editorial da *Gazeta de Notícias* era assinado por Lulu Senior, pseudônimo adotado por Ferreira de Araújo. Em 24 de abril de 1876, o jornal publicou uma matéria defendendo a construção de uma ponte entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, sob o argumento de que esta seria a única forma de promover a maior integração econômica entre as áreas produtoras de gêneros agrícolas e a capital do Império.

Em 1879, a *Gazeta de Notícias* foi o primeiro jornal brasileiro a instalar uma rotativa. Por volta de 1880, o jornal — segundo a moda da época — começou a publicar folhetins, sobretudo traduzidos de autores franceses. Foi através de seu suplemento literário domingueiro que a *Gazeta* publicou, em 1888, sempre sob a forma de folhetim, *O Ateneu*, de Raul Pompéia. Durante esses primeiros anos, o jornal tinha entre oito e 20 páginas, e possuía ainda um suplemento econômico semanal redigido em francês, intitulado *Le Brésil économique*.

Por volta de 1890, a *Gazeta de Notícias* transformou-se numa sociedade anônima, mantendo-se Ferreira de Araújo por algum tempo na direção. Pouco depois, entretanto, o fundador do jornal embarcou para a Europa, vendo nos adventos da abolição e da República a consolidação de suas principais aspirações.

Com o início da Primeira República, a *Gazeta de Notícias* passou a se identificar plenamente com a situação, funcionando nos primeiros tempos como órgão antimonarquista e depois como defensora das elites agrárias. Assim, já em 1891, defendendo o governo provisório de Deodoro da Fonseca, o jornal foi favorável a Rui Barbosa e à sua política do "encilhamento". Pouco depois, identificou-se com a política autoritária de Floriano Peixoto, opondo-se à Revolução Federalista, na qual entrevia interesses da monarquia deposta.

Em 1896, sob o título "Caricaturas instantâneas", a *Gazeta* começou a publicar *portraits-charges* de políticos, escritores e outras figuras de destaque, com desenhos de Julião Machado e textos de Lúcio Mendonça. Na Europa, Ferreira de Araújo estabeleceu contato com Ramalho Ortigão, obtendo deste, além de matérias para seu jornal no Brasil, uma aproximação com Eça de Queirós. Estando censuradas em Portugal suas *Cartas de Inglaterra*, Eça de Queirós autorizou sua publicação pelo diário carioca.

Por volta de 1900, a chefia da redação da *Gazeta* estava a cargo de Carlo Parlagreco, que dividia a reportagem com Afonso de Montaury. João Lopes Chaves escrevia os artigos de fundo. Nesse momento, iniciou-se o declínio do folhetim, gradualmente suplantado pela reportagem. O artigo político começava também a ceder lugar à entrevista. Ganhavam destaque temas antes considerados secundários, como as histórias policiais e as notícias esportivas.

Já no princípio do século, Cândido de Campos assumiu a direção do jornal, então de propriedade de Salvador Santos. Nessa fase, delineou-se com maior nitidez o caráter situacionista do periódico. Alguns de seus principais redatores, como Antônio Torres, Miguel Melo e Adoasto Godói, destacaram-se por traduzir com fidelidade o pensamento do dono do jornal. O governismo da *Gazeta de Notícias* não impediu entretanto que surgissem alguns conflitos com a administração federal — em 1904 o jornal combateu a vacinação obrigatória, e durante o governo Afonso Pena (1906-1909) mostrou-se contrário à ideia da obrigatoriedade do serviço militar, aventada pelo então ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca. Nessa época, a *Gazeta* ainda sofria a influência de Rui Barbosa, o qual orientava as matérias do jornal no sentido de que o serviço militar obrigatório fosse tachado de medida belicosa e "anuladora da personalidade individual".

Em 1910, porém, fiel à sua posição fundamentalmente governista, a *Gazeta de Notícias*

combateu a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República e sua Campanha Civilista, defendendo o candidato da situação, Hermes da Fonseca. O mesmo aconteceu em 1922, quando o jornal apoiou a candidatura situacionista de Artur Bernardes e combateu a Reação Republicana.

Em 1923, a direção do jornal passou a Vladimir Bernardes, que se manteria igualmente como proprietário até 1949. Bernardes fez com que a *Gazeta de Notícias* apoiasse Washington Luís durante todo o seu governo. Em 1929, quando se iniciou a campanha para a sucessão presidencial, o jornal apoiou o candidato oficial Júlio Prestes, combatendo violentamente a Aliança Liberal.

O caráter basicamente governista da *Gazeta de Notícias* refletiu-se durante todo esse período em sua estrutura econômica e no alto nível de sofisticação de sua aparelhagem técnica. Segundo depoimentos, a *Gazeta de Notícias* figurava na época entre os mais bem equipados jornais do mundo.

Ao longo do período que se estendeu da fase final do Império até a Revolução de 1930, trabalharam como redatores na *Gazeta de Notícias* Oliveira Rocha, João do Rio, Carlindo Lellis, Nogueira da Silva, Sebastião Sampaio, Figueiredo Pimentel e Vivaldo Coaracy. Entre os primeiros colaboradores, além de Ramalho Ortigão, destacaram-se Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Sizenando Nabuco, Coelho Neto, Júlia Lopes de Almeida, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Max Nordau, Guimarães Passos e Artur Azevedo. Agripino Grieco foi crítico do jornal, e Manuel José Gondim da Fonseca nele iniciou sua carreira jornalística.

VARGAS NO PODER

No momento em que eclodiu a Revolução de 1930, no dia 3 de outubro, a *Gazeta de Notícias* foi invadida, empastelada e incendiada por populares. Vladimir Bernardes tentou solucionar a crise provocada pelos grandes danos materiais sofridos pelo equipamento do jornal reconstruindo lentamente o prédio e a oficina da *Gazeta*. O jornal retornou à atividade em 1934.

A partir da reabertura, a *Gazeta de Notícias* passou a apoiar Getúlio Vargas, combatendo a Aliança Nacional Libertadora em 1935 e apoiando as medidas repressivas fixadas pela Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso em abril desse mesmo ano.

De 1935 até o golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, a *Gazeta de Notícias* esteve inclinada a aceitar uma proposta política autoritária, traduzida em termos internacionais nos movimentos nazifascistas. O jornal apoiava abertamente a Transocean, agência de notícias do governo nazista alemão. Segundo depoimento de Osmar Flores, esse apoio provavelmente teria urna contrapartida de ordem material. A *Gazeta de Notícias* tampouco escondia suas simpatias pelo movimento integralista no Brasil.

Com abertura da questão sucessória do governo Getúlio Vargas em 1937, o jornal não conseguiu optar claramente entre as candidaturas de Armando de Sales Oliveira e de José Américo de Almeida. Segundo Osmar Flores, a *Gazeta de Notícias* teria pendido mais para o lado dos que teciam o golpe de Estado. Uma prova disso seria a ênfase exagerada dada pelo jornal à descoberta do Plano Cohen.

A *Gazeta de Notícias* apoiou finalmente o golpe de 10 de novembro e, em princípio, o Estado Novo. Após o *putsch* integralista de 1938, o jornal rompeu com os integralistas e seu apoio ao Estado Novo passou a ser incondicional. A *Gazeta* apoiou também em 1938 a criação do Conselho Nacional do Petróleo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o jornal manifestou extrema simpatia pelos países do Eixo, defendendo a Alemanha e tecendo comentários elogiosos à figura de Mussolini, apresentado como o grande benfeitor do povo italiano. Em contrapartida, foram grandes as pressões que a *Gazeta* sofreu por parte de grupos ligados aos interesses norte-americanos. Essas pressões iniciaram-se com um boicote de publicidade, que mais tarde levaria Vladimir Bernardes a vender o jornal.

O compromisso com o Estado Novo revelou-se também no momento em que a *Gazeta de Notícias* apoiou a reforma da legislação trabalhista, iniciada por Vargas em maio de 1940 com a Lei do Salário Mínimo e corroborada em maio de 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O jornal mostrou-se igualmente favorável à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em abril de 1941.

DE 1945 A 1954

No final do Estado Novo, quando se iniciou a redemocratização do regime, a *Gazeta de Notícias* apoiou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra, indicado em março de 1945 pelo Partido Social Democrático (PSD) para concorrer à presidência da República.

Nesse mesmo ano, o jornal encampou as propostas de anistia ampla e irrestrita e apoiou a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assumindo uma posição nacionalista, a *Gazeta* mostrou-se finalmente favorável à Lei Antitruste, a chamada Lei Malaia, de autoria de Agamenon Magalhães. Visando a estabilizar o custo de vida através da proibição do monopólio, a lei criava uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais.

Entretanto, com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, a *Gazeta* não manifestou sua posição com clareza. Durante o governo de José Linhares, a atitude do jornal foi de expectativa em relação à posse do general Dutra, eleito presidente no mês de dezembro. Durante o período Dutra, a repressão aos comunistas e a cassação do registro do PCB, bem como a política econômica de caráter liberal que caracterizou a fase inicial desse governo, encontraram apoio irrestrito por parte da *Gazeta de Notícias*. A ligação pessoal de Vladimir Bernardes com o governo Dutra explica essa alteração na linha política do jornal, até então comprometido com os ideais do Estado Novo.

Entretanto, a superação da crise econômica desencadeada com o boicote de publicidade iniciado na época da guerra não se mostrava viável. Não podendo contornar as dificuldades, em 1949 Vladimir Bernardes acabou por vender o jornal para Amberê Santinho e Benjamim Rangel. A diretoria foi assumida inicialmente por Fioravanti di Piero e, por fim, em 1950, passou a José Bogea Nogueira da Cruz. Em torno de 1954, José Bogea se tornaria também sócio majoritário do jornal.

Com a saída de Vladimir Bernardes, que imprimira ao jornal uma orientação oscilante, *pari passu* às determinações do poder, a *Gazeta de Notícias* assumiu uma posição política mais claramente definida. Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), o jornal esteve inteiramente de acordo com as posições do presidente. Segundo depoimento de Osmar Flores, a partir dessa época o jornal não mais se vinculou a grupos, e sim a princípios.

A política econômica desenvolvimentista moderada de Getúlio, estimulando a criação de uma capacidade interna de produção através da limitação das fontes externas de abastecimento e da canalização das divisas disponíveis para a compra de produtos importados essenciais à industrialização, foi encampada pela *Gazeta de Notícias*, que dessa forma passou a apoiar o dirigismo estatal. Foi Horácio Lafer, então ministro da Fazenda, quem se destacou como o arquiteto da nova política brasileira de desenvolvimento,

anunciando em setembro de 1951 um plano quinquenal de estabilização econômica que previa novos investimentos nas indústrias de base e nos setores estrangulados de transportes e energia.

O Plano Lafer exigia também, consequentemente, uma contenção nos créditos, o que ia de encontro aos interesses do presidente do Banco do Brasil Ricardo Jafet, defensor de uma política oposta, de abertura de créditos. Iniciou-se então um debate entre Lafer e Jafet que resultou no pedido de demissão do primeiro. A questão colocou a *Gazeta de Notícias* solidária a Jafet, o que pode ser explicado em função da posição populista que se firmara no jornal. As medidas preconizadas pelo Plano Lafer teriam um caráter extremamente impopular, o que poderia desprestigiar o presidente frente às suas bases.

Ainda durante o ano de 1951, por ocasião das eleições para a presidência do Clube Militar, o jornal mostrou-se favorável à candidatura do general Newton Estillac Leal, antigo líder tenentista filiado à ala militar de orientação nacionalista, opondo-se por conseguinte ao general Osvaldo Cordeiro de Farias, um dos principais porta-vozes da facção anticomunista no seio do Exército.

Em janeiro de 1952, a *Gazeta de Notícias* aplaudiu o decreto de Getúlio Vargas que restringia a remessa de lucros para o exterior. Paralelamente, prosseguia o boicote publicitário movido contra o jornal por interesses norte-americanos. A grande penetração do periódico nas camadas populares era sua única garantia de sobrevivência.

A *Gazeta de Notícias* seguiu sustentando as medidas de Getúlio Vargas até o fim de seu governo. Manteve-se inteiramente favorável ao monopólio estatal do petróleo, apoiando de maneira irrestrita a criação da Petrobras em 1953. Manifestou-se ainda contrariamente à participação do Brasil na Guerra da Coreia e apoiou a *Última Hora* no momento em que a oposição movia campanha contra Samuel Wainer, fundador e proprietário desse jornal.

A *Gazeta de Notícias* permaneceu fiel a Getúlio Vargas mesmo durante a crise final de seu governo, manifestando-se contra a tentativa de *impeachment* do presidente movida pela "Banda de Música" da União Democrática Nacional (UDN). Opôs-se também ao *Manifesto dos coronéis* (1954) — documento que reivindicava o aumento dos vencimentos dos militares, mas na verdade constituía uma crítica ao regime visando essencialmente a atuação de João Goulart, então ministro do Trabalho —, e defendeu o aumento do salário mínimo em 100%.

Após o atentado da Tonelero, desferido em 5 de agosto de 1954 contra o jornalista Carlos Lacerda, resultando na morte do major-aviador Rubens Vaz, a *Gazeta de Notícias* não reconheceu a legitimidade da chamada "República do Galeão", chegando a denunciar as torturas ocorridas ao longo dos inquéritos que ali se estabeleceram. O jornal não chegou a acreditar no chamado "mar de lama", por considerá-lo uma manobra da oposição.

Após o suicídio de Vargas (24/8/1954), o jornal abandonou a situação tão logo o novo presidente, João Café Filho, deu sinais de que se desviava dos ideais do getulismo. A *Gazeta de Notícias* mostrou-se radicalmente contrária às vantagens concedidas ao capital estrangeiro através da Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), viabilizada a partir da ação do então ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, defensor de uma fórmula neoliberal para desenvolvimento do país. Essa fórmula pressupunha o respeito ao mecanismo dos preços como determinante principal da economia, e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro como ajuda indispensável a um país carente de capitais. O rompimento com a situação, conjugado à posição contrária aos interesses estrangeiros no Brasil, agravou a crise econômica com a qual se debatia a *Gazeta de Notícias* desde a década de 1940. Foi durante o governo de Café Filho, com a criação das chamadas "matérias legais", publicação de editais da vara cível do Foro do Rio de Janeiro, que o jornal conseguiu um fluxo de capital capaz de fazê-lo contornar a crise que ameaçava levá-lo à extinção.

OS GOVERNOS KUBITSCHEK E GOULART

Com a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República (30/10/1955), a UDN apresentou a tese de que este não poderia tomar posse, já que não havia sido eleito por maioria absoluta. A campanha desencadeada nesse sentido encontrou firme oposição por parte da *Gazeta de Notícias*. Logo em seguida, no mês de novembro, o jornal apoiou o movimento chefiado pelo general Henrique Duffles Teixeira Lott, que depôs o presidente Carlos Luz — substituto de Café Filho, afastado por motivo de saúde — , cuja presença no Catete estava ligada à tentativa de impedir a posse do candidato eleito.

Embora fiel defensora da posse de Juscelino, durante governo deste a *Gazeta de Notícias* mostrou-se reticente em relação à política econômica adotada. Por um lado, aplaudiu o crescimento econômico viabilizado pela expansão da produção industrial, mas, por outro,

mostrou-se contrária ao progressivo favorecimento do capital estrangeiro, sobretudo na área da indústria automobilística. O jornal deu todo apoio, contudo, à construção de Brasília.

Quando se começou a discutir a sucessão de Juscelino Kubitschek, a *Gazeta de Notícias* apoiou a candidatura do então marechal Lott, que concorreria à presidência da República com o candidato da UDN Jânio Quadros. Entretanto, com a vitória deste último, o jornal passou a se identificar gradualmente com as medidas de seu governo, chegando mesmo a considerar a controversa condecoração do então ministro da Indústria da República Popular Cubana, Ernesto "Che" Guevara, com a ordem do Cruzeiro do Sul, como um ato de autonomia, independência e autoridade.

A renúncia de Jânio Quadros foi recebida pela *Gazeta de Notícias* com perplexidade. Por outro lado, ao se iniciarem os debates sobre a adoção do parlamentarismo, encarado como a condição básica para que o vice-presidente João Goulart assumisse o poder, o jornal defendeu essa fórmula apenas para garantir a posse. Algum tempo depois, o jornal bateu-se pelo retorno ao presidencialismo, fazendo campanha pela realização imediata do plebiscito.

Durante o governo de João Goulart, a *Gazeta de Notícias* aproximou-se do grupo liderado por Leonel Brizola, governador do estado do Rio Grande do Sul, preferindo suas posições, consideradas mais liberais e menos sectárias, à linha política de Miguel Arrais, governador do estado de Pernambuco. Embora apoiasse de modo geral as reformas de base propostas por Goulart e demonstrasse simpatia pela Revolta dos Sargentos (setembro de 1963) e pela Revolta dos Marinheiros (março de 1964), o jornal foi contra a realização do Comício da Central, presidido pelo presidente da República no dia 13 de março no Rio de Janeiro.

PÓS-1964

Com o movimento político-militar de 31 de março de 1964, a *Gazeta de Notícias* retraiu-se, passando a receber com constância a visita de censores. A censura atingiu também o telefone e a correspondência do jornal. Mesmo sofrendo várias limitações, a *Gazeta* subsistiu. Com o recrudescimento da censura após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), a oposição desenvolvida pelo jornal retraiu-se mais ainda.

A *Gazeta de Notícias* circula diariamente com poucos exemplares. Com sua penetração bastante reduzida, tornou-se um órgão de imprensa de importância secundária.

Carlos Eduardo Leal

FONTES: CARONE, E. *República velha*; ENTREV. FLORES, O.

GAZETA, A

Jornal diário vespertino fundado em São Paulo no dia 16 de maio de 1906, sob a direção de Adolfo Araújo.

O PERÍODO 1906-1930

A Gazeta instalou sua redação, administração e oficinas na rua 15 de Novembro, nº 33. Ela "nasceu para se fazer paulatinamente, para crescer pouco a pouco, obedecendo na vida da imprensa os mesmos fenômenos que presidem à biologia", segundo Adolfo Araújo (edição nº 1.855, 16/5/1912). E mais: "Será *A Gazeta*... uma folha de combate, mas equitativa e independente, desligada de preconceitos sectários, refratária, à ação dos interesses... Essa folha propõe-se ser antes de tudo comercial e informativa e, muito embora o seu diretor manifeste pessoalmente pendores por este ou aquele agrupamento político, a sua orientação obedecerá inexoravelmente à mais inflexível e à mais rigorosa isenção de ânimo enquanto concernir aos litígios partidários".

No entender de seu primeiro diretor, *A Gazeta* foi "o primeiro jornal de São Paulo a inaugurar a reportagem fotográfica". Desenvolveu "campanhas políticas, sociais e econômicas" — pela valorização do café, pelo ressurgimento da classe agrícola, contra as Docas de Santos —, participando ainda da "campanha presidencial que terminou com a eleição do dr. Albuquerque Lins ao governo do estado... contra a implantação do militarismo" (16/5/1912). Essa linha editorial implantada por Adolfo Araújo seria seguida, após seu falecimento no dia 15 de dezembro de 1915, por seu sucessor Couto de Magalhães. Por sua vez, o novo diretor ocupou o cargo até 7 de novembro de 1916, quando "*A Gazeta* passou a ser propriedade do dr. João Gonçalves Dente", que se tornou também "seu único diretor" (8/11/1916), tendo como redatores Couto de Magalhães e Antônio Augusto Covelo.

Apesar da intenção de manter uma linha editorial isenta em relação "aos litígios partidários", Adolfo Araújo mostrou sua inegável simpatia pelo Partido Republicano Paulista (PRP), e as páginas do jornal frequentemente foram ocupadas com a apresentação de relatórios do governo e das secretarias de Estado. Tal fato suscitou a ira dos adversários, que iniciaram campanha contrária ao jornal acusando-o de "vendido ao governo". A essas

acusações, veiculadas sobretudo pelo periódico carioca *O País*, as páginas de *A Gazeta* responderam nos seguintes termos: “A gerência da *Gazeta* não tem relações financeiras com as secretarias de Estado... que não sejam lícitas de publicações remuneradas em todas as empresas jornalísticas. E essas publicações montam a soma tão ridícula, em relação às despesas do nosso jornal, que a falta delas em nada alteraria o orçamento desta empresa que conta com dez anos de existência e que se fez sólida pelos esforços do seu proprietário.” E mais adiante: “Abra *O País* o seu inquérito e há de verificar que as simpatias da *Gazeta* pelo Partido Republicano Paulista e pelos cidadãos que o representam na administração pública são não apenas independentes mas tradicionais” (22/5/1915). Nas eleições estaduais desse mesmo ano *A Gazeta* apoiou os nomes de Altino Arantes e Cândido Rodrigues para a presidência e vice-presidência de São Paulo, ambos perrepistas.

A posição civilista e não militarista do jornal já era enunciada em 1910, quando do famoso episódio da Revolta da Chibata. Em editorial intitulado “A mazorca do Rio”, pode-se ler: “Sem discrepância, de ninguém nem mesmo dos que mais exaltadamente pugnaram contra o advento do militarismo, que desde já começa a exibir os temerosos arreganhos de que é capaz, todos tiveram palavras de reprovação, todos exprimiram sentimentos de angústia ante a explosão perturbadora de funesta indisciplina que neste momento se implantou nos mais robustos elementos da defesa nacional” (24/11/1910).

Quanto à modernização do parque gráfico, *A Gazeta*, em edição do dia 12 de março de 1921, anunciava que voltava a funcionar “à rua 15 de Novembro 33 no novo palacete construído no mesmo local”. A partir de meados desse mesmo mês o jornal passou a ser composto em máquinas Mergenthaler e impresso em máquinas Duplex, tornando-se um dos jornais mais modernos de São Paulo e do Brasil.

Finalmente, cabe alertar que a mudança de direção e do controle da empresa não foi motivada por “dificuldades invencíveis” de seu diretor proprietário Adolfo Araújo, como sugere matéria da edição comemorativa do cinquentenário da fundação do jornal (16/5/1956). Com o falecimento deste, passou a exercer interinamente o cargo de diretor Couto de Magalhães, por um período de quase um ano. Foi somente a partir de 8 de novembro de 1916 que *A Gazeta* se transformou numa “nova empresa” com “nova orientação”: “*A Gazeta*, passando amanhã a nova empresa, reaparecerá no dia imediato completamente remodelada em todas as suas seções. Sem ligações políticas nem

dependências de qualquer espécie, será folha popular e absolutamente imparcial em suas críticas e comentários" (6/11/1916). E a partir do dia 8 de novembro o subtítulo do jornal — "Jornal fundado pelo dr. Adolfo Araújo" — foi substituído por "Jornal independente".

Essa mesma edição de 8 de novembro de 1916 continha o seguinte editorial: "*A Gazeta* passou a ser propriedade do dr. João Dente, que é também seu único diretor... Mudando hoje de proprietário, *A Gazeta* muda também de orientação. Não tem a menor ligação com o passado, salvo o nome com que há dez anos apareceu... O objetivo que colimamos é exatamente o de reverenciar, na sempre nobre profissão, o apostolado dos princípios, através de calma e segura orientação, a par desse outro fim dos diários modernos e que consiste em inteirar o leitor, quanto possível, das notícias, telegramas e informações que o possam interessar. A Gazeta não tem dependências partidárias, nem acentuadas simpatias por este ou aquele grupo político. E essa circunstância basta por si só para armá-la de indispensável imparcialidade."

Ao mesmo tempo em que se introduziram modificações formais quanto à paginação e conteúdo do jornal, foram apresentados, nos dias subsequentes, os seguintes colaboradores: Carlos de Laet, Abner Mourão, Sílvio Romero Filho, Antônio Torres, Campos de Medeiros, Brício Filho, Coelho Neto e Oliveira Lima, entre outros.

No decorrer de 1917 o tema da carestia tornou-se frequente nas páginas do jornal, a ele se somando o tema do trabalho do menor nas indústrias (10/1/1917, por exemplo). Quanto à sucessão presidencial, *A Gazeta* apoiou Rodrigues Alves. E quanto à questão internacional da guerra, ela se posicionou favoravelmente aos Aliados, defendendo o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha (edições de 10 a 16 de abril de 1917, e a partir de outubro desse ano).

Em abril de 1917 José Gonçalves Dente deixou a direção do jornal, assumindo o cargo Antônio Covelo. *A Gazeta* não só mudou de direção, como também a redação e as oficinas mudaram para "o magnífico prédio da rua Líbero Badaró". E a partir de 23 de abril o *slogan* "Jornal independente" desapareceu, surgindo em seu lugar o nome do diretor proprietário: Antônio Covelo. A partir de outubro de 1917 a linha editorial deu prioridade ao noticiário sobre a Primeira Guerra Mundial, destacando os esforços dos países aliados em oposição à Alemanha. Em novembro, na edição do dia 21 informava *A Gazeta* que os órgãos de imprensa começavam a ser censurados: "Começou hoje a exercer-se a censura

oficial na imprensa. O *Correio Paulistano* — quem diria que a estreia seria do órgão oficial? — já apareceu com um pedaço de coluna em branco."

Em 16 de maio de 1918 Antônio A. Covelo deixou a direção de *A Gazeta*, assumindo seu cargo Cásper Líbero: "Com a retirada do dr. A. A. Covelo, assumirá amanhã a direção da *Gazeta* o dr. Cásper Líbero, provecto advogado e distinto jornalista, que há meses vem exercendo a sua atividade nesta folha. O dr. Cásper Líbero é um nome assaz conhecido na imprensa nacional, tendo sido um dos fundadores da *Última Hora*, vespertino que alcançou um brilhante sucesso no Rio e que, na vigência do estado de sítio da presidência Hermes, teve a sua publicação suspensa" (16/5/1918).

Não obstante a mudança de propriedade, não ocorreu uma reorientação do programa editorial do jornal. A orientação continuou a mesma, passando Cásper Líbero de diretor gerente para diretor proprietário e permanecendo Miguel de Arco e Flexa como secretário de redação. O jornal continuou sendo "moderno e informativo", mantendo a condição de jornal "independente, desligado de compromissos partidários", e "moralmente orientado pelo ideal de grandeza do Brasil". Essa postura "independente", todavia, nunca significou para *A Gazeta* isenção política: Cásper Líbero apoiou em várias oportunidades os candidatos do PRP. Em relação ao noticiário internacional, o jornal continuou apoiando os movimentos republicanos e os aliados. Quanto à Revolução Russa, o jornal sempre informou-a dentro da ótica republicana chefiada por Kerensky (edições de 11, 12, 14, 15, 17, 18 e 19 de setembro de 1917).

Embora a linha perrepista se mantivesse, em termos materiais os primeiros anos da gestão de Cásper Líbero foram marcados por dificuldades financeiras, passando o jornal a circular com quatro páginas em vez de seis, e sofrendo a impressão gráfica uma transformação para pior. A partir de 26 de junho de 1920 o jornal passou a ser impresso em máquina rotativa Marinoni.

Em relação ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, *A Gazeta* não manifestou nos anos imediatos nenhum tipo de opinião ou comentário contrário. Já no ano de 1926, o noticiário sobre a Coluna Prestes era abundante, assumindo o periódico uma posição de neutralidade e distanciamento. Apresentava ele os relatos sobre a coluna sem tomar posição política em relação aos revoltosos e aceitando os apontamentos de Vale Cabral, Viriato Correia e Batista Luzardo.

Uma posição anticomunista apareceu somente na iminência da Revolução de 1930, com a adesão de Luís Carlos Prestes ao comunismo em maio daquele ano. Quanto ao manifesto de Prestes, foi assim comentado: “A repulsa que a opinião pública está oferecendo ao manifesto do comandante Prestes, chefe revolucionário que se transformara numa espécie de Dalai Lama da demagogia nacional, é tudo quanto pode haver de mais expressivo. Consigna-se por essa forma a vitória do bom senso. Mesmo entre os elementos reacionários mais apaixonados a violenta metamorfose do exilado de Buenos Aires não encontra o menor apoio” (2/6/1930). E poucos dias depois: “A Aliança Liberal, que, em desespero de causa, entrou em confabulações com os seus adversários de ontem, será capaz de insistir nos seus processos. As suas manobras tornarão o carnaval comunista mil vezes mais perigoso do que ele é na realidade. Antes, pois, de volvermos as vistas para os figurantes dessa comédia que tem no Bloco Operário e Camponês a caricatura mestiça dos soviéticos neste adorável país digno de melhor sorte e de melhor gente, tenhamos de olho a camorra liberal” (5/6/1930).

Anteriormente a 1930, *A Gazeta* não havia tomado posição como um periódico anticomunista, dando ênfase, ao contrário, ao direito de o PCB existir como partido político legal. Mas, contraditoriamente, o periódico revelava também uma certa simpatia pelo fascismo italiano, chegando a louvar a *Carta do trabalho* de Mussolini. No plano federal, *A Gazeta* defendeu em 1925 a candidatura de Washington Luís à presidência da República: “Toda gente está cansada de saber que o candidato é o sr. Washington Luís; que contra ele, se se levantar a dissidência paulista, também se levantará, com todo o seu armamento policial, o Rio Grande do Sul; que a Bahia só o apoiará se for seu companheiro de chapa o sr. Góis Calmon; que, enfim, no Distrito Federal ele não terá um só voto” (15/5/1925).

O último período presidencial da Primeira República representou para o jornal sua fase áurea: sua tiragem dobrou, o que se deveu em parte ao processo de progressiva modernização do vespertino, resultando na alteração de seu formato, que passou a ser menor e de mais fácil manejo. Mas diante das eleições de março de 1930, *A Gazeta* discordava tanto dos democráticos (ligados ao Partido Democrático) quanto dos aliancistas (edições de 17 e 18 de fevereiro e de 15 de março de 1930). Nesse ano, o grande candidato nacional era Júlio Prestes: “Votar em Júlio Prestes é votar pela felicidade do Brasil e da República” (25/2/1930).

O PERÍODO 1930-1945

O jornal deixou de circular entre os dias 25 de outubro e 16 de novembro de 1930, quando retornou sob a direção de Pedro Mota Lima: “Reaparecendo hoje sob a direção técnica do sr. Pedro Mota Lima, *A Gazeta* manterá o caráter de jornal informativo por excelência... O comentário político... o leitor encontrará em artigo assinado pelo sr. Pedro Mota Lima... jornalista de grande atuação na corrente revolucionária” (16/11/1930). Mas poucos meses depois houve nova mudança na direção, que passou a ser ocupada por Eurico Martins, e a partir de então o jornal tomou posição cada vez mais agressiva em relação aos novos governantes, tanto em nível estadual quanto federal. O tema mais frequentemente apresentado era o da volta à normalidade institucional, vale dizer, ao estado de direito.

A edição de 8 de outubro de 1931 anunciava uma postura de franca oposição ao governo outubrista: “Colocamo-nos hoje em franca e desabrida oposição ao governo nascido de um movimento que seria o mais justo e o mais belo, se conduzido sinceramente por aqueles que o encabeçaram.” O ano de 1932 foi marcado, na evolução da linha editorial de *A Gazeta*, pela defesa da “reconstitucionalização” do país: “De São Paulo partiu o brado da Independência; de São Paulo também parte agora o brado pela Constituição” (11/7/1932). Derrotado o movimento de 1932, *A Gazeta* conclamou o povo “rumo ao trabalho” e portanto à ordem, embora o tema da reconstitucionalização do país permanecesse em suas páginas. Por outro lado, embora a linha editorial do jornal fosse simpática ao fascismo italiano, essa simpatia não se traduzia no apoio aos integralistas liderados por Plínio Salgado: “Num país que depende do capital estrangeiro e luta com a extensão territorial despovoada, o fascismo só pode ser ficção de literatos ociosos” (5/6/1933).

A 8 de maio de 1933 o nome de Cásper Líbero passou novamente a figurar como diretor de *A Gazeta*, tendo dias antes o jornal apoiado, nas eleições para a Constituinte, a Chapa Única por São Paulo Unido. Quanto à interventoria no estado de São Paulo, o jornal apoiou a escolha de Armando de Sales Oliveira, “nomeação que vem ao encontro das aspirações da maioria do povo paulista” (16/8/1933). Mas já no decorrer do primeiro semestre de 1934, *A Gazeta* começou a discordar do governo civil e paulista, pois sua gestão representava, para o jornal, uma política de capitulação frente ao governo federal. “Para que São Paulo recupere a influência na esfera da política federal, não precisa que o seu interventor se

curve perante o sr. Getúlio Vargas" (23/8/1934). E poucos dias depois: "O sr. Armando de Sales Oliveira não representa, no governo, o povo de São Paulo. Representa, quando muito, um grupo de interessados em defender grandes interesses perante o governo da União" (8/9/1934).

Ainda em 1934 *A Gazeta* aceitou a acusação de que teria havido fraude nas eleições de outubro daquele ano, e se respaldou no editorial do *Correio Paulistano*, órgão do PRP. No ano seguinte, criticou veementemente a Lei de Segurança Nacional, defendida por Filinto Müller. A oposição ao governo Vargas continuou, e o comunismo era visto como produto da Revolução de 1930: "Irrompendo o movimento revolucionário de 1930, os políticos militares que a ele se filiaram, alguns por idealismo, outros por ambição ou despeito, aceitaram a cooperação de conhecidos adeptos do credo de Moscou, firmando com eles compromissos" (26/11/1935).

A partir do Estado Novo, *A Gazeta* perdeu sua personalidade política, deixou de ser um jornal oposicionista e teve seus editoriais controlados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No plano internacional, o jornal continuou demonstrando simpatia pelo fascismo italiano, pelo nazismo e pelo nacionalismo franquista. O novo interventor em São Paulo, Ademar de Barros, ex-deputado perrepista, foi acolhido pelo jornal com o seguinte cabeçalho: "São Paulo retoma a sua caminhada para a frente" (10/5/1938).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as páginas do jornal foram ocupadas pelos feitos norte-americanos e dos Aliados, embora Cásper Líbero tivesse recém-adquirido uma nova máquina rotativa da Alemanha.

A partir de 1942 *A Gazeta* tornou-se um jornal completamente simpático a Vargas, tratado como "o presidente amigo dos trabalhadores". Não obstante, a questão da democracia se colocou antes mesmo da vitória aliada: "Felizmente, as nações da democracia souberam firmar, antes de tudo, o pacto sincero que há de refundir os alicerces e as linhas estruturais da vida dos povos na era que vem vindo. Justiça e liberdade — eis os direitos eternos que a Carta do Atlântico defende e garante a todas as gentes" (29/6/1943).

No dia 27 de agosto de 1943 Cásper Líbero morreu num desastre aéreo. O falecimento do diretor proprietário de *A Gazeta* resultou na transformação da empresa em Fundação Cásper Líbero. Em janeiro de 1944 tornou-se diretor de *A Gazeta* Miguel de Arco e Flexa, antigo funcionário do jornal.

No processo de redemocratização do país o jornal veiculou informações sobre o general Eurico Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, assumindo claramente posição de ataque ao candidato comunista Iedo Fiúza: “É necessário que a reconquista democrática não seja desnaturada por ideologias adversas à nossa fé e às nossas prerrogativas de povo inadaptável a arbítrios pessoais e a ditames de extremismos de quaisquer procedências” (28/11/1945).

O PERÍODO PÓS-1945

A eleição de Dutra foi recebida por *A Gazeta* com satisfação: “Recebemos, com satisfação, a posse do novo presidente. Trata-se de brasileiro ilustre por todos os motivos, a cuja visão é entregue a salvaguarda do futuro da pátria” (31/1/1946). E de março de 1946 a maio de 1947 o tema mais frequente das análises políticas de *A Gazeta* girou em torno da extinção do PCB: “Tudo se movimenta a respeito de duas questões: a provável suspensão do PCB e o quadro político-administrativo de São Paulo. Dois pontos delicados para o governo federal que foi instituído através da jornada de redemocratização”. E mais adiante: “Qual a posição do sr. Ademar de Barros... eleito com o apoio do PCB? Teria indagado o general Góis Monteiro se é caso de intervenção? Não cremos. Intervenção assusta, é ato que só coaduna com os regimes de força do Estado Novo. Na democracia a diferença é enorme” (5/5/1947).

Formalmente, *A Gazeta* manteve-se neutra e apartidária em relação ao pleito de 3 de outubro de 1950, permitindo essa posição a veiculação em massa de apelos políticos em prol dos candidatos do Partido Social Progressista (PSP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Getúlio Vargas e Lucas Nogueira Garcez. Isso ocorreu a despeito do fato de os editorialistas do jornal serem mais propensos às candidaturas do brigadeiro Eduardo Gomes e de Cristiano Machado. A vitória de Getúlio Vargas foi assim vista: “Passada a agudeza da traumatizante impressão causada pelo resultado das urnas de 3 de outubro, começa a preocupar os espíritos a apreciação das possíveis e prováveis tendências que hão de conduzir a política interna e externa do sr. Getúlio Vargas. É certo que a vitória estrondosa do candidato trabalhista lhe defere a mais ampla procuração e um crédito limitado de confiança, por parte do povo, para conduzir os destinos do Brasil” (17/10/1950).

A Carta-testamento de Vargas foi anunciada sem nenhum destaque, sendo preocupação do

jornal a formação do ministério que excluía da lista os paulistas. Quanto às eleições estaduais, *A Gazeta* emprestou seu apoio a Prestes Maia, derrotado por Jânio Quadros. Em nível federal, o jornal sofreu nova decepção com a eleição de Juscelino Kubitschek, pois suas simpatias recaíam sobre Juarez Távora. Muito embora o resultado das eleições não fosse do seu agrado, o jornal assumiu a defesa das posições legalistas para garantir a posse do presidente eleito, que receberia o apoio do jornal durante sua gestão.

Entre os anos de 1954 e 1955 Miguel de Arco e Flexa se aposentou, sendo substituído por Pedro Monteleone até 1966. A partir de então o novo diretor foi Américo Bologna, até que Otávio Frias de Oliveira, diretor presidente da Empresa Folha da Manhã S.A., assumiu também a direção de *A Gazeta*.

No plano político, a linha editorial de *A Gazeta* manteve uma desconfiada distância da gestão de Juscelino Kubitschek, assumindo postura bastante crítica: “Em 55 meses de governo JK emitiu mais de cem bilhões de cruzeiros” (8/9/1960), ou: “Apenas o Judiciário está funcionando: acéfalos os poderes Executivo e Legislativo em Brasília”. Ou ainda: “Apenas o Poder Judiciário funciona normalmente em Brasília. JK ausente há vários dias e os ministros também — No Legislativo não há sessões há duas semanas” (9/9/1960).

Na sucessão presidencial o jornal apoiou o candidato Jânio Quadros: “O êxito está propício a Jânio. A vassoura prepondera como símbolo. Expressa novos processos de política e de administração, a República tem de evoluir na ascendência das reivindicações sociais, livre das peias do passado e daquela mentalidade de arbítrio, prepotência e retrogradismo que culminou no mito liberticida de aventura totalitária. A bandeira de Jânio significa outras finalidades de governo. Reclama isso, o povo. Exausta de ludíbrios, de dificuldades de vida, e de desvirtuamento da democracia, a nação, por sua maioria, já elegeu Jânio” (5/9/1960). Segundo o jornal, Jânio Quadros já havia revelado suas qualidades enquanto governador de São Paulo: “Restabeleceu a confiança e o crédito do Tesouro de São Paulo. Concretizou em menos de dois anos obras e serviços em maior quantidade que todas as administrações anteriores... O povo do Brasil resolveu elevar à chefia de nação o político e administrador capaz de conduzir aos seus legítimos destinos a República democrática. Como duvidar do triunfo janista?” (5/9/1960).

Quanto à política internacional, o periódico defendeu alinhamento aos EUA para fazer frente ao comunismo internacional comandado por Moscou: “Os consorciados sob a

bandeira da foice e do martelo objetivam derrubar o prestígio norte-americano, pretendem desmembrar a coligação do hemisfério, para aqui disseminar as células de provocações das rebeldias e de infiltração por meio da guerra fria, como sucede já na Cuba de Sierra Maestra, na propaganda aberta sob a complacência do Uruguai, e nas repetidas amotinações ou tentativas de revolta em cada República aquém do Rio Grande" (2/1/1961).

Essas considerações foram veiculadas pelo jornal antes da posse de Jânio Quadros. A posse do novo presidente significaria uma completa reviravolta na política internacional brasileira: Cuba e União Soviética tornaram-se manchete, marcando a política de autodeterminação dos povos, francamente favorável aos países do Terceiro Mundo e hostil aos EUA. *A Gazeta* absorveu discretamente essa nova orientação da política externa do país. O editorial de 17 de fevereiro de 1961, intitulado "A política externa brasileira", afirmava: "Está definida a orientação política do presidente Jânio Quadros no setor internacional. Três decisões tomadas agora confirmam o ponto de vista do chefe do governo, preocupado em manter solidariedade aos povos que defendem a própria liberdade e a democracia, como em sustentar a garantia da paz no hemisfério e em secundar as reivindicações da América Latina." A política externa independente de Jânio Quadros tornou-se manchete quase diária do jornal de fevereiro de 1961 a agosto desse mesmo ano: "O presidente da República transmite ao Itamarati: apoio do Brasil à admissão da China Comunista na ONU" (23/2/1961); "Confirma o chanceler Arinos, Jânio irá a Moscou" (10/8/1961), e finalmente, "Condecoramento de Che Guevara foi estopim: crise entre o presidente JQ e o governador Carlos Lacerda ainda não foi superada" (21/8/1961).

Com o recrudescimento da crise política, *A Gazeta* assumiu de forma mais clara a defesa da política externa independente do governo, e condenou as críticas que Carlos Lacerda e setores mais conservadores dirigiam ao poder central. No editorial "A nação e o presidente" afirmava-se: "O governador de Minas coordena os chefes de Executivo estaduais udenistas, no intento de prestigiarem a política exterior que se mantém fiel aos compromissos com o sistema das democracias ocidentais... A maioria da nação, a maioria esmagadora está firme com Jânio Quadros" (25/8/1961).

Diante da renúncia do presidente e da crise política que se instalou em virtude do veto dos militares à posse de João Goulart, *A Gazeta* só assumiria posição favorável à posse do vice-presidente no dia 1º de setembro de 1961: "Nós, na estacada de *A Gazeta*, fomos fiéis à São

Paulo e à Constituição. Hoje, novamente na luta pelo esclarecimento dos que palmilham o roteiro das soluções absurdas, lembramos que, sem Constituição, a República democrática desaparece."

Ainda antes do final de 1961 operou-se nova mudança na direção do periódico: Pedro Monteleone solicitou licença e foi substituído por José Líbero, irmão de Cásper Líbero.

A partir de 1962, *A Gazeta* iniciou um período de decadência: a edição de segunda-feira, que chegou a circular com 44 páginas, passou para 22. Os anos de 1963 e 1964, período dos mais conturbados da história republicana brasileira, foi documentado por *A Gazeta*, que não chegou a se colocar manifestamente contra João Goulart: a defesa do texto constitucional era clara, assim como a aposta na habilidade política do presidente para a superação da crise. A edição do dia 1º de abril de 1963 trazia o seguinte editorial: "Temos, sim, uma só Constituição. É democrática e cristã — assim, contra todas as tiranias. Não admite solidariedades e totalitarismos, como o castro-sovietismo de Cuba. Nenhum governador, nenhum ministro, nem o presidente da República, ninguém pode interpretá-la a seu talento... Nem é por outro motivo, evidentemente, que o presidente João Goulart acaba de reafirmar 'jamais dará guarida' a extremismos, de todo 'incompatíveis com nossos sentimentos de fé cristã e liberdade democrática'."

Nos primeiros dias de março de 1964 *A Gazeta* se pronunciou francamente contrária às várias medidas pretendidas pelo governo João Goulart, desde desapropriações das glebas situadas nas margens das ferrovias até o comício do dia 13. No dia 1º de abril, o periódico anunciou o movimento de 31 de março de 1964: "Ergue-se o Brasil pela Constituição... A sorte da democracia está lançada. Os brasileiros dignos, os que cultuam as tradições da família, da fraternidade, da pátria una e indivisível, estão de pé lidando contra o ateísmo que representa regime de exceção, a escravidão de um povo." E mais adiante: "Estamos de novo nas trincheiras da lei. Não é um ato de rebeldia, inspirado em interesses político-partidários... De novo, marchamos pela Constituição."

Poucos dias depois, cassação dos mandatos parlamentares era considerada medida insatisfatória, pois o expurgo devia ser geral: "Só a cassação de mandatos legislativos, ainda que abrangendo as assembleias estaduais e incluindo as edilidades — não basta. Há comunistas no Supremo Tribunal e outros órgãos do Judiciário, nos comandos militares e altos cargos civis, nas repartições públicas e organismos paraestatais, nas empresas

privadas e entidades de classes, nos jornais, tevês e rádios, no cinema, noutros setores, até nas igrejas. O expurgo deve ser geral e apanhá-los todos" (7/4/1964). O fantasma do comunismo justificava todas as medidas arbitrárias do novo regime autoritário. O editorial do dia 15 de janeiro de 1965, intitulado "Luta contra o comunismo" defendia as medidas excepcionais utilizadas pelos militares.

A partir de 10 de janeiro de 1967 passaram a figurar no expediente de *A Gazeta* os seguintes nomes: Américo Bologna como diretor, Gumercindo Fleury como redator-chefe, Lúcio Barbosa como secretário. Entre os anos de 1967 e 1968 *A Gazeta* passou a ser controlada pelos proprietários da *Folha de S. Paulo*. Otávio Frias de Oliveira passou a ocupar a presidência da Fundação Cásper Líbero, sendo o jornal a partir de então impresso nas gráficas da Empresa Folha da Manhã S.A. Em 1969 o diretor responsável continuou sendo Américo Bologna, mudando o editor-chefe e o redator-chefe, que passaram a ser respectivamente Múcio Borges da Fonseca e Gumercindo de Pádua Fleury. Com a imposição da nova Lei de Imprensa e a censura aos assuntos considerados de segurança nacional, os comentários políticos perderam a marca de opinião do jornal, sendo apenas noticiados como fatos políticos. A política do diálogo e da distensão somente chegaria às páginas de *A Gazeta* no governo Ernesto Geisel. Pouco tempo depois, em 24 de agosto de 1979, *A Gazeta* deixou de circular como jornal autônomo, após um longo período de declínio de sua expressão na imprensa paulista. A partir de então passou a circular como encarte da *Gazeta Esportiva*.

Amélia Cohn/Sedi Hirano
colaboração especial

FONTES: *Gazeta.*

GIRÃO, Eduardo
*pres. CE 1928; dep. fed. CE 1930.

Eduardo Henrique Girão nasceu na fazenda Paraíso, em Morada Nova (CE), no dia 12 de abril de 1882, filho mais novo de Eduardo Henrique Girão e de Benvenuta Pessoa da Cunha Girão.

Fez seus estudos iniciais no Liceu do Ceará e exerceu a advocacia como provisionado a partir de 1900. Cursou a Faculdade de Direito do Ceará até o quarto ano, de 1908 a 1911, e transferiu-se então para a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1912. Como advogado, defendeu os interesses de importantes empresas comerciais, industriais e bancárias do estado do Ceará, tais como a Casa Boris Filomeno Gomes Filho e o Banco Frota Gentil. Quando da revolta que depôs o presidente estadual Nogueira Acióli, em 1912, defendeu os interesses da família do oligarca em ações contra o estado. Foi professor da Escola da Fênix Caxeiral e da Faculdade de Direito do Ceará, onde lecionou a disciplina de direito civil entre 1916 e 1952. Em 1921 foi designado pelo então presidente do Ceará, João Tomé Saboia, para rever a legislação estadual e elaborou um Código de Processo Civil e Comercial que, com pequenas alterações, foi adotado.

Eleito deputado estadual em 1923, chegou à presidência da Assembleia Legislativa e foi nessa posição que assumiu a presidência do estado, por conta da renúncia de Moreira da Rocha em 19 de maio de 1928. Após transmitir o governo ao presidente eleito José Carlos de Matos Peixoto em 12 de julho do mesmo ano, foi eleito deputado federal em março de 1930, mas teve o mandato interrompido pela Revolução de outubro daquele ano, que fechou os órgãos legislativos do país. A partir daí abandonou a carreira política, dedicando-se exclusivamente ao magistério e à advocacia. Representou o Ceará no Congresso de Direito Judiciário do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, e recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal do Ceará.

Faleceu em 25 de dezembro de 1961.

Seus estudos jurídicos foram publicados pela Imprensa Universitária do Ceará. Publicou ainda *Ao léu dos dias* (1950), *Novas frases e outros pensamentos* (1955) e *Vida e*

pensamento (1957).

Kleiton de Moraes

FONTES: GIRÃO, R. *Continua a viver* (p.127-135); NOBRE, F. *1001 cearenses* (p. 173-174).

GLASSER, ROBERTO

*rev. 1893; rev. 1930; const. 1946; sen. PR 1946-1955.

Roberto Glasser nasceu em Canguçu (RS) no dia 12 de maio de 1878, filho de Abraão Glasser e de Ismênia Coutinho da Rocha Glasser.

Aos oito anos transferiu-se para Curitiba, onde seus pais fixaram residência, e nessa capital fez seus estudos primários e secundários.

Entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895 participou da Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná opondo os federalistas aos republicanos castilhistas, aliados do presidente do Rio Grande do Sul Júlio de Castilhos. Em consequência desses acontecimentos, passou algum tempo na Argentina.

De volta ao Paraná, dedicou-se à pecuária, ao comércio e à indústria, e foi um dos fundadores do Tiro de Guerra Rio Branco, juntamente com o coronel João Gualberto Gomes Filho, que viria a falecer em 1912 no comando da primeira expedição contra os rebeldes da Guerra do Contestado, rebelião popular de cunho messiânico ocorrida entre 1912 e 1917. Durante esse conflito, travado na região fronteiriça entre o Paraná e Santa Catarina, cuja posse era disputada pelos dois estados, defendeu os interesses paranaenses. Dirigiu ainda a Liga da Defesa Nacional do Paraná e foi oficial da Guarda Nacional, alcançando a patente de coronel.

Eleito em maio de 1930 deputado à Assembleia Legislativa do Paraná, participou da preparação do movimento revolucionário que irrompeu em outubro sob a liderança da Aliança Liberal. Exerceu o mandato até esse mês, quando a vitória da Revolução de 1930 provocou a dissolução dos órgãos legislativos do país. Com a reorganização partidária que antecedeu as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933, participou da fundação e foi membro da comissão executiva do Partido Liberal Paranaense (PLP), que se opunha a Manuel Ribas, interventor no estado a partir de 1932, e ao Partido Social Democrático (PSD) do Paraná. Disputou uma cadeira na Constituinte na legenda do PLP e obteve uma suplência.

Com a queda do Estado Novo (1937-1945) e a redemocratização do país, elegeu-se em dezembro de 1945 senador pelo Paraná à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do novo PSD. Assumindo o mandato em fevereiro de 1946, destacou-se durante os trabalhos

constituintes por sua atitude rebelde, de repúdio à Carta de 1937, contrariando assim a opinião de seu partido e aproximando-se do ponto de vista do partido adversário, a União Democrática Nacional (UDN). Com a promulgação da nova Constituição em 18 de setembro de 1946, passou a exercer o mandato ordinário, sendo designado primeiro suplente da Comissão Diretora e membro da Comissão de Saúde do Senado. Terminou o mandato em 1955.

Faleceu na cidade de Curitiba em 1958.

Foi ainda presidente do Departamento Administrativo do Estado do Paraná, secretário-geral da Associação Comercial do Paraná e fundador e presidente do Centro Cultural Interamericano de Curitiba. Fundou também a revista *Oito de Dezembro* e publicou *Discursos* (1915 e 1955).

FONTES: ALMEIDA, A. *Dicionário*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais;* CISNEIROS, A. *Parlamentares; Diário do Congresso Nacional; Grande encic. Delta;* MOREIRA, J. *Dicionário;* NICOLAS M. *Cem;* SENADO. *Relação.*

GLICÉRIO, Francisco
* min. Agric. 1890-1891; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1899; sen. SP 1902-1916.

Francisco Glicério de Cerqueira Leite, que se tornaria conhecido como *general Glicério*, nasceu na fazenda Pau D'Alho, em Campinas (SP), em 15 de agosto de 1846, filho de Antônio Benedito de Cerqueira Leite e de Maria Zelinda da Conceição Cerqueira. Seu pai era descendente de antigas famílias paulistas, os Garcia Velho e os Silva Leme.

Fez os primeiros estudos na escola de Quirino do Amaral Campos, em sua cidade, e concluiu o secundário no Seminário Episcopal, na capital paulista. Depois de fazer os preparatórios no curso anexo da Faculdade de Direito, matriculou-se na faculdade em 1862, mas dificuldades financeiras decorrentes do falecimento de seu pai impediram-no de continuar os estudos e o obrigaram a retornar a Campinas. Durante sua permanência em São Paulo, em companhia de seus amigos de Campinas Manuel Ferraz de Campos Sales e João Quirino do Nascimento, além de Francisco Rangel Pestana, ia sempre à república de estudantes de direito onde seu irmão Jorge Miranda residia. Outros estudantes também frequentavam a república, como Bernardino de Campos, Prudente de Morais, Salvador Mendonça e Teófilo Otoni. Este se transformaria posteriormente no mais importante grupo propagandista da República, e a convivência marcaria profundamente sua formação.

Assim que regressou a Campinas, conseguiu seu primeiro emprego em uma tipografia. Em pouco tempo passou de tipógrafo a revisor de jornal, e começou também a trabalhar no comércio local. Acabou aceitando o convite do fazendeiro e republicano Francisco de Paula Sales, compadre de seu pai, e pai de Manuel Ferraz de Campos Sales, que o levou para a fazenda Santo Inácio, em São João do Rio Claro, para ser professor de seus filhos menores. Regressou depois a Campinas e começou a trabalhar no foro como copista de cartório. Posteriormente tornou-se auxiliar do escritório de advocacia de seu irmão Jorge Miranda e do cunhado Antônio Benedito de Cerqueira César. Tornou-se também discípulo de Caetano José da Silva Costa, amigo da família e rábula atuante no foro campineiro, com quem começou a aprender na prática os segredos da profissão.

Com a experiência adquirida, em 1867 prestou exame para solicitador, para poder patrocinar pessoalmente suas ações no juízo. Passando a advogar diretamente, não teve dificuldade em desenvolver suas atividades profissionais pelas terras paulistas, principalmente nas zonas da Mogiana e Paulista, estradas de ferro que serviam a várias cidades, conseguindo assim formar uma boa clientela. Adquiriu uma biblioteca, com a qual pôde aprimorar sua cultura e também redigir suas petições e recursos. Estudou a organização política e o direito público de diversos países, como França, Inglaterra, Suíça, Argentina e Estados Unidos. Ao ser fundada a Loja Maçônica Independência de Campinas em 23 de novembro de 1867, uma semana depois passou a fazer parte de seus quadros.

DO REPUBLICANISMO À REPÚBLICA

Em 1868, com seus amigos Luís Gama, Américo de Campos, Prudente de Morais, Bernardino de Campos, Campos Sales, Martinho Prado Júnior, Antônio Lobo, Luís Quirino dos Santos, e seu irmão Jorge Miranda, entre outros, começou a participar do Clube Radical, que defendia a abolição da escravatura. No ano seguinte, o clube passou a ter seu próprio órgão de imprensa, o *Radical Paulistano*, de circulação semanal. Também em 1869 foi fundada a *Gazeta de Campinas*, por Francisco Quirino dos Santos e seu sogro Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que havia criado na capital da província o *Correio Paulistano*. A idéia dos fundadores do novo órgão era defender os princípios republicanos. Inicialmente seu corpo de redação foi formado por Quirino dos Santos, Campos Sales e Jorge Miranda. Posteriormente Francisco Glicério foi trabalhar no jornal, projetando-se desde logo como jornalista.

Em 1870 ingressou no Partido Radical, precursor do Partido Republicano. Com a divulgação do *Manifesto Republicano* em 3 de dezembro do mesmo ano, passou a defender os princípios nele expostos, participando de reuniões, conferências e comícios. Graças a seu empenho como advogado provisionado, conseguiu em 1871 abrir seu próprio escritório. Grande defensor da educação, ainda naquele ano foi eleito segundo-secretário da Sociedade Propagadora da Instrução. Foi também secretário da Santa Casa de Misericórdia e

participou da fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, bem como da organização da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, de iniciativa privada, que tinha o intuito de livrar a cidade dos constantes surtos de febre amarela. Ao lado de Campos Sales e de integrantes dos antigos partidos monárquicos, colaborou ainda na fundação do Colégio Culto à Ciência, de grande importância para a educação e formação de várias gerações de estudantes.

Em 18 de abril de 1873, participou da Convenção de Itu, que reuniu representantes republicanos de 17 cidades paulistas e aprovou a ideia de uma nova reunião na capital da província em 1º de julho. Também presente ao que foi chamado de Primeiro Congresso Provincial do Partido Republicano Paulista (PRP), foi um dos signatários do manifesto divulgado no dia 2 de julho. Uma comissão permanente foi então designada e incumbida de fundar um jornal que fosse órgão do partido na província de São Paulo. Frustrada a tentativa de compra do *Correio Paulistano*, a comissão decidiu criar um novo periódico. Finalmente, em 1º de novembro de 1874, foi lavrado o contrato social, em comandita, com a assinatura de 20 sócios – entre eles Francisco Glicério – para a publicação de um jornal diário que recebeu o nome de *A Província de São Paulo*. O jornal começou a circular em 4 de janeiro de 1875 e, após a proclamação da República, passaria a se chamar *O Estado de São Paulo*.

A organização do Diretório Republicano de Campinas deveu-se em grande parte a seu esforço. Aguardava ansiosamente a eleição marcada para 3 de outubro de 1876, na qual pela primeira vez o PRP iria apresentar candidatos próprios. O partido não conseguiu eleger nenhum deputado, tanto em nível nacional como provincial, mas a eleição ajudou a divulgar a ideia do novo regime e a arregimentar novos filiados. Para a Câmara Municipal de Campinas, foram eleitos Campos Sales e Jorge Miranda.

Após a eleição, publicou artigos na imprensa incentivando os correligionários a prosseguir na luta e prometendo melhores resultados se todos permanecessem unidos. Além de colaborar na *Gazeta de Campinas* e na *Província de São Paulo*, escrevia também para outros órgãos, como o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Dedicou-se igualmente à formação de novos clubes republicanos em diversas cidades do interior, auxiliado por um pequeno grupo de jovens estudantes ou recém-formados em direito, entre os quais Alberto Sarmento, Alfredo Pujol, Carlos de Campos e Júlio Mesquita, que o respeitava e o reconhecia como chefe. Esses jovens ficariam conhecidos como os “Os Mosqueteiros de Glicério”.

Ao ser organizada em Campinas, em 1878, uma empresa de bondes de tração animal, prestigiou a iniciativa. No ano seguinte passou a fazer parte da direção da companhia, juntamente com Bento Quirino dos Santos e Rafael de Abreu Sampaio Vidal.

Em 1881, foi eleito vereador à Câmara Municipal de sua cidade, com mandato até 1884. Nas eleições de 1882, o PRP alcançou excelente resultado, elegendo para a Assembleia Provincial seis deputados. Para comemorar a vitória foi designada uma comissão, integrada por Glicério e Bento Quirino, entre outros, incumbida de organizar as festividades que seriam realizadas em Campinas. Finalmente, no pleito realizado em 1º de dezembro de 1884, o esforço de articulação de Glicério e dos republicanos foi recompensado com a eleição de três candidatos republicanos para a Câmara dos Deputados: Campos Sales e Prudente de Morais, por São Paulo, e Álvaro Botelho, por Minas Gerais. Quintino Bocaiúva, reconhecendo o trabalho de Glicério, parabenizou-o pela dedicação e o empenho na eleição dos deputados paulistas.

Em 30 de junho de 1887, quando a princesa Isabel assumiu o trono substituindo dom Pedro II, que partiu para a Europa para tratar da saúde, os abolicionistas sentiram que o fim da escravidão poderia ser alcançado. Antônio Carlos da Silva Teles trouxe notícias do Rio Grande do Sul sobre o andamento das gestões, e Francisco Glicério sentiu que era necessária e urgente sua ida até o Sul do país para se entender com o chefe republicano gaúcho Júlio de Castilhos. Partiu no início de 1888, em companhia de Silva Teles e Domingos Neto. De volta a Campinas, repetindo o que já fizera a Câmara Municipal de São Borja (RS), leu num comício um manifesto do Diretório Republicano de São Paulo propondo que, no caso da morte do imperador, o povo fosse convocado a dizer se queria o Terceiro Reinado, com a princesa Isabel, ou um novo regime. Finalmente, em 13 de maio de 1888, foi sancionada pela princesa Isabel a chamada Lei Áurea, que extinguiu a escravatura no Brasil.

Em outubro de 1889, na última eleição realizada no Império, Glicério foi candidato a deputado geral, mas foi derrotado em segundo escrutínio pelo candidato conservador, que reuniu as votações dos dois partidos monárquicos. No dia 7 de novembro, recebeu em

Campinas um telegrama de Campos Sales chamando-o a São Paulo. Partindo em seguida, foi recebido por Campos Sales e Bernardino de Campos, que lhe transmitiram as notícias enviadas da Corte por Aristides Lobo. Embarcou então para o Rio de Janeiro, e na noite de 10 de novembro esteve presente a um encontro em casa do marechal Deodoro da Fonseca, em companhia de Aristides Lobo, que o hospedava, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, o coronel Benjamin Constant, o major Sólon Ribeiro e o tenente-coronel João Tomás Cantuária. Nessa importante reunião decidiu-se a queda do Império.

Consumado o golpe de Estado que pôs fim à monarquia na manhã do dia 15 de novembro, em reunião na casa de Aristides Lobo, Glicério teve seu nome indicado pelos amigos para ministro da Agricultura do novo governo, mas recusou o convite e indicou Demétrio Ribeiro, que representava os republicanos do Rio Grande do Sul. Indicou os nomes de Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Campos Sales para o ministério, e os demais nomes foram apontados por Quintino e Aristides. Ainda no dia 15 de novembro, enviou um telegrama a seu genro Herculano de Freitas em que dizia: “República proclamada. Governo Provisório. Na frente ministério Deodoro, tendo Exército, Marinha apoiado.” O marechal Deodoro da Fonseca, juntamente com seus ministros, fez divulgar para todo o país uma proclamação sobre os acontecimentos que levaram à instauração de um novo regime político no Brasil.

No dia 17 de novembro, Glicério partiu de regresso a São Paulo, a fim de colaborar com seus amigos republicanos na reorganização do estado. No dia 16 fora formada uma junta governativa integrada por Prudente de Morais, Francisco Rangel Pestana e o coronel Joaquim de Sousa Mursa, que permaneceu à frente do governo até 14 de dezembro. Prudente de Morais foi então nomeado pelo marechal Deodoro primeiro governador de São Paulo, e em 31 de dezembro, por decreto do chefe do governo provisório, Francisco Glicério e Luís Pereira Barreto foram nomeados primeiro e segundo vice-governadores, sendo empossados em 22 de janeiro de 1890.

MINISTRO DA AGRICULTURA

Por duas vezes Francisco Glicério foi chamado ao Rio de Janeiro para aplainar dificuldades entre o marechal Deodoro da Fonseca e Demétrio Ribeiro. Da segunda vez, por insistência do marechal, acabou sendo nomeado para a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no lugar de Demétrio. Assumindo o ministério em 31 de janeiro de 1890, revelou-se grande conhecedor dos problemas da pasta, como a colonização, a imigração e os transportes. Quando da doença de Campos Sales, que o abrigou a se afastar por pouco tempo do Ministério da Justiça em junho de 1890, foi designado por Deodoro para assumir também, interinamente, essa pasta.

Por ato de Deodoro datado de 18 de junho de 1890, foram conferidas a todos os integrantes civis de seu ministério, pelo patriotismo e os relevantes serviços prestados à nação, as honras de general de brigada do Exército brasileiro. O tratamento de general seria contudo aplicado somente a Glicério a partir de então.

Durante sua gestão no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas desenvolveu o serviço de estradas de ferro; regulamentou a Repartição Geral de Telégrafos; organizou o Lóide Brasileiro, a maior companhia de navegação do país; deu novo regulamento à Estrada de Ferro Central do Brasil e ao próprio ministério. Preocupou-se com o arrasamento do morro de Santo Antônio, que daria à capital federal um novo feitio, e organizou o Jardim Botânico. Organizou também o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes no Brasil, e reorganizou a Inspetoria Geral das Terras e Colonização. Concedeu o direito de aposentadoria aos empregados das ferrovias; aprovou os estudos para o prolongamento do ramal ferroviário entre as cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais; organizou a Inspetoria de Portos e Obras Públicas federais em Pernambuco; criou a Comissão de Melhoramentos dos Portos e Canais Marítimos do Paraná e Santa Catarina, e aprovou seu regulamento. Reorganizou a Estação Agronômica de Campinas e dividiu em seis distritos marítimos o litoral do Brasil, criando em cada um deles uma inspetoria para os serviços de melhoramentos dos respectivos portos e canais.

Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, dela participaria como os demais membros do ministério. Assim, em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado por São Paulo e em

15 de novembro tomou posse. Já em 22 de janeiro de 1891, porém, acompanhando a decisão coletiva de seus colegas de ministério em choque com Deodoro, demitiu-se da pasta da Agricultura, sendo substituído interinamente pelo novo ministro da Justiça Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena.

Com a saída de todo o ministério, tornou-se mais forte a corrente que, na eleição presidencial a ser realizada pelos constituintes após a promulgação da Constituição, desejava eleger outro candidato que não Deodoro. Esse grupo resolveu apoiar o senador paulista Prudente de Morais, presidente da Constituinte. Embora amigo de longa data de Prudente, Francisco Glicério não permitiu a unanimidade dos votos dos representantes paulistas. Considerou inoportuno o lançamento da candidatura, por entender que era grande a agitação política, o que criava riscos para a tranquilidade das instituições republicanas ainda muito recentes. Em 25 de fevereiro, numa eleição tensa, a oposição conseguiu eleger vice-presidente o marechal Floriano Peixoto, mas Deodoro acabou saindo vitorioso da disputa pela a presidência da República. Em retaliação à atitude da bancada paulista, que em grande parte se colocara ao lado de Prudente de Morais, em 4 de março de 1891 Deodoro surpreendeu São Paulo com a exoneração do governador do estado Jorge Tibiriçá. Para o lugar deste, foi nomeado Américo Brasiliense.

No dia 19 de março de 1891, foi realizada na residência de Campos Sales, na capital paulista, uma reunião que escolheu a comissão encarregada de preparar a eleição para o Congresso Constituinte de São Paulo. Francisco Glicério fez parte dessa comissão, bem como da comissão diretora do PRP. **A partir de maio, com o início da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Os embates entre os parlamentares e Deodoro foram se intensificando, até que em 3 de novembro de 1891 o marechal dissolveu o Congresso Nacional e decretou estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói. Vinte dias depois, diante da reação do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçava bombardear a capital federal, Deodoro se viu forçado a renunciar, cedendo o lugar ao** vice-presidente **Floriano Peixoto.** Em São Paulo, após sérios conflitos, Américo Brasiliense entregou o governo ao

major Sérgio Castelo Branco, inspetor das tropas policiais, que pouco depois passou o poder ao substituto legal, o vice-presidente José Alves de Cerqueira César.

O PRF: DA FUNDAÇÃO EM 1893 À CISÃO EM 1897

Em 1892, com a eleição de Aristides Lobo para o Senado da República, Francisco Glicério foi escolhido líder da maioria na Câmara dos Deputados. Como tal, apoiou o governo de Floriano Peixoto, defendendo-o da tribuna e mantendo estreita ligação com presidente a respeito dos assuntos administrativos.

Sua grande aspiração era fundar um partido de projeção nacional com representação no Congresso. Em julho de 1893 concretizou esse sonho, participando da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional (PRC), do qual se tornou chefe inconteste. A reunião de fundação foi realizada na secretaria do Ministério do Interior e presidida por Saldanha Marinho. A criação da nova agremiação teve a participação efetiva de grande número de parlamentares das duas casas do Congresso, como Aristides Lobo, Prudente de Morais, Manuel Vitorino, Rosa e Silva, Severino Vieira, Quintino Bocaiúva e Lauro Sodré. Com a fundação do PRF, que aglutinava as bancadas dos 20 estados e do Distrito Federal, o general Glicério passou a ser chamado de “general das 21 brigadas”, título que muito o orgulhava

Aproximando-se a sucessão de Floriano em 1894, Glicério verificou que o melhor nome para disputar a presidência da República era Prudente de Morais, ainda que não o tivesse apoiado na disputa contra Deodoro. Foi, assim, o grande responsável pela campanha de Prudente, incentivando seus companheiros a desenvolver o máximo esforço em busca da vitória eleitoral. Em 23 de setembro de 1893, reuniu a convenção do PRF, que homologou a chapa Prudente-Manuel Vitorino e expediu um Boletim Oficial cuja redação lhe coube. Em seguida, a convenção elegeu a comissão executiva provisória do partido, que foi constituída por sete membros: Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Nina Ribeiro, Artur Rios, Joaquim Pernambuco e João Cordeiro.

Também em setembro de 1893, foi deflagrada no Rio de Janeiro a Revolta da Armada,

contra Floriano Peixoto. Opondo-se aos revoltosos, Glicério manteve-se solidário ao chefe da nação. Em 1º de março de 1894, enquanto Prudente de Morais era eleito presidente da República, foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896. Entre os assuntos que teriam grande importância nos debates do período, destacou-se o da anistia aos revoltosos da Armada, bem como aos envolvidos na Revolução Federalista no Sul do país. Enquanto alguns defendiam a anistia geral, e outros, a anistia com limitações, Glicério sustentava a inconveniência da medida. Antes que a Câmara se manifestasse, porém, o Senado Federal recusou-se a aprovar tanto o projeto de anistia constante da mensagem presidencial enviada por Prudente de Morais quanto o substitutivo oferecido pelo então senador Campos Sales. Embora Glicério sempre representasse o pensamento do governo na Câmara dos Deputados, as divergências quanto à questão da anistia abalaram a amizade que o unia a Prudente de Morais.

Quando Prudente de Morais se afastou do governo por motivo de grave moléstia, em 10 de novembro de 1896, assumiu seu lugar o vice-presidente Manuel Vitorino. Glicério continuou a defender o governo, pois tanto ele como Vitorino tinham sido eleitos pelo PRF e procuravam executar o programa do partido, respeitando o estilo e as características pessoais de cada um.

No pleito de 30 de dezembro de 1896, Glicério foi mais uma vez reeleito para a Câmara dos Deputados, para a legislatura 1897-1899. Em 3 de março de 1897, Prudente de Morais reassumiu o governo. No dia 28 de maio, ao entrar no recinto da Câmara, Glicério ficou sabendo que o representante baiano J. J. Seabra iria apresentar um voto de solidariedade ao presidente da República, em decorrência dos acontecimentos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Pouco antes explodira uma revolta entre os cadetes, que se negaram a entregar as armas e munições que ali estavam guardadas e que o governo pretendia enviar ao Rio Grande do Sul, onde se anunciavam novos movimentos dos federalistas. Seabra havia proposto a formação de uma comissão para se congratular com Prudente de Morais pela manutenção da ordem pública e pela defesa da Constituição. Glicério foi contra a proposta, que acabou sendo derrotada por 86 votos contra 60. Como líder da maioria, justificou sua

posição declarando que a Escola Militar era o reduto das glórias republicanas. Diante disso, Prudente de Morais rompeu com Glicério, Artur Rios renunciou à presidência da Câmara dos Deputados, e o PRF sofreu um sério abalo.

Glicério ambicionava presidir a Câmara dos Deputados, mas em 3 de junho de 1897 acabou sendo derrotado pelo próprio Artur Rios, que resolveu se recandidatar ao posto a que havia renunciado dias antes. Artur Rios obteve 88 votos, contra 76 dados a Glicério. Esse resultado aguçou a crise no PRF, que se cindiu irremediavelmente. No dia seguinte ao da eleição, 40 deputados solidários a Glicério foram à tribuna para apresentar suas renúncias às comissões da Câmara a que pertenciam.

A derrota de Glicério foi uma decorrência da mobilização do próprio presidente da República, que via com preocupação o poder que seu velho companheiro poderia deter como presidente da Câmara. Prudente de Morais chegou a enviar um telegrama a Campos Sales, já então presidente de São Paulo, informando que a atitude de Glicério era contra o governo, e que os deputados paulistas "deveriam escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar". Campos Sales tentou evitar a cisão partidária, chegou a vir de São Paulo para o Rio de Janeiro a fim de conciliar os grupos divergentes e reaproximar Prudente e Glicério, mas sua missão foi infrutífera.

Em 7 de julho de 1897, membros do PRP fizeram uma reunião em São Paulo para discutir a convocação ou não do congresso partidário. Mais uma vez Campos Sales interferiu, e Glicério foi derrotado. Resolveu, porém, não renunciar à presidência do partido, por entender que havia sido eleito em um congresso de diretórios, e que somente os convencionais poderiam destituí-lo. Quatro dias depois fez publicar um longo manifesto intitulado "Carta aos paulistas", onde expôs suas posições políticas e seu entendimento da situação. A publicação do documento representou a consumação da ruptura entre Glicério e Prudente de Morais. No dia 14 de julho foi divulgada no Boletim Oficial do PRP, inserido no *Correio Paulistano*, a destituição de Francisco Glicério da comissão central e da presidência do partido, onde foi substituído por João Batista de Melo Oliveira.

Em 5 de novembro de 1897, quando do regresso das tropas que foram combater os

revoltosos de Canudos, Prudente de Morais fez questão de ir recebê-los no Arsenal de Guerra, acompanhado de outras autoridades. Sofreu então um atentado, que não o atingiu, mas resultou na morte do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. O delegado responsável pelo inquérito incriminou vários políticos da oposição, e assim Glicério foi envolvido no processo, acusado de cumplicidade intelectual na ação. Na realidade, ao tomar conhecimento de que se tramava um atentado, Glicério informara amigos comuns, para que a informação chegasse a Prudente de Morais, e escrevera de próprio punho uma carta alertando o presidente. Um pedido de licença para que Glicério pudesse ser processado chegou à Câmara, provocando acalorados debates. Em defesa de Glicério falaram Galeão Carvalhal, Nilo Peçanha, Paula Ramos, Serzedelo Correia, Cassiano Nascimento, Pinto Rocha e Pandiá Calógeras. Seu grande algoz foi J. J. Seabra, que fez um violento discurso, chegando a chamá-lo de assassino. Colocado em votação o pedido de licença, 92 deputados responderam não, e 85, sim, sendo o pedido rejeitado.

Presente à sessão, Glicério afirmou da tribuna: “Chamado de assassino, e assassino do presidente da República, que todos sabem que foi meu amigo particular, sobre cuja honra jamais proferi uma palavra e que no momento angustioso em que desconfiei que se lhe poderia tirar a vida, fui avisá-lo com o risco de comprometer a minha responsabilidade política, não me abate a infamante qualificação. (...) Mas a Câmara me permitirá a liberdade de retirar-me, porque no convívio dos legisladores da República não encontrei a força moral para desagravar-me.” Em companhia de mais 40 deputados abandou o recinto da Câmara, e pouco a frequentou depois desses fatos.

Na sucessão de Prudente de Morais, ainda à frente do abalado PRF, Glicério lançou uma chapa de oposição encabeçada pelo presidente do Pará, Lauro Sodré. No pleito de 1º de março de 1898, Campos Sales recebeu 174.578 votos, e Sodré apenas 16.534. Empossado Campos Sales na presidência da República em 15 de novembro de 1898, e marcadas as eleições para o Congresso Nacional em 31 de dezembro de 1899, Bernardino de Campos, presidente da comissão diretora do PRP, procurou, na formação das chapas, destruir as forças remanescentes de Francisco Glicério. O próprio Glicério, excluído da chapa oficial,

apresentou-se como candidato da lavoura. Apesar da campanha contrária, foi novamente eleito deputado federal pelo 7º distrito, para a legislatura 1900-1902, mas não foi reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Com sua reeleição barrada, retirou-se completamente da política. Voltou ao escritório de advocacia que mantinha em Campinas e passou a dedicar-se integralmente à profissão de advogado.

RETORNO À POLÍTICA

Com a mudança ocorrida na política, que incluiu a dissolução dos antigos partidos pelo presidente Campos Sales e a eleição para seu sucessor de Francisco de Paula Rodrigues Alves em 1º de março de 1902, Francisco Glicério foi convidado a retornar ao Congresso Nacional. Foi então eleito para o Senado Federal em 20 de setembro, na vaga aberta por João Francisco de Paula Sousa, que concluía o mandato, e assumiu sua cadeira em 6 de novembro seguinte. Dias depois, em 15 de novembro, ao ser empossado Rodrigues Alves, foi escolhido líder da maioria no Senado.

Quando, em 1904, o senador Lauro Sodré, grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, se envolveu na Revolta da Vacina e foi preso, Francisco Glicério, primeiro malhete da ordem, assumiu o lugar de Sodré e empenhou-se na sua defesa e libertação, o que acabou ocorrendo. No Senado, participou diretamente da discussão de projetos de lei importantes, como o do Código Civil Brasileiro, colaborando com o jurista Clóvis Beviláqua, e defendeu a grande reforma realizada no Ministério das Relações Exteriores, a pedido do titular da pasta, o barão do Rio Branco. Desde que voltou à política, sua preocupação dominante foi a da união dos paulistas. Com a volta de Jorge Tibiriçá ao governo de São Paulo no quadriênio 1904-1908, foi escolhido para integrar novamente a comissão diretora do PRP, e voltou a ocupar a presidência do partido entre 1904 e 1906.

Em 27 de julho de 1905, procurou Rodrigues Alves para informá-lo da desagregação da candidatura do ex-presidente de São Paulo Bernardino de Campos (1902-1904) à sua sucessão, prevista para 1906. Como paulista, achava que deveria ser reapresentado o nome de Campos Sales, e lembrou que os mineiros estavam trabalhando por uma candidatura

própria, tendo à frente Afonso Pena. Rodrigues Alves entendia que não era possível abandonar Bernardino naquele momento, mas estava consciente de que as possibilidades de fazê-lo seu sucessor eram remotas. Naufragando o candidato paulista, Francisco Glicério passou a apoiar o nome de Afonso Pena, que afinal seria eleito presidente, com Nilo Peçanha como vice.

Também no início de 1906, foi reeleito senador com mandato até dezembro de 1914. Fez parte da Comissão de Finanças do Senado, como relator do orçamento do Ministério das Relações Exteriores, e como presidente durante algum tempo. Em abril, por sugestão sua, formou-se no Senado o chamado Bloco, agrupamento político organizado sob a direção de Pinheiro Machado. O objetivo era, apoiando o governo de Afonso Pena, procurar manter íntegras as tradições do regime republicano.

Durante a administração de Jorge Tibiriçá em São Paulo uma grave crise se fez sentir na cafeicultura paulista, com o excesso de produção provocando a queda de valor no mercado. Glicério apoiou no Senado a política de valorização do café, e também a criação da Caixa de Conversão, iniciativa do governo paulista à qual o governo federal era contrário. O problema levou à realização, em 26 de fevereiro de 1906, da Convenção de Taubaté, com a presença dos presidentes dos três maiores estados produtores de café no país, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O convênio foi discutido no plenário do Senado na sessão de 31 de julho, e coube a Glicério defendê-lo na tribuna. Ao final foi aprovado por 31 votos contra 6, mas ainda assim o presidente Rodrigues Alves protelou a questão. Jorge Tibiriçá enviou um telegrama à bancada de São Paulo recomendando o rompimento com o chefe da nação, mas o senador Pinheiro Machado procurou Glicério para dizer-lhe que “tal nunca deveria ser feito, que isso seria uma vergonha para os paulistas”, e assim a ideia foi afastada.

Lançada a campanha presidencial de 1910 em torno das candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, Glicério afastou-se de seus amigos de São Paulo, atuando abertamente em favor do candidato militar. Eleito Hermes da Fonseca, chegou mesmo, por ocasião do reconhecimento deste pelo Congresso Nacional, a dirigir a maioria por

delegação de seus pares. Não tardaria, porém, a se declarar em oposição ao governo federal, abrindo no início da sessão legislativa de 1912 suas baterias na tribuna do Senado, e a procurar organizar um partido de cunho liberal em oposição ao partido conservador que se constituiria para sustentar o presidente da República.

Em 4 de maio de 1913, em uma reunião em que se começou a se discutir a sucessão presidencial, o Partido Republicano Mineiro (PRM) credenciou o senador Bueno de Paiva e os deputados Sabino Barroso, Álvaro Botelho e Francisco Bressane para tratar do assunto junto aos governos federal e estaduais, consultando-os na escolha de uma candidatura de consenso. Dias depois, Bueno de Paiva conversou com Glicério e afirmou que alguns delegados do PRM aceitariam de bom grado a chapa Rui Barbosa-Francisco Glicério. Essa confidência destinava-se a sondar o ambiente, pois os mineiros estavam querendo lançar o nome do vice-presidente Venceslau Brás, o que acabou ocorrendo. Venceslau foi eleito para o quadriênio 1914-1918.

Com o falecimento de Bernardino de Campos em janeiro de 1915, Glicério foi escolhido para substituí-lo no cargo de presidente da comissão diretora central do PRP, função que exerceria até a morte.

Em sua cidade participou de diversas entidades de benemerência, como a Santa Casa de Misericórdia, da Sociedade Culto à Ciência e do Clube da Lavoura. No Rio de Janeiro presidiu o Centro Paulista.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1916, em pleno exercício de seu mandato no Senado.

Era casado com Adelina Masson de Cerqueira Leite, de origem francesa, com quem teve cinco filhos. Sua filha Clotilde casou-se com Herculano de Freitas, catedrático e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado e senador estadual, secretário de Estado, por São Paulo de 1894 a 1896, ministro da Justiça de 1913 a 1914, novamente deputado de 1924 a 1925 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1925 a 1926.

Em sua homenagem o antigo povoado que pertencia à cidade de Penápolis (SP) tornou-se o município de Glicério.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano (*19/3/1891, 1/3/1893, 23/12/1895, 5/6/1905, 21/5/1906, 13/1/1907, 15/5/1908, 11/6/1909, 16/1/1910, 28/1/1911, 16/2/1912, 21/1/1913, 28/11/1914, 14/8/1915, 21/1/1916, 3/4/1916); FRANCO, A. *Rodrigues*; FREITAS, C. *Jornada*; PRES. REP. *Governos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Governantes*; TAUNAY, A. *Câmara*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores de São Paulo*; WITTER, J. *República*.

GLOBO, O

Jornal carioca inicialmente vespertino, mais tarde matutino, fundado por Irineu Marinho em 29 de julho de 1925.

LANÇAMENTO

Após deixar a direção de *A Noite*, no início de 1925, Irineu Marinho viajou para a Europa, onde permaneceu algum tempo. Ao voltar ao Brasil, uniu-se a Herbert Moses e a Justo de Morais para fundar um jornal que "renovasse os padrões dominantes na imprensa carioca". O nome da nova folha — *O Globo* — foi proposto pelo jornalista Elói Pontes e consagrado através de concurso popular.

Em seu primeiro número, *O Globo* traçava as diretrizes pelas quais pretendia pautar sua atuação. Irineu Marinho destacou "o dever ineludível em que nos vimos de continuar a consagrar-nos, tanto quanto nos consinta a nossa reduzida capacidade, à defesa das causas populares que nos empolgaram e nos dominam há bem mais de duas décadas". O novo jornal declarava-se ainda totalmente independente, na medida em que não desejava a intervenção de nenhuma força externa a seus próprios quadros: isento de "afinidade com governos", livre de "interesses conjugados com os de qualquer empresa", o jornal tampouco se ligaria "a grupos capitalistas ou a plutocratas isolados".

Fundado no fim do governo Artur Bernardes, *O Globo* preocupou-se em seus primeiros números em demonstrar interesse por questões populares. O jornal defendia o aumento nos vencimentos do funcionalismo público, combatia a carestia, criticava o abandono em que se encontravam certas ruas da cidade e acompanhava passo a passo as ações da Central do Brasil e da Light. Segundo o próprio jornal, as "entidades que exploravam os serviços públicos viviam sob a mira fiscalizadora de *O Globo"*.

Paralelamente à defesa dos interesses de ordem popular, *O Globo* logo iniciou uma campanha em favor de Henry Ford, "o grande industrial arquimilionário norte-americano" que viera ao Brasil investir capital com vistas ao restabelecimento da antiga escala de produção de borracha da Amazônia. Segundo o jornal, Henry Ford viera ao Brasil "para combater o preço extorsivo da borracha", cujo mercado estava predominantemente em mãos inglesas. Desde o início, portanto, o jornal mostrou-se favorável ao ingresso do capital estrangeiro — sobretudo norte-americano — no país. Além disso, defendeu a

importação de automóveis, que crescia vertiginosamente, considerando-a sinônimo de progresso.

Vinte e um dias depois da fundação de *O Globo,* entretanto, Irineu Marinho morreu. Francisca Marinho, sua viúva, tornou-se a principal proprietária do periódico e entregou sua direção ao secretário do jornal, Euricles de Matos. Na parte administrativa permaneceram Herbert Moses, como diretor-tesoureiro, e Antônio Leal da Costa, como gerente.

No período que se seguiu, *O Globo* foi contra a candidatura de Washington Luís à presidência da República e mostrou-se simpático aos tenentes e à Coluna Prestes.

A REVOLUÇÃO DE 1930

Em 1929, ao se iniciarem os debates em torno da sucessão de Washington Luís na presidência da República, o compromisso estabelecido entre as oligarquias mineira e paulista relativo à alternância de representantes no Catete foi rompido. Washington Luís, eleito pelo Partido Republicano Paulista, indicou para seu sucessor outro paulista, Júlio Prestes, frustrando assim as esperanças dos mineiros. Contra a candidatura oficial, e procurando em última análise romper a hegemonia paulista sobre os demais estados da União, articularam-se Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal. A frente oposicionista lançou as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência da República.

O Globo, que, num segundo momento, passara a mostrar reservas em relação ao movimento tenentista, assumiu de início posição reticente diante dos princípios aliancistas. À medida que a Aliança Liberal adquiriu expressão nacional, contudo, o jornal se aproximou de seus postulados. A despeito da afirmação contida na edição comemorativa do 30º aniversário do jornal, de que desde o início a candidatura liberal teria sido aceita sem ressalvas, Ricardo Marinho afirma que O *Globo* apoiou a candidatura Vargas apenas em sua fase final.

Após a vitória de Júlio Prestes nas eleições de 1º de março de 1930, *O Globo* manifestou decidida oposição à degola das bancadas mineira e paraibana eleitas para a Câmara e não reconhecidas pela Comissão de Verificação de Poderes. Em julho, o jornal denunciou o assassinato de João Pessoa como um ato ordenado pelo governo federal. Considerou também como ato intervencionista a subsequente concentração de tropas federais em

Princesa, hoje Princesa Isabel, na Paraíba, a pretexto de controlar a situação.

A eclosão da Revolução de 1930 a 3 de outubro não foi noticiada pelo jornal: a partir de 4 de outubro, a imprensa foi submetida à censura na capital federal. Nesse dia, o editorial de *O Globo* condenou moderadamente as medidas tomadas pela polícia em relação a alguns jornais cariocas, cujos diretores foram presos. Dizia o texto: "As notícias relativas às perturbações da ordem, que circularam desde ontem, puseram em movimento as autoridades. Nada mais justo e natural do que as providências e cautelas do governo, uma vez que há motivos para tanto. Aconteceu, porém, que a polícia, pelos seus agentes, achou que podia e devia prender diversos colegas que dirigem o *Diário Carioca, O Jornal* e *A Batalha*, levando a sua ação até mesmo aos extremos de deter os auxiliares das oficinas daqueles jornais. Hoje de manhã nenhum deles circulou. Cogita-se de uma arbitrariedade que, até virem esclarecimentos, dispensa demonstrações. O chefe de polícia tem recomendado aos jornais que evitem notícias alarmantes. Nada mais alarmante do que o ato da polícia, detendo todos os que trabalham naqueles jornais, conduzindo-os de cambulhada e pondo-os sob custódia, como se eles tivessem cometido delito."

Por fim, com a deposição de Washington Luís, em 24 de outubro, e a consequente formação da junta militar composta pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha, *O Globo* declarou em editorial que "a ação das forças pacificadoras da guarnição militar da capital da República consagrou na manhã de hoje, desoprimindo a população atormentada, a vitória da revolução que empolgou o país de Norte a Sul".

O PÓS-1930

O apoio de *O Globo* à Revolução de 1930 jamais foi irrestrito. Segundo a edição comemorativa de 1955, o jornal "não se deixou contagiar pelos que viram na revolução o remédio eficaz para os problemas nacionais". No período seguinte, segundo a mesma fonte, o jornal teria defendido a aceleração do processo de redemocratização, colaborando dessa forma "para que a nova ordem de coisas produzisse seus frutos". Os editoriais da época procuravam alertar a opinião pública para a necessidade da "restauração do clima constitucional", através da eleição de uma assembleia constituinte. As principais críticas ao governo provisório visavam a extrema arbitrariedade dos interventores. Euricles de Matos,

que se mantinha à frente do jornal, se teria gradualmente afastado da situação, "como defensor da ordem jurídica".

Entretanto, em 5 de maio de 1931, morreu o segundo diretor de *O Globo.* Três dias depois Roberto Marinho, filho mais velho de Irineu Marinho, passou a dirigir o jornal, sendo mais tarde assessorado por seus irmãos Rogério e Ricardo Marinho.

Segundo o próprio jornal, decorrido o primeiro ano do governo provisório, faltava um programa aos revolucionários: "Nas incertezas deste primeiro ano escoado com as inquietações financeiras, com as dívidas políticas e com as impaciências, o novo regime precisa firmar os seus objetivos." Em junho de 1932, *O Globo* considerou como fato da maior gravidade a deposição do general Leite de Castro da pasta da Guerra: "A nação não pode mais transigir com os caprichos do governo." Em 11 de julho do mesmo ano, noticiou a eclosão de um "movimento armado contra o Governo Provisório", em São Paulo, chefiado pelo general Isidoro Dias Lopes. A chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo foi amplamente noticiada pelo jornal, que realizou cobertura completa dos dois lados da luta através de correspondentes. Procurando rebater o argumento do governo de que se tratava de um movimento separatista, o jornal publicou editoriais tentando mostrar que os revoltosos visavam apenas a reconstitucionalização do país.

Por fim, após terem sido realizadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933, e ter sido promulgada a Constituição em 16 de julho de 1934, *O Globo* afirmou que estava "extinto o regime discricionário".

Segundo Ricardo Marinho, entretanto, o jornal não se teria manifestado expressamente a favor da Constituição de 1934, que permitira a Getúlio Vargas eleger-se presidente indiretamente. Fazendo na ocasião um balanço dos anos decorridos desde a revolução, o jornal concluía em editorial que, apesar de o chefe do governo provisório ter tido à sua disposição todas as forças imagináveis, não lograra "resolver um só dos problemas nacionais", bastando "lembrar apenas que, a despeito de todas as fiscalizações, métodos e estatísticas das finanças públicas, não tivemos nenhuma vez orçamentos em dia, não soube nunca o país quanto nem como se gastou, nem quais os créditos abertos". O "único orgulho da revolução foi o de dizer que não fez empréstimos sem ter a coragem de confessar que não os fez porque não teve crédito em nenhum mercado monetário, como foi a sua única e exclusiva vaidade a de reduzir, negar ou discutir parte de suas dívidas com o estrangeiro ou

explorar, na aquisição de títulos, a cuja margem se realizaram as mais tristes negociatas, o próprio descrédito nacional".

Em 1935, as forças oposicionistas mais radicais concentraram-se de um lado na Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento lançado em março de 1935, que abrigava propostas anti-imperialistas e contrárias à concentração da propriedade territorial, e, de outro, na Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento liderado por Plínio Salgado que encampava os princípios sindical-corporativistas. *O Globo* mostrou-se radicalmente contrário a ambas as tendências, considerando-as de cunho extremista e "perigosas ao funcionamento da democracia".

A decretação, em abril de 1935, da Lei de Segurança Nacional, instrumento de poder do Estado contra a oposição radical representada pela ANL e pela AIB, foi nesse sentido aceita pelo jornal. Segundo depoimento de Ricardo Marinho, contudo, *O Globo* teria feito algumas restrições, na medida em que a nova lei não faria mais do que fortalecer Getúlio Vargas. A posição contrária à lei, ainda que não expressa com clareza, transparecia mais nas omissões cometidas nos editoriais. Por sua vez, a dissolução da ANL, em julho de 1935, foi considerada por *O Globo* como o desfecho de uma das mais ruidosas campanhas em que o próprio jornal se empenhara desde a sua fundação. E, uma vez fechada a ANL, o jornal comprometeu-se a não poupar esforços "no combate aos extremismos verde e vermelho".

A deflagração da Revolta Comunista no Nordeste em novembro de 1935 foi noticiada por *O Globo* na edição no dia 25, que deu especial atenção aos eventos ocorridos em Olinda e Natal. Dois dias depois, a rebelião eclodiu no Rio de Janeiro, através do levante do 3º Regimento de Infantaria, sediado na Praia Vermelha, e de uma companhia de Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. *O Globo* cobriu amplamente o acontecimento, tirando sucessivas edições à medida que seu corpo de repórteres, enviado para diversos pontos nas vizinhanças da Praia Vermelha, obtinha novas informações. O levante foi sufocado ainda em 27 de novembro e no dia seguinte *O Globo* declarava em editorial que "sobre as cabeças de seus criminosos" cairiam as "maldições da sociedade brasileira".

Após o colapso do levante, Roberto Marinho recomendaria diariamente a seus repórteres vigilância aos comunistas e integralistas. As perseguições desencadeadas pelo governo contra os comunistas foram do inteiro agrado do jornal, para quem "o combate à ideologia

vermelha com seu rosário de inconveniências para um povo da nossa formação moral e religiosa continuava como um dos objetivos mais sérios". O jornal procuraria "advertir as autoridades quanto aos perigos que o comunismo representava".

Em 1937, estando próximo o fim do mandato de Getúlio Vargas e iniciando-se os debates em torno da sucessão presidencial, *O Globo* apoiou a candidatura de Armando de Sales Oliveira, que concorria contra o candidato oficial, José Américo de Almeida. Armando Sales seria "o candidato das correntes democráticas nacionais", portador de uma "mensagem progressista mais elevada", em contraposição aos "traços demagógicos" de José Américo.

O ESTADO NOVO

Com o golpe perpetrado em 10 de novembro de 1937, estabeleceu-se o Estado Novo, período em que Getúlio Vargas governou ditatorialmente. O novo regime, através da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), afetou toda a imprensa, que a partir de então foi submetida à censura. Em edição especial, em 10 de novembro de 1937, *O Globo* noticiou a outorga da nova Constituição e a dissolução do Senado e da Câmara, bem como das assembleias legislativas e das câmaras municipais. A censura fez com que o jornal preferisse "muitas vezes omitir a notícia a divulgá-la sob a forma recomendada, com flagrante desvirtuamento do fato, pelo interesse dos governantes e pela determinação dos censores". Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* sofreu intervenção do DIP e Roberto Marinho chegou a ser chamado a prestar depoimento.

De modo geral, durante o Estado Novo o jornal passou a dar maior destaque à seção de esportes, divulgando com maior cuidado, igualmente, o noticiário internacional. Entretanto, *O Globo* criticou a medida governamental que instituiu impostos indiretos sobre o consumidor, vendo aí sérias possibilidades de aumento do custo de vida. Mais adiante, o jornal apoiou a reforma da legislação criminal, cujo projeto havia sido elaborado por José de Alcântara Machado de Oliveira. Internacionalmente, *O Globo* mostrou-se favorável à política externa de Franklin Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, preocupado em conclamar as nações para um esforço conjunto em prol da reconstrução da ordem mundial, sob o argumento de que "nenhum grupo de nações pode gozar de prosperidade enquanto outra parte se debate em terrível e desagregante crise".

Em 1938, o movimento integralista articulou um golpe que contou com o apoio de setores oposicionistas liberais e pretendia depor Vargas. O chamado *putsch* integralista (11/5/1938), que redundou em fracasso, foi veementemente condenado por *O Globo*. O editorial referente ao episódio afirmava: "Contra esse estado de coisas... sempre protestamos, timbrando em não diferençar nos seus intuitos e técnicas os amantes do credo verde dos de Moscou".

A vigilância do governo sobre a imprensa não impediu *O Globo* de, embora mantendo-se favorável à construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, fazer pequenas críticas ao fato de esta ter sido construída no estado do Rio, cujo interventor, Ernâni Amaral Peixoto, era genro de Vargas. Contudo, em relação à política social de Getúlio, *O Globo* não fez restrições, apoiando o desenvolvimento da legislação trabalhista. Da mesma forma, a aproximação de Getúlio Vargas com o Eixo, manifestada por essa ocasião através do incremento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha, não foi criticada pelo jornal. Também passou despercebido ao crivo de *O Globo* o discurso pronunciado por Getúlio Vargas em julho de 1940 a bordo do *Minas Gerais*, considerado simpático ao fascismo. Nesse pronunciamento, Getúlio manifestou-se partidário das mudanças sociais, econômicas e políticas, devido à época turbulenta que se atravessava, afirmando que "passou a época dos liberalismos imprevidentes" e que "à democracia política substitui a democracia econômica".

Por outro lado, desde o início da Segunda Guerra Mundial, *O Globo* se colocou a favor dos Aliados, mostrando-se decididamente contra a neutralidade brasileira e expressando em editorial sua esperança de que os ideais pan-americanistas "abroquelassem cada vez mais as nações do continente contra incursões do imperialismo distante". Em dezembro de 1941 os norte-americanos entraram na guerra e, em janeiro de 1942, o Brasil rompeu relações com o Eixo. Por fim, em agosto de 1942, *O Globo* considerou "traiçoeira selvageria" a agressão de navios brasileiros por submarinos alemães, publicando o editorial "Desafio e ultraje ao Brasil", em que defendia o ingresso do Brasil na guerra. A partir daí, *O Globo* faria ampla cobertura da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, lançando o tablóide *O Globo Expedicionário,* dirigido por Pedro Mota Lima, destinado a manter elevado a moral dos pracinhas brasileiros que combatiam na Itália. O tablóide foi publicado de 7 de julho de 1944 a 23 de maio de 1945, semanalmente. Além disso, *O Globo* fez apelo ao voluntariado.

Por essa ocasião, também em dezembro de 1944, nascia a Rádio Globo.

Durante os últimos anos do Estado Novo, *O Globo* uniu-se às correntes políticas que buscavam reintegrar o país ao processo democrático. Em função do que chamava de espírito continuísta de Getúlio, o jornal considerava inevitável a deposição do presidente. Nesse sentido, apoiou e deu ampla cobertura ao chamado *Manifesto dos mineiros,* lançado em outubro de 1943 com as assinaturas de importantes nomes da política mineira. O documento, que reivindicava a democratização do país, é considerado a primeira manifestação ostensiva da oposição ao Estado Novo, partida de lideranças políticas liberais e conservadoras.

À medida que se enfraquecia o regime, *O Globo* assumia posições favoráveis à anistia, às eleições livres e à eleição de uma constituinte que elaborasse uma nova carta para substituir a Constituição de 1937. A organização da sociedade civil e a consequente criação de partidos foi acompanhada cuidadosamente pelo jornal, que, se inicialmente não se definia por nenhum programa de maneira integral, mantendo uma seção onde se debatiam os mais diversos princípios partidários, acabou por apoiar a União Democrática Nacional (UDN) e a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Contra Eduardo Gomes, disputavam o cargo o general Eurico Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), Iedo Fiúza, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e contra quem o jornal desencadeou campanha sob a acusação de corrupção na prefeitura de Petrópolis, e Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP). Por essa época, *O Globo* publicou uma entrevista de Góis Monteiro em que este declarava ter regressado de Montevidéu para "acabar com o Estado Novo". Logo em seguida, a anistia concedida aos inimigos do regime foi aplaudida pelo jornal, que entretanto não a desejava irrestrita e ampla. O jornal foi contrário às últimas medidas econômicas de Vargas, como a lei de repressão ao abuso do poder econômico, a chamada Lei Malaia, decretada em junho de 1945.

DE 1945 A 1964: A RECONSTITUCIONALIZAÇÃO

Por fim, a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, foi do inteiro agrado de *O Globo*, que se mostrara durante o mês de agosto decididamente contrário à marcha dos trabalhadores queremistas e à proposta da "Constituinte com Getúlio". Entretanto, o jornal demonstrou expectativa diante do governo do presidente José Linhares,

não o apoiando incondicionalmente.

O período imediatamente posterior ao Estado Novo era considerado por *O Globo* como de redemocratização lenta, em que a vida política nacional se recompunha, "somente perturbada pela ação subversiva dos comunistas que, através de sua atividade partidária e parlamentar, mantiveram a nação permanentemente agitada... com a fomentação de greves e outras provocações". As greves eram desencadeadas "por conta dos asseclas de Luís Carlos Prestes", líder do então legalizado PCB.

O Globo não fez oposição sistemática ao governo do marechal Eurico Dutra, vitorioso nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Durante esse período, o jornal solidarizou-se com o lançamento do PCB na ilegalidade (1947) e fez campanha para que fossem cassados os mandatos dos representantes comunistas, tanto na Câmara dos Deputados, onde chegavam a 14, quanto na Câmara do Distrito Federal, onde ocupavam 18 cadeiras, num total de 50. *O Globo* apoiou igualmente o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética.

Nos debates em relação à estratégia do desenvolvimento econômico a ser seguida, *O Globo* era o principal porta-voz da linha neoliberal, que tinha como teórico Eugênio Gudin. O jornal defendia a fórmula que, segundo Thomas Skidmore, baseava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como principal determinante da economia. As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados, e as emissões, severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado como ajuda indispensável para um país carente de capitais. As limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens deveriam ser reduzidas ao mínimo. Essa autodisciplina aumentaria ao máximo a mobilidade dos fatores e relegaria o Brasil a seu papel econômico natural, inevitável e inapelável, sob a lei inexorável da vantagem comparativa.

Ainda durante o governo Dutra, *O Globo* fez campanha contra os jogos de azar, procurando gratificar os anseios moralistas das camadas urbanas e assim garantir uma quantidade cada vez maior de leitores. O movimento resultou num decreto governamental que proibiu o jogo.

Os debates relativos à sucessão de Dutra se articularam em torno das candidaturas de Getúlio Vargas, lançado pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com o Partido Social Progressista (PSP); do brigadeiro Eduardo Gomes, novamente indicado pela UDN; e de Cristiano Machado, do PSD. *O Globo,* o primeiro órgão de imprensa a levantar, já em 1949, a possibilidade de retorno de Vargas ao poder, apoiou mais uma vez o brigadeiro, o que se deveu, segundo Ricardo Marinho, "à sua figura de grande democrata e patriota". Ainda assim, a edição comemorativa do 30º aniversário do jornal declarava que, "durante a campanha eleitoral que se desdobrou intensa não só na capital da República como em todo o país, *O Globo* manteve uma linha de conduta de real imparcialidade. Procurava esclarecer a opinião pública e trazê-la bem informada, sem manifestar-se favorável a esta ou àquela corrente em luta. Dentro de tal propósito, ofereceu ampla cobertura de todos os setores, com reportagens, entrevistas de candidatos e completo noticiário, fartamente ilustrado".

Com a vitória de Vargas desencadeou-se o debate em torno da legitimidade de sua vitória, levantado pelo líder oposicionista Carlos Lacerda sob a alegação de que o candidato não havia obtido maioria absoluta nas eleições. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* omitiu-se diante da questão, uma vez que não desfrutava de base política para apoiar um movimento de caráter inconstitucional. Após a posse de Vargas, no entanto, o jornal fez intensa oposição a seu governo.

Durante esse período, a discussão em torno da estratégia econômica a ser adotada partia de três posições fundamentais: a neoliberal, cujo principal teórico continuava a ser Gudin; a desenvolvimentista, preconizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); e a nacionalista radical, encampada pelo PCB. *O Globo* permaneceu fiel aos princípios neoliberais, apoiando também o Plano Lafer, plano quinquenal elaborado por Horácio Lafer, então ministro da Fazenda, que pretendia investir um bilhão de dólares nas indústrias de base e nos setores estrangulados de transportes e energia. *O Globo* se mostraria outra vez favorável a Lafer, mais tarde, no momento em que sua política anti-inflacionária de contenção de crédito se chocou com a política de crédito fácil preconizada por Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil.

Em janeiro de 1952, *O Globo* manifestou-se contra o decreto presidencial que limitava em 10% a remessa de lucros. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* jamais se posicionou contra

o capital estrangeiro, cujo ingresso era considerado benéfico na medida em que concorria para o crescimento do país. Em março do mesmo ano, o jornal apoiou a substituição, no Ministério da Guerra, do general Newton Estillac Leal, considerado "simpatizante do credo de Moscou", pelo general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Logo em seguida, nas eleições para a presidência do Clube Militar, o jornal apoiou a candidatura do general Alcides Etchegoyen, representante do grupo favorável à íntima cooperação entre o Brasil e os EUA, que acabou por derrotar Estillac Leal.

Durante 1953, *O Globo* manifestou-se contra a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que instaurou uma política cambial mais flexível, estabelecendo categorias múltiplas para diversos tipos de exportações, importações e movimentos de capital. O jornal desencadeou também violenta campanha contra a Petrobras, cuja criação foi aprovada nesse ano pelo Congresso. Ainda em 1953, o aumento em 100% do salário mínimo, decidido pelo ministro do Trabalho, João Goulart, foi considerado nefasto pelo jornal, que viu aí a principal causa do aumento do custo de vida.

À medida que se intensificava a crise política do governo Vargas, *O Globo* acirrava a oposição ao presidente encampando a tese do *impeachment* proposta pela UDN e participando da intensa campanha que a imprensa movia contra o jornal situacionista *Última Hora*, de Samuel Wainer. Segundo Ricardo Marinho, *O Globo* justificava sua atitude contra um governo eleito constitucionalmente em função dos "desmandos" que este cometera.

O Globo fez ampla cobertura do chamado atentado da Tonelero, em 5 de agosto de 1954, contra Carlos Lacerda, cuja vítima foi seu acompanhante, o major-aviador Rubens Vaz. O jornal cobriu igualmente o inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica para apontar os responsáveis. O inquérito, instalado na Base Aérea do Galeão, dispôs de amplos poderes para convocar autoridades suspeitas de envolvimento no crime e constituiu importante elemento no quadro do acirramento da campanha contra Vargas. *O Globo* publicou todo o relatório do inquérito num tablóide sob o título *O livro negro de corrupção*.

O suicídio de Vargas, 19 dias após o atentado da Tonelero, em 24 de agosto de 1954, determinou o apedrejamento da sede de *O Globo* e a queima de caminhões de entrega do jornal. Em consequência disso, o jornal evitou tecer comentários sobre o episódio,

limitando-se a noticiá-lo. O governo de João Café Filho, vice-presidente de Getúlio e seu substituto imediato, foi contudo apoiado pelo jornal por causa de sua aproximação política com a UDN. Café Filho chegou a nomear Eugênio Gudin ministro da Fazenda.

Com o início dos debates sobre a sucessão presidencial, articularam-se as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, pela coligação entre PSD-PTB, e de Juarez Távora, pela UDN. *O Globo* permaneceu fiel aos princípios udenistas que o orientavam. Durante esse período, aproximou-se igualmente de elementos do Exército ligados à UDN, identificando-se sobretudo com o general Canrobert Pereira da Costa e acreditando na veracidade da chamada Carta Brandi. O documento, divulgado em julho de 1955, seria endereçado a João Goulart pelo deputado argentino Antônio Jesus Brandi e aludiria a supostas articulações com o governo peronista para a deflagração de um movimento armado no Brasil. Um inquérito instaurado no mesmo ano comprovou tratar-se de um documento forjado por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart.

Com a vitória de Juscelino Kubitschek, *O Globo* encampou a tese da maioria absoluta novamente lançada pela UDN e seguiu identificado com as propostas desse partido ao longo dos episódios que se sucederam, culminando no movimento do 11 de Novembro de 1955. Esse movimento militar, liderado pelo general Henrique Lott com o objetivo de barrar uma conspiração contra a posse de Juscelino, que supostamente se preparava no governo, acabou por provocar o impedimento do presidente interino, Carlos Luz, substituto de Café Filho, que se havia licenciado por motivo de saúde.

Ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, *O Globo* manteve-se na oposição, apoiando a política do Fundo Monetário Internacional (FMI), que preconizou maior combate à inflação e restrição ao crédito, e com o qual o presidente acabou rompendo. Em editoriais e mesmo através de colaboradores, o jornal criticava a construção de Brasília, atribuindo a inflação que se verificava aos excessivos gastos de Juscelino. Na questão desencadeada entre Lucas Lopes, ministro da Fazenda, que procurava conciliar-se com o FMI, e Pais de Almeida, presidente do Banco do Brasil, *O Globo* apoiou o primeiro. Viu, contudo, com bons olhos, a implantação da indústria automobilística.

A despeito da oposição movida por *O Globo*, Juscelino Kubitschek nomeou Roberto Marinho secretário da Comissão Nacional da Ordem do Mérito. Ainda durante a gestão Juscelino, o jornal desencadeou uma campanha contra o recém-fundado Instituto Superior

de Estudos Brasileiros (ISEB), considerado um “pedante ninho algo luxuoso de agitadores comunistas”. Além de ataques pessoais ao diretor Roland Corbisier, *O Globo* chamou a atenção para a “indisfarçável e curiosa coincidência de linhas políticas que se constata nos movimentos dos rapazes isebianos — agindo na superestrutura — e as Ligas Camponesas no Nordeste — agindo junto às camadas mais sensíveis de nosso povo”.

Por ocasião dos debates em torno da sucessão de Juscelino, *O Globo* apoiou irrestritamente a candidatura Jânio Quadros, que com o apoio da UDN venceu o pleito, derrotando o candidato petebista, o marechal Henrique Lott. O vice-presidente de Jânio, contudo, seria João Goulart, filiado ao PTB.

Durante o governo de Jânio Quadros, o jornal recebeu com perplexidade algumas das medidas presidenciais, sobretudo as relativas à política externa. A condecoração de Ernesto “Che” Guevara, ministro das Relações Exteriores de Cuba, e o projeto de reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas foram violentamente combatidos. Ainda assim, *O Globo* considerava inoportuna a campanha que Lacerda, então governador da Guanabara, desencadeara contra o presidente.

A renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, foi igualmente recebida com perplexidade. De imediato *O Globo* foi contra a posse de João Goulart, mas apoiou a opção parlamentarista, adotada pelo Congresso em setembro de 1961 como forma conciliatória para propiciar a posse do vice-presidente. Durante o governo João Goulart, *O Globo* permaneceu na oposição, defendendo os interesses do capital estrangeiro e atacando as reformas de base propostas pelo presidente.

O jornal declarou-se contrário à reforma agrária, mesmo se esta fosse feita com indenização, afirmando considerar o minifúndio economicamente prejudicial. Manifestou-se contra o plebiscito de janeiro de 1963, que promoveu o retorno ao regime presidencialista, alijando o parlamentarismo do cenário político. Condenou igualmente a desapropriação dos bens da American and Foreign Power Company (Amforp) em abril de 1963, permanecendo ao lado das proposições do FMI, que dera parecer desfavorável à política econômica levada a efeito por João Goulart. *O Globo* pronunciou-se também contra a Lei de Remessa de Lucros, cuja regulamentação foi emitida em janeiro de 1964.

Por fim, a eclosão do movimento militar de março de 1964, que derrubaria o governo João Goulart, foi prontamente apoiada por *O Globo.*

DE 1964 AO GOVERNO GEISEL

No início de abril de 1964, *O Globo* declarava que "agora o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, para que o país continue a sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo". Posteriormente, no editorial "50 anos", publicado por ocasião do 50º aniversário do jornal, o movimento militar de 1964 era visto como o reencontro da nação: "Os tenentes, então generais reformados, os expedicionários, então responsáveis pela chefia das forças armadas, e os líderes políticos herdeiros de tradições de várias décadas de luta pela democracia uniram-se, sob a pressão das grandes marchas populares para uma nova revolução".

O Globo deu apoio ao governo do marechal Castelo Branco, presidente eleito pelo Congresso em 11 de abril de 1964. Contudo, tendo rompido com Carlos Lacerda em 1963, nas eleições de outubro de 1965 Roberto Marinho apoiou a candidatura oposicionista de Negrão de Lima ao governo da Guanabara contra o candidato de Lacerda, Flexa Ribeiro. A despeito do apoio a Negrão de Lima, *O Globo* permaneceu identificado com Castelo Branco, encampando as renegociações do governo com o FMI, o Plano de Ação Econômica organizado por Roberto Campos e o programa de austeridade monetária, e não se manifestando contra as diversas cassações perpetradas pelos primeiros atos institucionais. Ainda em 1965, o jornal opôs-se à Frente Ampla, movimento articulado por elementos descontentes com o governo Castelo Branco, entre os quais Lacerda e políticos cassados pelo movimento de 1964, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart.

Ainda durante o governo Castelo Branco, em 1965, Lacerda denunciava "infiltração de capital forasteiro" na televisão. Na verdade, referia-se a "acordos ilegais" firmados entre a TV Globo — fundada em abril daquele ano — e o grupo norte-americano Time-Life. A denúncia fora efetuada através do depoimento de Alberto Hernandes Catá, assessor de Roberto Marinho na TV Globo. Catá teria vínculo trabalhista apenas com o grupo Time-Life, que lhe pagava em dólares, e denunciou a subordinação do grupo brasileiro ao estrangeiro em face da situação econômico-financeira das empresas e da orientação

ministrada através da assessoria técnica, decorrente do contrato firmado. Catá referiu-se também à conferência pronunciada pelo vice-presidente do grupo Time-Life, Weston Pullen Jr., sobre a ampliação de suas atividades nos países sul-americanos, e a comentários publicados pelo órgão especializado *Television Age* sobre a aquisição pelo grupo Marinho-Time-Life de mais uma emissora em São Paulo. Alegou, finalmente, a violação do artigo 160 da Constituição e do artigo 28 §2º, item II, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963), que dizia: "Proibição de ser firmado qualquer convênio, acordo ou ajuste relativo à utilização das frequências consignadas e exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel)."

Enquanto a questão era levada ao conhecimento do Contel, o deputado Eurico de Oliveira apresentava requerimento à Câmara pedindo instauração de uma comissão parlamentar de inquérito para apuração das denúncias. À campanha desencadeada contra *O Globo* aderiram os Diários Associados, através de João Calmon, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão, e mais adiante *O Estado de S. Paulo.* A favor de Roberto Marinho permaneceu o *Jornal do Brasil*, que considerava a campanha "jacobinismo provinciano".

Acusava-se *O Globo* de ter recebido em dólares importância superior a cinco bilhões de cruzeiros e de ter vendido o prédio da TV Globo ao grupo Time-Life, alegando-se a existência de contratos que provariam o vínculo societário, proibido pela Carta Magna e pelo Código Brasileiro de Telecomunicações. Uma vez instalada a CPI, obteve-se de início as cópias dos contratos celebrados entre as empresas nacional e estrangeira (contrato da sociedade em conta de participação, contrato de assistência técnica e escritura de cessão de direitos e promessa de compra e venda do prédio da TV Globo), e na Junta de Registro de Comércio apurou-se o extravio do processo da TV Globo Ltda., que lá deveria se encontrar arquivado, o mesmo ocorrendo no 11º Ofício de Notas, onde se constatou o desaparecimento da folha correspondente ao instrumento da escritura da cessão de direito e promessa de compra e venda do prédio da TV.

Depuseram Roberto Marinho e alguns ex-diretores da TV Globo, e José Tomás Nabuco de Araújo, representando o grupo Time-Life. Roberto Marinho contestou as acusações argumentando que "o contrato denominado principal, a que se refere o mesmo ofício, foi

celebrado em Nova Iorque em 22 de junho de 1962, não tendo sido remetidos para o Brasil os respectivos originais. Esse contrato só entraria em vigor cumpridas condições previstas em sua cláusula II, e antes que isso se verificasse foi ele revogado por acordo mútuo, havendo sido convertido em financiamento sob forma de conta de participação, em um contrato de cessão de promessa de venda do terreno à rua Von Martius s/nº, bem como do edifício nele construído". Mais adiante, Roberto Marinho afirmava que "confirmamos assim os dizeres do nosso ofício anterior, no qual esclarecemos que o contrato denominado principal não chegou a ter existência legal no Brasil, pois embora rubricada a respectiva minuta pelas partes em 1962, foi enviado aos Estados Unidos para ser celebrado lá, não tendo voltado jamais ao Brasil sob a forma definitiva para início das relações contratuais".

Contudo, em 21 de janeiro de 1966 Roberto Marinho concordou em enviar ao Contel cópias dos contratos da TV Globo com o grupo Time-Life. No mesmo dia, o presidente Castelo Branco determinou a instalação de uma comissão de alto nível para investigar as denúncias de infiltração estrangeira na imprensa, que seria constituída cinco dias depois por Gildo Ferraz, Bruno Negreiros e Celso Silva. As conclusões a que chegou a comissão, assinadas por Gildo Ferraz, declaravam reconhecer a ingerência estrangeira nos negócios da empresa e que a expansão do domínio do grupo Time-Life poria em risco a própria segurança nacional, "pois já se encontram sob o seu controle, nas mesmas condições da TV Globo, os bens adquiridos pelo sr. Roberto Marinho à Organização Victor Costa, compreendendo entre outros a TV Paulista e a TV Bauru". O parecer de Gildo Ferraz finalizou advertindo para "o perigo da propagação pelo país... dado que o sr. Roberto Marinho possui em tramitação no Contel pedido de concessão de 36 emissoras de rádio, algumas com canal de televisão, nas capitais e cidades mais populosas". Contudo, segundo Ricardo Marinho, Roberto Marinho desligou-se do grupo Time-Life, indenizando-o para "evitar pretextos que viessem a afetar a empresa".

O Globo foi favorável à prorrogação do mandato de Castelo Branco. Durante o governo do marechal Costa e Silva, empossado em 15 de março de 1967, o jornal, embora seguisse em seu apoio às principais teses do movimento militar de 1964, mostrou algumas reservas. Já o governo do general Garrastazu Médici recebeu total adesão. Transformado gradualmente no mais governista dos jornais, *O Globo* deixou lentamente sua posição favorável à privatização das empresas, encampando, a partir do governo Ernesto Geisel, a política de

estatização, num momento em que órgãos da imprensa liberal, como o *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo,* lhe faziam restrições e combatiam a Petrobras. *O Globo,* ao contrário, embora fosse um tradicional inimigo da Petrobras, passou a apoiá-la durante o governo Geisel.

O editorial comemorativo do 50º aniversário do jornal, em 1975, reafirmou o propósito de *O Globo* de dar "firme combate à subversão" e declarou ao mesmo tempo que o crescimento econômico do país criara "condições de trabalho profícuo, ensejando que, embora sempre vigilantes, possamos partir para a implantação do desenvolvimento político e social".

ASPECTOS INTERNOS

Em sua fase inicial, *O Globo* contou com a colaboração, entre outros, do barão de Itararé e de Raul Bopp. Posteriormente, tornar-se-iam colaboradores do jornal, escrevendo sobre diversos assuntos, Eugênio Gudin, Gustavo Corção, Oto Lara Resende, Nelson Rodrigues, Davi Nasser, Edmar Morel, Franklin de Oliveira, Luís Alberto Bahia, João Antônio Mesplé, Evandro Carlos de Andrade e Francisco Alves Pinheiro. Em 1954, Ibrahim Sued iniciou no jornal sua coluna social, que impulsionaria esse tipo de jornalismo.

O jornal, inicialmente vespertino e circulando diariamente com duas edições, em 1935 acrescentou mais uma edição vespertina e outra matutina, a qual, no entanto, deixou de circular em 1937. A partir de 1962, tornou-se exclusivamente matutino.

A primeira sede do jornal, na rua Bittencourt Silva, foi desapropriada pela Prefeitura do Distrito Federal. Em outubro de 1954, o jornal transferiu-se para a rua Irineu Marinho. A rotativa Hoe, que adquiriu então, foi substituída em 1978 por rotativas Goss Metrolines Rockwell, em *off-set.*

O Globo foi o primeiro jornal brasileiro a utilizar o *flash* nas máquinas fotográficas, assim como o *flash* eletrônico, a teleobjetiva e as máquinas de 35mm com filme ultrassensível. Em junho de 1959, o jornal publicou a primeira radiofoto colorida da imprensa da América do Sul, reproduzindo a visita da rainha Elizabeth II ao Canadá. *O Globo* adotou igualmente máquinas Unifax para a recepção de fotografias de qualquer ponto do planeta por rádio ou telefone e o sistema de fotocomposição em substituição ao de linotipos com composição a chumbo.

Carlos Eduardo Leal

A ABERTURA POLÍTICA

O projeto de distensão "lenta, gradual e segura", apresentado pela facção liberal do regime militar, foi tratado nas páginas de *O Globo* como um processo contínuo de transição para a democracia. Momentos conturbados, como o fechamento do Congresso em abril de 1977 para a aprovação de um conjunto de leis – o chamado Pacote de Abril – com o intuito de fortalecer o partido governista, foram vistos pelo jornal como manifestações de intransigência por parte da oposição, capazes de impedir a "boa evolução do problema institucional brasileiro".

Em 1979, quando foi aprovada a Lei de Anistia, permitindo a libertação de presos políticos e a volta do exílio de personagens como Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, *O Globo* elogiou o encaminhamento dado à questão e procurou encontrar na atitude do presidente João Figueiredo um sentido de conciliação e compromisso com os princípios de liberalização do regime. A escalada de atos terroristas promovidos por grupos militares de direita, iniciada logo após a aprovação da anistia, recebeu imediata desaprovação do jornal. Na edição de 2 de maio de 1981, todos os principais atentados a bomba até então cometidos foram listados, como parte da cobertura do caso Riocentro, quando uma bomba explodiu durante um show em comemoração do Dia do Trabalho, atingindo dois militares no interior de um automóvel estacionado naquele centro de convenções. A reportagem de *O Globo* divulgou a explosão de uma segunda bomba, meia hora depois, na casa de força, contrariando a versão oficial de que os militares seriam vítimas, e não autores do atentado.

O fim do bipartidarismo e a extinção dos partidos governista e oposicionista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em dezembro de 1979, deram origem a um novo sistema partidário, acirrando a competição entre os partidos. O ano de 1982 seria fundamental para testar esse sistema, com os governadores passando a receber o voto direto da população. No estado do Rio de Janeiro, a candidatura de Leonel Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), chamou especial atenção pelo passado do líder trabalhista, sendo tratada por *O Globo* como um "fenômeno populista", soma de oposicionismo generalizado e habilidade política para

explorar as dificuldades econômicas do povo. Nessa eleição, *O Globo* apoiou o candidato do Partido Democrático Social (PDS), Moreira Franco, ex-prefeito de Niterói, considerando-o mais bem preparado intelectualmente em relação a seus adversários e também o único portador de uma real experiência administrativa.

Durante os três primeiros dias da apuração dos votos para governador, as empresas Globo foram acusadas de participar de uma tentativa de fraude. Os dados da Proconsult, empresa de computação contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral, apontavam a vitória de Moreira Franco. Esse resultado era também confirmado pelas pesquisas divulgadas pela Rede Globo. Na verdade, a emissora reproduzia, por medida de economia, os resultados do jornal *O Globo*, que vinha divulgando mais lentamente os dados e começara pelas urnas do interior. Esses dados contrastavam fortemente, porém, com todas as pesquisas de boca de urna então divulgadas e que acabaram sendo confirmadas pela recontagem dos votos.

O governo Brizola foi duramente criticado pelo jornal como centralizador e ineficiente. Seu principal projeto ligado à educação, a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), foi tratado como dispendioso e movido por objetivos de promoção política. Na data em que se completaram cem dias do governo Brizola, *O Globo* anunciou uma crise administrativa, com reflexos na segurança pública e na discussão do aumento do funcionalismo, cuja natureza estaria no estilo personalista do governador.

A sucessão do presidente João Figueiredo foi marcada pela campanha em prol da realização de eleições diretas para presidente da República, proposta ao Congresso pela emenda Dante de Oliveira. *O Globo* não apoiou a campanha nacional a favor da emenda, iniciada no fim de 1983. Entretanto, a cobertura dos últimos comícios das Diretas Já ganhou destaque, tendo sido o comício da Candelária, no Rio de Janeiro, considerado a maior concentração política da história da cidade. Diante da posição do governo de manter a eleição indireta, realizada pelo Colégio Eleitoral, ficando as diretas adiadas para o próximo pleito, *O Globo* enfatizou: “O reconhecimento pelo governo de uma vontade nacional de mudança, na direção única da abertura política, confere ao projeto de reforma constitucional do presidente Figueiredo uma índole democrática que nenhuma imperfeição ou omissão tópica da emenda pode desmerecer”.

As medidas de exceção impostas em Brasília para evitar concentrações públicas de apoio às diretas também receberam aprovação do jornal, sendo consideradas perfeitamente de

acordo com a ordem constitucional vigente. Na data da votação da emenda Dante de Oliveira, *O Globo* conclamou o Congresso a votar afastado do apelo das ruas, cumprindo seu papel específico. Após a derrota da emenda, em 25 de abril de 1984, o jornal passou a defender ainda mais enfaticamente a proposta do presidente Figueiredo, entendendo-a como a única possibilidade de negociação entre o governo e a oposição.

Em 7 de outubro de 1984, no editorial "O julgamento da revolução", publicado na primeira página, Roberto Marinho fez um balanço da atuação de seu jornal durante os anos do autoritarismo e concluiu: "Não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado de seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando os adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. É esse o maior feito da Revolução de 64."

Meses mais tarde, a escolha de Tancredo Neves para concorrer com Paulo Maluf na disputa pela presidência da República pela via indireta recebeu o apoio do jornal. Trazendo o lema da conciliação, a candidatura Tancredo foi vista como uma garantia de transição sem riscos. Após a confirmação de seu nome pelo Colégio Eleitoral, *O Globo* chamou-o de "O mensageiro da conciliação", homem público capaz de reconhecer, apesar de sua militância oposicionista, "o relevante papel do presidente Figueiredo e das Forças Armadas no feliz encaminhamento da sucessão presidencial e da transição para a plenitude democrática".

A NOVA REPÚBLICA E AS ELEIÇÕES DE 1989

Com a posse do vice-presidente José Sarney na presidência da República, em decorrência da doença e da morte, em 21 de abril de 1985, de Tancredo Neves, *O Globo* passou a considerar o novo presidente um continuador da obra de Tancredo, "timoneiro munido das credenciais necessárias" para manter a sustentação política da Nova República.

O segundo ano do governo Sarney foi marcado pela euforia do Plano Cruzado, havendo uma resposta popular intensa de apoio às medidas econômicas por ele implementadas. *O Globo* deu total apoio ao plano, visto como a "reforma mais importante da história do país", e rebateu as críticas de Leonel Brizola, de que seria apenas fruto do desespero de "um projeto de poder pessoal desalojado pelo programa de estabilização econômica".

As eleições para os governos estaduais em novembro de 1986 representaram um capítulo a

mais nas desavenças entre Roberto Marinho e o governador Leonel Brizola. Em nota oficial, divulgada pouco antes das eleições, o governador acusou o ex-presidente João Figueiredo, o presidente José Sarney e as Organizações Globo de estarem conspirando juntos contra o seu governo. Como resposta, *O Globo* publicou, em 10 de novembro de 1986, um editorial que tratava essas acusações como uma fábula narrada por alguém "que não dispõe de um mínimo de argumentos para justificar o dramático fracasso de sua administração", além de pedir à população um voto de repúdio ao governo do PDT. Dias depois, em 13 de novembro, ao focalizar o último comício do candidato apoiado por Brizola, o vice-governador Darci Ribeiro, o jornal afirmava, no editorial "O terrorismo moreno": "No desfile organizado pelos banqueiros do bicho, na avenida Rio Branco, para encerramento da campanha eleitoral a que ora se dedicam no sentido de organizar o continuísmo da sua impunidade, não poderia faltar um carro alegórico. Uma elefanta, com um cartaz em que se lia o número 12 — que corresponde ao do animal no jogo do bicho e ao do candidato Darci Ribeiro na cédula eleitoral — constitui-se no símbolo da grande aliança entre a marginalidade e o governo estadual."

Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em 1º de fevereiro de 1987, *O Globo* criticou a "prodigalidade nociva" dos capítulos referentes aos direitos sociais. Procurou demonstrar o quanto esses benefícios poderiam implicar a elevação dos custos da produção industrial, na medida em que "a Constituinte preocupa-se mais com benesses e favores trabalhistas excessivos e menos com medidas que impulsionem nossa economia". Também acusou os parlamentares de colocarem o Brasil na "contramão da história", ao dificultar a entrada do capital estrangeiro.

Outros pontos de atrito com a Constituinte foram a questão tecnológica e a reserva de mercado para a informática, os monopólios das empresas estatais, o tabelamento dos juros em 12% ao ano e a proposta parlamentarista, considerada golpismo, conforme o editorial de 19 de novembro de 1987, onde se lê: "Os atuais congressistas foram eleitos para exercer funções legislativas, mas não para eleger e depor, de forma indireta, o chefe do Poder Executivo."

Contudo, em 5 de outubro de 1988, *O Globo* enfatizou que a nova Constituição que se promulgava naquele dia exprimia a recuperação da cidadania, parabenizando-a por ter sido "moldada sobre a soberania popular". Nessa data, as únicas críticas do jornal recaíram

sobre o deputado Ulisses Guimarães, cuja autoridade teria ultrapassado os limites da presidência dos trabalhos constituintes para servir a seus interesses futuros, rumo à presidência da República.

Nos primeiros meses da campanha sucessória de 1989, o noticiário do jornal tinha em pauta o problema do grande número de greves, ocorridas no vazio da não regulamentação desse direito pela Constituição de 1988. A greve nacional dos bancários recebeu destaque em diversos editoriais, com ênfase na sua natureza política e irresponsável. Questionou-se a violência das greves, principalmente após o movimento dos vigilantes de transportadoras de valores, quando vários carros-fortes foram apedrejados por grevistas em piquetes. Por conta disso, *O Globo* apoiou a medida provisória que regulamentava o direito de greve e definia os serviços considerados essenciais, pois, na sua opinião, "quando os locais de trabalho são depredados e as empresas são lançadas à insolvência, o trabalhador perde tanto quanto seu empregador".

No campo internacional, iniciava-se a cobertura da crise do socialismo, com o noticiário sobre o massacre dos estudantes chineses que protestavam contra o regime comunista na praça da Paz Celestial, em Pequim, ocupando as manchetes principais por diversos dias. A repercussão dessa cobertura permitiu ao jornal repudiar "uma ideologia que perdeu fascínio e credibilidade, um regime despido de lógica e coerência". Em novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim seria o ponto alto dessa cobertura, pois naquele momento registrava-se o fim do "socialismo de incubadeira — o socialismo que mantém a uma distância profilática outros regimes, povos e nações, o socialismo do confinamento a instâncias burocráticas, pretensamente ungidas de pureza ideológica".

O descontrole da economia, provocado pelo insucesso dos planos Cruzado (fevereiro de 1986), Bresser (junho de 1987) e Verão (janeiro de 1989), e denunciado através da elevação dos índices inflacionários, foi outra preocupação constante, por parte de *O Globo*, na cobertura das eleições de 1989. Na edição de 3 de agosto, a manchete principal assegurava: "Inflação derruba Maílson". Era um furo jornalístico feito a partir de fontes inexistentes, que demonstrava a indisposição do jornal com o então ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. A proximidade das eleições fez com que as críticas à má condução da política econômica ganhassem cada vez mais espaço. O perigo de a avalanche inflacionária influir sobre a escolha dos candidatos em 15 de novembro levou o jornal a acusar o governo de

agir com “negligência criminosa”, nada fazendo para impedir a chegada da inflação à marca dos 50% ao mês.

Os últimos meses da campanha revelaram o tratamento diferenciado do jornal aos principais concorrentes à eleição presidencial, que seria a primeira a contar com o voto popular após 29 anos. Em outubro de 1989, *O Globo* divulgou a foto de um depósito clandestino de armas e munições, onde teria sido encontrado um pôster mostrando Leonel Brizola, então candidato do PDT à presidência da República, abraçado a um suposto traficante conhecido por Eureka. Tratava-se de uma falsificação, pois a pessoa da foto era um líder comunitário, em nada envolvido com o tráfico de drogas. Enquanto isso, a trajetória do candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Melo, era registrada nas páginas do periódico com notícias que enfatizavam o crescimento de seu desempenho nas pesquisas de opinião e o apoio dado pelos eleitores em todos os lugares por ele visitados.

Com a vitória de Collor no primeiro turno, *O Globo* posicionou-se ao seu lado, ressaltando os aspectos positivos de sua personalidade, tais como patriotismo e espírito de liderança. Defendeu suas idéias principais, resumidas no interesse pela abertura comercial e pela redução do tamanho do Estado, em detrimento das propostas acolhidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), consideradas simplificadoras e retrógradas. Tendo obtido o segundo lugar, o candidato petista Luís Inácio Lula da Silva seria o adversário de Collor no segundo turno.

As acusações de Mirian Cordeiro, ex-namorada de Luís Inácio Lula da Silva, de ter sofrido pressões deste para abortar a filha Luriam, feitas no horário gratuito do PRN, às vésperas do último debate eleitoral, receberam grande destaque no jornal, ao lado de notícias sobre o envolvimento da Igreja progressista na campanha da coalizão de partidos que apoiava a candidatura de Lula, a Frente Brasil Popular, e sobre invasões de terras incitadas por militantes petistas.

No editorial “O teste decisivo”, publicado após o debate final entre os candidatos, *O Globo* fez um apelo em prol do voto “em quem revelou o discernimento, a segurança e a capacidade de liderança indispensáveis ao próximo presidente da República: Fernando Collor de Melo”.

Conhecido o resultado das urnas após o pleito de 17 de dezembro, fez-se uma avaliação da

eleição, vista como a “mais limpa e livre jamais levada a efeito no Brasil”. A vitória de Fernando Collor foi avaliada por *O Globo* de maneira positiva: “Ele prega o restabelecimento da eficácia de um Estado mais magro e mais ágil como a única via para alcançar a justiça social. Quer abrir os portos, dinamizar as trocas, aumentar a produção e a produtividade com base na maior liberdade em empreender e pretende encontrar saídas para os pontos de estrangulamento pela via do diálogo e da inserção do país na comunidade das grandes potências econômicas.”

GOVERNO COLLOR

A posse de Fernando Collor em 15 de março de 1990 e a subsequente apresentação de seu plano econômico mantiveram a expectativa positiva trazida por *O Globo* desde o encerramento das eleições. A despeito dos aspectos recessivos do plano e da polêmica causada pela brutal redução do meio circulante, feita através da limitação dos saques da poupança, conta corrente e aplicações de curto prazo, houve uma tendência a valorizar a ênfase dada pelo novo governo às privatizações e à reforma administrativa.

A repercussão internacional do Plano Collor foi acompanhada com bastante interesse por *O Globo*, que chamou a atenção para os novos investimentos feitos no Brasil após conversações entre a ministra Zélia Cardoso de Melo e as agências de crédito no exterior. Anunciava-se uma nova visão sobre o desenvolvimento econômico nacional, com ampla participação do capital estrangeiro, na qual Collor estava perfeitamente engajado.

No decorrer de 1990, entretanto, a ação do Executivo através de medidas provisórias, em conflito com decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal, especialmente nos casos relativos à redução de salários de servidores federais postos em disponibilidade, e a dificuldade de compor uma maioria estável para o governo passaram a formar a maior parte do noticiário da imprensa. Mesmo não tendo conseguido realizar boa parte de seu programa, segundo *O Globo* o presidente Collor detinha no mês de setembro um índice de popularidade de 79%.

A edição do Plano Collor II, em fevereiro de 1991, criticada por lideranças empresariais devido à opção de manter o congelamento de preços e salários, contou com o apoio de *O Globo*, que criticou as previsões feitas na época em vista das novas consequências recessivas do plano, como a queda da produção, dos salários e do emprego.

As denúncias de corrupção que começaram a frequentar o noticiário da grande imprensa a partir do caso S.O.S. Rodovias, em junho de 1990, só tiveram repercussão em *O Globo* a partir de outubro de 1991, quando o jornal denunciou a compra superfaturada de fardas e lençóis pelo Exército. As denúncias divulgadas em 24 de maio de 1992 por Pedro Collor, em entrevista à revista *Veja*, sobre a existência de um esquema de corrupção montado no interior do governo, e a posterior instalação de uma CPI no Congresso para investigar a veracidade dessas acusações, também foram timidamente recebidas, limitando-se *O Globo* a divulgar as notícias relativas ao caso, sem publicar sua opinião em editoriais. Apenas a partir da cobertura das manifestações públicas de repúdio ao presidente, iniciadas em agosto de 1992 com uma grande participação de jovens conhecidos como "caras-pintadas", passou o jornal a abordar diretamente o assunto em seus editoriais. Dias após a conclusão dos trabalhos da CPI, em 1º de setembro de 1992, *O Globo* manifestou-se dizendo: "Caso vingue o processo de *impeachment*, o Brasil não poderá voltar as costas aos avanços significativos que já fizemos na direção de um país moderno, eficiente e, por isso, justo. O atual programa de governo, em suas linhas gerais, representa mais que uma opção correta: ele é a única escolha para uma sociedade que não se conforma com a estagnação e a miséria. Portanto transcende as pessoas e os partidos."

A DEFESA DAS REFORMAS

A defesa do projeto de modernização via abertura comercial e atração de investimentos externos para o Brasil através da venda de empresas estatais, abraçada por *O Globo* desde fins do governo Sarney, fez o jornal apoiar com reservas o governo Itamar Franco, iniciado em outubro de 1992, após o afastamento de Collor. As primeiras notícias referentes a esse governo demonstravam o desentendimento entre as forças que o apoiavam. Na pasta da Fazenda, a rápida mudança de nomes dos titulares causava apreensão. Nada se sabia quanto às possibilidades do programa de privatizações, ao passo que Itamar acenava com propostas consideradas extravagantes, como a recuperação da indústria automobilística através da produção de carros populares, com a volta ao mercado do modelo da Volkswagen popularmente conhecido como Fusca.

Em abril de 1993, a convocação de um plebiscito sobre forma e sistema de governo, em que se discutiu o parlamentarismo, o presidencialismo e a monarquia parlamentar, não

chegou, na opinião de *O Globo*, a empolgar a população, que preferiu aproveitar o dia da votação para o lazer, em muitos casos justificando sua ausência nas agências dos correios, onde as filas foram maiores que nas seções eleitorais. As razões do desinteresse pelo plebiscito, levantadas no editorial "O voto da desconfiança", seriam resultado da desilusão produzida pelos políticos nos últimos anos, da frustração de expectativas provocada pelo fracasso dos muitos planos econômicos e da falta de novas idéias no cenário político. A recusa ao voto foi encarada por *O Globo* como uma forma de manifestação política normal, e foi também uma oportunidade para a defesa do voto facultativo: "Desta vez não houve disfarce possível. O que aconselharia antes de mais nada a liberação dessa forma civilizada de protesto. Sendo um direito, o voto não deveria ser nunca uma obrigação."

No segundo semestre de 1993, entretanto, uma nova série de denúncias de corrupção, dessa vez levantadas contra o Legislativo, reacendeu a corrida do jornalismo investigativo, que marcara a atitude da grande imprensa no ano anterior. Uma CPI instalada para averiguar as possíveis fraudes na apresentação de emendas ao orçamento da União conseguiu provar o envolvimento de diversos parlamentares, conhecidos como os "anões do orçamento", que negociavam verbas para prefeituras em suas áreas de influência. *O Globo* apoiou a iniciativa do Congresso de proceder a uma devassa nas suas próprias atividades, só chamando a atenção para o perigo de se interromper, em nome da CPI, os trabalhos de revisão constitucional que se iniciavam.

Ao se encerrarem as investigações da CPI do Orçamento, *O Globo* afirmou estar o Legislativo redimido de seus vícios históricos e pronto para o estabelecimento de procedimentos mais austeros no trato dos recursos públicos. Para o jornal, daí em diante estaria aberto o caminho das reformas constitucionais, consideradas o desdobramento natural do salto qualitativo dado pelos parlamentares após a aprovação dos expurgos na Câmara e no Senado.

O insucesso do esforço realizado em fevereiro de 1994 para acelerar a aprovação dessas reformas fez com que *O Globo* protestasse contra a falta de interesse da maioria dos políticos em participar efetivamente dos trabalhos legislativos, o que teria facilitado a resistência da oposição, através da obstrução das propostas de revisão constitucional, por conta da falta de quórum no plenário do Congresso.

Ainda nesse mês, *O Globo* iria saudar a implementação da segunda fase do plano de

estabilização econômica, elaborado pela equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso após um período inicial de ajuste das contas públicas no fim de 1993. Segundo o periódico, a adoção, em 28 de fevereiro, da Unidade Referencial de Valor (URV), diferentemente dos planos anteriores, teria sido submetida a uma ampla discussão, revelando assim sua natureza inovadora e democrática.

De acordo com o jornal, as condições econômicas no começo de 1994 eram bastante favoráveis, "os mercados e a sociedade é que na verdade determinarão a fase de transição. A discussão prévia sobre as regras de conversão e a postura não intervencionista do governo devem contribuir para que esse período seja breve e a URV possa rapidamente se transformar na moeda nacional".

A fase final do plano, com a adoção do real como moeda corrente, em 1º de julho, contou com a confiança de *O Globo*, que mais uma vez frisou a distância entre essas medidas e os antigos pacotes econômicos, sobretudo o Plano Cruzado. Também foi ressaltado que o real não possuía qualquer característica de mistificação ou arbitrariedade, e sim contava com a autoria de uma equipe de técnicos experientes e com a aprovação de especialistas estrangeiros. Contudo, a condição essencial para a manutenção da estabilidade econômica residiria ainda "nas grandes reformas modernizadoras que deveriam ter sido feitas na revisão constitucional".

Para *O Globo*, a autoridade do presidente Itamar Franco fora renovada com o plano, pois este garantia as condições ideais para a realização da maior eleição já realizada no Brasil desde 1950. O país saía naquele momento do "quadro de calamidade pública" deixado pela inflação.

A confirmação do nome de Fernando Henrique Cardoso para concorrer à presidência logo iria torná-lo o principal concorrente de Luís Inácio Lula da Silva, até então o mais bem colocado nas pesquisas de opinião. Daí em diante, o debate entre os dois candidatos foi marcado pela crítica e pela defesa do Plano Real. Fatos marcantes da campanha presidencial de 1994, como a conversa informal entre Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, nos estúdios da Rede Globo de Televisão, captada por antenas parabólicas, quando o ministro da Fazenda afirmou não ter escrúpulos para "faturar" politicamente com o real, e as acusações do deputado petista Chico Vigilante de uso indevido da máquina do governo na campanha de Fernando Henrique, não receberam maior

atenção por parte de *O Globo*, que preferiu se fixar no acompanhamento das pesquisas de opinião, no crescimento da economia e na Operação Rio, desencadeada no fim de 1994, com o fim de combater o contrabando de armas e o tráfico de drogas no estado do Rio.

A falta de segurança que se instalou na cidade do Rio de Janeiro recebeu críticas contundentes de *O Globo* durante todo o ano de 1994. Em fevereiro, uma de suas edições registrava na primeira página: "Zona Sul tem madrugada de Bósnia." Todo esse caos, segundo o jornal, teria sido provocado durante o segundo mandato do governador Leonel Brizola, cuja administração falhara nos mais diversos campos, evidenciando sua "incompetência" através da "desmoralização da autoridade que chegou ao ponto dramático de exigir uma intervenção branca das Forças Armadas no combate ao crime organizado".

Em 3 de outubro, *O Globo* anunciava o resultado da pesquisa de boca de urna do Ibope ("FH será presidente"), indicando, assim, a definição da eleição presidencial já no primeiro turno. Em entrevista com o diretor desse instituto, o jornal deixou claro que a expressiva votação alcançada por Fernando Henrique havia se dado em consequência do sucesso do Plano Real, observando, porém, ser esse apenas o "primeiro passo", entre as muitas reformas necessárias, "no sentido de um país moderno e socialmente justo".

Ao longo de 1995, *O Globo* apoiou de maneira incondicional o esforço do governo Fernando Henrique Cardoso para realizar as chamadas reformas estruturais, que atingiriam a ordem econômica e social com a flexibilização dos monopólios, a extinção de determinados privilégios contidos em aposentadorias especiais e a reforma administrativa, que acabaria com a estabilidade dos funcionários públicos.

DE 1996 A 2008

A partir de março de 1996, *O Globo* começou a publicar uma série de reportagens revelando fatos até então inéditos sobre a chamada guerrilha do Araguaia, na qual militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em oposição ao regime militar iniciado em 1964, enfrentaram o Exército e foram derrotados, no início da década de 1970. *O Globo* divulgou testemunhos de ex-combatentes, laudos técnicos de peritos legistas, arquivos secretos e fichas com anotações feitas por militares, que revelaram as circunstâncias em que foram mortos os guerrilheiros, assim como os locais onde seus corpos foram enterrados. As reportagens se concentraram também na cobertura do comportamento do governo e das

chefias militares diante das novas descobertas, em meio aos processos de indenização às famílias de vítimas da ação repressiva naquele período que se encontravam sob tutela do Estado.

Em seguida, em julho de 1996, *O Globo* voltou a divulgar informações polêmicas sobre o período mais duro da repressão política durante o regime militar. Foi o caso da divulgação do laudo da necropsia do líder guerrilheiro Carlos Lamarca, morto em setembro de 1971 no interior da Bahia. O laudo desmentia a versão oficial segundo a qual teria havido um diálogo entre Lamarca e seu captor, o então major Nílton Cerqueira. Pelo laudo, após levar três tiros no coração, Lamarca não teria condições de travar o diálogo, conforme descrito no relatório oficial sobre o cerco em que morreu, a chamada Operação Pajussara.

O Ministério do Exército reagiu duramente à reabertura do caso Lamarca, após a publicação em *O Globo* do laudo cadavérico que indicava a execução do guerrilheiro. Para os militares, Lamarca morrera em combate, e por isso sua família não teria direito à indenização. O representante da Câmara na Comissão Especial de Desaparecidos Políticos, deputado Nilmário Miranda, do PT de Minas Gerais, deu, porém, parecer favorável à concessão de indenização aos parentes de Lamarca, incluindo em seu relatório o dossiê publicado por *O Globo*.

Ainda em 1996 o jornal divulgou revelações sobre a morte, em 20 de agosto de 1971, de Iara Iavelberg, companheira de Lamarca. Segundo testemunhas ouvidas pelo jornal, Iara teria sido morta a tiros, e não se suicidado, conforme a versão que os órgãos de segurança da ditadura forjaram e que fora aceita até pela própria família da guerrilheira.

Em dezembro de 2004, *O Globo* foi agraciado com o Prêmio Esso de Jornalismo pela série de reportagens "Bastidores do poder – Os homens de bens da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro)", de autoria dos repórteres Angelina Nunes, Alan Gripp, Carla Rocha, Dimmi Amora, Flávio Pessoa, Luiz Ernesto Magalhães e Maiá Menezes, que expôs a variação patrimonial de 70 parlamentares da Alerj entre 1996 e 2001. A premiação criou polêmica entre diretores de redação de outros grandes veículos, como a *Folha* e o *Estado de S. Paulo*, que, antes mesmo do anúncio do vencedor, criticaram os organizadores do prêmio, questionando a representatividade dos jurados e suspeitando de favorecimento às empresas Globo. Também a revista *Veja* contestou a premiação.

Em 2007 *O Globo* foi objeto de ataques do presidente venezuelano Hugo Chávez, em longo

discurso proferido por aquele chefe de Estado ao ser homenageado no dia 19 de janeiro pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com a medalha Tiradentes. Chávez reagiu à cobertura internacional de *O Globo* sobre sua difícil relação com setores da mídia de seu país.

Em setembro de 2008, veio a público a série de reportagens "Favela S/A", que dariam a *O Globo* o prêmio do "Every Human Has Rights Media Awards", concedido às melhores reportagens sobre direitos humanos publicadas em todo o mundo.

ASPECTOS INTERNOS

Em 1995, *O Globo* passou por uma série de alterações gráficas e editoriais, que culminaram com o "redesenho" do jornal, projetado pelos designers americanos Milton Glaser e Walter Bernard. Entre as mudanças, que tiveram início com a edição de 20 de dezembro, figuraram a criação de um logotipo, uma hierarquia na disposição das notícias e um espaço maior para as fotos na primeira página. Houve também a preocupação de ampliar o espaço editorial do jornal, que passou a ter duas páginas diárias de opinião. Os suplementos e cadernos especiais foram reformulados, procurando-se torná-los mais próximos do formato de revistas. Foi criado um suplemento literário, "Prosa e verso", com circulação aos sábados. A chefia de redação também sofreu mudanças nesse ano, com a saída de Evandro Carlos de Andrade, que após 20 anos passou ao comando do jornalismo da Rede Globo, sendo substituído por Merval Pereira Filho.

Ao completar 70 anos, *O Globo* entrou definitivamente na era digital, implantando o sistema Hyphen de editoração eletrônica, responsável pelo controle da redação do jornal. Em 1996 foi lançado o *site Globo Online*.

Em dezembro de 1998 *O Globo* inaugurou seu novo Parque Gráfico, à época o maior da América Latina. Nesse mesmo ano foi lançado novo jornal do Grupo Infoglobo, o *Extra*, voltado para o público das classes B e C. Esse movimento de diversificação foi estendido a São Paulo com o lançamento, em setembro de 2001, do jornal *Diário de São Paulo*, também direcionado para a mesma faixa de mercado do *Extra*.

Em julho de 2005, *O Globo* comemorou seus 80 anos com uma exposição de suas primeiras páginas no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi promovida uma renovação do *site Globo Online*, em comemoração dos seus primeiros

dez anos de vida, com mudanças no *layout*, investimento em multimídia, ênfase no chamado jornalismo participativo e criação de uma editoria somente para a publicação de material enviado pelos eleitores. O *site* contava então com mais de 2,5 milhões de usuários cadastrados.

A estratégia de expansão do grupo Infoglobo teve prosseguimento em 2007, com o lançamento do jornal *Expresso*, direcionado para as faixas C e D do mercado carioca. Em setembro de 2008, foi lançada pelo *O Globo* a campanha "Muito além do papel de um jornal". O objetivo era ampliar a interação dos internautas com o *Globo Online*, levando os leitores a participar no debate sobre a cidadania, através, inclusive, do envio de material sob a forma de vídeos, fotos, textos, e críticas.

Em seu balanço de 2008, a Infoglobo, que publicava os jornais *O Globo*, *Extra*, *Expresso da Informação* e *Diário de São Paulo*, além coeditar o *Valor Econômico* com o grupo Folha de S. Paulo, divulgou que a receita bruta do grupo fora de 1,027 bilhão de reais e o lucro líquido registrado, de R$ 172,9 milhões, com crescimento significativo em relação aos números do ano anterior: R$ 1,006 bilhões de receita bruta e R$ 92,2 milhões de lucro líquido. Também em 2008, segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), *O Globo* era o segundo jornal de maior circulação diária do país, com média de 293 mil exemplares por dia.

Em 2009 *O Globo* também sentiu os efeitos da crise econômica mundial, deflagrada no final do ano anterior, e sofreu uma queda de 8% de circulação no primeiro semestre. Somente no primeiro trimestre o jornal apresentou uma queda significativa em relação ao começo do século XXI, quando a média era de 334 mil exemplares por dia, passando a uma média de 260 mil, resultado só inferior, nos últimos dez anos ao ocorrido em momentos de 2003 (258 mil) e de 2004 (250 mil).

Sérgio Montalvão

FONTES: *Acordo; Almanaque Abril* (1995); ARQ. CENTRO DOC. REDE GLOBO; CARONE, E. *Terceira;* CASTELO BRANCO, C. *Introdução;* CONF. NAC. CLASSES PRODUTORAS. *Carta;* CORTÉS, C. *Homens;* COUTINHO, A. *Brasil; Diário de Notícias,* Rio (4/9/1956); DREIFUSS, R. *Conquista; Encic. Mirador;* ENTREV.

GONÇALVES, M.; ENTREV. MARINHO, R.; ENTREV. PINHEIRO, F.; *Estado de S. Paulo* (12/6/1966); FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Folha de Goiás* (24/4/1966); *Globo* (24, 25, 26 e 27/8/1966 e 4/5/1975, 28 e 31/3/1977, 23/8/1979, 1 e 2/5/1981, 13 a 16/11/1982, 21/6/1983, 11, 15, 18, 20, 25 e 26/4 e 7/10/1984, 15 a 17/1 e 23/4/1985, 7/3, 10, 13 e 18/11/1986, 18/11/1987, 22/3, 5 e 6/8, 6 e 7/10/1988, 21 e 27/4, 10/6, 11, 15 e 16/11, 14, 15, 16, 19, 20 e 21/12/1989, 15/1, 16/3, 23/4, 21 e 27/10/1993, 3, 4, 22 e 28/2, 21/4, 1, 3 e 8/7, 2, 3 e 5/10/1994, 2 e 5/1, 15, 16 e 20/12/1995); *Grande encic. Delta;* HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Infoglobo*. Disponível em: <http://www.infoglobo.com.br">. Acesso em: 10/10/2009 *Jornalistas*;; LATTMAN-WELTMAN, F. *Imprensa;* MACEDO, R. *Efemérides;* Meio e mensagem. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br>. Acesso em: 10/10/2009; .*Movimento,* SP (19/7/1976);Portal Imprensa. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br>. Acesso em: 10/10/2009; *Quem é quem no Brasil;* SILVA, H. *1935;* SKIDMORE, T. *Brasil*; TAVARES, J. *Radicalização;* VÍTOR, M. *Cinco; Who's who in Brazil.*

GODOFREDO, Antônio Afonso Lamounier

* dep. geral MG 1888-1889; const. 1891; dep. fed. MG 1890-1922.

Antônio Afonso Lamounier Godofredo nasceu na vila de São Bento de Tamanduá, comarca do Rio Grande (MG), no dia 9 de maio de 1859, filho do tenente-coronel José Afonso Lamounier Godofredo e de Mariana Inocência de Figueiredo Godofredo. Três anos após seu nascimento, a vila na qual residia passou à condição de cidade; esta, pela lei provincial nº 2.995, de 19 de outubro de 1882, passou a chamar-se São Bento do Itapecerica. Sua família foi uma das que dominaram o cenário político da cidade de Itapecerica: sete dos prefeitos da cidade foram seus parentes, e várias ruas e escolas ostentam o nome Lamounier ou Lamounier Godofredo.

Ingressou em 1871 no Colégio do Caraça, localizado na Serra do Espinhaço (MG), e ali ficou até 20 de abril de 1875. Após sua saída do Caraça supõe-se que tenha estudado direito, uma vez que, nas eleições para a legislatura 1886-1889 da Câmara dos Deputados do Império, seu nome, já com o título de bacharel em direito, aparecia em substituição ao de Manuel José Soares, negociante.

Por ser liberal, federalista, democrata e antimilitarista, apoiou a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e continuou atuante no cenário político. Na eleição de 15 de setembro de 1890 para Congresso Nacional Constituinte foi eleito deputado por Minas. Tomou posse em 15 de novembro e durante os trabalhos constituintes participou da luta encabeçada pelo representante baiano César Zama em defesa participação efetiva das mulheres na vida política do país por meio do sufrágio universal. Os argumentos que norteavam sua posição se pautavam na lacuna existente, tanto na legislação vigente quanto no projeto da nova Constituição, de leis que versassem sobre o cerceamento do direito ao voto feminino. Dessa maneira, em 1º de janeiro de 1891, ao lado de mais 30 constituintes, assinou uma emenda de autoria de Saldanha Marinho ao projeto de Constituição conferindo o direito ao voto à mulher brasileira. No entanto, em função de fortes oposições, a emenda foi esquecida. Mesmo com essa primeira derrota, manteve a luta pelo sufrágio feminino. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Foi nove vezes reeleito e só deixou a Câmara em dezembro de 1920.

Faleceu em Itapecerica em 30 de julho de 1929.

Casou-se com Ana Francisca da Silva Marques, com quem teve três filhos. Em segundas nupcial casou-se com Zilda Ribeiro Jaber Arantes, com quem teve mais um filho. Consta em sua genealogia uma terceira união do qual nasceram mais três filhos.

FONTES: BARBOSA, W. *História*; Biblioteca Digital. Constituição de 1891. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: 19/4/2010; Colégio do Caraça. Disponível em: <http://www.santuariodocaraça.com.br>. Acesso em: 19/4/2010; Família Lamounier. Disponível em: <http://www.celialamounier.net/antepassados .htm >. Acesso em: 19/4/2010; Genealogia mineira. Disponível em: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?codPessoa=12403>. Acesso em: 19/4/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); LAMOUNIER, B. *Conversa*; Prefeitos de Itapecerica. Disponível em: <http://www.itapecerica-mg.com.br/ prefeitos.php>. Acesso em: 19/4/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53); XAVIER, A.; PANADÉS, K.; MARQUES, P. *Bancada.*

GODÓI, Gustavo de

* dep. fed. SP 1894-1902.

Gustavo de Oliveira Godói nasceu em Pindamonhangaba (SP) no dia 13 de março de 1848, filho de Antônio de Godói e de Inácia Cândida de Oliveira Godói.

Fez seus primeiros estudos no Seminário Episcopal de São Paulo, e depois no Colégio Marinho, na então capital do Império. Em 1868 matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, formando-se em novembro 1872 com distinção nos últimos dois anos. Em 1873 obteve o grau de doutor com a tese "Uretrotomia". Retornando a Pindamonhangaba, começou a trabalhar como médico nessa cidade, e posteriormente em Guaratinguetá, onde abriu uma clínica e prestou serviços ao hospital local.

Ainda durante o Império, em 1888, foi eleito vereador à Câmara Municipal de Pindamonhangaba com o apoio dos liberais. Participou ativamente dos movimentos em favor da abolição da escravatura e da república, tendo sido fundador, em 29 de julho de 1889, e membro da diretoria do Centro Republicano de sua cidade. Com o advento da República em 15 de novembro daquele ano, foi incumbindo de organizar o governo provisório de seu município. Foi nomeado presidente da Intendência e exerceu o cargo de 1889 a 1891, quando o então presidente de São Paulo Américo Brasiliense foi forçado a renunciar, e o governo do estado foi transmitido ao vice Cerqueira César.

Em 7 de março de 1892 foi eleito pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para o Senado de São Paulo na legislatura 1892-1897. Assumiu o mandato em 7 de abril seguinte, mas em 1º de março de 1894 foi eleito deputado federal para a período 1894-1896. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 3 de maio, e nos anos seguintes foi reeleito para as legislaturas 1897-1899 e 1900-1902. Fez parte, na Câmara, da Comissão de Instrução Pública.

Retornando a São Paulo, foi novamente eleito senador estadual em 31 de maio de 1903. Tomou posse em 11 de julho e exerceu o mandato até 26 de dezembro de 1905, quando renunciou por ter sido nomeado secretário do Interior no governo de Jorge Tibiriçá

Piratininga, substituindo José Cardoso de Almeida. Foi ainda secretário interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1906 e 1907, quando do afastamento do titular Carlos José Botelho, e permaneceu na Secretaria do Interior até abril de 1908. Foi então eleito para a vaga de Antônio Cândido Rodrigues no Senado estadual e assumiu sua cadeira em 28 de setembro, com mandato até fins de 1915. Em fevereiro de 1916 foi reeleito, com mandato até dezembro de 1924. Foi membro das comissões da Fazenda e Contas, Obras Públicas, Higiene e Instrução Pública, e ainda da comissão incumbida de elaborar leis sobre Terras Públicas, Minas, e Fisco. Foi segundo-secretário da Mesa Diretora entre 1905 e 1906, primeiro-secretário de 1910 a 1916, vice-presidente de 1915 a 1924, e presidente interino do Senado estadual em 1915. Além de exercer o mandato de senador estadual, participou ativamente na capital de São Paulo, como médico voluntário, do combate à gripe espanhola no período 1918-1919.

Faleceu em Pindamonhangaba no dia 9 de janeiro de 1924, em pleno exercício de seu mandato de senador estadual.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (10/1/1924); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo* (v.1); RIBEIRO, A. *Governos*.

GODÓI, Oscar de

*dep. fed. DF 1894-1905.

Oscar de Godói nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 2 de dezembro de 1866, filho de João Antônio Kelly de Godói Botelho e de Rosa Fazenda de Godói Botelho.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888 com a tese *Dos progressos realizados nos diversos métodos de extração de cálculos vesicais do homem*. No ano seguinte passou a trabalhar como interno e médico voluntário do Hospital da Marinha e, após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, e a instalação do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado primeiro cirurgião da Armada.

Em 1892 foi eleito intendente (vereador) no Distrito Federal com mandato até 1894. Foi primeiro-secretário e vice-presidente do Conselho Municipal, e propôs, entre outras medidas, a criação do Laboratório de Bromatologia e o alargamento da rua 13 de Maio, no centro da capital federal.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados de 3 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1896, e foi reeleito para mais três legislaturas: 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Na Câmara, foi membro das comissões especiais de Revisão Eleitoral e de Montepio dos Funcionários e foi ainda presidente da Comissão de Higiene e Instrução.

Ao longo da vida, foi também membro da Comissão de Regulamentação da Higiene das Fábricas; subcomissário de Higiene e Assistência Pública; médico-inspetor do serviço sanitário do Matadouro de Santa Cruz; professor de higiene e médico do Instituto Profissional Feminino, criado em 1898; encarregado da inspeção médica dos funcionários municipais, e médico do Instituto João Alfredo, em Vila Isabel.

Publicou diversos artigos sobre higiene na imprensa médica do Rio de Janeiro.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário analítico*. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*: Hospital Central da Marinha. Disponível em: < https://www.mar.mil.br/hcm>.

GÓIS, Baltasar
*junta gov. SE 1889.

Baltasar de Araújo Góis nasceu na fazenda Nossa Senhora dos Prazeres, no município de Itaporanga (SE), em 30 de outubro de 1853, filho do capitão Francisco José de Góis e de Maria Rosa Araújo Melo.

Completou o curso de humanidades no Ateneu Sergipense e, aos 16 anos de idade, foi admitido na função de "correio da alfândega", dando entrada assim no serviço público. Em 1872 substituiu o professor da primeira cadeira primária da capital, ensinando gratuitamente no curso noturno de adultos criado pelo presidente da província Antônio Cândido da Cunha Leitão. Em 1877 foi admitido na Tesouraria Provincial, emprego que iria deixar pouco depois para seguir como professor de francês e aritmética no município de Laranjeiras (SE). Participou da intensa mobilização republicana dessa cidade, então a mais próspera da província, e atuou na imprensa política como um dos redatores do jornal *O Republicano*, dirigido por Felisbelo Freire.

Um dos fundadores do Clube Republicano Federal de Laranjeiras, após a queda da monarquia e a proclamação da República, participou da junta governativa de Sergipe entre 18 de novembro e 2 de dezembro de 1889, ao lado de Vicente Luís de Oliveira Ribeiro e Antônio José de Siqueira Meneses. Com este último, dividiu a partir de então o governo sergipano até 13 de dezembro de 1889, data da posse de Felisbelo Freire, presidente indicado pelo governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca. Após essa passagem pelo Executivo estadual, foi transferido para cadeira de língua portuguesa da Escola Normal de Aracaju, restaurada em 1890. Foi ainda lente de geografia geral e astronomia do Ateneu Sergipense, obtendo o título de jubilação em 1898, conferido pelo então governador Martinho Garcez.

Em 1900, retornou à cidade de Laranjeiras para reger a cadeira de ensino secundário. No ano seguinte, voltou a ocupar a cadeira de língua portuguesa na Escola Normal de Aracaju, acumulando essa função com as de lente interino de pedagogia e de diretor do Ateneu Sergipense. Em 1905, ocupou interinamente o cargo de diretor da Instrução Pública de

Sergipe. Em agosto de 1909, foi jubilado na cadeira primária da antiga Escola Normal. Contratado dois anos depois para dirigir os grupos Modelo e Central, anexos à moderna Escola Normal, encerrou suas atividades no magistério.

Atuou continuamente na imprensa sergipana, escrevendo para os jornais *O Laranjeirense*, *O Presente*, *Correio de Sergipe* e *O Horizonte*.

Faleceu em Aracaju no dia 13 de janeiro de 1914.

Além de relatórios e artigos na imprensa, escreveu *A República em Sergipe* (*Apontamentos para a História)* e *Gramática da língua portuguesa (para uso dos seus filhos)*. Escreveu também o *Programa para o Ensino Primário (especialmente voltado para os grupos escolares do Estado de Sergipe*), aprovado pelo Conselho Superior de Instrução (1912). É patrono da cadeira número 40 da Academia Sergipana de Letras.

Sérgio Montalvão

FONTES: ACAD. SERGIPANA DE LET. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/asl/>; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.

GÓIS, CORIOLANO DE

*ch. pol. DF 1926-1930; min. STM 1930; rev. 1932; dir.-ger. DFSP 1944-1945.

Coriolano de Araújo Góis Filho nasceu em Salvador no dia 29 de janeiro de 1896, filho do engenheiro Coriolano de Araújo Góis e de Alzira de Araújo Góis. Seu irmão, Hildebrando de Araújo Góis, foi prefeito do Distrito Federal no biênio 1946-1947 e deputado federal pela Bahia entre 1955 e 1963.

Depois de passar parte da infância em Guaratinguetá (SP), sempre acompanhando sua família, foi morar no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde cursou o secundário no Colégio São Bento e bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1916. Nos dez anos seguintes, exerceu as funções de delegado de polícia nas cidades paulistas de Iguape, Casa Branca, Santa Rita de Passa Quatro, Ituverava, Penápolis, São Roque, Jacareí, Santa Cruz do Rio Pardo, Jabuticabal e Bauru, além de ocupar o cargo de delegado regional de Santos.

Retornou ao Rio de Janeiro em abril de 1926, quando foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926) terceiro delegado-auxiliar do Distrito Federal. Depois da posse de Washington Luís na presidência da República (15/11/1926), assumiu a chefia de polícia da capital, posição que lhe permitiu manter estreita ligação com o presidente durante os anos seguintes. A partir de 1929, exerceu severa vigilância sobre as atividades da Aliança Liberal, coligação oposicionista que lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para as eleições presidenciais de março de 1930. Dessa forma, acompanhou de perto a evolução das articulações oposicionistas, especialmente as desenvolvidas pelos setores mais radicais, que pregavam a via armada para a tomada do poder. Sua vigilância sobre os movimentos dessas correntes levou à apreensão de grande quantidade de armas importadas da Tchecoslováquia e à descoberta, em fevereiro de 1930, de um plano de fuga dos oficiais detidos na fortaleza de Santa Cruz, no Rio, acusados de participação nos levantes tenentistas ocorridos na década de 1920. Apesar de ter levado esse plano ao conhecimento do presidente e do ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, os prisioneiros conseguiram fugir na noite de 28 de fevereiro, encontrando-se entre eles o então capitão Juarez Távora, futuro chefe da Revolução de 1930 no Nordeste.

Com a vitória do candidato conservador Júlio Prestes nas eleições presidenciais de março e

com o assassinato de João Pessoa em julho, a conspiração revolucionária ganhou novos adeptos. Na ocasião em que o corpo do líder aliancista chegou ao Rio, Coriolano de Góis dobrou a guarda do palácio do Catete, sede do governo, e, pouco depois, escreveu um relatório propondo ao presidente a adoção de importantes medidas voltadas para reprimir as articulações oposicionistas. Entre elas figuravam a decretação do estado de sítio, do qual elegeria o executor no Distrito Federal; a intervenção federal no Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, estados-chave na conspiração revolucionária em curso; a remessa de artilharia pesada para o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, e o envio de dois torpedeiros para o Rio Grande Sul, do encouraçado *Minas Gerais* para Recife e do *São Paulo* para Salvador.

Washington Luís não concordou com a maioria dessas sugestões, aceitando apenas aumentar a concentração das forças federais em Porto Alegre, ordenar o deslocamento de dois navios de guerra para o Sul e enviar três grupos de artilharia pesada para Belo Horizonte. Diante da aparente desarticulação que tais medidas provocaram entre os aliancistas, Coriolano de Góis sugeriu ao presidente que tomasse a iniciativa de promover a pacificação geral do país e o esfriamento dos ânimos. Discordando novamente da opinião de seu auxiliar, Washington Luís afirmou que ele era um ótimo chefe de polícia, mas um mau político.

Coriolano de Góis permaneceu na chefia de polícia do Distrito Federal até 14 de agosto de 1930, quando foi nomeado ministro do Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM). Em 3 de outubro, eclodiu no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba o levante patrocinado pela Aliança Liberal, vitorioso depois de 21 dias de luta, quando altos chefes militares depuseram Washington Luís e formaram uma junta governativa. Pouco depois, a junta anulou o decreto de nomeação de Coriolano de Góis para o STM.

Depois de permanecer exilado em Paris até meados de 1931, Coriolano radicou-se em São Paulo, onde ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), que, depois da Revolução de 1930, perdera sua posição hegemônica na política estadual e nacional. Foi um dos signatários do manifesto perrepista datado de 19 de janeiro de 1932, que fazia uma análise crítica da atuação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, acusado de ditatorial, e pedia, entre outras medidas, a volta a um regime constitucional, republicano e federativo que garantisse a vigência de amplas liberdades individuais.

Com a deflagração da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, Coriolano integrou-se ao estado-maior do destacamento comandado pelo coronel Euclides de Figueiredo, que atuou no vale do Paraíba. A luta durou até 2 de outubro, quando foi assinado o armistício que selou a derrota das forças paulistas frente às tropas do governo federal. Nos anos seguintes, Coriolano passou a trabalhar em uma firma de exportação de café, propriedade de seu amigo Andrea Matarazzo.

O apoio do PRP ao golpe de Estado que em 10 de novembro de 1937 implantou o Estado Novo propiciou o retorno de Coriolano a importantes cargos públicos, dos quais estava afastado desde 1930. Nomeado escrivão do 1º Ofício da 6ª Pretoria Civil do Distrito Federal em 1938, tornou-se no ano seguinte diretor-geral do Departamento das Municipalidades e, depois, secretário da Fazenda do governo paulista chefiado pelo interventor Ademar de Barros. Entre 9 e 22 de novembro de 1939, durante o curto governo de José de Moura Resende, assumiu interinamente a chefia da Secretaria de Justiça e Negócios do Interior de São Paulo. Em 1940 deixou a Secretaria da Fazenda, mas a ela retornou em julho do ano seguinte, quando Fernando Costa assumiu a interventoria paulista. Em 1943, foi deslocado para a chefia da Secretaria de Segurança Pública, de onde pediu exoneração em novembro do mesmo ano.

Em 1º de janeiro de 1943 foi criada a Sociedade Amigos da América, agrupando pessoas de diversas tendências políticas — inclusive comunistas — com o objetivo de pleitear a participação de forças brasileiras ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial e o retorno do país ao regime democrático. A vigilância policial exercida sobre a entidade, presidida pelo general Manuel Rabelo, gerou um clima de tensão que foi responsável pela renúncia, em setembro de 1943, do chefe de polícia do Distrito Federal, coronel Alcides Etchegoyen, substituído pelo tenente-coronel Nélson de Melo. O novo titular também pediu demissão em julho de 1944, e nesse momento o presidente Getúlio Vargas nomeou Coriolano de Góis para a chefia do órgão, recém-transformado em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). A decisão foi duramente criticada por seus correligionários em virtude do passado contrarrevolucionário do antigo chefe de polícia do governo de Washington Luís.

Um grave incidente envolvendo a Sociedade Amigos da América e a polícia marcou o início da atuação de Coriolano de Góis no DFSP. No dia 10 de agosto de 1944, véspera da

posse de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, na vice-presidência da entidade, sua sede foi fechada pela polícia que, no dia seguinte, invadiu também o prédio do Automóvel Clube no momento em que o ministro ali almoçava em companhia de outros membros da organização. Indignado com as violências praticadas e sentindo-se desprestigiado, Osvaldo Aranha pediu demissão do ministério em caráter irrevogável e rompeu relações com Vargas. O episódio, cuja divulgação foi censurada na imprensa brasileira, teve grande repercussão no exterior.

Em 8 de março de 1945, Coriolano foi substituído por João Alberto Lins de Barros e nomeado diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), onde permaneceu até a derrubada do Estado Novo, em 29 de outubro de 1945.

Por decreto de 18 de julho de 1950, foi considerado em disponibilidade remunerada do STM, contando o tempo de serviço desde novembro de 1930 até abril de 1951, quando se aposentou. No ano seguinte foi convidado pelo presidente Getúlio Vargas — que, eleito por voto direto, voltara ao poder em 31 de janeiro de 1951 — para presidir o Conselho Federal do Comércio Exterior e a Cexim, onde permaneceu até meados de 1953, quando assumiu a direção da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. Nessa ocasião, divulgou um longo comunicado respondendo às acusações do deputado Herbert Levy, segundo o qual sua atuação à frente da Cexim havia desequilibrado a balança comercial do país. A crise resultante dessas denúncias levou, no fim do ano, ao fechamento da Cexim, cujas atribuições passariam posteriormente a um novo órgão, a Carteira de Comércio Exterior (Cacex).

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, Coriolano de Góis recolheu-se à vida privada. Faleceu em São Paulo no dia 30 de novembro de 1967.

Casou-se com Maria Aparecida Rodrigues Alves, sobrinha do ex-presidente da República Rodrigues Alves.

Foi autor de diversos relatórios de administração policial e discursos.

Amélia Coutinho

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; GUERRA FILHO, R. *Ministério*; *Jornal do Brasil* (4/10/1953, 31/12/1967);

Personalidades; *Quem é quem no Brasil;* SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1933*; SILVA, H. *1935.*

GÓIS, Geminiano de

*dep. geral SE 1881-1884; pres. AL 1886; pres. PB 1886-1887; dep. fed. SE 1894-1899.

Geminiano Brasil de Oliveira Góis nasceu no Engenho Cajá, pertencente ao município do Espírito Santo (SE), no dia 30 de maio de 1844, filho de Antônio de Góis do Nascimento e de Maria Joaquina de Oliveira Góis.

Iniciou os estudos preparatórios na cidade de Estância (SE), mas transferiu-se para Pernambuco e concluiu os estudos em Recife. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da capital pernambucana em 1868. Depois de formado regressou a Sergipe e no ano seguinte foi nomeado promotor público da comarca de Itabaiana (SE). Designado, em 1870, juiz municipal dos termos reunidos de Lagarto e Campos, no interior da província, quatro anos depois foi nomeado juiz de direito da comarca de Rio Real, à época pertencente ao território de Sergipe e depois município do estado da Bahia.

Participou da política imperial ao ser eleito deputado provincial em Sergipe por duas vezes, de 1870 a 1871 e de 1874 a 1875, e deputado geral de 1881 a 1884. Presidiu as províncias de Alagoas (1886) e Paraíba (1886-1887), indicado pelo imperador dom Pedro II, e em 1877 foi nomeado chefe de polícia da província de Sergipe.

Sua carreira política prosseguiu após o fim do Império e a proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Foi eleito pela primeira vez deputado federal por Sergipe para a legislatura 1894-1896 e foi reeleito no ano seguinte para um novo período, quando chegou à vice-presidência da Câmara. Permaneceu no Legislativo fFederal até dezembro de 1899, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Com o encerramento de suas atividades políticas, passou a se dedicar à doutrina espírita. Assumiu, em 1902, a vice-presidência da Federação Espírita Brasileira, na vaga aberta com o falecimento de João Batista Maia Lacerda.

Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1904.

Em sua homenagem, uma rua na Freguesia, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, recebeu seu nome.

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário***.**

GÓIS, Manuel José de Araújo

*pres. SE 1885-1888; gov. AL 1890-1891; dep. fed. AL 1895-1902; sen. AL 1906-1923; dep. fed. AL 1924-1930.

Manuel José de Araújo Góis nasceu na Bahia no dia 5 de março de 1839.

Formado pela Faculdade de Direito do Recife em 1871, foi nomeado promotor público em Alagoinhas (BA) e, posteriormente, juiz municipal em Santo Amaro (BA). Foi presidente da província de Sergipe de outubro de 1885 a 1888. Nomeado juiz de direito da comarca de Imperatriz, atual União dos Palmares (AL), ali se encontrava quando foi proclamada a República, em 15 de novembro de 1889.

No novo regime, assumiu o governo de Alagoas no dia 18 de dezembro de 1890, em substituição ao vice-governador Roberto Calheiros, que por sua vez substituía Pedro Paulino da Fonseca – irmão do proclamador da República marechal Deodoro da Fonseca –, afastado por ter sido eleito senador constituinte. Permaneceu no cargo até o dia 12 de junho de 1891, quando Pedro Paulino da Fonseca, agora eleito pela Assembleia Constituinte estadual, voltou ao governo do estado. Dois dias depois, porém, Pedro Paulino voltava ao Senado Federal, e Araújo Góis reassumia seu lugar. Ficou na chefia do governo alagoano até 23 de novembro de 1891, quando foi deposto e substituído por uma junta governativa formada pelo tenente-coronel José Correia Teles, Manuel Ribeiro de Meneses, Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Castelo Branco e o capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima. Sua deposição certamente refletiu os acontecimentos na capital do país: no mesmo dia 23 de novembro, após séria crise, o marechal Deodoro da Fonseca renunciou à presidência da República, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Em 1895 foi eleito deputado federal por Alagoas, na vaga aberta pela renúncia de José de Barros de Albuquerque Lins, para terminar a legislatura 1894-1896. Teve o mandato renovado em 1897 e 1900 e permaneceu na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Foi membro da comissão encarregada de dar parecer sobre o projeto de Código Civil, cabendo-lhe relatar a parte sobre contratos.

Posteriormente, foi nomeado juiz federal em Alagoas, cargo no qual se aposentaria.

Em 1906 foi eleito senador por Alagoas. Reeleito sucessivamente, ocupou uma cadeira no Senado até 1923. Nesse ano voltou a ser eleito deputado federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio, foi reeleito para as duas legislaturas seguintes, mas teve seu mandato interrompido após a vitória da Revolução de outubro de 1930, que extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

GOMENSORO, José Secundino Lopes de
*const. 1891; sen. MA 1891-1893.

José Secundino Lopes de Gomensoro nasceu no Maranhão em 1839.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1861. Exerceu por vários anos a advocacia e em 1873 foi nomeado juiz de direito de Guaratinguetá (SP). Em 1880 foi transferido para a cidade de Desterro, atual Florianópolis (SC), e no ano seguinte foi removido para a comarca de Iguaçu, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Entre os anos de 1885 e 1889 foi desembargador da relação no estado do Pará, onde ocupou no tribunal, em abril de 1887, o lugar de procurador geral da Coroa.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito senador constituinte pelo estado do Maranhão em setembro de 1890. Empossado em 15 de novembro seguinte, exerceu o mandato até dezembro de 1893.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1908.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

GOMES, AUGUSTO MAYNARD

*militar; rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930; interv. SE 1930-1935; juiz TSN 1937-1942; interv. SE 1942-1945; sen. SE 1947-1951 e 1955-1957.

Augusto Maynard Gomes era filho de Manuel Gomes da Cunha e de Teresa Maynard Gomes. Nasceu no engenho Campo Redondo, de propriedade de seu pai, no município de Rosário do Catete (SE), em 16 de fevereiro de 1886.

Depois de cursar o Ateneu Pedro II, ingressou em 1902 na Escola Tática de Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Dois anos depois participou da Revolta da Vacina, juntando-se com mais cerca de cem colegas aos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, que entraram em choque com as forças legalistas em protesto contra a vacinação antivariólica obrigatória decretada pelo governo de Rodrigues Alves (1902-1906). Derrotado o movimento, os estudantes do Realengo e da Praia Vermelha foram transferidos para a Escola Militar de Porto Alegre, sendo depois desligados do Exército, enquanto as duas escolas do Rio de Janeiro eram fechadas.

Beneficiado pela anistia decretada por Rodrigues Alves em setembro de 1905, Maynard Gomes reingressou na Escola Tática de Realengo, que voltara a funcionar. Declarado aspirante em 1910, foi classificado na 6ª Companhia de Infantaria, sediada em Aracaju, e ali serviu até 1914. Em julho desse ano foi promovido a segundo-tenente, servindo de 1914 a 1917 no 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro. Em 1918 retornou à capital sergipana, sendo promovido a primeiro-tenente em julho de 1919 e permanecendo até 1920 no 41º Batalhão de Caçadores. Foi então foi designado para o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, onde serviu até 1922.

No início da década de 1920, o clima de insatisfação existente nos principais centros políticos e militares do país contra o governo federal estendeu-se progressivamente à capital sergipana, atingindo a corporação ali sediada, denominada na época 19ª Companhia de Metralhadoras. Com a proximidade das eleições presidenciais de 1922, em outubro de 1921 começou a campanha da Reação Republicana, em apoio à chapa oposicionista composta por Nilo Peçanha e José Joaquim Seabra. A tensão aumentou com a publicação pela imprensa de documentos ofensivos ao Exército atribuídos a Artur Bernardes, candidato situacionista. Sindicância posterior concluiu serem os textos forjados — o que

fez com que o episódio passasse a ser conhecido como das “cartas falsas” — , mas na ocasião o comandante da guarnição sergipana se colocou ostensivamente contra Bernardes, que afinal viria a ser eleito em março de 1922.

A oposição ao governo federal se cristalizou após a eclosão, em julho de 1922, dos levantes da Escola Militar e do forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que marcaram o início do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Vários sergipanos participaram do movimento rebelde, entre eles Maynard Gomes, que cursava a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Derrotados, foram presos, expulsos de suas escolas e recambiados para Sergipe. Maynard Gomes esteve na penitenciária da ilha das Cobras, de onde conseguiu fugir para o continente. Recapturado, permaneceu detido sob confiança até partir para Aracaju, onde chegou em fins de 1922, incorporando-se ao 28º Batalhão de Caçadores (antigo 41º BC), unidade em que serviu até 1924.

Na capital sergipana, Maynard Gomes integrou-se ao oposicionismo local. Quando o marechal e ex-presidente da República Hermes da Fonseca, que desfrutava de grande prestígio entre os jovens oficiais, faleceu, em setembro de 1923, o *Diário da Manhã* comentou o fato de maneira que desagradou aos militares. Maynard, junto com o capitão Eurípedes de Lima e o primeiro-tenente João Soarino, invadiu em plena luz do dia a redação do jornal causando danos materiais à oficina, em ação pela qual não sofreu represálias. Nessa época, Maynard era secretário da Campanha pelo Voto Secreto, integrando, junto com intelectuais civis, um grupo que lutava pela conquista de reformas no sistema político do país.

Em dezembro de 1923 o presidente Artur Bernardes requisitou o 28º BC para intervir na tensa situação criada pelas eleições estaduais na Bahia, então governada por J. J. Seabra, seu adversário político. O contingente de Sergipe permaneceu em Salvador durante quatro meses, período em que Maynard Gomes enviou várias cartas a Seabra solicitando, em vão, que forças policiais baianas fossem colocadas sob seu comando para enfrentar a ofensiva federal. Derrotado no pleito, Seabra exilou-se na Europa, enquanto o novo presidente estadual, Francisco Marques de Góis Calmon, tomava posse sob estado de sítio.

A REVOLTA DE 1924

Com a eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924 em São Paulo, iniciaram-se em Sergipe articulações de solidariedade aos insurretos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista. Segundo declarações posteriores de Maynard Gomes, diante da perspectiva de requisição da guarnição sergipana pelo governo federal para a repressão dos rebeldes no Sul e da impossibilidade de adesão em São Paulo, "urgia levar a efeito um levante local, cuja eficiência, além de se traduzir na ausência do próprio 28º BC ao lado das forças legais, atrairia fatalmente contra si outras, que descongestionariam o principal teatro de luta". Liderando o movimento, Maynard Gomes, João Soarino e Eurípedes Lima acertaram a deflagração do levante para a madrugada do dia 13 de julho. Depois de conquistarem a adesão do segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça, intendente do 28º BC e responsável pelo depósito de munições, comunicaram o plano aos sargentos, que acordaram e armaram os soldados, assumindo então o controle do quartel.

Desmembrado em três companhias comandadas pelos líderes do levante, o contingente do 28º BC tomou o palácio do governo, depondo o presidente do estado, Graco Cardoso. Em seguida, os revoltosos ocuparam o quartel de polícia, a cadeia pública, o telégrafo, a estação da Companhia Ferroviária Leste Brasileiro, a Companhia Telefônica e a estação de energia elétrica, consumando seu controle sobre a capital. Os chefes revolucionários organizaram-se então em uma junta governativa militar, que imediatamente lançou uma *Proclamação ao povo sergipano* explicando os objetivos do levante, e tomou as providências necessárias para a defesa da cidade. Entre as medidas adotadas, a abertura de alistamento para voluntários atestou a ampla receptividade que o movimento rebelde encontrou entre a população de Aracaju e muitos municípios interioranos. Entretanto, tropas oriundas de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Bahia, comandadas pelo general Marçal Nonato de Faria, cercaram a cidade pelos flancos norte e sul, logrando romper as defesas rebeldes.

Segundo o livro de José lbarê Costa Dantas, *O tenentismo em Sergipe*, o cerco legalista a Aracaju provocou total desorganização entre as forças rebeldes. Maynard Gomes, principal dirigente da junta governativa militar, teria recebido do general Marçal intimação para render-se, tendo em vista a superioridade numérica dos efetivos legalistas e o fracasso do levante em São Paulo, onde os revoltosos haviam sido forçados a abandonar a capital, deslocando-se para o interior. Apoiado em depoimentos de testemunhas, entre as quais o tenente João Soarino, Ibarê Costa Dantas afirma que a intimação do comandante legalista e

a desproporção de forças teriam provocado a desestruturação dos efetivos rebeldes e a fuga de seus chefes.

Maynard Gomes, por sua vez, em entrevista concedida em 1927, apresentou outra versão dos acontecimentos, segundo a qual o reduto revolucionário teria caído por força da traição do general Marçal de Faria, que enviou pelotões de negociação que tomaram de assalto as posições revolucionárias depois de nelas penetrarem protegidos por bandeiras brancas.

PRISÕES E NOVO LEVANTE

Com a queda de Aracaju, Maynard Gomes fugiu para São Paulo, onde foi preso. Foi então transferido para o Rio de Janeiro e depois recambiado para a capital sergipana, onde chegou em fevereiro de 1925. Nessa época, preso no 28º BC, escreveu *A revolução em Sergipe — resposta ao sr. Graco Cardoso*. A presença no Piauí da Coluna Miguel Costa-Prestes, que fora formada no oeste do Paraná em abril de 1925 pela junção dos revolucionários paulistas e contingentes gaúchos sublevados em outubro de 1924, e percorria o país pregando a revolução, estimulou os "tenentes" sergipanos a tentar um levante local de solidariedade. Aguardando julgamento em regime liberal de prisão, Maynard, que desfrutava de grande popularidade entre a tropa, passou a coordenar as articulações para a nova revolta, que foi deflagrada na noite de 18 de janeiro de 1926.

De posse de uma arma que lhe fora entregue por um companheiro, Maynard dirigiu a tomada do 28º BC e, junto com seus antigos companheiros, o capitão Eurípedes de Lima e o tenente João Soarino, tomou posição nos pontos estratégicos da cidade. Entretanto, a tropa da Polícia Militar do estado, comandada pelo general Marçal de Faria, desencadeou rapidamente a contraofensiva e dominou a situação depois de quatro horas de renhidos combates. Maynard, ferido no pé, precisou deixar o comando rebelde, e foi preso em casa, onde amigos e parentes providenciavam curativos. Conduzido ao quartel e depois ao hospital, foi operado, enquanto os outros líderes da revolta eram detidos. No mês seguinte, mais de cem revoltosos, entre os quais Maynard, Eurípedes Lima, João Soarino e Manuel Messias de Mendonça, foram embarcados com destino à ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo, onde foram recebidos no dia 10 de março por militares de outros estados igualmente envolvidos em levantes contra o governo federal.

Em novembro de 1926, Washington Luís tomou posse na presidência da República e

providenciou a transferência dos degredados da ilha da Trindade para o Rio de Janeiro, onde chegaram em dezembro. Muitos foram imediatamente libertados, enquanto Maynard Gomes e outros doentes permaneceram no Hospital Militar. Em fevereiro de 1927 um grupo de amigos lançou sua candidatura ao Senado estadual, em Sergipe, mas o resultado foram apenas 116 votos. Transferido para o 1º Regimento de Cavalaria no mês seguinte, Maynard passou a desfrutar de ampla liberdade de movimentos, sendo-lhe permitido ler jornais, escrever para seus correligionários e manter contato com amigos, que o informavam sobre a situação política de Sergipe e do conjunto do país.

Transferidos para Aracaju em setembro de 1927, Maynard, Eurípedes Lima, João Soarino e outros revolucionários sergipanos foram recebidos com grande aclamação popular. Julgados em 1928, os oficiais que haviam integrado a junta governativa militar sergipana em 1924 foram condenados em primeira instância a dez anos de prisão, obtendo depois redução da pena no Supremo Tribunal Federal para dois anos. Julgados novamente em 1929 — agora pelo levante de 1926 — foram condenados a um ano e quatro meses de reclusão, tempo inferior ao período já cumprido na prisão. Aguardando o resultado da apelação do procurador público ao STF, Maynard foi transferido, em setembro de 1929, para o Rio de Janeiro, onde prosseguiu seus contatos políticos.

Nessa época, a campanha da Aliança Liberal para as eleições presidenciais do ano seguinte estava no auge, em torno da chapa oposicionista composta por Getúlio Vargas e João Pessoa. O pleito de março de 1930, entretanto, foi vencido pelo situacionista Júlio Prestes, o que conduziu à intensificação dos preparativos para a tomada do poder pela oposição através de um levante armado de âmbito nacional. Identificado com a ala tenentista engajada no projeto insurrecional, Maynard fugiu da prisão às vésperas da data marcada para a deflagração do movimento (3 de outubro) e, disfarçado de garimpeiro, partiu com alguns companheiros para Belo Horizonte. Seguiu depois para Juiz de Fora (MG), onde teve destacada atuação no combate ao 10º Regimento de Infantaria, que resistiu tenazmente até o dia 24 de outubro, quando a revolução triunfou com a deposição, no Rio de Janeiro, do presidente Washington Luís.

NO GOVERNO DE SERGIPE

Maynard Gomes retornou a Aracaju no dia 8 de novembro de 1930, acompanhado de Juarez Távora, comandante da revolução vitoriosa no Norte e Nordeste do país. No dia 16, foi nomeado por Juarez governador provisório de Sergipe. Anistiado e promovido a capitão ainda em novembro, em 19 de dezembro foi confirmado na chefia do governo estadual, na condição de interventor federal no estado. Em agosto de 1931 foi promovido a major, por merecimento, e no ano seguinte presidiu em Sergipe o Clube 3 de Outubro, organização tenentista criada em vários estados com o objetivo de defender os ideais do movimento de 1930. Quando da eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em julho de 1932, passou telegrama ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, oferecendo tropas para combater os insurretos. Durante a luta, enviou o 28º BC e vários contingentes da Polícia Militar para participar das operações.

Depois da vitória sobre os paulistas, alcançada em outubro de 1932, o governo provisório retomou o processo de institucionalização da vida política nacional, atendendo inclusive a importantes aspirações dos constitucionalistas derrotados, como a convocação, para maio de 1933, de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Nessa época, formaram-se nos diversos estados partidos que buscavam representar os objetivos doutrinários da Revolução de 1930. Maynard apoiou a criação do Partido Republicano de Sergipe, que indicou candidatos à Constituinte pela lista Liberdade e Civismo e elegeu Leandro Maynard Maciel, José Rodrigues da Costa Dória e Deodato da Silva Maia Júnior para a bancada sergipana, formada no total por oito deputados.

Maynard foi fundador e dirigente do Partido Social Democrático de Sergipe, que não conseguiu obter maioria na composição da Assembleia Constituinte estadual eleita em outubro de 1934 com a incumbência de promulgar a nova Constituição do estado, além de indicar o representante de Sergipe no Senado e eleger o governador. Em fevereiro de 1935, escreveu ao presidente Getúlio Vargas sobre as dificuldades que estava encontrando para definir a sucessão estadual, e às vésperas da instalação da Constituinte de Sergipe telegrafou ao presidente solicitando exoneração do cargo de interventor. Alegava sentir-se ameaçado e ter sofrido campanha “indigna e mentirosa” por parte de seus adversários. Depois de obter de Vargas a satisfação de seu pedido, concorreu às eleições indiretas para o governo do estado, sendo derrotado por seu adversário na política local, Erônides de Carvalho. Inconformado com esse resultado, a princípio recusou-se a transmitir o cargo ao

sucessor. Finalmente, resolveu passá-lo ao secretário-geral de sua administração, Aristides Napoleão de Carvalho, retirando-se para sua fazenda no município de Rosário do Catete.

A administração de Maynard Gomes em Sergipe caracterizou-se inicialmente pela preocupação, comum aos revolucionários de 1930, de moralizar os negócios públicos. Com esse fim, nomeou comissões de inquérito encarregadas de apurar possíveis irregularidades cometidas por membros do governo deposto, que foram transformadas em comissões de sindicância por determinação do ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. No setor de obras públicas, Maynard construiu pontes, escolas e diversas rodovias estaduais, como a Laranjeiras-Pedra Pedra, a Itabaiana-São Paulo e a Itaporanga-Salgado; iniciou também a construção de uma nova estação ferroviária para a capital. Durante seu governo, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe tentou mais uma vez resolver a questão de limites com o estado da Bahia. A despeito das providências tomadas para seu arbitramento, a questão, originada no período de domínio holandês no Nordeste, permaneceu sem solução até a década de 1970.

DEPOIS DO GOVERNO

Em dezembro de 1935, o governador Erônides de Carvalho escreveu a Vargas acusando Maynard de ter sido o principal responsável em Sergipe pela agitação social que acompanhou o movimento armado que a Aliança Nacional Libertadora — na ilegalidade desde julho — promovera em novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro sob a influência do então Partido Comunista do Brasil (PCB), mais tarde Partido Comunista Brasileiro. De acordo com a denúncia, correligionários de Maynard teriam sublevado operários e dirigido greves. Entretanto, J. Pires Wynne, em sua *História de Sergipe*, nega que Maynard tivesse vínculos com os comunistas. De fato, ele integrou a partir de 1937 o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado em setembro de 1936 especialmente para julgar acusados de subversão, tendo participado do julgamento e da condenação de muitos elementos envolvidos na Revolta Comunista.

Maynard foi promovido a tenente-coronel em maio de 1936, ano em que comandou o 28º BC, e em 1937 foi transferido para a 12ª Circunscrição de Recrutamento, ainda em Aracaju. Nesse ano, foi delegado do Partido Republicano à convenção interpartidária que lançou a candidatura de José Américo de Almeida, oficiosamente apoiada por Vargas, às eleições

presidenciais previstas para 1938, que não se realizaram em decorrência da instauração do Estado Novo (10/11/1937).

Promovido a coronel em setembro de 1939, Maynard deixou o TSN em março de 1942 para assumir novamente a interventoria federal em Sergipe. No mês de outubro, viajou para o Rio de Janeiro a fim de participar de uma reunião de interventores, convocada por Vargas para discutir as ameaças à defesa nacional representadas pelos ataques de submarinos alemães a navios no litoral brasileiro. Nessa viagem, debateu com o chefe do governo os problemas enfrentados por Sergipe para comercializar a safra de açúcar e outros produtos, imobilizada pela deficiência de transportes. Quando da fundação do Partido Social Democrático (PSD), em 17 de julho de 1945, foi o organizador do partido em Sergipe e presidente do seu diretório estadual.

No dia 19 de outubro de 1945, Maynard retornou ao Rio de Janeiro, deixando em seu lugar Francisco Leite Neto. Pretendendo eleger-se governador de Sergipe no pleito previsto para 2 de dezembro, exonerou-se da interventoria no dia 27 de outubro, ainda na capital federal. Dois dias depois, um golpe militar depôs Getúlio Vargas, invertendo radicalmente o quadro político nacional. Convidado pelo brigadeiro Eduardo Gomes, Maynard recusou-se a participar do movimento. De regresso a Aracaju fez escala em Salvador, onde recebeu ordem de prisão procedente do Rio de Janeiro e assinada pelo brigadeiro Gervásio Duncan. Para J. Pires Wynne, os setores que haviam deposto Vargas demonstravam assim receio do prestígio de Maynard junto ao 28º BC, que, sob sua liderança, poderia promover alguma reação ao golpe militar.

Ainda em 1945, Maynard passou à reserva. Em janeiro de 1947 elegeu-se senador na legenda da Aliança Partidária, formada pelo Partido Republicano e pelo PSD, assumindo, durante a campanha eleitoral, posição claramente contrária ao governo do presidente Eurico Gaspar Dutra. Cumpriu seu mandato até o fim da legislatura, em janeiro de 1951, integrando também o diretório nacional do PSD.

Promovido a general de brigada na reserva em 1952, Maynard obteve novo mandato no Senado em 1954 na legenda da coligação formada pela União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP), ocupando mais uma vez uma cadeira na Câmara Alta de fevereiro de 1955 até sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro no dia 12 de agosto de 1957.

Augusto Maynard Gomes foi casado com Helena Maynard Gomes, com quem teve quatro filhos.

Renato Lemos

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. PUBL. EST. SE; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CORTÉS, C. *Homens; Cronologia da Assembléia;* D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; DANTAS, J. *Tenentismo*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; *Jornal do Brasil* (8/6/32); LAGO, L. *Relação*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Quem é quem no Brasil;* SENADO. *Relação*; SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1937*; SOUSA, J. *Índice*; WYNNE, J. *História*.

GOMES, Carlos

*compositor.

Antônio Carlos Gomes nasceu em Campinas (SP) no dia 11 de julho de 1836, filho de Manuel José Gomes, diretor de uma banda de música na cidade, e de Fabiana Maria Jaquari Cardoso.

Iniciou seus estudos musicais com o pai aos dez anos de idade. Na adolescência apresentava-se com os irmãos na banda do pai em bailes e concertos, tocando vários instrumentos, inclusive piano. Nesse período já compunha músicas religiosas e modinhas. Em 1854 compôs sua primeira missa, a *Missa de São Sebastião*. Em 1857 compôs a modinha *Suspiro d'alma*, com versos de Almeida Garrett, e em 1859, a fantasia *Alta noite* para clarinete. Apresentou-se pela primeira vez ao piano num concerto em Campinas, acompanhado de Henrique Luís Levy. Em seguida apresentou-se em várias cidades de São Paulo com o irmão violinista Pedro Sant'Ana Gomes. Compôs o *Hino acadêmico*, a modinha *Tão longe de mim distante* e a *Missa de Nossa Senhora da Conceição*.

Fugiu de casa, indo morar no Rio de Janeiro. Na festa anual do Conservatório de Música, em 15 de março de 1860, apresentou seu primeiro trabalho escolar, uma *Cantada*, e recebeu a medalha de ouro oferecida pelo imperador dom Pedro II. Em1861 regeu sua primeira ópera, *A noite do castelo*. Na ocasião, dom Pedro II conferiu-lhe a condecoração da Ordem da Rosa, em pleno espetáculo, colocando-a pessoalmente no peito do maestro. Em 1863 apresentou a sua segunda ópera, *Joana de Flandres*.

Com uma bolsa do Conservatório, estudou em Milão com Lauro Rossi e recebeu o diploma de maestro-compositor em 1866. Em 1867 estreou em Milão com *Se sa minga* e em 1868 apresentou *Nella luna*. No Escala de Milão apresentou com sucesso *Il Guarany* em 1870, com libreto de Antonio Scalvini baseado no romance de José de Alencar. O compositor e maestro Giuseppe Verdi, durante a apresentação, teria exclamado: "Este jovem começa por onde eu acabo". O sucesso europeu repetiu-se no Brasil, onde, ainda em 1870, Carlos Gomes passou alguns meses. Encenada depois nas principais capitais européias, a ópera consagrou o autor e deu-lhe a reputação de um dos maiores compositores líricos da época.

Carlos Gomes vendeu, porém, todos os direitos da ópera para o editor Francisco Lucca, que passou a lucrar mais do que o próprio maestro.

Logo depois da temporada brasileira Carlos Gomes retornou a Milão com uma bolsa de estudos dada pelo imperador Pedro II, para iniciar a composição da *Fosca*. Ainda em 1870 foi nomeado Cavaleiro da Coroa da Itália pelo rei Vítor Emanuel II. No dia 16 de dezembro do ano seguinte casou-se com a pianista Adelina Peri, com quem teve um filho, também chamado Carlos Gomes.

Estreou a *Fosca* em Gênova em 1873. Mal recebida pelo público e pela crítica, esta viria a ser considerada mais tarde a mais importante de suas obras. Logo em seguida apresentou *Salvador Rosa*, em 1874, e *Maria Tudor*, em 1879. Voltou ao Brasil e foi recebido triunfalmente. Nessa temporada brasileira, dirigiu na Bahia e no Rio de Janeiro a montagem de *O Guarani* e de *Salvatore Rosa*. Ainda na Bahia apresentou o *Hino a Camões*. Também em São Paulo apresentou *O Guarani*. A partir de 1882 passou a dividir o seu tempo entre o Brasil e a Europa. No Teatro Lírico do Rio de Janeiro estreou em 1889 *Lo Schiavo*, tema brasileiro.

Com a proclamação da República, perdeu o apoio oficial. Retornou a Milão e aí estreou *O Condor*, em 1891, no Scala. Doente e com dificuldades financeiras, compôs seu último trabalho, *Colombo*, oratório em quatro atos para coro e orquestra a que chamou poema vocal sinfônico e dedicou ao IV Centenário do Descobrimento da América. A obra foi encenada em 1892 no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Em 1895 dirigiu *O Guarani* no Teatro São Carlos, de Lisboa, sendo na ocasião condecorado pelo rei Carlos I. Voltou ao Brasil em abril de 1896, indo morar em Belém do Pará. Tornou-se então diretor do Conservatório de Música de Belém, cargo criado pelo governador Lauro Sodré para ajudá-lo.

Faleceu em Belém no dia 16 de setembro de 1896.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: ASSOC. AMIGOS OFIC. CULT. SP. Disponível em: <http://www.assaoc.org.br/biografia-patronos/biografia-de-carlos-gomes.php>. Acesso em: 19/12/2008; BEHAR, E. *Vultos*; E-biografias. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/biografias/calos_gomes.php>. Acesso em: 19/12/2008.

GOMES, EDUARDO

*militar; rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930; comte I ZA 1941-1942; comte II ZA 1941-1945; cand. pres. Rep. 1945 e 1950; min. Aer. 1954-1955 e 1965-1967.

Eduardo Gomes nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 20 de setembro de 1896, filho de Luís Gomes e de Jenny Gomes. Seu pai, homem de vastas posses, abandonou a carreira de militar da Marinha para se dedicar à construção de uma ferrovia, empreendimento que acabou provocando sua ruína financeira. Instalou-se então com a família em Petrópolis, onde trabalhou como redator do *Jornal do Brasil*. Sua mãe era filha do visconde Rodrigues Oliveira e bisneta de Nicolau de Campos Vergueiro, conhecido como senador Vergueiro, importante político do Império. Seu bisavô paterno Félix Peixoto de Brito e Melo lutou em 1822 pela independência do Brasil e nas revoluções de 1824 e 1848, em Pernambuco.

Desbaratada a fortuna paterna, Eduardo Gomes, assim como seus quatro irmãos, teve uma infância pobre. Fez o primário no Curso Werneck, estudando depois humanidades no Colégio São Vicente de Paulo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde recebeu o apelido de "matemático". Terminado o curso secundário em 1912, só conseguiu ingressar na carreira militar na terceira tentativa. Nas duas primeiras vezes teve a matrícula negada pela Escola Militar do Realengo, primeiro por ter apenas 16 anos e, depois, por deficiências visuais. Matriculado enfim em 1916, tornou-se colega de Antônio de Siqueira Campos e de Estênio Caio de Albuquerque Lima, com os quais alugou uma casa em Realengo, conhecida como o "Tugúrio da morte". Lá se discutiam vários temas então em voga, como a Revolução de 1917 na Rússia e a conveniência ou não da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Considerado pelos amigos "fechado e clerical", recebeu o apelido de "frei Eduardo".

Finalizando o curso na Escola Militar, foi declarado aspirante a oficial da arma de artilharia em dezembro de 1918. Logo em seguida, ao lado de Siqueira Campos, matriculou-se no Curso Especial de Artilharia, completado ainda em 1919. Em dezembro desse ano passou a segundo-tenente, sendo transferido para o 9º Regimento de Artilharia, em Curitiba. Promovido a primeiro-tenente em janeiro de 1921, ingressou em março na primeira turma do Curso de Observador Aéreo da Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, no

Rio de Janeiro.

OS 18 DO FORTE

Nessa época crescia a oposição militar ao presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922). A eleição, em março de 1922, de Artur Bernardes para seu sucessor foi considerada inaceitável por grande parte da oficialidade. Por outro lado, a interferência do governo federal na eleição para o governo de Pernambuco em maio de 1922, utilizando tropas do Exército para favorecer o candidato apoiado por familiares de Epitácio Pessoa, provocou um telegrama de protesto da parte do marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar. A prisão disciplinar do marechal e o fechamento do Clube Militar, decretados no início de julho, aumentaram a agitação nos meios oposicionistas, particularmente entre os militares. A imprensa de oposição, tendo à frente o *Correio da Manhã*, concitava abertamente à rebelião.

Articulado com a conspiração que se desenvolvia no seio da oficialidade, Eduardo Gomes, então com 26 anos incompletos, deixou sua unidade no dia 4 de julho e colocou-se à disposição do comandante do forte de Copacabana, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal. Nesse mesmo dia, entretanto, foi decidida a substituição deste último pelo capitão José da Silva Barbosa. Ao chegar ao forte em companhia do general Bonifácio da Costa para efetuar a troca de comando, o capitão Silva Barbosa foi preso com o general, por ordem do capitão Euclides, que contava com o apoio do tenente Siqueira Campos.

No dia seguinte, 5 de julho, eclodiu o levante do forte de Copacabana, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Simultaneamente, rebelaram-se a Escola Militar do Realengo, parte da Vila Militar — elementos do 1º Regimento de Infantaria e do 1º Batalhão de Engenharia — e parte da guarnição do forte do Vigia, no bairro do Leme. Os rebeldes bombardearam vários objetivos militares, entre eles o quartel-general e o Arsenal de Marinha, forçando a transferência do comando militar e do Ministério da Guerra. Entretanto, após breves combates, as forças do governo dominaram a sublevação, controlando todos os focos da rebelião, com exceção do forte de Copacabana. Diante desse quadro, que lhe foi exposto pelo ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, o capitão Euclides Hermes da Fonseca franqueou a saída aos combatentes que desejassem abandonar o forte, o que foi feito por cerca de 270 dos 300 homens que compunham a

guarnição.

No dia 6 os combates prosseguiram e, quando Euclides deixou o forte para parlamentar com o ministro Calógeras, foi preso por ordem de Epitácio Pessoa. Prevendo essa possibilidade, Euclides havia instruído seu substituto no comando do forte, o tenente Siqueira Campos, no sentido de que bombardeasse a cidade caso ele não voltasse dentro de duas horas. O próprio Euclides, uma vez preso, fez gestões junto a Siqueira Campos no sentido de que a ameaça não fosse cumprida, mas quando Siqueira foi informado de que Epitácio Pessoa exigia a rendição incondicional, rompeu as negociações. Epitácio ordenou então que o forte fosse cercado por terra, mar e ar.

Contrapondo-se à sugestão de Siqueira Campos de que fosse explodido o paiol de pólvora do forte, Eduardo Gomes propôs a saída dos rebeldes para a rua e o combate corpo a corpo com as forças do governo, o que foi aceito. Siqueira Campos dividiu então em 28 pedaços a bandeira nacional, entregando um a cada revoltoso e guardando consigo o pedaço destinado a Euclides. Munidos de fuzis e revólveres, os rebeldes marcharam pela praia de Copacabana, recebendo no caminho a adesão de um civil, Otávio Correia, a quem foi entregue armamento e o pedaço da bandeira separado para Euclides. Liderado pelos tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e Newton Prado, o grupo enfrentou as tropas do 2º Batalhão do 3º Regimento de Infantaria durante aproximadamente uma hora e 15 minutos. Desse combate resultaram dois oficiais mortos, Mário Carpenter e Newton Prado, além do civil Otávio Correia. Saíram feridos, entre outros, Siqueira Campos e Eduardo Gomes, este com fratura exposta do fêmur esquerdo.

O episódio, louvado em prosa e verso pelos jornais da época, passaria à história com o nome de “Os 18 do Forte”, título do poema de autor desconhecido publicado no *Correio da Manhã* em setembro de 1923. Na ocasião, o jornal publicou também uma fotografia do grupo marchando em linha, na qual não aparecia Siqueira Campos, que havia avançado, distanciando-se dos demais. Segundo Eduardo Gomes, Siqueira Campos lhe dissera haver identificado dez combatentes naquela foto. Na verdade, o contingente de 27 homens que havia permanecido no forte não participou da marcha em sua totalidade, pois alguns não chegaram a sair para a rua, enquanto outros abandonaram o grupo durante a caminhada. Assim, participaram dos enfrentamentos finais cerca de 11 combatentes, e não 18 como registra a história. Anos mais tarde, porém, durante uma homenagem aos 18 do Forte,

Eduardo Gomes afirmaria haverem sido 13 os combatentes.

Dias depois dos combates, Epitácio Pessoa visitou os feridos no hospital, indagando a Eduardo Gomes, cujo pai era seu conhecido, as razões que o haviam levado a participar da revolta. Na ocasião, o tenente respondeu-lhe que não se arrependia de seus atos. Essa mesma postura foi mantida por Eduardo Gomes no seu julgamento, quando, assistido por Nilo Peçanha, sustentou o depoimento do inquérito policial e assumiu plena responsabilidade pela atitude tomada.

Em novembro de 1922 Artur Bernardes tomou posse na presidência da República. No ano seguinte, por efeito de um *habeas-corpus*, Eduardo Gomes esteve algum tempo em liberdade, empenhando-se então na defesa dos cadetes expulsos da Escola Militar. Após quase dez meses de sumário, em dezembro de 1923 os revoltosos foram pronunciados como incursos no artigo 107 do Código Penal, acusados de tentativa de mudança de forma de governo através da violência (mais tarde essa decisão seria reformulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sendo os indiciados pronunciados no artigo 111 do Código Penal). No Natal de 1923, dois dias antes que sua prisão fosse decretada, Eduardo Gomes fugiu para Mato Grosso. Com o pseudônimo de Eugênio Guimarães refugiou-se na fazenda Taquaraçu, pertencente à família do marechal Bento Ribeiro, no município de Três Lagoas, e aí passou a trabalhar como mestre-escola.

O sEGUNDO 5 DE JULHO

A retomada do movimento contra o governo federal havia sido articulada desde o início de 1923 por militares e civis oposicionistas. Longamente preparada na capital paulista, a conspiração estendeu-se também pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, com ramificação em Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro e sul de Minas. Finalmente, a data do novo levante foi marcada para o segundo aniversário da revolta do forte de Copacabana, no dia 5 de julho de 1924. Nesse dia irromperam de fato insurreições militares em Sergipe e Amazonas, rapidamente debeladas, e também em São Paulo.

Ligado aos conspiradores paulistas, Eduardo Gomes chegou a São Paulo no dia 1º de julho, procedente de Mato Grosso. Ele e o terceiro sargento aviador Carlos Rodrigues Coelho, expulso da Escola Militar em consequência da Revolta de 1922, foram os únicos membros da Aviação Militar que aderiram à revolta.

Liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes e pelo major da Força Pública de São Paulo Miguel Costa, e tendo em Joaquim e Juarez Távora figuras de destaque, a rebelião em São Paulo contou ainda em seu estado-maior com Newton Estillac Leal e Eduardo Gomes, entre outros. No dia 4 de julho tiveram início as manobras revolucionárias para a ocupação da capital paulista. Com a participação de 60 soldados do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC), foi planejado o assalto ao bloco de quartéis policiais da Luz: os 1º, 2º e 4º Batalhões de Infantaria (BI), o Corpo Escola, a Cadeia Pública e o Regimento de Cavalaria.

Às duas horas da madrugada do dia 5, Joaquim Távora e Eduardo Gomes saíram da avenida Vauthier, centro da conspiração, e se dirigiram ao quartel do 4º BC em Santana, onde deram início à sublevação. Tomado o quartel, os revolucionários seguiram para o quartel-general da Força Pública, dominando então o 2º BI e o 4º BI da corporação, apoiados no Regimento de Cavalaria, que, comandado por Miguel Costa, havia aderido à rebelião. Em seguida, Eduardo Gomes e João Batista Nitrini penetraram de surpresa no 1º BI da Força Pública e intimaram o oficial de dia a lhes passar o comando, sob a alegação de que o quartel estava cercado pelos revoltosos. Depois que isso foi feito, quando os sargentos da guarnição constataram a inexistência do cerco, foi ensaiada uma reação, logo sufocada. O comando revolucionário instalou-se então no quartel-general da Força Pública, sob as ordens de Isidoro.

A essa altura, nas primeiras horas do dia 5, o contingente revolucionário contava com 2.600 homens, enquanto o governo paulista estava reduzido ao apoio do 3º BI e do 5º BI da Força Pública, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Cívica, num total de 1.500 homens. Já ao anoitecer do dia 5, as forças rebeldes haviam ocupado as estações da Luz, da Sorocabana, do Brás e da Cantareira, o Hotel Terminus e o quartel do 4º BC.

A reação legalista não se fez esperar: o comandante da 2ª Região Militar (2ª RM), general Abílio Noronha, liderou o contra-ataque ao 4º BC em Santana e ao 4º BI na Luz, fazendo prisioneiro nesse último destacamento, entre outros, Juarez Távora. Eduardo Gomes assumiu o comando do 2º BI da Força Pública e, a partir do anoitecer do dia 6, acumulou-o com o comando de uma seção do 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada. No dia 7, quando os rebeldes ocuparam o palácio dos Campos Elíseos, Carlos de Campos, presidente do estado, refugiou-se na Secretaria de Justiça. Depois que esta também foi tomada,

abandonou a cidade acompanhado de seu secretariado, dirigindo-se para Moji das Cruzes, onde se encontrava o comandante da 1ª RM, general Eduardo Sócrates.

O forte ataque do 4º BI, que havia sido retomado pelas forças legalistas, sobre o quartel-general revolucionário levou Eduardo Gomes a tentar contra-atacar com um mínimo de risco para os companheiros prisioneiros. Para atingir as metralhadoras que varriam a praça Tiradentes, destruiu em primeiro lugar o prédio do comando geral da Força Pública com tiros de canhão de 105mm, fazendo com que o edifício ardesse em chamas durante todo o dia 8. Em seguida, alvejou o palácio do governo, os edifícios da Polícia Central e da Secretaria da Agricultura e a zona do mercado, lugares onde se concentravam forças inimigas.

Ao amanhecer do dia 9 de julho os combates se haviam intensificado, com o crescimento dos efetivos de lado a lado. As forças rebeldes atingiam já cerca de seis mil homens, e o governo dispunha de 18 mil, sediados ao norte e a leste da cidade, além de aproximadamente dez mil em Minas Gerais, Mato Grosso e na cidade de Itapetininga (SP).

Com o agravamento da situação, os rebeldes passaram a usar a aviação, cujo comando foi confiado a Eduardo Gomes. Este, no desempenho das novas funções, realizou quatro missões aéreas, correndo risco de vida. Auxiliado pelos aviadores paulistas Reinaldo Gonçalves e Anésia Pinheiro Machado, apoderou-se dos aparelhos do Campo de Marte e dos pertencentes aos pilotos civis Edu Chaves e Teresa de Marzo. No dia 13 de julho, tendo ao lado um piloto italiano, fez os primeiros reconhecimentos aéreos dos bairros da Penha, Ipiranga e Vila Mariana, a leste da cidade de São Paulo. Enfrentando dificuldades, regressou apressadamente ao Campo de Marte e danificou o avião ao aterrar. Em outro vôo de reconhecimento das tropas legalistas a leste da capital paulista, em companhia de Carlos Rodrigues Coelho, mais uma vez não teve sucesso. Na terceira missão, ao lado do piloto alemão Carlos Herdler, sobrevoou Sorocaba e Santos estudando as condições das tropas adversárias e lançou manifestos sobre o encouraçado *Minas Gerais*, atracado no porto de Santos. Nessa ocasião chegou a ser perseguido por um hidravião da Aviação Naval.

Em vista do cerco da cidade de São Paulo pelas tropas legalistas, que desde o dia 9 a bombardeavam colocando em risco a população civil, as autoridades municipais e as entidades representativas do comércio e da indústria começaram a se empenhar no sentido de que fossem estabelecidas negociações entre os líderes revolucionários e os oficiais

governistas, visando à conciliação. Assim, a partir do dia 17, com a mediação do presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, foram iniciados os entendimentos entre os generais Isidoro e Abílio Noronha, este último preso pelos rebeldes.

Segundo Paulo Pinheiro Chagas, com o objetivo de informar a população acerca da real situação militar, já que as notícias oficiais exageravam as vitórias legalistas, os rebeldes tentaram utilizar uma "pequena estação de ondas contínuas" montada em São Paulo. Como não obtivessem êxito, resolveram adotar uma medida extrema, por sugestão de Eduardo Gomes, que se ofereceu para executá-la: lançar cerca de 30 mil manifestos revolucionários, assinados pelo general Isidoro, sobre os quartéis da Vila Militar do Rio de Janeiro, com o intuito de levantar a população carioca. O mesmo avião levaria, ainda, uma bomba cujo alvo seria o palácio do Catete. O plano audacioso começou a ser posto em prática no dia 19, com o embarque de Eduardo Gomes no Campo de Marte com destino à capital federal num pequeno avião civil, o *Oriole*, pertencente a Teresa de Marzo e pilotado por Carlos Herdler.

Depois de uma hora e meia de vôo, o avião fez um pouso forçado na serra do Mar, na região de Cunha (SP), reduto legalista, devido a uma avaria no motor. Para livrar-se da prisão, Eduardo Gomes assumiu a falsa condição de oficial das forças do governo na frente de São Paulo, convencendo o delegado de polícia de Cunha de que ninguém deveria se aproximar do avião, pois no seu interior havia uma poderosa carga de dinamite destinada aos insurretos. Conseguiu, ainda, cavalos para ele, para o piloto alemão e para um guia que, entretanto, levava instruções secretas de denunciá-los à polícia de Guaratinguetá, cidade do interior paulista por onde passariam. Depois de uma noite inteira de viagem, Eduardo Gomes obrigou, sob ameaça, o guia a regressar com os cavalos e prosseguiu com o piloto em sua fuga a pé durante 26 horas até Guaratinguetá. Após deixar o alemão numa pensão da cidade, seguiu a pé em direção a uma fazenda além de Aparecida (SP), onde o capataz, que era seu conhecido, lhe conseguiu um salvo-conduto com nome falso. Dessa forma pôde, então, tomar um trem para o Rio de Janeiro, onde se refugiou na casa de um tio.

Enquanto isso, os combates prosseguiam em São Paulo. No dia 27 de julho, informado por Macedo Soares do insucesso das tentativas de negociação com o governo federal, Isidoro decidiu deixar a cidade para evitar que a população civil fosse sacrificada por novos bombardeios das forças legalistas. Durante a noite desse mesmo dia, as tropas revolucionárias se retiraram, deslocando-se em seguida por via fluvial até o oeste

paranaense com o objetivo de buscar contato com simpatizantes da revolução no Rio Grande do Sul.

No final do ano, ainda escondido no Rio de Janeiro, Eduardo Gomes resolveu seguir para o Sul, onde pretendia incorporar-se às forças lideradas pelo capitão Luís Carlos Prestes, que havia sublevado em outubro as guarnições gaúchas de Uruguaiana, São Borja, São Luís Gonzaga, Santo Ângelo e Alegrete. Assim, com a ajuda do irmão Stanley Gomes, que lhe forneceu documentos, partiu num vapor da Costeira, sendo, porém, reconhecido e preso em Santa Catarina. Trazido para o Rio, esteve primeiro na Casa de Detenção e, mais tarde, após um *habeas-corpus*, foi transferido para o Corpo de Bombeiros. Aí permaneceu incomunicável, não tendo sequer permissão para visitar o pai gravemente enfermo, que veio a falecer sem tornar a vê-lo.

No início de 1925 Eduardo Gomes foi novamente transferido de presídio, sendo levado para São Paulo, onde corria outro processo contra ele. Por essa época, os revolucionários paulistas uniram-se aos rebeldes gaúchos, formando a Coluna Miguel Costa-Prestes, que iria percorrer todo país nos dois anos seguintes. Eduardo Gomes permaneceu no presídio da Imigração, em São Paulo, durante um ano, findo o qual foi trazido de volta ao Rio e mantido no 1º Regimento de Cavalaria. Nesse quartel reencontrou Juarez Távora, que havia sido preso no Piauí, em pleno curso da Coluna Prestes, além de outros companheiros, com os quais estabeleceu um plano de fuga utilizando as serras que a mãe, Jenny Gomes, lhe passara numa de suas visitas. Frustrado esse intento, em maio de 1926 os presos do 1º Regimento de Cavalaria foram transferidos para a ilha de Trindade, onde estavam presos oficiais das várias revoluções da década de 1920.

A posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926 teve como consequência imediata uma trégua política. Assim, já no final de novembro os prisioneiros da Trindade foram trazidos de volta para o Rio de Janeiro e, após um estágio na ilha das Cobras, foram postos em liberdade condicional.

Em junho do ano seguinte, na iminência de nova prisão, Eduardo Gomes partiu para Campos (RJ), onde trabalhou sob falsa identidade como engenheiro numa fazenda. Nessa ocasião construiu um ramal de estrada de ferro na altura do km 64 da linha Campos-Cardoso Moreira.

Ainda em 1927 foi criada a arma de aviação do Exército. Em julho desse mesmo ano

instalou-se a Diretoria de Aviação Militar e, em meados de novembro, foram transferidos por decreto para a arma de aviação os oficiais que já eram diplomados como pilotos-aviadores ou como observadores aéreos. Eduardo Gomes, que era observador, foi transferido a pedido de amigos da artilharia para a nova arma.

Depois de quase dois anos em Campos e de ter trabalhado também na Estrada de Ferro Vitória-Minas, em fins de 1929 Eduardo Gomes apresentou-se às autoridades e foi preso. Após uma série de processos, sua pena ficou estabelecida em dois anos de prisão.

Por essa época desenvolvia-se a campanha da Aliança Liberal, movimento político que a partir de junho de 1929 uniu o situacionismo dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba e as oposições locais das outras unidades da Federação, apresentando como candidato à presidência da República Getúlio Vargas, em oposição a Júlio Prestes, presidente de São Paulo e candidato do governo federal.

NA REVOLUÇÃO DE 1930

A vitória do candidato oficial nas eleições de 1º de março de 1930 reafirmou a preponderância dos interesses da oligarquia e o peso da máquina eleitoral do governo. Um mês depois, toda a bancada paraibana na Câmara e mais 14 deputados mineiros ligados à Aliança Liberal foram “degolados”, ou seja, não tiveram sua eleição reconhecida.

Em maio de 1930, libertado definitivamente, Eduardo Gomes voltou a conspirar no Rio de Janeiro, integrado no vasto movimento que preparava nova revolução. Já no final de junho enviou Godofredo Tinoco ao Rio Grande do Sul para contatar Osvaldo Aranha, Estillac Leal, Miguel Costa e João Alberto Lins de Barros, estabelecendo ligações e procurando estimular a conspiração.

O assassinato de João Pessoa, presidente da Paraíba e companheiro de chapa de Getúlio, no dia 11 de julho de 1930, fez crescer a atividade conspiratória, levando as forças de oposição a Washington Luís a entrar na fase final da preparação de um movimento insurrecional para a tomada do poder.

No dia 3 de outubro, data marcada para o início da rebelião, Eduardo Gomes encontrava-se em Barbacena (MG) ao lado de Tasso Tinoco, Ari Parreiras, Olímpio Falconière da Cunha e outros oficiais que, juntamente com seiscentos soldados, haviam sido enviados para lutar contra as forças federais em Juiz de Fora (MG). Entretanto, segundo Osvaldo Cordeiro de

Farias, as condições militares em Minas Gerais não eram muito favoráveis aos revolucionários, que tinham o apoio da Polícia Militar do estado e da maioria das lideranças políticas, mas não haviam conseguido penetrar no Exército. Assim, a prolongada resistência do 12º Regimento de Infantaria (12º RI) em Belo Horizonte, que se estenderia por dez dias, transformou os planos iniciais dos revolucionários de Barbacena, que puderam dispor de somente 70 praças sob o comando do capitão Fulgêncio para dar início ao levante.

No dia 4, Eduardo Gomes incumbiu Tasso Tinoco de submeter setecentos operários que não haviam aderido à revolução em Conselheiro Lafaiete, posição-chave para o transporte ferroviário. Isto foi feito com a ajuda de apenas dez voluntários civis, armados com carabinas de caça. Vencida a resistência do 12º RI de Belo Horizonte, os primeiros reforços chegaram à Barbacena no dia 10, através de um batalhão de cerca de 350 homens comandados por Nélson de Melo.

O CORREIO AÉREO MILITAR

Com a deposição de Washington Luís consumada no dia 24 de outubro de 1930 e a posse do governo provisório de Vargas em novembro, os oficiais rebeldes foram promovidos, alguns mais de uma vez em função de sua antiguidade. Foi este o caso de Eduardo Gomes, promovido a capitão em 15 de novembro e, cinco dias depois, a major. Passando a servir no gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro, Eduardo Gomes, que possuía apenas o curso de observador aéreo, completou sua instrução de pilotagem sob a supervisão de seu amigo Casimiro Montenegro Filho.

Em maio de 1931 foi criado o Grupo Misto de Aviação, no Campo dos Afonsos, com quadros militares e meios materiais provenientes da Escola de Aviação Militar. Organizada a esquadrilha do Grupo Misto, Eduardo Gomes, ao lado de Casimiro Montenegro e de Joaquim de Lemos Cunha, sugeriu ao general Leite de Castro que ela fosse utilizada num serviço de correio aéreo, vendo na medida um meio de fortalecer a unidade nacional, estimular o intercâmbio entre as diferentes regiões e desenvolver a aviação. A idéia foi aceita pelo ministro da Guerra e logo em seguida foi criado o Serviço Postal Aéreo Militar (SPAM), que, já com o nome alterado para Correio Aéreo Militar (CAM), realizou sua primeira viagem em junho, levando correspondência do Rio para São Paulo. Em agosto

seguinte Eduardo Gomes assumiu o comando do Grupo Misto de Aviação, função pela qual responderia até março.

Entre os meses de julho e outubro de 1932, os serviços do CAM foram interrompidos devido à eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo. Contrário ao levante, Eduardo Gomes participou das operações contra os revolucionários transferindo-se com seu grupo para o campo de Resende, base de ação de todas as operações aéreas no vale do Paraíba durante a revolução. Em 6 de setembro, assumiu cumulativamente o comando das unidades aéreas do Destacamento de Exército do Leste. Por sua atuação nesse período, recebeu elogios do comandante geral do Exército do Leste, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Terminado o conflito, Eduardo Gomes participou, juntamente com Juarez Távora, dos entendimentos promovidos pelo governo provisório para uma solução civil e paulista para o governo de São Paulo. Retomou igualmente suas atividades à frente do CAM, que continuou ampliando suas rotas. Comandou o Grupo Misto de Aviação até março de 1933, quando, com a reorganização da aviação militar, o Grupo Misto foi extinto e transformado no 1º Regimento de Aviação, também sediado no Campo dos Afonsos. Em junho seguinte foi promovido a tenente-coronel, continuando a ser o grande impulsionador do CAM.

A REVOLTA COMUNISTA DE 1935

Após a eclosão dos levantes organizados pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em nome da Aliança Nacional Libertadora (ANL), nas cidades de Natal e Recife, respectivamente nos dias 23 e 24 de novembro de 1935, as autoridades militares da capital federal tomaram medidas preventivas contra uma esperada insurreição no 3º RI, sediado na Praia Vermelha. O tenente-coronel Eduardo Gomes, que desde maio de 1935 assumira o comando do 1º Regimento de Aviação, e o tenente-coronel Ivo Borges, comandante da Escola de Aviação Militar, mantinham frequentes contatos, recebendo informações do chefe de polícia, capitão Filinto Müller. Efetivamente, na madrugada do dia 27 o movimento foi deflagrado no 3º RI e na Escola de Aviação Militar.

Em depoimento prestado no inquérito policial-militar instaurado mais tarde na Escola de Aviação Militar, Eduardo Gomes afirmou que, embora prevenido da ameaça de um levante comunista na cidade, não contava com sua eclosão naquela escola. De qualquer maneira, ao

ser avisado da revolta no 3º RI, reforçou as medidas de segurança da unidade. Apesar disso, agindo de surpresa, os revoltosos liderados pelos capitães Sócrates Gonçalves da Silva e Agliberto Vieira de Azevedo dominaram a maior parte do 1º Regimento de Aviação, conseguindo isolar Eduardo Gomes no pavilhão de comando. Após assumir o controle do hangar da Esquadrilha de Treinamento e cercar o regimento, os rebeldes prosseguiram na luta até o amanhecer. Eduardo Gomes, que havia sido ferido por um tiro de fuzil na mão logo ao início dos combates, conseguiu comunicar-se com o Ministério da Guerra e com outras autoridades militares. Durante algumas horas manteve sua posição, enquanto a artilharia da Vila Militar bombardeava a Escola e o 1º Regimento de Aviação, preparando o terreno para a chegada dos reforços. Finalmente, após a prisão de alguns rebeldes e a expulsão dos demais das proximidades do regimento, chegaram ao 1º Regimento de Aviação Ivo Borges e elementos de ligação das unidades escolas, aprofundando a contraofensiva. Dominado o levante, seis soldados haviam morrido em combate, além de três oficiais: o primeiro-tenente Benedito Lopes Bragança, cuja morte foi atribuída ao tenente Agliberto Azevedo, o primeiro-tenente Danilo Paladini, comandante da Companhia de Alunos, e o capitão Armando de Sousa e Melo, comandante da Companhia de Guardas.

Eduardo Gomes permaneceu no comando do 1º Regimento de Aviação até a instauração do Estado Novo (10/11/1937), quando, por ser contrário ao golpe, apresentou-se no dia seguinte ao Estado-Maior, formalizando seu pedido de demissão. Na ocasião, declarou ter sido ferido em seu brio militar devido ao cerco realizado por tropas da Vila Militar à unidade que comandava. Exonerado, foi promovido a coronel em maio de 1938. Três meses antes, devido a uma reorganização do Exército, a Diretoria de Aviação Militar passara a se chamar Diretoria de Aeronáutica do Exército.

Ainda em 1938, devido ao seu grande prestígio e liderança entre os militares, Eduardo Gomes foi procurado pelos articuladores de um movimento armado contra o governo preparado pelos integralistas com o apoio de oposicionistas liberais. Segundo algumas versões, teria participado da conspiração, dela se desligando no dia 9 de maio — dois dias antes da data marcada para o levante —, ou ainda, segundo Plínio Salgado, horas antes do início do movimento. Já segundo o depoimento do capitão Rui Presser Belo, comprometido com o movimento, Eduardo Gomes teria sido procurado pelo chefe militar da revolta, general João Cândido Pereira de Castro Júnior, somente no dia 10 de maio, num encontro

do qual participaram também o próprio Presser Belo e um outro capitão ligado ao levante, Rangel Sobrinho. Na ocasião, Eduardo Gomes teria recusado o convite para participar do movimento. De fato, em carta enviada em 14 de maio ao diretor de Aeronáutica do Exército, Eduardo Gomes relatava sua recusa ao convite do capitão Rui Presser Belo para que participasse da rebelião.

As atitudes anteriores de Eduardo Gomes em relação aos integralistas tampouco se coadunam com a hipótese de que houvesse participado da conspiração. Depois da Parada dos 50 mil, realizada pelos integralistas no dia 1º de novembro de 1937, ele ordenou a prisão por 30 dias de um sargento e um cabo que dela haviam participado. Da mesma forma, por ocasião da comemoração do Dia do Aviador no Campo dos Afonsos, ao constatar a chegada de grupos de milicianos integralistas uniformizados, ordenou sua retirada. Ao ser informado de que cerca de trezentos integralistas tinham sido detidos, determinou que fossem soltos e colocados na estrada fora do campo. Proibiu ainda que fossem transportados num caminhão militar exemplares de *A Ofensiva*, jornal integralista que era distribuído por um oficial ligado a esse movimento.

Em junho de 1938, foi criado o Serviço de Rotas e Bases Aéreas, subordinado à Diretoria de Aeronáutica do Exército. Ao novo órgão subordinaram-se os serviços de meteorologia, de radiocomunicações e de manutenção dos campos de pouso, bem como o CAM. No mês de outubro, voltando a aceitar uma função de relevo, Eduardo Gomes assumiu a chefia do Serviço de Rotas e Bases Aéreas.

Com a criação do Ministério da Aeronáutica em janeiro de 1941, a Aviação Militar e a Aviação Naval fundiram-se numa corporação única, formando a Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com a organização interna do novo ministério, estabelecida por decreto no mês de outubro, o Serviço de Rotas e Bases Aéreas deu lugar à Diretoria de Rotas Aéreas, à qual foi subordinado o Correio Aéreo Nacional (CAN), resultante da fusão do CAM com o Correio Aéreo Naval. Eduardo Gomes manteve-se na chefia do Serviço de Rotas e Bases Aéreas até sua desarticulação, em novembro de 1941.

COMANDANTE DAS I E II zONAS AÉREAS

Ainda em 1941, com o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial e, principalmente, com a ocupação do Norte da África pelas forças do Eixo, os Estados

Unidos aumentaram as pressões sobre o Brasil para que este permitisse aos norte-americanos a utilização de bases aéreas e navais em seu território. Embora os dois países ainda não tivessem entrado na guerra, decidiu-se construir e equipar bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil com o objetivo de aparelhar uma rota aérea até a África — a rota de Dacar —, destinada a levar recursos para as forças aliadas (essa rota, conhecida mais tarde como "o corredor da vitória", constituiria um apoio básico para o desencadeamento da campanha da Itália nos dois anos seguintes).

Promovido a brigadeiro do ar em dezembro de 1941, Eduardo Gomes foi nomeado em seguida comandante da I e II zonas aéreas (ZA), sediadas respectivamente em Belém e em Recife. Transferindo-se para a capital pernambucana, iniciou a construção das bases aéreas, na época as maiores do mundo, com a ajuda de poderosos recursos norte-americanos.

Alguns dias antes de deixar o comando da I ZA, em janeiro de 1942, Eduardo Gomes foi nomeado chefe da recém-criada Diretoria de Rotas Aéreas. Acumulando essa chefia com o comando da II ZA, ainda no início de 1942 viajou aos Estados Unidos a convite do governo daquele país, sendo recebido com honras excepcionais.

Segundo Paulo Pinheiro Chagas, muito antes de o Brasil declarar oficialmente guerra contra o Eixo (22/8/1942), Eduardo Gomes havia iniciado sua "guerra particular contra Hitler". Assim, além do transporte aéreo de homens e material, patrulhamento do litoral, cobertura aérea e comboio de navios mercantes, o brigadeiro teria sido responsável pelo ataque de aviões brasileiros a submarinos do Eixo antes daquela data. Na verdade, antes do primeiro ataque a submarino inimigo realizado por aviões da FAB, sete navios mercantes brasileiros já haviam sido torpedeados, provavelmente por submersíveis alemães. O primeiro ataque da FAB, realizado em 22 de maio de 1942 entre o arquipélago de Fernando de Noronha e as ilhas Rocas por militares brasileiros e norte-americanos, mereceu um telegrama de congratulações do presidente Franklin Roosevelt ao governo brasileiro. No dia seguinte, foi assinado um acordo de cooperação entre as forças armadas dos dois países, que resultou na criação de uma Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos para o estudo dos problemas relacionados com a defesa comum.

Em 1943 Eduardo Gomes fez uma visita de inspeção às tropas norte-americanas em operação na África, a convite dos generais Dwight Eisenhower e Mark Clark. Considerado responsável pelo clima de bom entendimento reinante entre soldados brasileiros e norte-

americanos sediados nas bases aéreas do Nordeste e tendo sido inclusive favorável à concessão de faixas do litoral aos norte-americanos para que estes estabelecessem bases aeronavais enquanto durasse a guerra, Eduardo Gomes opôs-se veementemente, entretanto, a que essas bases fossem administradas por uma comissão mista, "acima da soberania nacional". Devido à sua resistência essa medida não se consumou, apesar das pressões do vice-almirante norte-americano Jonas Howard Ingram, comandante em chefe da Esquadra do Atlântico.

PRIMEIRA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA

Em 24 de outubro de 1943 foi divulgado o chamado *Manifesto dos mineiros*, a primeira manifestação ostensiva de repúdio à ditadura que se instalara no país havia seis anos. O documento, contendo 76 assinaturas de importantes nomes da política mineira, tanto liberais como conservadores, reivindicava a democratização do país. Seu principal articulador e signatário, Virgílio de Melo Franco, iniciou nessa época um contato mais estreito com Eduardo Gomes, que levou quinhentos exemplares do manifesto para o Nordeste. A divulgação do documento e sua repercussão deram origem a medidas repressivas por parte do governo federal e, no final de 1943 e início de 1944, todos os signatários que ocupavam cargos públicos foram demitidos. A esse tempo, embora Getúlio já houvesse falado em reconstitucionalizar o país, as forças que a ele se opunham iniciaram uma articulação visando à sua deposição.

O lançamento de um candidato à presidência da República "capaz de galvanizar a opinião pública", de preferência um nome de tradição democrática saído das forças armadas, constituiu a primeira parte de um plano de ação estabelecido pelo grupo contrário a Vargas. Consultado por Virgílio e Juraci Magalhães, Eduardo Gomes aprovou o plano, mas não se dispôs a ser o nome indicado, alegando que o candidato deveria ser civil. Assim, antes de regressar a Natal, autorizou Juraci a falar em seu nome como adepto do movimento, mas não como candidato. Entretanto, segundo Paulo Pinheiro Chagas, voltando do Norte, onde se avistara com o brigadeiro, um amigo jornalista, levado por entusiasmo ou astúcia, comunicou a Virgílio o esperado assentimento de Eduardo Gomes. Transmitido à boca pequena, apesar das limitações decorrentes da censura então reinante, o boato fez os acontecimentos se precipitarem, gerando uma onda de reações positivas. A propagação da

notícia e a boa acolhida da candidatura de Eduardo Gomes acabaram determinando a quebra de sua propalada irredutibilidade. Ainda segundo Paulo Pinheiro Chagas, a partir de dezembro de 1944 a candidatura do brigadeiro era um fato. Nesse mês, Virgílio de Melo Franco foi a São Paulo conseguir apoio para ele, sendo preso por dez dias ao retornar ao Rio. Pouco tempo antes, em setembro de 1944, Eduardo Gomes fora promovido a major brigadeiro do ar.

No início de janeiro de 1945, Eduardo Gomes exonerou-se do comando da II ZA, recebendo pouco depois palavras elogiosas do ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro de Salgado Filho. Um mês mais tarde, o jornal *Diário Carioca* publicou declarações de José Américo de Almeida, José Antônio Flores da Cunha e Odilon Braga pedindo eleições diretas. José Américo recomendava que Eduardo Gomes fosse escolhido candidato da oposição à presidência e Osvaldo Aranha também se mostrava favorável à idéia. Como Vargas voltasse a se referir em discurso à perspectiva de reconstitucionalização do país após o final da guerra, Virgílio de Melo Franco aproveitou o momento e concedeu, ainda no dia 8 de fevereiro de 1945, uma entrevista a *O Globo*. Enfrentando a censura, afirmou ser incompreensível que fossem efetuadas eleições sem liberdade de imprensa, de tribuna, de reunião e, sobretudo, de organização das forças políticas. Segundo Paulo Pinheiro Chagas, esta foi a primeira vez, depois de 1937, que um jornal brasileiro publicou coisa semelhante. Duas semanas depois foi publicada pelo *Correio da Manhã* histórica entrevista de José Américo de Almeida, que representou de fato o fim da censura à imprensa imposta pelo Estado Novo. Carregada de críticas ao regime ditatorial, a entrevista concedida a Carlos Lacerda teve enorme repercussão. À tarde, em nova entrevista, dessa vez a *O Globo*, José Américo lançou publicamente a candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República.

A imprensa carioca festejava o nome do brigadeiro, destacando sua figura austera e seu profundo sentimento católico. Como herói da FAB e primeiro candidato à presidência saído das fileiras militares desde a eleição de Hermes da Fonseca, Eduardo Gomes criava um problema para Vargas, ciente de que os militares dificilmente interviriam caso sua campanha eleitoral se consolidasse.

No dia 26 de fevereiro de 1945, Getúlio participou de uma reunião com os líderes gaúchos João Batista Luzardo e João Neves da Fontoura, em que este último defendeu a necessidade

da convocação de uma assembleia constituinte e da escolha de um candidato para concorrer com Eduardo Gomes. Dois dias depois, Vargas assinou o Ato Adicional prevendo eleições gerais cuja data seria fixada dali a 90 dias. Apesar disso, pelo fato de não modificar substancialmente o previsto na Constituição de 1937, o Ato Adicional provocou críticas ferozes nos jornais da oposição.

No início de março, antigas lideranças políticas que haviam sido ceifadas com o golpe do Estado Novo manifestavam ostensivamente seu apoio ao "candidato do povo", o "brigadeiro da libertação", expressões que seriam utilizadas no decorrer da campanha de Eduardo Gomes. Não faltariam inclusive músicas e poemas tecendo louvores ao "herói dos 18 do Forte", que recebeu contribuições até do poeta Manuel Bandeira, autor de *O Brigadeiro*, um poema de versos simples com o evidente intuito de dar cunho popular à imagem de Eduardo Gomes. O lenço branco, invocando a figura de Teófilo Otoni, passou a ser o símbolo de sua campanha que, a cada dia, ganhava novos adeptos. A 3 de março os membros do antigo Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco decidiram apoiá-lo. No dia seguinte, um comício realizado em Recife por estudantes, intelectuais e oposições coligadas pró-candidatura Eduardo Gomes foi dissolvido a bala pela polícia no momento em que falava o escritor Gilberto Freire. Na ocasião, foi atingido mortalmente o bacharelando e primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, Demócrito de Sousa Filho, fato que provocou protestos dos mais diferentes setores da sociedade brasileira. Dois dias depois, Raul Fernandes, líder do antigo Partido Popular Radical (PPR) do estado do Rio de Janeiro, realizou uma reunião para assentar as bases da candidatura Eduardo Gomes, que iria continuar recebendo renovadas adesões durante todo o mês de março.

Para fazer frente ao promissor candidato das futuras Oposições Coligadas, já que sua própria candidatura tornara-se inviável, e por sugestão do interventor mineiro Benedito Valadares, que via a conveniência de um competidor igualmente militar, Vargas decidiu lançar a candidatura de seu ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra. Como em 1937, coube a Valadares fazer o lançamento oficial de um candidato à sucessão de Vargas: assim, no dia 13 de março, foi lançada em São Paulo a candidatura Dutra.

No final de março, a União dos Trabalhadores Intelectuais (UTI) divulgou um documento em que reafirmava a declaração de princípios em favor da democracia aprovada

unanimemente pelo I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo em fins de janeiro de 1945. A UTI endossava também a reivindicação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dos institutos de advogados e das congregações das faculdades de direito de restauração da ordem jurídica. Em seguida ao apoio dado à candidatura de Eduardo Gomes, a entidade dava prioridade à campanha pela anistia ampla e irrestrita aos presos políticos.

Segundo Virgílio de Melo Franco, ao lado do objetivo imediato de eleger o major-brigadeiro Eduardo Gomes, surgiu a necessidade de se formar um grande partido que congregasse todas as correntes "democráticas". Assim, coroando as articulações desenvolvidas desde fevereiro junto aos elementos egressos dos antigos partidos estaduais dissolvidos em 1937, foi criada no dia 4 de abril de 1945 a União Democrática Nacional (UDN), presidida por Pedro Aleixo. Dois dias depois, Eduardo Gomes deixava a Diretoria de Rotas Aéreas, desincompatibilizando-se para concorrer às eleições.

No dia 16 de abril o brigadeiro concedeu sua primeira entrevista coletiva à imprensa, anunciando que, a partir daquele momento, pretendia dedicar-se plenamente à sua campanha. Frisou, também, que apenas se iniciava o movimento pela reconquista das liberdades, pois permanecia integral o aparelho de "compressão" montado pela ditadura. Defendeu, ainda, a urgência do restabelecimento da ordem constituída, a volta da Constituição de 1934 e a saída de Getúlio, com a transferência do poder ao presidente do STF.

No dia 20 de abril, a Sociedade Amigos da América lançou um manifesto de apoio à candidatura Eduardo Gomes, durante a sessão solene de sua reabertura. No dia seguinte realizou-se a segunda sessão da UDN e a primeira reunião do seu diretório nacional, sendo feito o lançamento oficial da candidatura do brigadeiro. Nesse mesmo dia Eduardo Gomes recebeu a adesão, em Minas Gerais, do Partido Regenerador. Dois dias depois, promoveu uma reunião em sua residência com a presença de Juarez Távora, Tasso Tinoco, Silo Meireles e Luís Carlos Prestes, este último saído da prisão no dia 16 de abril por força da anistia. O *Correio da Manhã* noticiou o encontro, classificando-o de "cordial" e considerando-o como uma "prova de que Eduardo Gomes não tem predisposição contra o comunismo".

Durante as comemorações do Dia do Trabalho, Getúlio Vargas discursou criticando o "partidarismo provinciano" e afirmando sua confiança na candidatura Dutra. Desafiou os

“golpistas” e reafirmou sua disposição de manter a ordem, realizar as eleições e passar o poder a quem fosse legitimamente eleito pelo povo. No dia seguinte, Eduardo Gomes criticou o discurso de Vargas, acusando-o de utilizar recursos demagógicos para atrair o povo, de tratar a campanha eleitoral e a mobilização política como ameaças à ordem constituída e de ser responsável pela violação de três constituições. Ao final, lembrou a frase de autoria do político conservador inglês do século XVIII, Edmundo Burke, que se tornaria o lema de sua campanha: “O preço da liberdade é a eterna vigilância.”

No dia 3 de maio Ademar de Barros lançou sua candidatura ao governo de São Paulo, ao mesmo tempo em que afirmava seu apoio a Eduardo Gomes. Vinte dias depois, falando a uma multidão reunida no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, Prestes apoiou Vargas, a quem atribuiu a concessão da anistia. Cerca de uma semana mais tarde as eleições foram marcadas para 5 de dezembro, e Eduardo Gomes tornou a encontrar-se com o líder comunista na presença de Ari Parreiras e João Alberto. Como da primeira vez, nada resultou de positivo dessa reunião. Nesse mesmo dia, 29 de maio, Otávio Mangabeira divulgou pela imprensa seu apoio à candidatura do brigadeiro.

Em 12 de junho, uma comissão da União Socialista Popular (USP), formada por intelectuais de esquerda, entregou a Eduardo Gomes seu manifesto convocatório, dispondo-se a apoiá-lo. Exigia, porém, alguns compromissos, entre os quais a elaboração de uma constituição amplamente democrática. No dia seguinte a Esquerda Democrática hipotecou também seu apoio ao candidato udenista, com base num programa político definido.

Em princípios de julho a candidatura Dutra recebeu o apoio formal do Partido Social Democrático (PSD), novo partido criado oficialmente no mês anterior. No dia 17 de julho, os antigos partidos gaúchos fundiram-se com a UDN para apoiar Eduardo Gomes, lançando uma proclamação assinada por Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha. Em agosto os antigos partidos republicanos anunciaram que iriam se organizar em âmbito nacional com o nome de Partido Republicano Brasileiro, apoiando também a candidatura do brigadeiro. Nesse mesmo mês, os gaúchos liderados por Raul Pilla se afastaram da UDN para formar o Partido Libertador (PL). Mantendo o apoio integral à candidatura Eduardo Gomes, a UDN, o PR e o PL formaram assim uma nova frente, a das Oposições Coligadas.

Consolidada a campanha de Eduardo Gomes em meados de agosto, sua plataforma política foi divulgada no dia 17 desse mês. Ainda em agosto, porém, iniciou-se o chamado

movimento “queremista”, organizado por adeptos de Getúlio que pregavam sua permanência no poder, o adiamento das eleições presidenciais e a imediata convocação de uma assembleia nacional constituinte, sob o lema “Constituinte com Getúlio”. A intensificação do movimento, engrossado pelos comunistas, e a posição dúbia adotada por Vargas inquietaram os meios oposicionistas. Após o grande comício queremista realizado no dia 3 de outubro e a promulgação no dia 10, sob os protestos da UDN, de um decreto antecipando as eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das nacionais, um novo ato de Vargas veio constituir o estopim para sua própria deposição: a nomeação de seu irmão Benjamim Vargas, figura execrada nos meios oposicionistas, para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto.

No dia 29 de outubro Vargas foi derrubado por um golpe de Estado liderado por seu ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, um dos articuladores do golpe de 1937, que implantara o regime do Estado Novo. A chefia do Executivo foi assumida então pelo presidente do STF, José Linhares.

Ao longo de sua campanha eleitoral, Eduardo Gomes viajou por todo o Brasil, promovendo comícios nos principais estados da Federação. Sua candidatura cresceu amplamente, sobretudo nas cidades, enquanto a do general Dutra estendia-se nas zonas suburbanas e rurais, apoiada pela máquina remanescente do Estado Novo e pela popularidade carismática de Vargas. Às vésperas da eleição, porém, começou a circular uma frase atribuída ao brigadeiro — “Não preciso dos votos dos marmiteiros” — que iria ter uma importância decisiva nos resultados finais. Na verdade, Eduardo Gomes havia dito algo diferente: num discurso proferido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 19 de novembro, atacou a ditadura Vargas, frisando que para se eleger não precisava dos votos “desta malta de desocupados que apoia o ditador”. Segundo o depoimento que prestou ao Cpdoc, Hugo Borghi, na época um dos principais líderes do queremismo, descobriu que malta podia significar também marmiteiros, passando então a divulgar a frase com o intuito de prejudicar o candidato udenista. Borghi chegou a organizar comícios com grande número de pessoas portando marmitas, numa alusão crítica ao brigadeiro.

Segundo Virgílio de Melo Franco, então secretário-geral da UDN, essa e outras “calúnias” foram espalhadas contra o brigadeiro por seus opositores. Foi dito que Eduardo Gomes proibiria os negros “de andar de bonde, usar gravata, tomar banho de mar ou ir ao cinema”,

que seria intolerante com os não católicos, especialmente os protestantes e os espíritas, e que proibiria o exercício das atividades profissionais às mulheres. Para alguns analistas políticos, essa campanha teria determinado a derrota de Eduardo Gomes. Para outros, porém, o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de Vargas ao candidato pessedista, concretizado no final de novembro, teria sido a causa principal do resultado desfavorável obtido pela UDN. Na época Getúlio era aclamado como "o pai dos pobres", enfatizando-se o fato de ter sido ele o criador da legislação social brasileira. Seu pronunciamento favorável à candidatura Dutra foi lido por Hugo Borghi no encerramento da campanha. Nessa ocasião foi cunhada uma expressão que se tornou um símbolo, ligando a figura do ex-ditador a Dutra: "Ele disse."

Realizadas afinal as eleições no dia 2 de dezembro de 1945, Dutra obteve 54% da votação, contra 34% dados a Eduardo Gomes, ficando ainda o candidato dos comunistas, Iedo Fiúza, com 10% do total. Após a derrota Eduardo Gomes publicou uma mensagem de agradecimento e despedida ao povo brasileiro, e em janeiro do ano seguinte foi para os Estados Unidos, onde realizou um curso de aperfeiçoamento em Fort Leavenworth, no Kansas. Em outubro de 1946 retornou ao Brasil, voltando a chefiar a Diretoria de Rotas Aéreas do Ministério da Aeronáutica.

A SEGUNDA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA

As articulações em torno da sucessão de Dutra foram iniciadas em 1948 em Minas Gerais. No ano seguinte, Nereu Ramos, José Eduardo Prado Kelly e Artur Bernardes, presidentes respectivamente do PSD, da UDN e do PR — agremiações integrantes do Acordo Interpartidário que apoiava o governo Dutra — formaram uma comissão para debater o assunto. As negociações, contudo, não foram adiante devido à insistência com que Nereu Ramos pleiteava a própria candidatura. Enquanto a UDN perdia as esperanças de chegar a um entendimento com o partido governista, no dia 7 de outubro de 1949 foi criado no Rio de Janeiro o Movimento Nacional Popular Pró-Eduardo Gomes, e no dia seguinte foi realizado na mesma cidade um comício em favor da candidatura do brigadeiro. Segundo John Foster Dulles, esse movimento, à margem de todas as manobras políticas desenvolvidas pelos demais partidos, foi o verdadeiro responsável pelo lançamento da candidatura de Eduardo Gomes às eleições presidenciais de 1950.

No dia 3 de dezembro de 1949, Otávio Mangabeira indicou Eduardo Gomes para candidato da UDN à presidência da República. A indicação seria endossada pela comissão executiva do partido alguns dias mais tarde. Entretanto, somente em maio do ano seguinte a candidatura foi homologada, numa convenção nacional realizada na Câmara dos Deputados sob a presidência do deputado Prado Kelly e tendo como orador oficial o senador José Américo de Almeida. Àquela altura, a candidatura de Getúlio Vargas, então senador pelo Rio Grande do Sul, articulada pelo Partido Social Progressista (PSP) através de seu chefe nacional, o governador de São Paulo Ademar de Barros, foi também lançada abertamente por João Goulart, em comício no Sul do país.

Com o objetivo de dedicar-se plenamente à campanha eleitoral, Eduardo Gomes deixou o comando das Rotas Aéreas a 1º de junho de 1950. Dois dias depois, a convenção nacional do PL resolveu apoiar sua candidatura, atitude que seria seguida pelo conselho nacional do Partido de Representação Popular (PRP), de Plínio Salgado, no final do mês seguinte.

No dia 8 de junho, o PTB decidiu-se finalmente pela candidatura de Vargas, enviando uma comissão para transmitir-lhe a notícia. Getúlio sugeriu ao PTB que fossem consultados a UDN e o PSD sobre a viabilidade de uma candidatura única. Em caso negativo, aceitaria manter-se como candidato. A essa consulta a UDN respondeu que só admitiria acordo em torno da candidatura do brigadeiro, a quem considerava um candidato extrapartidário, capaz, segundo as palavras de Prado Kelly, “de realizar a conciliação proclamada por todas as agremiações partidárias”.

No dia 10 de junho foi realizada a convenção nacional do PSD. Na ocasião, foi homologada a candidatura de Cristiano Machado e recusada a proposta de Vargas de um candidato único. Segundo John Foster Dulles, o PSD decidiu não apoiar Eduardo Gomes e viu-se impossibilitado de apoiar diretamente a candidatura Vargas em função da oposição da ala “dutrista” do partido.

A campanha de Eduardo Gomes dispôs de grande publicidade, sustentada pela maioria dos jornais e estações de rádio. Nos seus comícios assistiu-se à volta dos lenços brancos e dos versinhos simplórios: “Vote no brigadeiro, que é bonito e é solteiro.” Em torno de sua candidatura novamente reuniram-se elementos de várias origens, unificados na oposição a Vargas: Osvaldo Aranha, Prado Kelly, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado. Seu apoio, por outro lado, inquietava certos setores ligados a Eduardo Gomes, como por exemplo o

Diário Carioca.

No campo oposto, a habilidade política do candidato do PTB-PSP, que falava ao povo como "pai" do trabalhismo e da legislação social, conseguiu mobilizar amplos setores da população. Vargas criticava a política econômica seguida pelo governo Dutra e advogava a necessidade de acelerar a industrialização, que teria sido iniciada sob seus auspícios.

Para companheiros de chapa de Getúlio Vargas e Eduardo Gomes, como candidatos à vice-presidência, foram escolhidos respectivamente João Café Filho, indicado por Ademar de Barros, e Odilon Braga. Um mês antes das eleições, a 6 de setembro de 1950, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) entrou com o pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das candidaturas de João Mangabeira e Alípio Correia Neto a presidente e vice-presidente.

Realizadas as eleições no dia 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas recebeu 48,7% do total dos votos, Eduardo Gomes 29,7% e Cristiano Machado 21,5%. A votação de João Mangabeira foi inexpressiva. Muitos setores pessedistas, inclusive em Minas Gerais, orientaram suas áreas de influência para apoiar Vargas, acarretando um esvaziamento da candidatura de Cristiano Machado. Esse processo criou no jargão político a expressão "cristianização".

A AERONÁUTICA CONTRA VARGAS

Após sua segunda derrota eleitoral, Eduardo Gomes retornou ao antigo cargo de diretor das Rotas Aéreas da FAB, no qual permaneceria até março de 1951. Convidado por Vargas, recusou o cargo de ministro da Aeronáutica.

A volta do ex-presidente ao poder proporcionou à UDN uma retomada mais intensa de seu papel na liderança das forças anti-Vargas. O jornal *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Carlos Lacerda, era o principal porta-voz dessa oposição radical. A partir de fevereiro de 1954, quando foi divulgado o *Manifesto dos coronéis* criticando o aumento de 100% do salário mínimo preconizado por João Goulart, então ministro do Trabalho, a crise política se aguçou, atingindo o ápice por ocasião do episódio conhecido como Atentado da Tonelero. Nesse atentado, ocorrido no dia 5 de agosto de 1954, Carlos Lacerda e um dos seus acompanhantes, o major-aviador Rubens Florentino Vaz, foram alvejados à porta da casa do jornalista, na rua Tonelero, em Copacabana. Lacerda foi ferido no pé, sem

gravidade, mas o oficial teve morte imediata.

Assim que foi informado do ocorrido, Eduardo Gomes, a quem era subordinado o militar falecido, afirmou à imprensa: “Para bem da honra da nação, confio que esse crime não ficará impune.” Ao mesmo tempo, Lacerda culpou o governo pelo atentado. No dia seguinte, Eduardo Gomes, acompanhado de Dutra e de centenas de oficiais, compareceu ao enterro do major Vaz. No dia 7, o motorista do táxi que transportara o assassino prestou depoimento afirmando que um membro da guarda pessoal de Vargas estaria implicado no atentado.

Àquela altura, embora o Ministério da Justiça já houvesse ordenado a abertura de um inquérito para elucidar o crime, as investigações estavam sob o controle da Aeronáutica. Crescia a movimentação militar contra Vargas, e Eduardo Gomes nela desempenhava um papel central, articulando reuniões, redigindo notas e fomentando a conspiração. No dia 10 de agosto participou de uma reunião no Clube da Aeronáutica com oficiais da FAB, alguns dos quais exigiam a deposição de Vargas. Nesse encontro foi também instado a assumir o comando de um movimento antigovernamental e aclamado “chefe incontestável da Aeronáutica”. Ainda no dia 10, participou de uma reunião secreta de chefes militares, onde ficou decidido que, juntamente com Juarez Távora, Álvaro Fiúza de Castro, Renato Guillobel e outros, tentaria convencer o ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, a solicitar a renúncia do presidente. Zenóbio, entretanto, recusou-se a pressionar Vargas, e no dia 12 de agosto as forças armadas reafirmaram seu objetivo de elucidar o atentado, mantendo-se ao mesmo tempo “dentro das prescrições impostas pela Constituição Federal”. No dia 16 de agosto, devido ao clima de oposição reinante entre os oficiais seus subordinados, o ministro da Aeronáutica Nero Moura renunciou, sendo substituído pelo brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, pouco popular na FAB e igualmente contrário ao afastamento de Vargas. Respaldado pela oficialidade, Eduardo Gomes prosseguiria nas suas iniciativas, o que o levaria a entrar rapidamente em choque com o novo ministro.

Por outro lado, a prisão de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, no dia 15 de agosto, e a apreensão de seu arquivo três dias depois acentuaram a crise vivida pelo governo. A partir daí foram divulgadas de forma sensacionalista pela imprensa de oposição revelações chocantes sobre a corrupção em larga escala praticada por funcionários ligados à presidência, o que teria provocado a afirmação decepcionada de Vargas: “Tenho a

impressão de me encontrar sobre um mar de lama.”

Na tarde do dia 20 de agosto, Eduardo Gomes participou de uma reunião do alto comando das forças armadas, que havia sido convocada para deliberar acerca da proposta do vice-presidente Café Filho de que as autoridades militares pedissem a renúncia do presidente e do vice-presidente, seguindo-se, a partir daí, as normas estabelecidas pela Constituição. A proposta não foi aceita pelo alto comando, que decidiu manter-se dentro das normas constitucionais e elaborar uma nota esclarecendo sua posição. Apesar disso, no dia seguinte, Café Filho levou pessoalmente sua proposta a Vargas, que a recusou, afirmando que só sairia “morto” do palácio.

Ainda no dia 21, foi lido em assembleia no Clube de Aeronáutica um relatório sobre as apurações até aquela data do inquérito policial-militar relativo ao Atentado da Tonelero, causando grande agitação entre os presentes e obrigando o presidente do clube a suspender a reunião. No dia seguinte, em nova reunião, Eduardo Gomes propôs a renúncia de Vargas e foi apoiado unanimemente. Foi então redigido um comunicado nesse sentido, assinado por 30 brigadeiros e dirigido ao Exército e à Marinha. Uma cópia do documento foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Morais, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), para que este a fizesse chegar ao presidente.

Após a entrega da nota a Mascarenhas, Eduardo Gomes, acompanhado de outros brigadeiros, expôs o ocorrido ao ministro Epaminondas Gomes dos Santos, afirmando que não o haviam convidado para participar da reunião para evitar-lhe o constrangimento de ouvir coisas desagradáveis sobre Vargas, seu amigo. Epaminondas discordou da posição assumida pelos brigadeiros, afirmando que Zenóbio reagiria com suas tropas e argumentando que o afastamento de Vargas implicaria a posse de Café Filho, homem ligado a Ademar de Barros. À possibilidade de Zenóbio recorrer às tropas do Exército sediadas na Vila Militar, Eduardo Gomes contrapôs a certeza de que seus comandantes, um deles Nélson de Melo, “não marchariam para defender o governo”. Ainda na noite do dia 22 a nota dos brigadeiros foi entregue a Vargas, que, ao tomar conhecimento de seu conteúdo, reafirmou a intenção de permanecer na presidência, mesmo sem o apoio militar: “Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte.” Ao final da noite foi divulgada a notícia da adesão dos almirantes ao documento, seguidos, mais tarde, pelos generais.

No dia seguinte, 23 de agosto, o ministro da Justiça Tancredo Neves sugeriu a Vargas que fossem presos os brigadeiros signatários da nota que exigia sua renúncia, “pelo menos para efeito moral”, e que fosse solicitada ao Congresso a decretação do estado de sítio. A proposta não foi aceita pelos ministros militares, que consideraram que essas medidas só agravariam a crise. Diante da negativa, Tancredo divulgou nota afirmando que agitadores espalhavam boatos e que o governo contava com o apoio das forças armadas para controlar qualquer tentativa de agitação. Ainda no dia 23, Café Filho rompeu publicamente com o presidente.

Em virtude do acirramento da crise, especialmente nos meios militares, Vargas realizou na madrugada do dia 24 uma reunião de seu ministério, à qual compareceram também sua filha Alzira, seu genro Ernâni Amaral Peixoto e outros familiares. Foi então proposta pelo ministro Epaminondas Gomes dos Santos a prisão de Eduardo Gomes e Juarez Távora, como medida para solucionar a crise, do que discordou Zenóbio da Costa. Nesse mesmo momento, uma outra reunião era realizada no Ministério da Guerra, com a participação de vários chefes militares, entre os quais Eduardo Gomes e Ângelo Mendes de Morais.

Percebendo que Vargas não aceitaria renunciar, Amaral Peixoto comunicou-se com Mendes de Morais e ouviu deste a sugestão de que o presidente tirasse uma licença. Poucas horas depois, apesar da divulgação de uma nota afirmando que o presidente concordava em licenciar-se, Alzira procurou-o na qualidade de intermediária de um grupo de oficiais do Exército que desejavam a autorização de Vargas para prender Eduardo Gomes e Juarez Távora. Mais uma vez não concordou o presidente com tal medida, por não acreditar na sua eficácia. Em seguida, pouco depois de receber a notícia de que seu irmão Benjamim Vargas fora intimado a depor no inquérito da Tonelero, Getúlio suicidou-se com um tiro no coração.

MINISTRO DA AERONÁUTICA — GOVERNOS CAFÉ FILHO E CARLOS LUZ

Café Filho assumiu a presidência ainda na manhã do dia 24 de agosto de 1954 e, logo em seguida, recebeu através de Prado Kelly a indicação de um nome sugerido por Eduardo Gomes para o Ministério da Aeronáutica. Em resposta, enviou pelo mesmo emissário um convite para que o próprio Eduardo assumisse a pasta. O convite foi aceito. O

novo ministério de Café Filho foi constituído, na sua ampla maioria, por homens ligados à UDN, os vencedores do longo embate que precedera o suicídio de Getúlio.

Ao contrário de outros líderes udenistas que insistiam no adiamento das eleições de 3 de outubro de 1954, temerosos das consequências da comoção popular que se seguiu à morte de Getúlio, Eduardo Gomes não fazia nenhuma alusão à transferência do pleito, embora frisasse sempre a necessidade de introduzir o princípio da maioria absoluta no sistema eleitoral. Café Filho concordava com as razões apresentadas pelo brigadeiro, mas se considerava sem força no Congresso para sustentar tal reforma.

No dia 18 de setembro de 1954 foi divulgado um manifesto assinado por chefes das forças armadas, entre os quais Eduardo Gomes, contendo um apanhado histórico dos acontecimentos político-militares de agosto. O documento afirmava que a proposta de afastamento de Vargas havia sido a única capaz de manter unidos os militares, afastar a possibilidade de derramamento de sangue e salvar as instituições democráticas e a Constituição.

Nas eleições de outubro a UDN perdeu dez cadeiras no Congresso. Contudo, Carlos Lacerda, o principal adversário de Vargas, elegeu-se nessa legenda deputado federal com a maior votação no Distrito Federal, suplantando Lutero Vargas, filho do ex-presidente, reeleito na legenda do PTB.

Em novembro de 1954 o diretório nacional do PSD indicou o nome do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, para concorrer à presidência da República nas eleições marcadas para 3 de outubro do ano seguinte. Ao mesmo tempo, nos últimos dias do ano, o ministro da Marinha, almirante Edmundo Jordão Amorim do Vale, entregou pessoalmente ao presidente Café Filho um memorial de caráter confidencial, assinado pelos ministros das três forças — além dele próprio e de Eduardo Gomes, o general Henrique Teixeira Lott, da Guerra — manifestando preocupação com as eleições presidenciais e defendendo a necessidade de um acordo que pusesse fim ao problema sucessório. O documento assegurava, também, que a candidatura de um militar não encontraria respaldo nem entre as forças armadas nem entre os signatários do documento, apontados frequentemente pela imprensa como prováveis candidatos.

Poucos dias depois, em artigo de fundo publicado na edição de 4 de janeiro de 1955 da *Tribuna da Imprensa*, Carlos Lacerda conclamou as forças armadas a “entregar a mãos

fortes a sucessão presidencial" para a reorganização completa do país, pregando abertamente a intervenção dos militares na vida política e afirmando que a candidatura Kubitschek era o único obstáculo à "união das forças democráticas".

Durante todo o mês de janeiro intensificaram-se as solicitações de políticos às forças armadas no sentido de se adotar a fórmula de uma candidatura militar única. No dia 27 daquele mês, Café Filho endossou publicamente a proposta de indicação de um candidato de "união nacional", expressando ainda seu temor de que a eleição de Kubitschek pudesse significar o retorno à "situação que as forças armadas fizeram ruir em 24 de agosto". Juscelino respondeu imediatamente ao discurso do presidente, reafirmando sua candidatura, que, no início de fevereiro, foi confirmada pela convenção nacional do PSD. Nesse mesmo mês foi firmada uma aliança eleitoral entre o PTB e o PSD, sendo indicado João Goulart para companheiro de chapa de Juscelino, como candidato a vice-presidente.

Ademar de Barros apresentou-se em maio pelo PSP e, finalmente, em junho, a UDN, que apoiara inicialmente o candidato da facção dissidente do PSD, Etelvino Lins, optou pelo nome do general Juarez Távora, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, que tivera sua candidatura lançada em maio pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Essa candidatura seria homologada no final do mês de julho na convenção nacional da UDN, que indicou também Mílton Campos como candidato à vice-presidência. O quarto candidato, indicado pelo PRP, foi Plínio Salgado.

Entretanto, ainda em fevereiro, a investidura de Alexandre Marcondes Filho no Ministério da Justiça, em substituição a Miguel Seabra Fagundes, provocara uma nova crise no governo. Marcondes Filho fora ministro da Justiça e do Trabalho durante o Estado Novo e sua nomeação foi contestada por Eduardo Gomes e Amorim do Vale. Só depois que os dois ministros militares tiveram acesso ao discurso que o novo ministro leria no ato de posse — no qual era defendida a "recuperação moral do país" e a necessidade de um candidato de "união nacional" — é que concordaram com sua nomeação. O general Lott, embora entendesse as razões expostas por seus colegas, manteve-se à parte do episódio, por considerar que as forças armadas deveriam simplesmente acatar o decreto de nomeação, de competência exclusiva do presidente.

Realizado o pleito e iniciada a apuração, a partir do dia 10 de outubro de 1955 Juscelino e Goulart começaram a passar à frente de seus concorrentes. Nessa ocasião, intensificaram-se

os apelos de Amorim do Vale e Eduardo Gomes para que Lott interviesse em nome das forças armadas, solicitando que a Justiça Eleitoral se pronunciasse sobre a tese da maioria absoluta, sobre o suposto acordo da candidatura Juscelino com os comunistas e sobre uma hipotética fraude nas eleições. Lott recusou-se a interferir, afirmando que o candidato eleito deveria ser proclamado pela Justiça Eleitoral, sem qualquer ingerência por parte dos ministros militares.

Concluída a apuração, Juscelino havia obtido 36% dos votos, Juarez Távora 30%, Ademar de Barros 26% e Plínio Salgado 8%. João Goulart foi eleito vice-presidente com uma votação maior do que a de Kubitschek, mas sua diferença em relação ao segundo colocado, Mílton Campos, foi de aproximadamente duzentos mil, enquanto Juscelino obteve 470 mil votos a mais do que Juarez Távora.

Segundo o documento do Ministério da Guerra intitulado *Subsídios para a história dos acontecimentos de novembro de 1955*, a linha de ação golpista preconizada por Carlos Lacerda e pelo almirante Carlos Pena Boto só veio a ser adotada pelos adversários de Kubitschek após a vitória da chapa PSD-PTB. Até então, os derrotados aferravam-se à tese da maioria absoluta.

No dia 1º de novembro, por ocasião do enterro do general Canrobert Pereira da Costa, o coronel Jurandir Bizarria Mamede discursou na qualidade de porta-voz da diretoria do Clube Militar, manifestando-se contrário a que se desse posse aos eleitos. Alegando quebra da disciplina e da hierarquia militares, Lott reivindicou então a punição de Mamede, que estava lotado na Escola Superior de Guerra (ESG) e, portanto, subordinado ao EMFA e à Presidência da República. No mesmo dia, à noite, Eduardo Gomes telefonou para o ministro da Guerra informando-o que lhe enviaria no dia seguinte um documento sobre as atividades comunistas no país. Redigido pela Consultoria Jurídica da Aeronáutica, o documento reivindicava o fechamento de diversos jornais e revistas ligados ao PCB. Na ocasião, os dois ministros comentaram o “caso Mamede” e Eduardo declarou-se contrário à sua punição.

No dia 2 de novembro, Lott, Eduardo Gomes e Amorim do Vale redigiram uma nota ao presidente Café Filho exigindo o imediato fechamento da “imprensa comunista”, iniciativa que foi, entretanto, vetada pelo ministro da Justiça Prado Kelly por julgá-la inconstitucional. Dois dias depois, o ministro da Guerra perguntou ao chefe interino do

EMFA, brigadeiro Gervásio Duncan, se ele pretendia punir Mamede. Diante de sua resposta negativa, Lott comunicou-lhe que iria enviar um ofício solicitando o retorno do oficial às fileiras do Exército. Duncan indagou-lhe se havia consultado Eduardo Gomes e recebeu de Lott a resposta de que o brigadeiro nada tinha a ver com o caso, pois a questão não tinha relação com seu ministério.

Enviado o ofício, Duncan recusou-se a transferir Mamede, alegando que ele era necessário à ESG. Logo em seguida foi publicada no *Correio da Manhã* uma entrevista do brigadeiro Luís Neto dos Reis, declarando-se favorável ao alheamento político dos militares e à posse dos eleitos, o que levou Eduardo Gomes a ordenar sua prisão por dez dias.

No dia 9 de novembro, enquanto Lacerda seguia pregando abertamente que os militares deveriam impedir a posse dos eleitos, Café Filho foi hospitalizado por problemas cardíacos, sendo substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. No dia seguinte, Luz recusou-se também a transferir o coronel Mamede, considerando que não cabia nenhuma punição ao oficial. Diante disso, Lott pediu demissão do ministério. Carlos Luz aceitou imediatamente o pedido e informou-o de que o novo ministro da Guerra seria o general Álvaro Fiúza de Castro, abertamente hostil à posse dos candidatos eleitos.

No mesmo dia 10, à noite, instado pelo comandante da Zona Militar Leste, general Odílio Denis, Lott decidiu encabeçar um movimento para depor Carlos Luz e garantir o respeito à Constituição. Nas primeiras horas do dia 11 a capital federal foi ocupada por tropas do Exército. Por volta das quatro horas da madrugada, Carlos Luz e Prado Kelly foram para o Ministério da Marinha, onde já se encontravam Eduardo Gomes e Amorim do Vale, que emitiram uma nota de apoio a Luz, denunciando a ação de Lott como “ilegal” e “subversiva”. Em seguida, Eduardo Gomes tomou um avião para São Paulo, cujo governador Jânio Quadros era simpático às suas posições, e onde pretendia organizar a resistência ao movimento desencadeado por Lott. Para isso contava com o apoio da Esquadra, que se dirigiu para Santos (SP), da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), comandada pelo general Tasso Tinoco, da Força Pública estadual e da IV ZA, cujo comandante era o brigadeiro Ivo Borges. Eduardo Gomes ordenou, ainda, que os aviões de caça e de bombardeio do Campo dos Afonsos se dirigissem para a base aérea de Cumbica, em São Paulo.

Na manhã do dia 11, Carlos Luz, o almirante Pena Boto, Carlos Lacerda, o coronel

Mamede e outros elementos ligados ao governo embarcaram no cruzador *Tamandaré*, comandado pelo capitão Sílvio Heck. No dia seguinte, porém, ao saber que o Congresso já havia declarado seu impedimento e que o governo fora entregue a Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, Carlos Luz desistiu da resistência e resolveu retornar ao Rio de Janeiro. Eduardo Gomes, por sua vez, ao sentir perdida a situação, atendeu ao apelo de Carlos Luz e fez uma proclamação "em prol da pacificação política brasileira". Depois disso, voltou ao Rio de Janeiro e se apresentou ao novo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Vasco Alves Seco.

No dia 21 de novembro, Café Filho, já restabelecido, reuniu-se na Clínica São Vicente com Eduardo Gomes, Amorim do Vale, Bento Munhoz da Rocha e Napoleão Alencastro Guimarães, todos membros de seu ministério, para discutir a situação. À tarde, essa mesma comitiva, acrescida de outras pessoas, acompanhou-o até sua residência, em Copacabana, encontrando o prédio já cercado por forças militares. O ex-presidente foi confinado em seu apartamento e, na noite desse mesmo dia, teve seu impedimento votado pelo Congresso. Nereu Ramos continuaria na presidência da República até janeiro do ano seguinte, quando Juscelino Kubitschek e João Goulart tomaram posse.

Em setembro de 1960 Eduardo Gomes foi reformado compulsoriamente, sendo promovido a marechal do ar.

Quando o presidente Jânio Quadros, que sucedeu a Juscelino, renunciou (25/8/1961), os ministros militares — Odílio Denis, Sílvio Heck e Gabriel Grün Moss — tentaram vetar a posse do vice-presidente João Goulart. Graças à solução conciliatória representada pela emenda parlamentarista, entretanto, Goulart assumiu o governo e logo a conspiração voltou a grassar no interior das forças armadas, sob a liderança de Denis. O plebiscito realizado no dia 5 de janeiro de 1963 determinando o fim do regime parlamentarista deu novo alento às articulações, nas quais Eduardo Gomes teve participação destacada.

Quando da eclosão do movimento político-militar que derrubou Goulart (31/3/1964), o brigadeiro estava no palácio Guanabara, sede do governo do estado da Guanabara, apoiando o então governador Carlos Lacerda, um dos principais impulsionadores do movimento. O general Humberto Castelo Branco foi escolhido pelo oficialato e, depois, referendado pelo Congresso para assumir a presidência da República e completar o período de mandato de Goulart.

MINISTRO DA AERONÁUTICA — GOVERNO CASTELO BRANCO

Em agosto de 1964 teve início uma crise entre a Marinha e a Aeronáutica devido à disputa pelo controle dos helicópteros e aviões embarcados no porta-aviões *Minas Gerais*. Em dezembro, um incidente veio agravar a situação: um helicóptero da Marinha foi metralhado em Tramandaí (RS) por ordem de oficiais da Aeronáutica. Poucos dias depois, o brigadeiro Nélson Lavenère Wanderley exonerou-se do cargo de ministro da Aeronáutica, sendo substituído pelo brigadeiro Márcio de Sousa e Melo. Mas, como Castelo Branco inclinava-se a entregar à Marinha, definitivamente, os helicópteros embarcados no *Minas Gerais*, o novo ministro da Aeronáutica, que não concordava com tal decisão, menos de um mês após sua posse pediu demissão do cargo.

A crise ganhava contornos inquietantes, quando, depois de dez anos afastado da vida pública, Eduardo Gomes, que convalescia de uma intervenção cirúrgica, foi convidado a assumir o Ministério da Aeronáutica. Graças à sua autoridade, a crise arrefeceu na FAB. Na Marinha, entretanto, ela se agravava e, certo de que não conseguiria conter sua oficialidade em caso de um retrocesso na decisão presidencial, o almirante Ernesto de Melo Batista exonerou-se do cargo de ministro. Substituiu-o o almirante Paulo Bosísio, que tinha uma posição semelhante à do presidente, considerando que o impasse deveria ser solucionado atendendo-se ao princípio de economia de meios e evitando-se a existência de aviões da Marinha e do Exército.

Segundo afirmaria mais tarde o brigadeiro Deoclécio de Lima Siqueira (*O Globo* de 21/9/1976), o problema da aviação embarcada foi resolvido graças à atuação de Eduardo Gomes, que evitou uma crise militar de maior envergadura ao determinar que a operação dos aviões ficasse com a FAB e a dos helicópteros com a Marinha.

Em fevereiro de 1965 Eduardo Gomes juntou-se ao ministro da Justiça Mílton Campos e ao líder do governo Pedro Aleixo para defender a realização das eleições para governador, embora com a ressalva de que não se deveria permitir a candidatura de pessoas implicadas em crime de subversão ou corrupção. Segundo o jornalista Carlos Castelo Branco, na ocasião o governo estava tendente a admitir a prorrogação de mandatos.

Realizadas as eleições para governador em 3 de outubro de 1965, a vitória dos candidatos oposicionistas Francisco Negrão de Lima e Israel Pinheiro respectivamente na Guanabara e

em Minas Gerais provocou uma crise política, pois determinados setores da oficialidade queriam impedir a posse dos eleitos. Eduardo Comes teve uma participação marcante nos acontecimentos, aconselhando o presidente Castelo Branco a assumir o controle da situação, ainda que através do poder absoluto, o que foi veementemente rejeitado por Castelo. Segundo Luís Viana Filho, Eduardo insistia junto ao presidente para que fosse editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), o que ocorreu de fato no dia 27 de outubro. O novo ato estabeleceu a extinção dos partidos e a eleição indireta para a presidência da República e autorizou o presidente a cassar mandatos parlamentares e a suspender direitos políticos, além de facilitar a intervenção federal nos estados.

Com a proximidade das eleições para prefeito de São Paulo, Eduardo Gomes deu seu apoio ao brigadeiro José Vicente Faria Lima, que seria eleito no dia 22 de março de 1966, apoiado também pelo ex-presidente Jânio Quadros.

A 3 de outubro de 1966 o marechal Artur da Costa e Silva, candidato único ao pleito presidencial, concorrendo pelo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi eleito presidente da República. Nesse mesmo mês, segundo Carlos Castelo Branco, Eduardo Gomes liderou uma parcela das forças armadas que se colocava contra o recrudescimento do processo de cassação de mandatos, contrapondo-se a outra, impulsionada pela chamada “linha dura”, que insistia para que o marechal Castelo Branco levasse adiante a “limpeza do terreno” com maior rigor. Ainda em outubro, no dia 12, a decisão do presidente no sentido de decretar a cassação dos mandatos de seis deputados federais gerou uma crise entre o governo e o presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso. No dia 20 de outubro, com base no AI-2, o presidente Castelo Branco decretou o Ato Complementar nº 23, colocando o Congresso em recesso, medida contra a qual Eduardo Gomes tinha-se batido durante reunião do Conselho de Segurança Nacional. Eduardo estava convencido de que não era interessante a eclosão de novas crises, mas só uma parte dos que haviam apoiado a candidatura do marechal Costa e Silva colocou-se a seu lado.

Eduardo Gomes deixou o Ministério da Aeronáutica ao final do governo Castelo Branco, no dia 15 de março de 1967, dando por encerrada sua vida pública.

O CASO PARA-SAR

No final de 1968, Eduardo Gomes iniciou uma tentativa de mediação em favor do capitão Sérgio Miranda de Carvalho, lotado no Para-Sar, unidade especial de busca e salvamento da Aeronáutica. O capitão Sérgio, que seria reformado no ano seguinte, havia sido punido por se recusar a cumprir ordens ilegais que incluíam o uso da unidade para o extermínio de líderes políticos e estudantis, além de outros atos terroristas que seriam depois imputados à esquerda. Essas ordens, segundo o capitão Sérgio, teriam sido dadas em uma reunião realizada no gabinete do ministro da Aeronáutica Márcio de Sousa e Melo, no dia 14 de junho de 1968, pelo brigadeiro João Paulo Burnier, chefe de gabinete do ministro. Teriam participado do encontro 40 integrantes do Para-Sar, dos quais sete oficiais, sendo os demais sargentos e cabos. Burnier negou que tivesse dado tais ordens, afirmando haver apenas citado exemplos de ações estritamente militares de comandos especiais no Vietnã, sem qualquer cunho ilegal. Os oficiais do Para-Sar sustentaram a versão de Burnier, enquanto os sargentos, com apenas uma exceção, apontaram como correta a versão do capitão Sérgio.

Logo em seguida à sua primeira tentativa de mediação, o brigadeiro Eduardo Gomes sofreu um acidente de automóvel que, na ocasião, chegou a ser considerado como um atentado, ainda que isso nunca tenha sido provado.

Durante a grave crise vivida então pela FAB, Eduardo Gomes esteve sempre ao lado do capitão Sérgio, ora incentivando, ora moderando os que queriam o afastamento do foco de radicais de extrema-direita daquela corporação. A exoneração e prisão do diretor da Rotas Aéreas, brigadeiro Itamar Rocha, que havia presidido um inquérito que acabou incriminando Burnier e seu grupo, acirrou a crise, provocando uma série de manifestações de brigadeiros e oficiais superiores, descontentes com a atuação do ministro Márcio de Sousa e Melo. A punição do brigadeiro Itamar motivou também um manifesto de solidariedade, assinado por trezentos oficiais da FAB, cuja divulgação foi sustada por Eduardo Gomes, na época internado no Hospital da Aeronáutica.

Posteriormente, já no governo do general Emílio Médici, diante das repercussões do episódio que culminou com a morte do estudante Stuart Angel Jones, ocorrida, segundo Hélio Silva, em decorrência de torturas nas dependências do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), o ministro Márcio de Sousa e Melo, um dos expoentes da “linha dura”, foi exonerado. A demissão de Márcio em 25 de novembro de 1971,

segundo a revista *Veja* (1/12/1971), na época submetida a censura prévia, ocorreu a pedido do próprio ministro e deveu-se a um "não esclarecido conflito de doutrina na direção da Aeronáutica, envolvendo a legendária figura do brigadeiro Eduardo Gomes". Logo em seguida, no início de dezembro, foram afastados Burnier, então comandante da III ZA, no Rio de Janeiro, e um grupo de oficiais graduados da chamada "linha dura", entre os quais o chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o brigadeiro Armando Serra de Meneses.

Com o afastamento desse grupo, considerou-se que havia voltado a prevalecer na FAB o setor que agia sob a liderança moral de Eduardo Gomes. Este último, na ocasião novamente hospitalizado, manteve um encontro com o coronel Otávio Costa, assessor de Médici, solicitando-lhe que intercedesse junto ao presidente para que fosse revisto o caso do capitão Sérgio.

Mais tarde, em maio de 1974, o vice-presidente da República, general Adalberto Pereira dos Santos, foi portador de duas cartas ao presidente Ernesto Geisel: uma petição do capitão Sérgio Miranda de Carvalho solicitando revisão de sua punição e uma longa e apaixonada carta do brigadeiro Eduardo Gomes, em que este pedia a Geisel para corrigir o que chamou de "injustiça que me oprime o cansado coração". Nessa mesma carta, o brigadeiro referia-se a Burnier como "um insano mental inspirado por instintos perversos e sanguinários, sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo comunista", e elogiava o capitão Sérgio por ter impedido que o Para-Sar fosse convertido num "esquadrão da morte", e "instrumento de política assassina, inimiga da democracia, da fraternidade cristã e da dignidade humana". Apesar de todos os esforços desenvolvidos por Eduardo Gomes e outros militares e civis solidários com o capitão Sérgio, ele não foi reintegrado à Aeronáutica.

Por ocasião da missa em comemoração ao seu 82º aniversário, no dia 21 de setembro de 1978, Eduardo Gomes renovou seu apoio à candidatura do senador José de Magalhães Pinto à presidência da República, incentivando-o a não desistir dela. Na época, a candidatura Magalhães Pinto apresentava-se como alternativa ao candidato oficial, o general João Batista Figueiredo.

Eduardo Gomes faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de junho de 1981. Era solteiro e não teve filhos.

Publicou *Campanha da libertação* (2ª ed. 1946). A seu respeito foram publicadas as

seguintes obras: *A democracia e o brigadeiro* (1945), de J. Nunes Carvalho; *Brigadeiro Eduardo Gomes* (1945), de Gastão Pereira da Silva; *O brigadeiro da libertação* (1946), de Paulo Pinheiro Chagas; e *Eduardo Gomes e a evolução brasileira*, de Euclides Mata.

Em 1973, o município de Parnamirim (RN) passou a chamar-se Eduardo Gomes.

Sônia Dias

FONTES: ALMEIDA, A. *Dicionário*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; BANDEIRA, L. *Governo*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Revoluções*; CORRESP. II COMDO. AÉREO REGIONAL; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, L. *General*; DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. CAVALCANTI, T.; *Estado de S. Paulo* (21/9 e 10/10/76); FAUSTO, B. *Revolução*; FAVERO, M. *Universidade*; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, V. *Campanha*; *Globo* (21/9/76); *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (19/3, 21/5, 7 e 14/6/81); *Jornal do Comércio*, Rio; LEITE, A *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque;* MIN. GUERRA. *Subsídios*; *Novo dic. de história*; PESQ. F. Barbosa; *Quem é quem no Brasil* ; ROMANELLI, O. *História*; SILVA, H. *História*; SILVA, H. *1922*; SILVA, H. *1931*; SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1937*; SILVA, H. *1938*; SILVA, H. *1964*; SKIDMORE, T. *Brasil*; TÁVORA, J. *Vida*; *Veja* (1 e 8/12/71); VÍTOR, M. *Batalha*; VÍTOR, M. *Cinco*; WANDERLEY, N. *História*; *Who's who in Brazil*.

GOMES, Horácio de Magalhães

* dep. fed. RJ 1915-1917 e 1924-1929.

Horácio de Magalhães Gomes nasceu em Rio Novo (MG) no dia 22 de novembro de 1867, filho de Antônio Magalhães Gomes e de Guilhermina Magalhães Gomes.

Fez o curso preparatório no Liceu Mineiro, localizado em Ouro Preto, e a seguir ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, diplomando-se em ciências jurídicas e sociais em 1890. Recém-formado, retornou ao estado natal e assumiu a promotoria pública do município de Rio Preto. Transferindo-se para Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, advogou, foi delegado de polícia e promotor público interino. Em fins da década de 1890, durante o governo de Alberto Torres (1897-1900), assumiu o cargo de chefe de polícia. Foi também vereador em Petrópolis por 12 anos.

Foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro em dezembro de 1909 para a legislatura 1910-1912. Nesse mandato integrou a Comissão da Guarda da Constituição e das Leis e de Poderes.

Nas eleições de 1915 foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Tomou posse de sua cadeira na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em junho do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro de 1917, quando se encerrou a legislatura.

Em outubro de 1923 voltou a ser eleito deputado estadual no Rio de Janeiro. Durante o mandato, iniciado no mesmo ano, foi eleito presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Afastou-se da ALERJ no ano seguinte por ter sido eleito deputado federal. Assumiu, em maio de 1924, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em 1927. Permaneceu no Legislativo Federal até dezembro de 1929, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL.RJ. *Anais* (17/7-

10/11/1910, 20/11/1923 a 16/1/1924); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GOV. RJ. Disponível em: <http://www.governo.rj.gov.br/>. Acesso em: 18/12/2010.

GOMES, Joaquim Tibúrcio Ferreira

*magistrado; min. STJ 1889-1890; min. STF 1891.

Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes nasceu na província da Bahia.

Graduou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda em 1846. Depois de um período em que provavelmente se ocupou com a advocacia ou o jornalismo, atividades a que se dedicavam os bacharéis daquele tempo, foi nomeado em 1854 promotor público da cidade de Cachoeira, em sua província natal. Habilitado na forma da lei, em 1857 tornou-se juiz de direito da comarca de Maroim, em Sergipe. Em 1861, na qualidade de primeiro vice-presidente, assumiu a administração da província de Sergipe. Ainda no mesmo ano foi removido como juiz de direito para a comarca de Caravelas, na Bahia. Da 2ª vara criminal de Salvador, em 1865, passou à 2ª vara cível em dezembro do ano seguinte. Em 1867, foi nomeado desembargador da Relação de Fortaleza, da qual foi presidente em 1880, 1883, 1886 e 1889.

Em dezembro de 1889, pouco depois da proclamação da República, foi nomeado pelo governo provisório ministro do Supremo Tribunal de Justiça, durante o curto período em que a antiga corte do Império funcionou sob o regime republicano. Ocupando a vaga decorrente da aposentadoria de Joaquim Pedro Vilaça, seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF), tribunal constitucional criado em outubro de 1890 segundo o modelo da Suprema Corte norte-americana. Instalado o novo órgão em fevereiro do ano seguinte, praticamente não atuou, sendo aposentado em de março de 1891.

Faleceu em 30 de setembro de 1903.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal;* MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministros>.

GOMES, José Caetano de Almeida

*dep. fed. MG 1894-1899.

José Caetano de Almeida Gomes nasceu em Mariana (MG) no dia 3 de setembro de 1853, filho de Camilo de Almeida Gomes e de Ana Júlia Malvina de Santa Clara Almeida Gomes.

Fez o curso de humanidades no Colégio do Caraça, em Minas Gerais, e diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1879. Começou a trabalhar como clínico em Ouro Preto (MG). Em 1886 elegeu-se deputado provincial em Minas e exerceu o mandato por um biênio. Em 1891 tornou-se professor de química orgânica na Escola de Farmácia de Ouro Preto e no ano seguinte foi escolhido vice-diretor da escola.

Em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e em maio tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito para a legislatura seguinte, exerceu o mandato até dezembro de 1899.

Foi-lhe imputada a responsabilidade pelo plantio em 1907, na ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro, do baobá apelidado de "Maria Gorda", mais tarde tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). Em 1908 foi condecorado com a medalha de ouro na Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro, por se ter destacado na produção de estudos sobre têxteis e fabricação de papel. Além das atividades na esfera política e educacional, ao longo de sua trajetória foi ainda procurador dos Feitos do Tesouro do estado de Minas Gerais e inspetor de Higiene no Rio de Janeiro.

Faleceu em Barbacena (MG) em 27 de julho de 1915.

Entre suas publicações destacam-se *Da ginástica como modificador higiênico* (1879) e *Indústria açucareira* (1897), além da obra *Da bainha das fibras nervosas e sua modificação fisiológica.*

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 146); CARDONI, M. *Risco*; Escola de Farmácia de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/escfarop.htm#historico>. Acesso em: 24/8/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (p. 288).

GOMES, José Moreira

*dep. fed. ES 1903-1906.

José Moreira Gomes nasceu em Itapemirim (ES), filho de Joaquim Moreira da Silva Lima, grande fazendeiro da região, e bisneto de Joaquim Marcelino da Silva Lima, o barão de Itapemirim.

Formou-se em medicina e exerceu sua profissão na cidade natal, onde sempre residiu. Foi um dos fundadores e o primeiro secretário do Clube Republicano de Itapemirim. Na República, tornou-se um dos principais chefes políticos do município. Engajou-se no Partido Republicano Construtor (PRC), e era presidente do governo municipal em 1893, quando se tornou um dissidente do PRC e integrou a chapa oposicionista de candidatos a deputado federal apresentada pelo partido rival, a União Republicana Espírito-Santense (URES). Não se elegeu, e em 1895 fez parte da lista da URES para deputado estadual, mas novamente não foi eleito. No ano seguinte a URES se dissolveu, e seus membros formaram uma nova agremiação, a seção estadual do Partido Republicano Federal (PRF), em oposição ao governo de Prudente de Morais (1894-1898). Moreira Gomes participou da luta política que se travou no estado ao lado do PRF, mas, no final de 1897, se recompôs com o PRC e foi eleito deputado estadual em duas legislaturas sucessivas (1898-1903), durante as quais foi primeiro secretário da Assembleia.

Em 1903 elegeu-se deputado federal pelo Espírito Santo na legenda do PRC. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nela permaneceu até dezembro de 1905, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Ainda em 1905, quando a liderança política capixaba se dividiu entre Muniz Freire e o então presidente do estado, Henrique Coutinho, ficou ao lado do primeiro, que perdeu o controle do partido governista. Continuou atuando na política de seu município e foi, mas tarde, diretor geral dos Correios no Espírito Santo, cargo importante na época, que deixou em 1911. Foi um dos fundadores do Partido Liberal, de Rui Barbosa, no Espírito Santo, que

reunia oposicionistas à oligarquia da família Monteiro no estado.

Nara Saletto

FONTES: *Cachoeirano* (1911-1912); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Comércio do Espírito Santo* (1896-1898); *Estado do Espírito Santo* (1892-1904); MARINS, A. *Minha*.

GOMES, LAUDELINO

*rev. 1930; dep. fed. GO 1935-1936.

Laudelino Gomes de Almeida, médico homeopata, foi um dos iniciadores da campanha revolucionária de 1930 em Mato Grosso. Após a vitória da revolução em novembro daquele ano, escreveu ao ministro da Justiça Osvaldo Aranha para protestar contra a nomeação de Antonino Mena Gonçalves para o cargo de interventor federal em Mato Grosso. Na carta, afirmava acreditar que o novo interventor estava comprometido com forças conservadoras do estado.

Transferindo-se para Goiás, em 1931 foi nomeado para a Diretoria de Higiene do estado, por indicação do interventor Pedro Ludovico Teixeira, seu primo. Juntamente com os engenheiros João Argenta e Jerônimo Fleury Curado, foi encarregado de estudar o melhor sítio para a instalação da nova capital do estado. O resultado de seus trabalhos serviu para embasar a decisão da comissão constituída em 1932, que se decidiu, em março de 1933, pela região de Campinas, hoje um bairro de Goiânia. No dia 24 de outubro daquele ano, foi lançada a pedra fundamental da nova capital de Goiás.

Diretor geral do Serviço Sanitário do Estado de Goiás em 1933, Laudelino Gomes presidiu o Partido Social Republicano de Goiás, fundado em janeiro daquele ano para concorrer às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte realizadas em maio do mesmo ano. Foi um dos deputados eleitos pelo partido no pleito de outubro de 1934, ocupando a cadeira de maio de 1935 a dezembro de 1936. Durante o seu mandato, foi um dos que se opuseram à fórmula de autoria de Raul Pilla, que previa a adoção do parlamentarismo no país.

Faleceu em 1937.

FONTES: Ache tudo e região. *História de Goiânia*. <www.achetudoeregiao.com.br/GO/goiania/historia.htm>; ARQ. OSVALDO ARANHA; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados;* CAMPOS, F. *Mudança*; *Diário do Congresso Nacional*; INST. HAHNEMANNIANO. Disponível em: <http://www.ihb.org.br/BR/docs/revista/v.5.n.1e2-1999/pdf/p.102-109.pdf – *305*>; SENADO. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/Detalhes.asp?d=366285>. Acesso em 21/3/2007; SILVA, H. *1935*.

GOMES, MÁRIO
*militar; rev. 1930; interv. PR 1946-1947; dep. fed. PR 1955-1956, 1957-1963 e 1964-1967.

Mário Gomes da Silva nasceu em Salvador no dia 20 de março de 1898, filho do general Júlio César Gomes da Silva e de Helena Saião Carvalho e Silva.

Fez os primeiros estudos no Grêmio Escolar de São João del Rei (MG), onde ingressou em 1906, e no Ginásio Espírito Santo, em Jaguarão (RS), no qual foi admitido em 1910. Sentou praça em 1914, ingressando na Escola de Intendência do Exército, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano foi designado para juntar-se às tropas que lutavam na Guerra do Contestado, rebelião popular de cunho messiânico ocorrida na região fronteiriça do Paraná com Santa Catarina, cuja posse era disputada pelos dois estados. Embora houvesse enviado sucessivas expedições militares para debelar o movimento, o governo só conseguiu esmagá-lo definitivamente em 1916. Mário Gomes permaneceu na frente de combate até 1915.

Declarado aspirante a oficial em dezembro de 1923 e promovido a segundo-tenente em abril do ano seguinte, foi transferido para São Paulo quando da eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924. Liderados por Isidoro Dias Lopes, os rebeldes ocuparam a capital paulista por três semanas, deslocando-se depois para o interior. Unindo-se no ano seguinte a unidades militares sublevadas do Rio Grande do Sul, estacionadas no oeste do Paraná, esses rebeldes constituíram a Coluna Prestes. Mário Gomes lutou ao lado das forças legalistas, sendo promovido a primeiro-tenente em maio de 1925.

Participou da Revolução de 1930, lutando contra as tropas que permaneceram fiéis ao presidente Washington Luís (1926-1930) até sua deposição em 24 de outubro, quando tomou posse uma junta governativa provisória que, no mês seguinte, entregaria o poder ao chefe da revolução vitoriosa, Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1932 serviu na Força Pública de Santa Catarina, tendo chegado a exercer a chefia da polícia por alguns dias. Nesse último ano, regressou ao Rio de Janeiro, então Distrito Federal, passando a servir no Regimento Andrade Neves. Participou ainda, ao lado das forças legalistas, da repressão à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Em novembro desse mesmo ano foi promovido a capitão.

Em novembro de 1935 eclodiu a Revolta Comunista em Natal, Recife e no Rio de Janeiro,

sublevação promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) em nome do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). No Distrito Federal, a revolta restringiu-se ao 3º Regimento de Infantaria, à Vila Militar e à Escola de Aviação Militar, onde Mário Gomes participou da repressão aos rebeldes. Em 1937 integrou a tropa de ocupação de Santa Catarina, lotada em Criciúma, sendo promovido a major em dezembro de 1941. Em 1943 foi nomeado chefe do Estabelecimento de Fundos e de Subsistência do Paraná. Nesse mesmo ano assumiu o cargo de subdiretor de ensino da Escola de Intendência do Rio de Janeiro, sendo nomeado suboficial de gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Dutra.

Participou das campanhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália e integrou a comitiva que acompanhou Dutra em sua viagem à Europa em setembro de 1944. Em dezembro desse ano alcançou o posto de tenente-coronel, sendo designado no ano seguinte oficial de gabinete do novo ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Em 1946 tornou-se diretor-secretário da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da qual se afastou temporariamente para ocupar, em setembro seguinte, a interventoria no estado do Paraná em substituição a Brasil Pinheiro Machado. Permaneceu no cargo por um ano, tendo em sua gestão incorporado ao estado do Paraná o território de Foz do Iguaçu. Reassumiu o cargo de diretor-secretário na CSN em 1947, tornando-se em 1949 diretor-tesoureiro da empresa, onde permaneceu até 1953. Ainda em 1949, presidiu a Comissão Central de Preços.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Paraná na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, em março de 1956 foi designado para ocupar o cargo de secretário da Fazenda no Paraná, durante o governo de Moisés Lupion (1956-1959). Permaneceu nessa secretaria até fevereiro de 1957, quando reiniciou seus trabalhos na Câmara dos Deputados. Durante essa legislatura integrou a Comissão de Segurança Nacional e, em abril de 1957, tornou-se vice- líder de seu partido na Câmara. Como tal, defendeu o governo de Juscelino Kubitschek, principalmente no caso da aquisição do porta-aviões *Minas Gerais*, na implantação das indústrias automobilística e naval e na transferência da capital para Brasília.

Reeleito em outubro de 1958 na mesma legenda, voltou a ocupar a vice-liderança de seu partido na Câmara a partir de setembro de 1962. Em sua atividade parlamentar combateu a

diretriz da política internacional implantada pelo presidente Jânio Quadros, manifestando-se contrário ao reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e ao apoio dado a Cuba em nome dos princípios da autodeterminação e da não intervenção. Nessa legislatura, segundo o *Correio Brasiliense*, defendeu o intervencionismo estatal — de modo a suplementar e corrigir os abusos da iniciativa privada — e o monopólio estatal do petróleo, dos minérios atômicos, das telecomunicações e da energia elétrica, apoiando ainda a reforma agrária cooperativista, com desapropriação dos latifúndios improdutivos. Integrou também a Ação Democrática, bloco parlamentar formado no primeiro semestre de 1961 com o objetivo de combater a infiltração comunista na sociedade brasileira.

Tentou reeleger-se para a Câmara dos Deputados no pleito de outubro de 1962, mas obteve uma suplência. Ao final de seu mandato, em janeiro de 1963, deixou a Câmara e assumiu a vice-presidência da CSN. Com a promulgação do Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), editado pela junta militar que assumiu o governo após a deposição de João Goulart em 31 de março, permitindo punições extralegais de adversários do novo regime, foi convocado para integrar a bancada de seu partido na Câmara. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar, tendo permanecido na Câmara até janeiro de 1967.

Foi ainda presidente da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (Codebrás) e chefe do escritório da CSN na capital da República.

Faleceu em Brasília no dia 2 de abril de 1984.

Casou-se com Júlia Campos Silva e, em segundas núpcias, com Rosi Costa Gomes da Silva. Teve três filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados;* CÂM. DEP. *Relação dos dep.;* CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores;* CAMPOS, Q. *Fichário;* CORRESP. BIB. PÚBL. PR; *Globo,* (3/4/1984); *Grande encic. Delta;* HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos;* MIN. GUERRA. *Almanaque;* NICOLAS, M. *Cem anos; Who's who in Brazil*.

GOMES, Nestor

*sen. ES 1919-1920; pres. ES 1920-1924.

Nestor Gomes nasceu em Conceição de Macabu (RJ) no dia 8 de setembro de 1875, em família modesta.

Transferiu-se para o Espírito Santo muito jovem e trabalhou inicialmente em uma firma comercial de Castelo, então distrito de Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde se tornou guarda-livros (contador). Transferiu-se mais tarde para Cachoeiro, onde foi comprador de café para uma grande casa exportadora, a Hard Rand. Naquela cidade iniciou sua carreira política, elegendo-se membro do governo municipal em 1908, como aliado dos Monteiro, que então ascendiam ao poder estadual, com Jerônimo Monteiro na presidência do Espírito Santo (1908-1912). Em 1910 renunciou ao cargo e mudou-se para Vitória, onde foi chefe do escritório da firma comercial de José Ribeiro de Sousa. No mesmo ano e se elegeu deputado estadual, reelegendo-se em 1912.

No governo de Bernardino Monteiro (1916-1920) ocupou os cargos de secretário de Finanças e secretário de Agricultura, Terras e Obras. Em 1919, quando se abriu uma vaga no Senado, foi eleito para ocupá-la, com mandato até 1921. Embora não tivesse uma formação cultural sólida, possuía viva inteligência, era bom redator e tinha conhecimentos de economia, que lhe permitiam elaborar projetos originais, muitas vezes contra o pensamento dominante, sobre assuntos de interesse estadual ou nacional. No Senado, onde participou da Comissão de Finanças, apresentou alguns projetos que tiveram repercussão positiva na imprensa carioca. Defendeu, por exemplo, uma proposta sobre a política de valorização do café alternativa à que estava em discussão no Congresso Nacional, e outra sobre reforma bancária.

Em 1920, ao final do governo de Bernardino, foi apresentado por este como candidato a sua sucessão, numa tentativa de resolver divergências entre os irmãos Monteiro sobre a candidatura oficial ao governo do estado. Aparecendo como candidato de conciliação, foi eleito sem problemas. Porém a conciliação era apenas aparente, e as facções políticas dos

dois irmãos logo entraram em choque, com os jeronimistas acusando o governo de promover perseguições a eles com envolvimento de violência policial. Rebentou então uma crise que dividiu a política capixaba. Em maio, quando terminaria o mandato de Bernardino, a facção jeronimista decidiu não reconhecer a eleição de Nestor, apresentando contra ele acusações de improbidade administrativa, que se revelariam falsas. O Legislativo se cindiu, passando a haver duas assembleias. A jeronimista, com 13 deputados, elegeu um presidente da casa, Etienne Dessaune, recusou o reconhecimento da eleição de Nestor e, ficando vaga a presidência do estado, no dia 23 de maio, empossou Dessaune, segundo a norma constitucional. A assembleia bernardinista, presidida por Geraldo Viana, com número de deputados insuficiente para reconhecer o candidato (11), reuniu-se no palácio do governo, reconheceu e empossou Nestor Gomes. Essa posse se deu no palácio sitiado, pois a luta já se tornara armada, e as forças policiais, rebeladas contra seu comando, aliaram-se a Jerônimo, ficando Bernardino e Nestor com a guarda do palácio e capangas dos coronéis aliados. À noite começou o tiroteio, que alarmou a população e provocou a fuga de muitos moradores. O comércio, os bancos e as repartições públicas permaneceram fechados por vários dias. A 27 de maio, o presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou a intervenção federal no estado. As forças do Exército assumiram o controle de Vitória e impuseram o fim das hostilidades. O caso passou ao Congresso Nacional, que aprovou o reconhecimento de Nestor Gomes a 16 de junho, na Câmara, e a 11 de julho, no Senado.

Nestor assumiu o controle do estado e procurou pacificar a política capixaba, agora em nova conjuntura, na qual o poderoso Jerônimo Monteiro havia sido derrotado, e Bernardino Monteiro assumia a chefia da única agremiação política, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) e se tornava o mais poderoso político capixaba. Porém, na luta travada por sua posse, Nestor recrutara antigos opositores dos Monteiro para o seu lado, como Pinheiro Júnior, e estes se fortaleceram no partido. Apoiado no poder que lhe dava o cargo executivo, Nestor Gomes pôde governar com relativa autonomia.

A pacificação progrediu no início, mas no ano seguinte Jerônimo Monteiro se engajou na Reação Republicana, movimento de oposição em nível nacional que contestava o sistema

eleitoral e apresentava a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República contra o candidato oficial, Artur Bernardes. Parte dos partidários de Jerônimo aderiu ao movimento, e novamente a política capixaba se agitou. Nestor Gomes procurou manter uma posição de equilíbrio, prometendo respeitar a liberdade dos opositores, e, embora apoiasse o candidato governista, recebeu pessoalmente Nilo Peçanha quando este foi em campanha a Vitória. No entanto, a composição que havia sido promovida no Legislativo se desfez e, na eleição para a renovação da casa, no início de 1922, os partidários da Reação Republicana lançaram uma chapa de oposição. Derrotados, contestaram o resultado, tal como acontecera no plano federal, e formaram uma "duplicata" de assembleia, que se reuniu enquanto a Reação Republicana manteve a luta, e se dissolveu com o fim desta.

Apesar da agitação política, Nestor promoveu uma ampla reforma da Constituição estadual e reorganizou a administração, criando secretarias mais especializadas. Ideologicamente era um liberal, e procurou resolver os problemas do estado segundo os princípios dessa doutrina, mas soube ser flexível quando os caminhos que escolhera se mostraram inviáveis. Tentou vender ou arrendar as numerosas empresas que o estado possuía. Os serviços de água, esgotos, energia elétrica e bondes, de Vitória e de Cachoeiro, foram arrendados com sucesso, mas, das indústrias da Companhia Industrial de Itapemirim, apenas algumas encontraram investidores interessados, e nem sempre o arrendamento teve resultado positivo.

Em seu governo teve início uma fase de prosperidade, decorrente dos altos preços do café e do crescimento de sua produção, o que permitiu a realização de numerosas obras em todo o estado. Construiu estradas de rodagem, algumas delas preparadas para o tráfego de automóveis e caminhões. Concluiu a estrada de ferro ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim e ergueu escolas e prédios públicos. Empreendeu uma ampla reforma urbanística em Vitória, projetando um novo traçado em grande parte do centro da cidade, com a eliminação de antigas e tortuosas ruas mal alinhadas, de casas degradadas, e a abertura de novas vias, inclusive uma importante avenida (hoje parte da Jerônimo Monteiro), e a construção de ligações viárias para os bairros, então afastados, de Santo

Antônio, Jucutuquara, Maruípe e Praia do Canto, além da estrada de Goiabeiras à Serra. Edificou um mercado, um hotel e residências no centro, depois de tentar, em vão, atrair investidores privados para esse fim.

De maneira a enfrentar o problema da insuficiência de crédito no estado, planejou a criação de pequenos bancos no interior, com parte do capital fornecida pelo Banco do Espírito Santo e parte de origem privada local. Essa iniciativa foi bem- sucedida, mas, como a maior parte de seus empreendimentos, só foi concluída após o final de seu governo.

Nestor Gomes foi responsável pela ação inicial no sentido de ocupar a região do estado ao norte do rio Doce, até então quase toda coberta pela Mata Atlântica. Recuperou para o estado uma vasta área ao norte de Colatina e loteou-a em pequenas propriedades, que foram vendidas na maior parte a descendentes de imigrantes das antigas colônias, onde não havia mais terras disponíveis.

Ao final de seu governo, com a maioria de suas obras em andamento, indicou como seu sucessor o engenheiro Florentino Avidos, chefe do Serviço de Melhoramentos de Vitória, que realizava a reforma urbanística da capital. Deixou o governo a 23 de maio de 1924. Não teve mais qualquer apoio do Partido Republicano Espírito-Santense.

Durante o governo, foi atingido por infortúnios em sua vida pessoal: seu filho Nestorzinho suicidou-se, e a companheira faleceu; em seguida, sua saúde foi comprometida pela tuberculose.

Fora do governo voltou ao comércio, mas enfrentou dificuldades financeiras daí em diante. Após a Revolução de 1930, foi secretário de Finanças do Maranhão, no governo Seroa da Mota. Depois disso, viveu um tempo no Rio de Janeiro, onde mantinha uma coluna sobre finanças no *Jornal do Comércio*. Quando seu estado de saúde se agravou, sozinho, sem recursos, internou-se num hospital público de Belo Horizonte. O governo do Espírito Santo, por meio do interventor Punaro Bley, prestou-lhe assistência nesse período final da vida. Nestor Gomes faleceu na capital mineira no dia 9 de março de 1941.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGISL. ES. *Anais* (1920, 1921, 1923);); *Cachoeirano* (12/1919 - 5/1920); CÂM. DEP. *Intervenção*; C*aso do Espírito Santo; Gazeta* (mar. 1941). Nestor Gomes ; DERENZI. L. *Biografia; Estado* (1921-1922); GOMES, Nestor. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo (31*/10/1921,7/9/1922, 7/9/1922, 3/5/1923); *Jornal do Commercio* (1/5/1920; 26 - 29/5/1920); REZENDE, S. *Memórias.*

GOMES, Teófilo Soares

*pres. PR 1894.

Teófilo Soares Gomes nasceu em Antonina (PR) no dia 16 de fevereiro de 1854, filho de Manuel Soares Gomes e de Maria Gonçalves de Morais Soares.

Em sua cidade natal exerceu os cargos de prefeito e de administrador da Mesa de Rendas e foi comandante superior da Guarda Nacional.

Após a promulgação da primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito para o Congresso Constituinte de seu estado natal, com mandato de um biênio. No conturbado contexto da Revolução Federalista, que teve início no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893 e avançou pelos estados de Santa Catarina e Paraná, assumiu o governo do Paraná em 1º de janeiro de 1894 em substituição a Vicente Machado da Silva Lima, vice-presidente que substituía interinamente o titular Francisco Xavier da Silva. Vinte dias depois transmitiu o posto a João Meneses Dória.

Em 1903 voltou a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná. Foi ainda delegado do Ministério da Guerra no estado, chefe da Comissão de Colonização, inspetor das rendas do estado e fiscal do governo junto a bancos locais.

Faleceu em Curitiba em 26 de abril de 1935.

Foi casado com Maria Rosa Cumplido Soares e posteriormente com Maria Rosa Araújo Soares.

Como teatrólogo e dramaturgo, foi membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. Entre as peças que escreveu e encenou destacam-se *Xisto em uma republica de estudantes* (1891), *O gererê ou quilombo do Sargento* (1893), *Estela, a quiromante* (1899), *O lobisomem*, *Os milagres de Nossa Senhora do Pilar* e *Oh ferro!*

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ. PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2010; Biblioteca Digital

de Literatura. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>. Acesso em: 10/10/2010; CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 10/10/2010; SOUZA, S. *Cantando*.

GOMIDE, Peixoto

* pres. SP 1896, 1897-1898.

Francisco de Assis Peixoto Gomide Júnior nasceu na cidade de São Paulo a 24 de março de 1849, filho de Francisco de Assis Peixoto Gomide e de Clara Bueno Peixoto. Seu pai foi deputado provincial e geral por São Paulo no Império.

Após realizar os primeiros estudos e cursar os preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1873. Durante sua vida acadêmica fez parte do Partido Conservador.

Pouco depois de formado, foi nomeado promotor público da comarca de Amparo pelo então presidente da província de São Paulo, João Teodoro Xavier (1872-1875). Nessa cidade, em 1880, fundou com Bernardino de Campos o jornal republicano *A Época*, passando a trabalhar em defesa dos ideais republicanos. Deixando o cargo de promotor público, ingressou na política e foi eleito vereador à Câmara Municipal de Amparo. Presidiu uma das comissões que angariaram produtos da indústria nacional para a Exposição Brasileira Alemã, realizada em Porto Alegre em outubro de 1882. Regressando a São Paulo, dedicou-se à advocacia e ao jornalismo, e a partir de 1888 escreveu no *Diário Popular* com os pseudônimos de Framide e Bruno.

Proclamada a República, foi nomeado primeiro suplente da 1ª delegacia de polícia da capital paulista. Em 18 de agosto de 1890, foi nomeado pelo presidente estadual Prudente de Morais (1889-1890) inspetor do Tesouro do Estado, substituindo José Alves de Cerqueira César. Com a posse de Américo Brasiliense no governo de São Paulo a 7 de março de 1891, deixou o cargo dois dias depois. Em 8 de janeiro de 1892, foi nomeado presidente do conselho fiscal da Caixa Econômica Federal em São Paulo pelo então ministro da Fazenda, conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves. Exerceria tal cargo até falecer. Graças a seus esforços e prestígio a Caixa Econômica pôde possuir uma sede à altura na capital paulista.

A 22 de março de 1893 foi eleito para o Senado paulista na vaga de Jorge Tibiriçá Piratininga, e um mês depois foi empossado. Nesse mesmo ano, quando as tropas dos revolucionários federalistas do Rio Grande do Sul invadiram o Paraná, ameaçando o estado de São Paulo, tornou-se ardente colaborador do presidente Bernardino de Campos (1892-

1896), na defesa do princípio da autoridade e da autonomia do estado. Em 17 de julho de 1894, foi escolhido vice-presidente do Senado paulista. Entre suas iniciativas como senador estadual destacou-se o projeto de lei autorizando o governo a entrar em acordo com a Companhia do Cais de Santos para a fiscalização dos direitos de exportação, e outro autorizando as Câmaras Municipais a contraírem empréstimos de crédito. Reeleito senador estadual em 1º de dezembro de 1894, iniciou novo mandato em 7 de abril de 1895. Em 19 de agosto foi escolhido por seus pares presidente do Senado estadual, sucedendo a José Alves Guimarães Júnior, e no ano seguinte foi reconduzido ao posto.

Nas eleições para o governo de São Paulo no quadriênio 1896-1900, foi incluído na chapa do Partido Republicano Paulista (PRP) como candidato a vice-presidente estadual, ao lado de Manuel Ferraz de Campos Sales, candidato a presidente do estado. Como presidente do Senado Estadual, ao término dos mandatos do presidente Bernardino Campos Júnior e do vice José Alves de Cerqueira César, coube-lhe assumir interinamente o governo do dia 15 de abril de 1896 até 1º de maio seguinte, quando tomou posse Campos Sales. Renunciou então ao mandato de senador para assumir a vice-presidência estadual, sendo sua cadeira ocupada por Jorge Miranda, irmão do republicano histórico general Francisco Glicério. Durante seu afastamento, o Senado Estadual foi presidido pelo vice-presidente, senador Francisco Emídio da Fonseca Pacheco, até ser eleito o novo presidente, Ezequiel de Paula Ramos.

Durante o governo de Campos Sales, mais uma vez assumiu o governo de São Paulo no período de 31 de maio a 3 de junho de 1897 em virtude da ausência do titular, que foi ao Rio de Janeiro, então capital federal, na tentativa frustrada de conciliar as partes envolvidas na eleição do presidente da Câmara dos Deputados, disputa que culminou com a cisão do Partido Republicano entre os seguidores do deputado general Francisco Glicério e o presidente da República Prudente de Morais (1894-1898). Novamente assumiu o governo paulista a partir de 31 de outubro de 1897 até novembro do ano seguinte, quando da licença de Campos Sales, durante sua vitoriosa campanha eleitoral para presidente da República. Presidiu então a eleição do coronel Fernando Prestes de Albuquerque, indicado pelo PRP para completar o mandato de Campos Sales no governo de São Paulo, e em 10 de novembro de 1898 passou o cargo ao presidente eleito, permanecendo na condição de vice até o fim do quadriênio, em 1º de maio de 1900.

Durante sua administração no governo de São Paulo, um contingente da milícia paulista, integrado pelo 1º Corpo da Brigada Policial, foi enviado para Canudos, a fim de combater os partidários de Antônio Conselheiro.

Diante do grande desenvolvimento da produção borracheira na Amazônia, tentou desenvolver esse tipo de economia em São Paulo, mas não teve êxito, pela falta de repercussão de seus planos. Entre suas iniciativas destacou-se o apoio financeiro às casas de caridade do estado, principalmente as Santas Casas de Misericórdia da capital, Santos e Campinas. Na educação, apoiou a instrução primária para as camadas populares e regulamentou por um novo decreto a Escola Politécnica, montando os gabinetes e laboratórios necessários. O ginásio estadual de Campinas foi inaugurado em sua gestão; todos os ginásios do estado tiveram novos regulamentos; a Escola Normal e as escolas modelo, preliminar e complementar anexas funcionaram regularmente, bem como a Escola Complementar de Piracicaba, a Escola Modelo de Itapetininga e a Prudente de Morais da capital.

Na área da saúde, preocupou-se com a engenharia sanitária para combater as doenças epidêmicas e promoveu campanhas contra a varíola e a febre amarela. Dobrou a capacidade do hospital dos alienados e ultimou a construção da Colônia Agrícola de Alienados do Juqueri. No tocante às obras públicas, foram concluídas pontes metálicas, grupos escolares, cadeias e o Hospital Militar da Polícia. Na capital e em diversas cidades do interior do estado realizou grandes obras para aumentar o abastecimento de água e desenvolver a rede de esgotos, com a finalidade de combater e extinguir a febre amarela.

A imigração, principalmente de italianos, foi outra preocupação do governo. Em 1897 entraram em São Paulo 70.053 imigrantes, sendo que por conta da subvenção do governo do Estado, 66.184. Esses trabalhadores iam para o interior, principalmente para as fazendas de café, e para os núcleos coloniais que eram administrados pelo estado em diversas regiões do território paulista. No transporte, principalmente o ferroviário, então o mais importante, São Paulo contava com 3.105 quilômetros; em um único ano foram construídos 533 km, e foi firmado contrato para mais 1.799 km.

Após deixar o governo paulista, foi novamente eleito senador estadual em 31 de dezembro de 1900 para um mandato de seis anos, assumindo sua cadeira na sessão de 7 de abril de 1901. Com a renúncia de José Alves de Cerqueira César ao cargo de presidente do Senado,

foi mais uma vez eleito para ocupar o posto em 10 de setembro de 1901, sendo sucessivamente reeleito até sua inesperada morte. Em 1903 tornou-se membro da comissão diretora do Partido Republicano Paulista. Na tarde do dia 20 de janeiro de 1906, quando se encontrava em sua residência, sem razão aparente, matou com um tiro na testa a filha Sofia e em seguida suicidou-se com um tiro na cabeça. Posteriormente ventilou-se o motivo da tragédia: sua filha estava de casamento marcado com o promotor, escritor e poeta Manuel Batista Cepelos, e este seria filho de Peixoto Gomide com uma escrava.

Era casado com Ambrosina Pinto Nunes Gomide, com quem teve quatro filhos. Sua filha Gneza Gomide Melo Peixoto foi casada com João Batista de Melo Peixoto Júnior, deputado estadual em São Paulo.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (1, 4/6/1897, 21, 22/1/1906); *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (8/4/1898); DIAS, C. *Galeria*; EGAS, E. *Galeria* (v.3); Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo em 7 de abril de 1898; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder.*

GONÇALVES, Alberto

*religioso; sen. PR 1897-1905.

Alberto José Gonçalves nasceu em Palmeira (PR) no dia 20 de julho de 1859, filho de Francisco José Gonçalves e de Constança Gonçalves.

Entre 1874 e 1879 estudou no Seminário Episcopal de São Paulo, tornando-se em seguida professor e secretário da instituição. Em setembro de 1882 foi ordenado padre e rezou sua primeira missa na capital paranaense. Em 1888, em decorrência de uma solicitação da princesa Isabel, tornou-se responsável pela paróquia de Nossa Senhora da Luz, em Curitiba. Buscou sempre manter bastante próximas as relações entre a Igreja e o Estado, através da amizade com políticos e empresários ligados à corrente liberal. Em março de 1889, nomeado pelo então presidente do Paraná, assumiu a presidência da Comissão de Estatística da província.

Também em 1889 foi eleito deputado provincial, mas acabou não exercendo o mandato em virtude da proclamação da República. Em fins de 1890 foi nomeado vigário geral forense e, no ano seguinte, diretor geral de Ensino do Paraná. Em 1892 foi eleito deputado à Assembleia Constituinte paranaense com mandato de um biênio. Foi escolhido segundo secretário da Mesa e passou a integrar a Comissão de Instrução, Catequese e Civilização dos Índios, além da Comissão de Estatística. Em 1894 foi reeleito por mais dois anos, durante os quais presidiu a Mesa e compôs três comissões: de Constituição e Justiça, de Instrução, Catequese e Civilização dos Índios, e de Redação. No decorrer dos quatro anos apresentou diversos projetos de lei, tendo sido aprovados, entre outros, o de reforma do ensino público e o do novo regimento da Assembleia, além da regulamentação da aposentadoria dos funcionários públicos.

Em 1897 elegeu-se senador pelo Partido Republicano, com mandato até 1905, tornando-se um dos principais políticos paranaenses da Primeira República. Em 1906 iniciou novo mandato de deputado estadual, o último de sua carreira política, encerrada dois anos depois.

Em 1908 foi nomeado bispo e assumiu a diocese do município paulista de Ribeirão Preto. Ali permaneceu 36 anos, durante os quais trabalhou pela conclusão das obras da catedral de São Sebastião e pela construção do Palácio Episcopal. Ao longo de sua trajetória recebeu os

títulos de comendador da Coroa de Itália e de conde assistente ao Solio Pontfíicio. Como protonário católico, foi homenageado com a cruz “Pro Ecclesia et Pontifice”. Foi membro da Academia Paranaense de Letras, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e fundador do Hospital Nossa Senhora da Luz, também na capital do Paraná.

Faleceu em Ribeirão Preto em 6 de maio de 1945.

Escreveu um *Compêndio de geometria* e de uma *Gramática latina*.

Luciana Pinheiro

FONTES: BALDIN, M. *Pacificador*; NICOLAS, Maria. *Cem anos;* PREF. MUN. RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/>. Acesso em: 2/6/2010*;* SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>. Acesso em: 2/6/2010).

GONÇALVES, ANTONINO MENA

*militar; rev. 1930; interv. MT 1930-1931.

Antonino Mena Gonçalves nasceu em Rosário (RS) no dia 10 de maio de 1876, filho de Zózimo Francisco Gonçalves.

Sentou praça em agosto de 1892, sendo promovido a cabo de esquadra em março de 1893, a furriel em agosto do mesmo ano, a segundo-sargento no mês seguinte e a primeiro-sargento em janeiro de 1895. Em abril desse ano, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, após ter dado baixa como primeiro-sargento.

Designado alferes aluno do Exército em fevereiro de 1900, em abril do ano seguinte passou a servir no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, em São Gabriel (RS), e em março de 1904 graduou-se bacharel em matemática e ciências físicas. Ainda como alferes aluno serviu, a partir de abril, no 2º Batalhão de Engenharia, em Cachoeira do Sul (RS). Em junho de 1905 foi promovido a segundo-tenente e no período seguinte prestou serviços junto ao 2º Batalhão de Engenharia e ao 10º Batalhão de Infantaria, sediados no Rio de Janeiro, e atuou como auxiliar do ensino de engenharia na Comissão Construtora de Quartéis, servindo na 12ª Região de Inspeção.

Em fevereiro de 1913 assumiu o comando da 3ª Bateria do 3º Regimento de Artilharia Montada, em Campinas (SP), e em dezembro do mesmo ano o da 2ª Bateria, tornando-se então ajudante do regimento. Em abril de 1914 foi nomeado assistente da 2ª Brigada Estratégica, com a qual participou da repressão à Guerra do Contestado, rebelião popular de cunho messiânico ocorrida na região fronteiriça entre o Paraná e Santa Catarina, cuja posse era disputada pelos dois estados. Desde outubro de 1912 o governo vinha enviando expedições para debelar o movimento, que só foi esmagado definitivamente em 1916.

Promovido a capitão em janeiro de 1917, serviu no comando de diversas baterias do 4º, 5º e 7º regimentos de Artilharia Montada, sediados, respectivamente, em Itu (SP), Santa Maria (RS) e Juiz de Fora (MG). Assistente da 3ª Brigada de Artilharia e encarregado de obras do quartel, em agosto de 1921 foi promovido a major. Serviu a seguir como fiscal e, interinamente, como comandante do 1º Grupo de Obuses, no Rio de Janeiro. Pertenceu ao 1º Regimento de Artilharia Pesada, também no Rio de Janeiro, atuando ainda como diretor

e subdiretor da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, de setembro de 1922 a maio de 1923. Em fevereiro desse último ano presidiu também a comissão encarregada de organizar as tabelas explicativas do orçamento de guerra para 1924.

Transferido em abril de 1923 do quadro ordinário para o quadro suplementar da arma de artilharia, foi classificado no Grupo a Cavalo do Regimento de Artilharia Mista, em Campo Grande, então estado do Mato Grosso e atual capital de Mato Grosso do Sul. Em maio seguinte, foi nomeado chefe do Serviço de Material Bélico do quartel-general da circunscrição do 1º Grupo Independente de Artilharia Mista, também em Campo Grande. Ainda em 1923, dirigiu as oficinas de reparo, chefiou interinamente o Serviço do Estado-Maior e foi nomeado para completar o número de membros do Conselho de Administração do Quartel General, em Campo Grande. Promovido a tenente-coronel em maio de 1927, foi reformado em março do ano seguinte.

Com a Revolução de outubro de 1930, foi nomeado governador provisório de Mato Grosso, em substituição a Sebastião Rabelo Leite. Empossado em 3 de novembro, assumiu no dia 19 a condição de interventor federal. Durante sua curta gestão, doou ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras a casa em que o almirante Augusto Leverger residia, que recebeu o nome de Casa Barão de Melgaço. Providenciou também medidas de repressão ao trabalho escravo nas usinas do Rio Abaixo. Segundo Rubens de Mendonça, em dezembro de 1930 cometeu uma série de violências que provocaram a demissão do secretário Virgílio Correia Filho. Em abril de 1931, a deflagração de uma grave crise política, decorrente desses fatos, levou Vargas a substituí-lo na interventoria por Artur Antunes Maciel.

Faleceu na cidade de São Paulo no dia 22 de outubro de 1938.

Era casado com Cacilda da Costa Mena Gonçalves, com quem teve dez filhos.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CORREIA FILHO, V. *História*; CORRESP. GOV. EST. MT; ENTREV. PEIXOTO, A.; *Gazeta Oficial do Est. MT* (29/11/30); *Grande encic. Delta*; INF. Iva Mena Gonçalves Duarte; MENDONÇA, R. *Dicionário*; MENDONÇA, R. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*.

GONÇALVES, Antônio Ribeiro
*dep. fed. PI 1924-1928.

Antônio Ribeiro Gonçalves nasceu na cidade de Amarante (PI) em 1877.
Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1902, fez estudos médicos em Portugal, França e Alemanha. Exerceu a medicina em várias cidades do país: Amarante, Teresina, Caxias (MA), Floriano (PI), Ribeirão Preto (SP) e Nova Friburgo (RJ). Também foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de Teresina e professor de alemão e francês no Liceu Piauiense.
Deputado estadual entre os anos de 1920 e 1924, nesse último ano foi eleito deputado federal pelo Piauí para a legislatura 1924-1926. Foi reeleito em 1927, mas não chegou a concluir o segundo mandato, pois faleceu em 1928.
Colaborou nos jornais *Cidade de Teresina*, *A Pátria*, *O Piauí* e *A Luz*, e publicou *Menores delinquentes*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

GONÇALVES, Augusto César Lopes
*dep. fed. AM 1912-1914; sen. AM 1915-1923; sen. SE 1924-1930.

Augusto César Lopes Gonçalves nasceu em Vitória do Mearim (MA) no dia 3 de agosto de 1870.

Formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife e entre os anos de 1888 e 1891 foi promotor público nas comarcas de Viana e Brejo, no Maranhão. Em 1892 ocupou por um breve período o cargo de secretário geral do Maranhão.

Mudando-se para Manaus, a princípio dedicou-se à advocacia e em 1903 assumiu o posto de procurador fiscal do Amazonas. Em 1904 foi designado pelo então presidente da República Rodrigues Alves (1902-1906) para representar o governo do Amazonas na Exposição Universal de St. Louis, nos Estados Unidos. Em 1912 elegeu-se deputado federal e cumpriu o mandato de maio do mesmo ano a dezembro de 914, quando se encerrou a legislatura.

Em 1915 foi eleito senador pelo Amazonas, com mandato de nove anos. Ocupou uma cadeira no Senado de maio seguinte até dezembro de 1923. Em 1924 voltou a ser eleito senador, dessa vez pelo estado de Sergipe. Iniciou o novo mandato em maio, mas não chegou a completá-lo, em decorrência da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Foi também professor de direito criminal na Universidade de Manaus, além de membro do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico de Sergipe e da Associação dos Advogados de Lisboa.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 1938.

Casado com Sara de Freitas Lopes Gonçalves, teve um filho.

Escreveu diversas obras sobre temas jurídicos e também históricos, como *A fronteira brasileiro-boliviana pelo Amazonas; O Amazonas; O rei da Inglaterra; Reforma Constitucional; A fronteira entre o Pará e o Amazonas; Legítima defesa; Incompetência do Supremo Tribunal para fixar os vencimentos dos empregados de sua secretaria; A região amazonense do Rio Branco; O regime federativo presidencial; A Constituição do Brasil.*

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AMAZONAS. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br>. Acesso em: 14/10/2010; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em: 14/10/2010.

GONÇALVES, Domingos de Sousa Leão
*dep. fed. PE 1905-1911.

Domingos de Sousa Leão Gonçalves nasceu em Bragança (PA) no dia 4 de junho de 1877.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1903. Ainda como estudante, tornou-se membro do Conselho Municipal de Recife em 1901, e permaneceu nessa função até 15 de novembro de 1907. Concomitantemente, foi eleito deputado estadual em Pernambuco em 6 de março de 1904. Ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa até 24 de setembro de 1905, quando foi eleito deputado federal para ocupar a vaga deixada pela renúncia de Elpídio de Abreu e Lima Figueiredo. Assumindo em seguida sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1906 e 1909, e exerceu o mandato até dezembro de 1911.

No campo jornalístico, colaborou com o jornal pernambucano *A Província*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História.*

GONÇALVES, Eduardo Mendes
*const. 1891; dep. fed. PR 1891-1893.

Eduardo Mendes Gonçalves nasceu no Paraná, filho de Ricardo Antônio Mendes Gonçalves.

Diplomou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Logo após a formatura, ingressou na equipe responsável pela construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, tendo sido escolhido para chefiar um dos setores da obra. Conhecido divulgador das propostas republicanas, fundou e foi redator do periódico paranaense *A República*, lançado em 1886. Além disso, esteve à frente da organização e da presidência do Clube Republicano de Curitiba, reunindo na entidade diversos outros partidários de seus ideais políticos.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado pelo Paraná ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e passou, em junho, a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Nesse período, foi secretário da Mesa da Câmara dos Deputados.

Além de deputado federal, também cumpriu mandato na Câmara Municipal de Curitiba, tendo sido inclusive seu presidente. Como engenheiro executou diversas obras em São Paulo, algumas delas em parceria com o arquiteto Ramos de Azevedo.

Faleceu em São Paulo em 1911.

Era casado com Julieta Ramos, com quem teve seis filhos.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 71); Família Mendes Gonçalves. Disponível em: <http://www.mendesgoncalves.com.br/historia.htm>. Acesso em: 19/6/2010; NICOLAS, M. *Cem anos.*

GONÇALVES, Joaquim Ribeiro

*sen. PI 1909-1921.

Joaquim Ribeiro Gonçalves nasceu em 1860 na cidade de Amarante (PI), filho de João Ribeiro Gonçalves.

Começou seus estudos jurídicos em 1879 na Faculdade de Direito do Recife, concluindo-os em 1882. Depois de formado, transferiu-se inicialmente para o Amazonas e depois para o Maranhão, onde, em 1884, foi juiz em São Bento. Foi nessa província que iniciou suas atividades políticas, elegendo-se deputado provincial pelo Partido Conservador. Como deputado, foi autor da lei que elevava a vila de São Bento à categoria de cidade e da que criava o primeiro grupo escolar do Maranhão. Ainda no Maranhão, dedicou-se a atividades empresariais, em especial à pesca.

Após a proclamação da República (15/11/1889), de volta ao Piauí, desempenhou as funções de juiz de direito em Teresina. Em outubro de 1891, na condição de procurador-geral nomeado, participou da solenidade de instalação do Tribunal de Justiça do Piauí. Envolvido na vida política estadual, exerceu o cargo de vice-governador do Piauí entre fevereiro de 1892 e dezembro de 1896, durante o governo de Coriolano de Carvalho e Silva.

Em 1909 candidatou-se a deputado federal e a senador, sendo eleito para ambos os mandatos. Optou pelo Senado e concluiu seu primeiro mandato, de nove anos, em dezembro de 1917. Disputou com êxito a reeleição em 1918, mas faleceu em 1921, no exercício do mandato.

Também foi juiz em Recife, Barras (PI) e Amarante. Publicou os livros de poesia *Os mártires da vitória* (1880), *Vislumbres* (1880) e *Centelhas* (1892) e o poema *A emancipação* (1881). Sobre ele foi escrita a obra *Joaquim Ribeiro Gonçalves - poeta, político e parlamentar*, de autoria de Luís Mendes Ribeiro Gonçalves.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; GONÇALVES, W. *Grande*; *Grande Encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

GONÇALVES, José Barbosa
*min. Viação 1912-1914; dep. fed. RS 1916-1930.

José Barbosa Gonçalves nasceu em Jaguarão (RS) em 1860, filho de Antônio Gonçalves da Silva e de Maria da Conceição Barbosa Gonçalves. Descendia pelo lado paterno de Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos, da ilha da Madeira, que recebeu a sesmaria onde se fundou Porto Alegre; pelo lado materno, de Dionísio Rodrigues Mendes, lusitano do continente. Seu avô paterno, Manuel Gonçalves, era irmão de Bento Gonçalves da Silva, líder da Revolução Farroupilha. Seu irmão Carlos Barbosa foi presidente do Rio Grande do Sul entre os anos de 1908 e 1913 e senador pelo mesmo estado de 1920 a 1929.

Iniciou seus estudos em Porto Alegre e formou-se engenheiro na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1887. Depois de formado, projetou e dirigiu vários trabalhos de estradas de ferro no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Também colaborou com a organização da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas e foi professor da Escola Agronômica e Veterinária do Rio Grande do Sul.

No campo político, fundou durante o Império, com Álvaro José Gonçalves Chaves e outros, o Clube Republicano 20 de Setembro, de Pelotas, e tornou-se membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado em 1882. Depois da proclamação da República (15/11/1889), no primeiro governo de Júlio de Castilhos (15 de julho a 12 de novembro de 1891), serviu na Secretaria de Obras Públicas como diretor de Viação do estado e, mais tarde, foi nomeado chefe do tráfego e chefe de locomoção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana. Nesse momento, também exerceu o cargo de chefe da Comissão de Colonização. Em 1892 foi nomeado intendente de Pelotas. Entre os anos de 1898 e 1902, no governo de Borges de Medeiros (1898-1908), foi secretário da Fazenda em substituição a João Abbott. Foi ainda secretário do Interior, interino da Fazenda e, de 1903 a 1907, secretário das Obras Públicas.

Quando seu irmão Carlos Barbosa foi eleito presidente do estado, em 1908, julgando-se moralmente incompatibilizado, abandonou a administração pública. No mesmo ano, porém, foi novamente eleito intendente de Pelotas. Nesse posto foi encontrá-lo o convite do

presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), para ser ministro da Viação, cargo que aceitou, renunciando ao de intendente. Esteve à frente do ministério de 1912 até 1914.

Em 1916, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na vaga aberta pela renúncia de Soares dos Santos, que fora eleito senador. Foi sucessivamente reeleito e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até outubro de 1930, quando teve seu mandato interrompido pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Durante esses anos, foi por diversas vezes líder da bancada do PRR.

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos.*

GONÇALVES, José
*dep. geral BA 1869-1872; gov. BA 1890-1891.

José Gonçalves da Silva nasceu na cidade de Mata de São João (BA) em 22 de dezembro de 1838, filho do major José Gonçalves da Silva.

Teve instrução preparatória no antigo Colégio Pereira, em Salvador. Aos 16 anos, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, onde estudou do até o terceiro ano do curso jurídico. Transferiu-se então para a Faculdade de Direito de São Paulo, na qual completou os dois últimos anos e recebeu, em 18 de novembro de 1859, o diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

De regresso à Bahia, fixou residência em Vila Nova da Rainha, atual Senhor do Bonfim, onde desempenhou as funções de juiz de paz e de presidente do Conselho Municipal. Em 1862, foi nomeado coronel comandante superior da Guarda Nacional do município. Em janeiro de 1863 casou-se com Júlia Maria da Cunha. Em 1865 foi aclamado chefe local do Partido Conservador, ao qual se filiara, e em 1866, por ocasião da guerra com o Paraguai, em pleno domínio do Partido Liberal, o governo agraciou-o com o título de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, em atenção aos serviços prestados na província da Bahia a bem da integridade do Império.

Em 1868 foi eleito deputado provincial, e um ano depois, deputado geral do Império. Na legislatura 1869-1872, colaborou eficazmente nas medidas de reforma que os interesses nacionais reclamavam, notadamente na reorganização da Guarda Nacional e das câmaras municipais. Participou da campanha abolicionista, apoiando a política dos conservadores de supressão gradativa do trabalho escravo e votando a favor da Lei do Ventre Livre (28/9/1871). Nos últimos anos do Império esteve afastado da política, mas, ao ter notícia da proclamação da República pelo Exército, aderiu, ato contínuo, à nova forma de governo, no que foi acompanhando pelo Partido Conservador da comarca de Vila Nova da Rainha, assumindo posição contrária à do presidente da província e demais membros da elite política da Bahia, que se mantiveram leais ao imperador até a 25ª hora. Por decreto de dezembro de 1889, foi nomeado intendente de Vila Nova da Rainha.

No contexto de instabilidade política gerada pela proclamação da República, foi o quarto governador da Bahia nomeado pelo governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Substituiu Virgílio Damásio, por decreto de 15 de outubro de 1890, tendo tomado posse em 1º de novembro. Após a promulgação da Constituição do estado (2/7/1891), foi eleito pela Assembleia Constituinte estadual, em votação nominal, por 50 votos, governador do estado para o primeiro quadriênio constitucional, de 1891 a 1895. Num total de 63 congressistas, 61 estiveram presentes à sessão. Contudo, não cumpriu o mandato até o fim. Por lealdade política, declarou-se solidário ao marechal Deodoro da Fonseca quando este deu o golpe de Estado de 3 de novembro de 1891, dissolvendo o Congresso Nacional. Sua atitude gerou graves desentendimentos entre os políticos baianos e, ante o forte tumulto ocorrido no dia 24 do mesmo mês – um dia após a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto –, foi obrigado a abandonar o governo. Ante a recusa de seus substitutos legais, deu posse ao general Tude Neiva, a fim de que a ordem pública fosse restabelecida. Um mês depois, em 22 de dezembro, renunciou definitivamente à chefia do Executivo baiano. Seu governo pode ser divido em dois períodos: o provisório, de 1º de novembro de 1890 a 2 de julho de 1891, e o constitucional, dessa data até o dia 24 de novembro. No primeiro período, coube-lhe, além da criação de dez municípios, presidir as eleições para a Assembleia Constituinte estadual. O período constitucional durou poucos meses. Consagrou-o à organização política do estado e sancionou a primeira Lei de Organização Municipal.

No governo de Rodrigues Lima (1892-1896), já como presidente do Partido Republicano Federalista (PRF), fundado em 1892, elegeu-se senador estadual (4/12/1892). Divergindo em relação a questões ligadas à autonomia dos municípios, rompeu politicamente com o conselheiro Luís Viana e com Severino Vieira, correligionários desde o Império. O Partido Federalista cindiu-se assim nas facções “vianista” e “gonçalvista”.

Antiflorianista declarado, em 1893 recusou o convite do presidente Floriano Peixoto para ocupar o Ministério das Relações Exteriores. Em dezembro desse ano, disputando com Manuel Vitorino, que contava com o apoio dos vianistas, foi derrotado nas eleições para o

Senado Federal. Em agosto de 1894, comandou a fundação do Partido Republicano Constitucional (PRC), formado pela dissidência gonçalvista, à qual aderiu a maioria dos membros do Partido Nacional (PN), antiga oposição a seu governo. Era uma acomodação partidária, visando às eleições estaduais de novembro. Por decreto do dia 9 de novembro, recebeu de Floriano Peixoto o título de general de brigada "por serviços prestados à República".

Combateu a indicação de Manuel Vitorino para vice-presidente, na chapa de Prudente de Morais, que fora lançado candidato pela convenção do PRF em São Paulo e havia recebido o apoio dos vianistas. Na condição de senador estadual, participou dos episódios que determinaram a duplicata do Legislativo baiano em 1895 – ambas as Assembleias funcionando no mesmo ambiente, sob a presidência de membros da antiga nobreza: o barão de Jeremoabo, seu maior amigo e parceiro político, presidiu a oposicionista, e o barão de Camaçari, a governista. Acusando o Senado estadual de estar inconstitucionalmente constituído, recusou-se a comparecer às sessões. A maioria governista considerou-o resignatário, juntamente com outros senadores de sua facção política.

Afastou-se da política, só retornando à cena para prestar apoio à candidatura ao governo do estado de Araújo Pinho em oposição à de Severino Vieira, em 1908, e à de José Joaquim Seabra, em 1912. Não chegou a assistir às eleições de 1912, pois faleceu na sua fazenda Piabas, no município de Vila Nova da Rainha, no dia 15 de agosto de 1911, aos 73 anos.

De seu casamento com Júlia Maria da Cunha, teve oito filhos. Havendo enviuvado, contraiu segundas núpcias com Emiliana Torres, com quem teve cinco filhos. Deixou 33 netos.

Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 63-68); ARQ. PUB. BA. Certidão do termo de óbito do Dr. José Gonçalves da Silva; BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando* (p. 36-39); CARVALHO JÚNIOR, A. *Governadores; Diário da Bahia* (17/8/1911). Dr.

José Gonçalves da Silva; *Diário de Notícias, Diário Oficial do Estado da Bahia; Governadores do Estado da Bahia (n.2, p. 152-153); Jornal de Notícias* (16/8/1911); *Organização e programas* (p. 347-350)*; Revista do Brasil.* Uma página de luto, Dr. José Gonçalves; SAMPAIO, C. *Canudos* (p. 253-254); SAMPAIO, C. *Partidos* (p.28/30-59/112).

GONÇALVES, Malaquias Antônio
*dep. fed. PE 1897-1908.

Malaquias Antônio Gonçalves nasceu na cidade de Brejo (MA) no dia 11 de dezembro de 1846.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1868. Depois de formado, passou a clinicar em Recife, onde trabalhou no Hospital Pedro II, a partir de 1870, e no Hospital Português, a partir de 1889. Iniciou a vida política ainda durante o Império ingressando no Partido Liberal, pelo qual foi eleito deputado provincial em Pernambuco com mandato de 1878 a 1880. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito senador estadual para a legislatura de 1892 a 1894.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, foi sucessivamente reeleito para as legislaturas seguintes. Faleceu no exercício do mandato, no Rio de Janeiro, no dia 17 de agosto de 1908. Sua vaga foi preenchida por Joaquim José de Faria Neves Sobrinho.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

GONÇALVES, Segismundo Antônio

*dep. geral GO 1878-1881; dep. geral PE 1885; pres. PE 1889; gov. PE 1899-1900; sen. PE 1900-1903; gov. PE 1904-1908; sen. PE 1908-1915.

Segismundo Antônio Gonçalves nasceu em Barras (PI) no dia 29 de setembro de 1845, filho de Domingos José Gonçalves e de Torquata da Cunha e Silva Gonçalves. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e dedicou-se à magistratura e à política em diferentes províncias do Império. Foi promotor público, juiz municipal e juiz substituto em Alcântara (MA) de 1867 a 1872; deputado provincial no Maranhão de 1868 a 1869; juiz de direito da comarca de Bragança (PA) de 1872 a 1877; chefe de polícia de Pernambuco em 1878; deputado geral pela província de Goiás de 1878 a 1881; juiz de direito de Bom Jardim (PE) de 1882 a 1883 e de São José dos Campos (SP) de 1884 a 1885; e deputado geral pela província de Pernambuco em 1885.

Em Pernambuco, filiou-se ao Partido Liberal e, junto com o jornalista Ulisses Viana, comprou de José de Vasconcelos o *Jornal do Recife* em 1887. Em 14 de novembro de 1889 foi nomeado presidente da província de Pernambuco, mas ficou no governo apenas um dia, devido ao movimento republicano que derrubou a monarquia. Foi então empossado interinamente o coronel José Cerqueira de Aguiar Lima, enquanto se aguardava a chegada do governador nomeado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca. De 1889 a 1901 seria juiz de direito e juiz de comércio em Recife.

Ingressando no Partido Republicano Federal pernambucano, foi eleito senador estadual em 1898. Como presidente do Senado estadual, assumiu o governo do estado em 4 de abril de 1899, para completar o mandato de Joaquim Correia de Araújo, que renunciou. Em 7 de abril de 1900 passou o governo a Antônio Gonçalves Ferreira e foi eleito senador por Pernambuco. Assumindo o mandato no Senado Federal, no Rio de Janeiro, em 1901 foi nomeado desembargador da Relação de Pernambuco. Ocupou uma cadeira no Senado até 1903, e em 7 de abril de 1904 voltou ao governo do estado, sucedendo a Antônio Gonçalves Ferreira, com o apoio do líder político Francisco de Assis Rosa e Silva.

Durante sua segunda administração, nomeou Eduardo Martins de Barros prefeito de Recife e, com seu apoio, fez importantes intervenções na capital, remodelando praças e ruas e reformando vários cais e passeios públicos. Também auxiliou organizações de assistência e

hospitalares e favoreceu a instalação de entidades de crédito e comércio, como o London Bank e a Associação Comercial. Em 7 de abril de 1908 passou o governo a Herculano Bandeira de Melo e voltou a ser eleito senador por Pernambuco. No Senado, foi membro das comissões de Constituição e Poderes e de Diplomacia e Finanças.
Faleceu no Rio de Janeiro, no exercício do mandato, em 25 de janeiro de 1915.
Era casado com Maria das Dores de Sousa Leão. Seu sogro, Filipe de Sousa Leão, foi senador do Império e chefe do Partido Liberal pernambucano. Sua filha, Maria Luísa de Sousa Leão Gonçalves, casou-se com João Pessoa, ministro do Superior Tribunal Militar de 1919 a 1928, presidente da Paraíba de 1928 a 1930 e candidato da Aliança Liberal a vice-presidente, cujo assassínio foi o estopim da Revolução de 1930.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BARBOSA, V. *Sigismundo*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LEVINE, R. *Velha.*

GONZAGA, Ubaldino

*dep. fed. BA 1927-1929.

Ubaldino Gonzaga nasceu na cidade de Entre Rios (BA) no dia 24 de dezembro de 1880, filho de José Luís Gonzaga e de Joaquina Soares.

Transferindo-se para Salvador, dedicou-se ao jornalismo, inicialmente no *Correio de Notícias*, de propriedade de Severino Vieira, que depois foi fundido com o *Diário da Bahia*. Só deixou ao jornalismo em 1902, após ter-se bacharelado em 15 de março pela Faculdade Livre de Direito da Bahia, em turma que teve como paraninfo o professor Afonso de Castro Rabelo. Após concurso público, foi nomeado promotor público da comarca de Ribeira, com sede em Barreiras, e em seguida transferido para a comarca de Jacobina, ambas na Bahia. Em 1904, foi nomeado juiz preparador da comarca de Alagoinhas.

Político militante, só se candidatou a cargo eletivo em 1907, quando foi eleito deputado estadual pelo 4º distrito para a legislatura 1907-1908. Nessa ocasião, voltou a residir em Salvador. Foi segundo secretário da mesa diretora da Assembléia e, concluído o mandato, não pleiteou a reeleição. Tampouco quis retornar à judicatura, dedicando-se inteiramente ao exercício da advocacia nas áreas cível e comercial.

Em 1919, na Convenção Estadual do Povo Baiano que escolheu o juiz federal Paulo Fontes como candidato ao governo da Bahia em oposição a J. J. Seabra, foi segundo secretário da mesa. Na presidência da mesa estava o senador Rui Barbosa, de quem era amigo pessoal e a quem acompanhou durante périplo que realizou pelo interior do estado a fim de fortalecer a candidatura oposicionista.

No governo Góis Calmon (1924-1928) foi membro do Conselho Superior de Ensino e da Comissão de Ensino Primário. Nesta última, esteve ao lado de Anísio Teixeira, Landulfo Pinho Magalhães, João Gonçalves Pereira, Alfredo Rocha, Alberto de Assis e Artur Gomes de Carvalho na elaboração da Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, e do Decreto nº 4.312, de 30 de dezembro do mesmo ano, a primeira reformando a Instrução Pública do Estado da

Bahia, e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal. Em 1927, foi eleito deputado federal. Tomou posse a 2 de maio de 1927, mas renunciou ao mandato em 23 de fevereiro de 1929.

Em seguida foi eleito senador estadual para a legislatura 1929-1930, mas não completou o mandato devido à dissolução das casas legislativas em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Daí em diante passou a integrar o grupo de políticos baianos que se denominava autonomista e defendia a indicação de um nome local para dirigir o estado, fazendo vigorosa oposição ao interventor Juraci Magalhães. Nesse período esteve ao lado de nomes como Otávio e João Mangabeira, Simões Filho, Pedro Lago e Miguel Calmon. Durante a interventoria de João Vicente Bulcão Viana (novembro de 1945 a fevereiro de 1946), foi secretário estadual da Fazenda.

Tendo integrado o grupo de empresários e intelectuais que fundou, em 23 de fevereiro de 1932, o Rotary Clube da Bahia, fez parte de seu conselho diretor como primeiro vice-presidente de 1944 a 1945. Foi também membro do Conselho da Ordem dos Advogados, seção Bahia. Foi amigo pessoal de diversos governadores baianos, ao lado dos quais militou na política, tendo privado da intimidade de Luís Viana, Severino Vieira, José Marcelino, J. J. Seabra, Góis Calmon, Vital Soares e Otávio Mangabeira.

Em 1967, dez anos antes de sua morte, concedeu entrevista ao jornal *A Tarde*, com a condição de que só fosse publicada após a sua morte. Nela declarou que nunca aceitou emprego público permanente, e que quando os ocupou foi por pouco tempo, nunca ultrapassando mais de um ano. Mesmo no Legislativo não pleiteou a reeleição, embora isso lhe fosse fácil. Explicou: “Fui eleito deputado pelo 4º distrito eleitoral, ganhando 2 contos e 100 mil réis por mês. Como já tinha filhos, era pouco, e preferi não ser reeleito. Nunca me deixei seduzir pela política. Em 1929, fui eleito senador estadual, no governo Vital Soares, mas também não me candidatei à reeleição. Ganhava 3 contos de réis como senador.” Sobre a renúncia ao mandato de deputado federal, quando recebia o subsídio de 6 contos de réis mensais, justificou-se: “É que minha família era grande, 10 filhos, e o dinheiro era pouco. Tendo de me transferir para o Rio, tive que manter duas casas, uma lá e uma aqui com os

meninos. Tive ainda de colocar as filhas em colégios, internas, e a despesa era grande. Vendo que estava ficando em situação difícil, preferi renunciar e voltei à minha advocacia.”
Faleceu na cidade do Salvador no dia 14 de setembro de 1977, aos 97 anos, sendo o mais antigo advogado do fórum baiano em exercício.
Casou-se com Maria Augusta Oliveira Gonzaga, com quem teve dez filhos. Ao falecer, viúvo, deixou 24 netos e 25 bisnetos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); .BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; MELLO, A. *Cartilha*; *Revista do Rotary Clube da Bahia (*jun. 1944). Conselho diretor para 1944-1945; *Revista do Rotari Clube da Bahia* (maio 1940). Quadro de representantes dos Rotari Clube do Brasil no Rotari Clube da Bahia e Comissões e subcomissões; *Revista do Rotari Clube da Bahia* (maio 1940). Rotari Baiano; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.61/62/68); SAMPAIO, C. *1895-2005* (p.74/75); *Tarde* (15/9/1077). Perdeu o fórum o seu mais antigo advogado.

GORDILHO, Adriano

*dep. fed. BA 1927-1930.

Adriano dos Reis Gordilho nasceu em Salvador no dia 19 de abril de 1865, filho de Pedro Alves de Lima Gordilho e de Maria da Glória Melo Reis Gordilho. Em sua família destacaram-se seus tios Adriano Alves de Lima Gordilho, segundo barão de Itapoã, que teve importante papel no ensino da obstetrícia; Manuel Alves de Lima Gordilho, desembargador da Relação de Ouro Preto em 1887, e Virgílio Alves de Lima Gordilho, chefe de polícia da Bahia em 1880. Seu tio João Pedro Alves de Lima Gordilho casou-se com Joaquina Leão Veloso, irmã do conselheiro Pedro Leão Veloso, dando origem à família Veloso Gordilho. Seu irmão Pedro dos Reis Gordilho foi conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia em 1920. Sua cunhada Isabel Lacerda, irmã de sua mulher Maria da Glória de Lacerda Gordilho, era casada com Pedro Lago, que foi deputado federal (1906-1922 e 1935-1937) e senador pela Bahia (1923-1930).

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 23 de dezembro de 1885. Seguiu a carreira de professor universitário, tendo sido assistente da segunda cadeira de clínica médica de 1891 a 1911. Fez cursos de aperfeiçoamento em histologia na Europa, e em 1897 submeteu-se a concurso para a cadeira de histologia da Faculdade de Medicina com a tese *Formas clínicas de uremia*. Ainda no exercício da docência foi professor de anatomia microscópica de 1914 a 1925, ano em que entrou em disponibilidade. Além de professor, clinicou e foi médico da Fábrica de Tecidos Luis Tarquínio, pioneira na aplicação do taylorismo na organização das funções, habitação e assistência aos operários.

Seguiu também carreira política, ocupando uma cadeira no Senado Estadual nas legislaturas 1907-1908, 1909-1910 e 1911-1912. Exerceu o primeiro mandato no governo de José Marcelino (1904-1908), passando a ser seu opositor quando do rompimento deste com Severino Vieira, em 1907. As desavenças entre os dois grandes líderes levaram o Partido Republicano da Bahia a dividir-se entre marcelinistas e severinistas em face da sucessão governamental, quando José Marcelino decidiu apoiar o nome de João Ferreira de

Araújo Pinho, enquanto Severino Vieira lançou o de Inácio Tosta. Adriano Gordilho participou ativamente da disputa como segundo secretário do Senado, dando seu apoio aos severinistas, que terminaram derrotados. Tal fato não o impediu de continuar no Senado Estadual.

Em janeiro de 1927 foi eleito deputado federal para a legislatura 1927-1929. Conseguiu reeleger-se para a legislatura 1930-1932, mas não completou o mandato devido à dissolução da Câmara dos Deputados em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Em 1934 aposentou-se da Faculdade de Medicina.

Faleceu em Salvador no dia 29 de julho de 1938.

De seu casamento com Maria da Glória de Lacerda Gordilho, teve seis filhos. Entre seus descendentes destacaram-se o neto Gilberto Gordilho Pedreira, que foi secretário de Segurança Pública no governo de Luís Viana Filho (1967-1971), e o bisneto Nestor Duarte Neto, que foi deputado estadual (1978-1987), constituinte de1988, deputado federal (1987-1999) e secretário de Transportes e Infraestrutura da prefeitura de Salvador (2005-2007).

Outros parentes das gerações mais moças também se destacaram na vida pública: seu sobrinho Pedro de Azevedo Gordilho foi chefe de polícia (1930) e conselheiro do Tribunal de Contas da Bahia (1942-1954); outro sobrinho, Almir de Azevedo Gordilho, foi presidente da Associação Comercial da Bahia (1931-1932); seu primo em segundo grau Osvaldo Veloso Gordilho foi deputado estadual, prefeito de Salvador (1951-1954) e conselheiro do Tribunal de Contas (1955-1959); outro primo, Rogério Gordilho de Faria, foi secretário de Interior e Justiça no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 207-208); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário Oficial do Estado da Bahia;* GORDILHO, O. *Duzentos* (p. 156-157); *Governadores do Estado da Bahia;* MATTOS, V.. *História* (p. 97).

GORDO, Adolfo

*gov. RN 1889-1890; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1902 e 1906-1913; sen. SP 1913-1929.

Adolfo Afonso da Silva Gordo nasceu em Piracicaba (SP) a 12 de agosto de 1858, filho de Antônio José da Silva Gordo e de Ana Blandina de Barros. Antônio José, português, veio para o Brasil aos 12 anos, deixando a família no Porto; aprendeu o ofício da agricultura e tornou-se fazendeiro. Ingressando na política, foi membro do Partido Liberal, vereador e presidente da Câmara Municipal da vila de Limeira; tornou-se também tenente-coronel da Guarda Nacional. Em primeiras núpcias desposou a viúva Francisca de Assis Negreiros, que fora casada com o capitão Manuel Ferraz de Campos Sales e que teve como netos o presidente Campos Sales, o propagandista da República Alberto Sales, e Maria de Carmo, que se casou com o também político republicano José Alves de Cerqueira César. Com Francisca Antônio José teve três filhos. Do segundo casamento, com Ana Blandina de Barros, teve seis filhos, sendo Adolfo o caçula. Três cunhados de Adolfo Gordo tornaram-se políticos influentes: o presidente Prudente de Morais, casado com Adelaide Benvinda, o senador Manuel de Morais Barros, casado com Maria Inês, e o deputado Antônio Carlos de Ferraz Sales, casado com Rita.

Adolfo Gordo fez os primeiros estudos no Colégio São Luís, em Itu, e a seguir no Instituto Santista, em Santos, dirigido por Augusto Freire. Também em Santos faleceu seu pai, quando tinha dez anos de idade. Em 1875 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, único instituto de ensino superior existente na província, criado em 1827 juntamente com a Faculdade do Recife. A Faculdade de Direito foi seguramente um celeiro de políticos destacados que tinham o liberalismo como universo ideológico.

Depois de formado, iniciou sua carreira profissional como advogado em Capivari, cidade próxima a Piracicaba. Nesse mesmo município foi eleito vereador. Transferiu-se em 1887 para São Paulo, mantendo uma banca de advocacia com o também político e republicano Antônio Mercado.

REPUBLICANO HISTÓRICO

O movimento republicano teve início no Rio de Janeiro com a publicação do Manifesto Republicano em 3 de dezembro de 1870, no primeiro número do jornal *A República*. Era liderado por Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho, reunindo egressos do Partido Liberal. Em São Paulo, o movimento se iniciou em uma reunião realizada em 17 de janeiro de 1872, com a presença de 14 cidadãos vindos do liberalismo radical, quando foi decidida a organização de uma convenção republicana. Na Convenção de Itu, realizada no dia 18 de abril de 1873, foram aprovadas as bases para a organização do Partido Republicano da província. A Propaganda Republicana, como ficou conhecido o movimento, configurava em São Paulo a corrente que lutava pela implantação da República por meios pacíficos, usando "as armas da discussão", segundo a proposta do Manifesto de 3 de dezembro. Anualmente reuniam-se representantes dos diferentes municípios, quando eram estabelecidas as estratégias da campanha.

Adolfo Gordo envolveu-se intensamente no movimento republicano. Ainda aluno da Faculdade de Direito, participou da fundação do Clube Republicano Acadêmico e do jornal acadêmico *A República*, do qual foi um dos redatores. Integrou-se à Propaganda Republicana, que recorria a vários meios para a difusão de suas idéias e propostas: imprensa, publicações, comícios em praça pública, conferências e participação no processo eleitoral. Fazia conferências e discursava em comícios. Representou o município de Descalvado no congresso republicano de 1881 e o município de Jaboticabal nos congressos de 1885, 1887, 1888 e 1889. Foi eleito membro da comissão permanente do Partido Republicano em 1887, e escolhido secretário do partido no congresso de 1889. Nesse ano candidatou-se a deputado pelo 1º distrito eleitoral, mas não foi eleito.

Palavras de Adolfo Gordo na sessão de 5 de maio de 1916 do Senado Federal lembram a ação da Propaganda Republicana que então se desenvolvia em São Paulo: "O partido republicano já estava então em franca atividade, e com grande desassombro, lutava em todos os terrenos: perante as urnas, na imprensa e na tribuna, em toda a parte e em todas as

ocasiões fazia propaganda vivíssima contra as instituições imperiais".

Às vésperas da Proclamação, Adolfo Gordo estava no Rio de Janeiro com Francisco Glicério, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos; eram os intermediários entre os membros da comissão permanente do Partido Republicano Paulista (PRP) e os dirigentes da ação republicana da capital. Atendiam à convocação de Aristides Lobo, que informava ao PRP que secretos entendimentos estavam sendo mantidos entre republicanos e altas patentes do Exército.

NA REPÚBLICA: GOVERNADOR, DEPUTADO E SENADOR

Proclamada a República, os presidentes das províncias foram substituídos por governadores republicanos. O governo paulista foi inicialmente assumido por um triunvirato – Prudente de Morais, Rangel Pestana e o tenente-coronel Sousa Mursa, passando depois para Prudente de Morais. Coube a Adolfo Gordo o governo do Rio Grande do Norte. Dirigindo-se a Natal, tomou posse em 6 de dezembro de 1899, substituindo Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, mas permaneceu no cargo poucos meses. Em 8 de fevereiro de 1890 passou o governo a Jerônimo Américo Raposo da Câmara e em seguida candidatou-se e foi eleito deputado por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro do mesmo ano, após a promulgação da Constituição em 25 de fevereiro de 1891 continuou no exercício do mandato e foi várias vezes reeleito, permanecendo na Câmara dos Deputados até dezembro de 1902.

Em 1901, sendo Campos Sales presidente da República (1898-1902), houve uma dissidência no PRP. Os dissidentes não aceitaram a orientação do presidente quanto à verificação de poderes, considerando que a soberania do Congresso fora atingida quando fora considerada "questão fechada" o reconhecimento de candidatos indicados por governadores aliados; condenaram também sua ação, intervindo em alguns estados e ainda desconsiderando a opinião partidária ao indicar os candidatos à sua sucessão e ao governo de São Paulo.

Adolfo Gordo integrou o Partido Republicano Dissidente, então criado, e por ele se

candidatou à reeleição em 1903, mas não foi eleito. Ainda pelo Partido Republicano Dissidente, foi eleito deputado federal em 1906 pelo 3º distrito. Nesse mesmo ano, porém, a dissidência e o PRP se reintegraram. Adolfo Gordo foi reeleito em 1909 e em 1912. Com a morte de Campos Sales, em 1913, foi eleito senador para completar seu mandato. Foi reeleito em 1921 para um mandato de nove anos, que não chegou a completar, pois faleceu no dia 29 de junho de 1929, no Rio de Janeiro, atropelado por um caminhão quando se dirigia ao féretro do amigo e senador fluminense Joaquim Moreira.

Adolfo Gordo, como seu pai, casou-se também duas vezes. A primeira esposa, Ana Pereira de Campos Vergueiro, era neta do senador do império Nicolau Vergueiro, primeiro grão mestre da Maçonaria do Brasil, proprietário da fazenda Ibicaba e autor da primeira tentativa de contratar mão de obra estrangeira para sua cultura em regime de parceria. Ana faleceu em 1902, e dois anos mais tarde Adolfo Gordo desposou Albertina Vieira de Carvalho, filha do professor da Faculdade de Direito Joaquim José Vieira de Carvalho. Tiveram cinco filhos, nenhum dos quais se dedicou à carreira política. Um dos irmãos de Albertina era o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, o Doutor Arnaldo, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo e um dos organizadores da Liga Nacionalista em 1917, cujo genro era o jornalista e político Júlio de Mesquita.

CARREIRA PARLAMENTAR

Adolfo Gordo teve uma extensa e intensa carreira parlamentar. Com exceção do período da dissidência, sempre militou no PRP, não se tendo integrado nem na Liga Nacionalista (1917), nem no Partido Democrático fundado em 1926, agremiações nas quais participaram membros de sua parentela.

Inúmeros e variados foram os projetos em cuja discussão sua participação se destacou. Algumas leis resultaram de projetos que apresentou e, quando aprovadas, ficaram conhecidas como “Leis Adolfo Gordo”. Foram elas as leis de Expulsão de Estrangeiros (1907 e 1921), a Lei de Acidentes no Trabalho (1919) e a Lei de Imprensa (1923). Deu decisivo apoio ao projeto que isentava a lavoura do imposto de renda e foi o relator do

projeto da Reforma Constitucional de 1926. Apoiou o projeto que visava instituir o divórcio e a luta pela concessão do sufrágio feminino. Foram estes os projetos mais significativos em cuja aprovação muito se empenhou.

O projeto relativo ao imposto de renda da lavoura atendia aos interesses dos cafeicultores, sendo o café a maior riqueza do estado; a Lei de Acidentes no Trabalho atendia à produção industrial que se afirmava. As leis de Expulsão de Estrangeiros visavam a coibir as greves no campo, que desorganizavam a produção agrícola e cujos líderes eram estrangeiros, assim como ocorria nos movimentos do sistema fabril. A Reforma Constitucional mantinha o imposto de exportação, de grande importância para São Paulo, e dava mais poderes ao presidente da República – observando-se que o próximo mandato presidencial caberia a Washington Luís, então presidente do estado de São Paulo. Nesses projetos, a atuação parlamentar de Adolfo Gordo orientava-se pelos interesses do estado que representava e pela posição de seu partido. Em outros projetos, como os referentes à instituição do divórcio e do voto feminino, não havendo orientação do governo paulista e do partido, sua ação se pautava por uma posição pessoal e pelo enquadramento da questão nos princípios constitucionais.

Adolfo Gordo era um jurista. Na Câmara e no Senado Federal sempre participou da Comissão de Justiça e Legislação, que chegou a presidir. Fez parte também das comissões especiais incumbidas da elaboração do Código Civil, do Código Comercial e da que procedeu à Reforma da Constituição em 1926. Representou o Congresso brasileiro na Conferência Interparlamentar do Comércio realizada em Roma em 1925, defendendo tese sobre crédito agrícola, e também nas conferências de 1927 no Rio de Janeiro e 1928 em Paris.

Aprovado desde 1897 como membro correspondente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, sediado no Rio de Janeiro, foi eleito sócio efetivo da Ordem dos Advogados de São Paulo em 1917, sendo também membro da Societé de Législation Comparée de Paris. Foi conselheiro do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, instituição educacional criada em 1873 com o nome de Sociedade Propagadora de Instrução Popular, voltada para as camadas

trabalhadoras e destinada a proporcionar a formação gratuita de artesãos para as indústrias. Deixou publicados *Lei de Expulsão de Estrangeiros* (Discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 29 de novembro e 14 de dezembro de 1912); *Lei de Imprensa* (Discursos pronunciados no Senado Federal, 1924) e *Reforma Constitucional* (Pareceres e discursos, 1926).

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES: BELLO, J. *História*; CASALECCHI, J. *Partido*; DEBES, C. *Partido*; FRANCO, A. *Rodrigues*; FREITAS, L. *Senador*; Fundo Adolpho Gordo – Área de Arquivos Históricos do Centro de Memória da Unicamp, CMU. Grupos: 1. Vida pessoal; 2. Vida política; 3. Vida profissional; LANG, A. *Adolpho*; LANG, A. *Propaganda*; LOVE, J. *Locomotiva*; SILVA, H. *1889*; SAMPAIO, J. *Adolfo*.

GOULART, Gil Diniz

*const. 1891; sen. ES 1891-1896.

Gil Diniz Goulart nasceu em Angra dos Reis (RJ) a 14 de maio de 1844.

Em 1867, foi residir em Cachoeiro de Itapemirim (ES) como advogado a serviço do Banco do Brasil e fixou-se na cidade, onde ingressou na carreira política como membro do Partido Liberal. Presidiu a Câmara Municipal por dez anos, destacando-se como administrador competente e empreendedor. Foi deputado provincial entre 1883 e 1885. Transferiu-se então para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como advogado e tratou de interesses do Espírito Santo. Nos últimos anos do Império, aderiu ao movimento republicano.

No início da República, engajou-se no Partido Republicano Construtor (PRC) do Espírito Santo, pelo qual foi eleito em setembro de 1890 senador à Assembleia Nacional Constituinte com mandato de seis anos, por ter sido o segundo mais votado. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e teve participação ativa na discussão da Constituição como membro das comissões de Constituição, Poderes e Diplomacia e de Redação do texto constitucional. Em 1895, foi eleito primeiro- secretário da mesa do Senado.

Em 1896, estava integrado a uma dissidência do PRC que se aliou à União Republicana Espírito-Santense (URES), de oposição, e lançou candidatura do senador Domingos Vicente Gonçalves de Sousa ao governo do estado, contra a candidatura governista de Graciano Neves, que venceu o pleito. Embora derrotada, era uma oposição aguerrida, que se uniu à oposição ao governo federal de Prudente de Morais (1894-1898), promovendo uma mudança partidária no estado. A URES acabou por se dissolver, e a maior parte de seus membros, aliada aos dissidentes do PRC, fundou uma seção estadual do Partido Republicano Federal, da qual Gil Goulart fez parte.

Seu mandato no Senado encerrou-se em dezembro de 1896, e assim também sua atuação na política capixaba. Fixou-se definitivamente na cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu sua profissão de advogado e participou do Conselho Municipal. Durante toda a sua carreira usou intensamente a imprensa para defender suas posições, escrevendo artigos, cartas e

manifestos nos jornais da capital federal, onde faleceu a 16 de abril de 1927.

Sua filha Iná casou-se com Bernardino Monteiro, um dos políticos mais poderosos da Primeira República no Espírito Santo, e ambos residiram muito tempo em sua chácara em Cachoeiro de Itapemirim.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Comércio do Espírito Santo* (1896-1900); *Estado do Espírito Santo* (1890-1896); LEITE NETO, L.*Catálogo biográfico;* Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gil_Goulart>. Acesso em: 7/2010.

GOULART, MAURÍCIO

*jornalista; rev. 1930; dep. fed. SP 1963-1971.

Maurício Goulart nasceu em Petrópolis (RJ) no dia 21 de dezembro de 1908, filho de Odilon Goulart e de Olga Köpke Goulart.

Fez seus estudos preparatórios em Sorocaba (SP), Nova Friburgo (RJ) e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sempre em colégios dirigidos por jesuítas, e em seguida ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda estudante começou a trabalhar em 1927 no jornal *O Estado de S. Paulo*. No ano seguinte fundou a revista literária *Arlequim*, que durou apenas 12 meses por falta de recursos.

Em meados de 1929, esteve em Buenos Aires, onde participou da articulação da Revolução de 1930. Voltando ao Brasil, ligou-se ao grupo liderado por Siqueira Campos, que preparava o movimento em São Paulo. Durante a revolução, chefiou o serviço de comunicações do Destacamento Miguel Costa, que partiu do Rio Grande do Sul para São Paulo na vanguarda das forças revolucionárias. Foi quem levou ao acampamento de João Neves da Fontoura, em Sengés (PR), a notícia da queda de Washington Luís no dia 24 de outubro.

Após a vitória do movimento, foi secretário-geral da Legião Revolucionária de São Paulo, fundada por Miguel Costa em 1930 com o objetivo de dar apoio à interventoria de João Alberto Lins de Barros no estado e fazer frente à hostilidade movida contra o interventor pelos políticos do Partido Democrático (PD) de São Paulo. Os membros do PD, devido à sua participação na articulação política da revolução, julgavam-se com direito à interventoria.

Em 1935 ligou-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foi preso em São Paulo por participar de um comício da organização realizado no Rinque São Paulo sob a liderança de Miguel Costa. Durante o Estado Novo foi preso três vezes. Já na década de 1940, ainda sob o regime de exceção, orientou de março de 1941 a dezembro de 1942 a revista *Diretrizes*, dirigida por Samuel Wainer. A revista foi fechada no início de 1945 por ordem do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Como historiador, estudou o regime escravista no Brasil, tendo publicado em 1949 o livro *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico* (1949, 2ª ed., 1975).

Nesta obra, divergiu tanto do método demográfico utilizado por Pandiá Calógeras quanto do método econômico empregado por Roberto Simonsen para analisar o problema, tendo preferido um método direto, baseado nas informações esparsas sobre o tráfico de que pôde dispor.

Em 1958 estabeleceu-se em São José do Rio Preto (SP), onde fundou a Rádio Independência e, no ano seguinte, disputou sem êxito a prefeitura. Em 1962 foi eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Tomou posse em 1º de fevereiro de 1963 e logo assumiu a liderança da bancada do partido na Câmara. Em 5 de maio de 1964, depois, portanto, da queda do governo João Goulart, foi escolhido vice-líder do bloco parlamentar formado pelo PTN, o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Republicano (PR), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Um ano depois, foi eleito vice-líder do bloco parlamentar da minoria (4/5/1965).

Com a dissolução dos partidos políticos por força do Ato Institucional nº 2 (27/10/1965), ingressou no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo novamente eleito deputado pelo estado de São Paulo para a legislatura 1967-1971.

Faleceu em São José do Rio Preto no dia 24 de maio de 1983.

Além da obra mencionada, publicou "Júlio de Mesquita" em *Homens de São Paulo* (1955) e *Joana* (1965).

Regina Hipólito

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CARNEIRO, G. *Revolucionário*; CARONE, E. *Segunda; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo* (25/5/83); FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; GOULART, M. *Escravidão*; JARDIM, R. *Aventura*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. *1930*; SILVA, H. *1931*; TAVARES, J. *Radicalização*.

GOUVEIA, Delmiro

*empresário.

Delmiro Augusto da Cruz Gouveia nasceu na fazenda Boa Vista, em Ipu (CE), no dia 5 de junho de 1863, filho natural do comerciante cearense Delmiro Porfírio de Farias e da pernambucana Leonila da Cruz Gouveia. Era neto de Ismael da Cruz Gouveia, proprietário de terras na Paraíba, e bisneto de José da Cruz Gouveia, participante da Revolução de 1817 e deputado à Assembleia Constituinte de 1823 pela Paraíba.

Seu pai, vendedor de animais de montaria e carga, conheceu Leonila Gouveia numa de suas passagens pela vila de També, na divisa de Pernambuco com a Paraíba. Casado e com cinco filhos, levou-a consigo para Ipu, sendo acusado de rapto e perseguido pela família de sua nova companheira. Ameaçado de prisão, alistou-se como voluntário para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870) e morreu em combate em 1867. Leonila retornou a Pernambuco com os filhos Delmiro e Maria Augusta. Em Recife, trabalhou como empregada doméstica do advogado José Vicente Meira de Vasconcelos, com quem se casou às vésperas de falecer em 1877.

Delmiro aprendeu as primeiras letras e rudimentos de aritmética com a mãe e o padrasto. Não consta que tenha frequentado escola. Aos 15 anos, conseguiu emprego na Brazilian Street Railway Company, concessionária de linha de bondes a tração animal em Recife. Começou como bilheteiro e chegou à estação de Caxangá. Em seguida, trabalhou em armazém do porto da capital e na firma de um comerciante de algodão com amplo relacionamento no interior do estado. Em 1883, casou-se com Anunciada Cândida de Melo Falcão, filha de um tabelião de Pesqueira (PE).

Na mesma época, ingressou no ramo do comércio de peles de bode, carneiro e cabra para exportação, trabalhando por conta própria e também por comissão para comerciantes estrangeiros, entre os quais o sueco Herman Lundgren. Na condição de caixeiro comprador, tornou-se elemento de ligação entre firmas comerciais da capital e centros produtores do interior, conduzindo artigos manufaturados que vendia ou permutava por peles.

Em 1889, foi contratado pela casa comercial Keen Sutterly, da Filadélfia, e viajou pela primeira vez aos EUA. Além de gerente dessa firma, atuou como sócio do comerciante inglês Clement Levy. Em 1893 voltou aos EUA para adquirir as instalações do escritório e os armazéns da Keen Sutterly, que decidira encerrar suas atividades no país.

Delmiro enriqueceu com as transações de algodão e peles, sobrepujando seus principais concorrentes no negócio de exportação de couros para os EUA. Em 1896, fundou a casa Delmiro Gouveia & Cia e passou um mês e meio na Europa em viagem de passeio com a esposa. Na volta, ligou-se à firma norte-americana J. S. Rossbach, dos dos irmãos Jacob e Leopold Rossbach, abrindo novos entrepostos de compra de "courinhos" em vários estados nordestinos e em Minas Gerais.

Conhecido como o "rei das peles", tornou-se presidente da Associação Comercial de Pernambuco em 1897 com o apoio do grupo que fazia oposição ao senador Francisco de Assis Rosa e Silva, vice-presidente da República (1898-1902) e chefe da oligarquia dominante no estado. Integrado à elite pernambucana, também ganhou fama de dândi. Promovia grandes festas em seu palacete de Apipucos, frequentava teatros e chegou a ditar a moda masculina dos "colarinhos Delmiro Gouveia", altos e engomados.

O MERCADO DO DERBY E A FUGA PARA ALAGOAS.

Em 1897, Delmiro projetou a construção de um mercado público em Recife com características inovadoras, manifestamente inspirado no centro comercial da Exposição Universal de Chicago (1893), que visitara na sua segunda viagem aos EUA.

O empreendimento começou a ganhar forma em março de 1897, quando Delmiro adquiriu os terrenos da extinta Sociedade Hípica Derby Club, numa área abandonada fora do centro da cidade. Em fevereiro de 1898, o empresário firmou acordo com o prefeito Coelho Cintra, assegurando para si o direito de construir e explorar o mercado com isenção de impostos municipais por 25 anos. Em seguida, firmou parceria com Napoleão Duarte para levar adiante o empreendimento, constituindo a empresa Gouveia & Cia. Além do mercado, Delmiro também decidiu empregar seus capitais no negócio do açúcar, adquirindo os bens

e instalações da refinaria e destilaria Beltrão, em sociedade com José Maria Carneiro da Cunha.

O mercado do Derby, também conhecido como mercado Coelho Cintra, foi inaugurado parcialmente em maio de 1899 e de forma definitiva em setembro do mesmo ano. Foi um dos primeiros estabelecimentos da cidade a dispor de iluminação elétrica, marcando época, apesar de sua breve existência. Instalado num prédio com 18 portões, o mercado contava com 264 boxes para venda de gêneros alimentícios, tecidos, calçados, louças e até mesmo artigos de luxo. Perto do prédio principal, Delmiro construiu um hotel, um cassino, um velódromo e um parque de diversões. O empreendimento logo foi aclamado como símbolo do progresso e modernização de Recife, despertando a admiração até mesmo de observadores estrangeiros.

O êxito do Derby não impediu a formação de uma tempestade nas relações de Delmiro com as autoridades municipais e estaduais. Os desentendimentos começaram antes da inauguração do mercado, quando o novo prefeito da capital, Esmeraldino Torres Bandeira (empossado em dezembro de 1898), exigiu a drenagem dos terrenos fronteiros ao estabelecimento para evitar alagamentos. Delmiro demorou a cumprir a exigência, argumentando que a responsabilidade da obra era da prefeitura, e chegou a impedir pessoalmente, de revólver em punho, a abertura de um canal na rua principal de acesso ao Derby.

Meses depois, o prefeito proibiu a venda de carne no Derby e determinou a apreensão de um carregamento de farinha, alegando que deveriam ser vendidos no mercado São José, de propriedade municipal. Em junho de 1899, Delmiro viajou ao Rio de Janeiro para entender-se pessoalmente com Rosa e Silva. Após um primeiro encontro com o senador, teria tomado conhecimento de um plano para assassiná-lo. Resolveu interpelar Rosa e Silva, agredindo-o a bengaladas em plena rua do Ouvidor. O episódio intensificou a troca de acusações, pela imprensa, entre Delmiro e seus adversários. Acusado de enriquecimento ilícito e de praticar violências contra concorrentes, o empresário contra-atacou, contestando abertamente o o poder de Rosa e Silva em entrevistas e artigos de jornal.

Na madrugada de 2 de janeiro de 1900, o mercado do Derby sofreu um incêndio criminoso, provavelmente provocado pelos adversários de Delmiro. No mesmo dia, o empresário e seu sócio Napoleão Duarte foram presos no Recife para averiguações, por ordem do governador Segismundo Antônio Gonçalves. Jornais situacionistas, notadamente o *Jornal do Recife*, de propriedade de Segismundo Gonçalves, afirmaram que Delmiro estava à beira da falência e que ele próprio teria ordenado o incêndio para receber um valioso seguro. Advogados e amigos do empresário logo conseguiram sua soltura. Em 5 de janeiro, em carta publicada no jornal *A Província*, Delmiro responsabilizou o governador Segismundo Gonçalves pelo incêndio do Derby, denunciando-o como "político falido de senso moral e de escrúpulo"

Delmiro embarcou para a Europa no final de janeiro de 1900. Em setembro, quando se encontrava na Itália, o Banco da República do Brasil suspendeu seus pagamentos, provocando a falência de diversas empresas em todo o país. Delmiro retornou a Recife para recompor os negócios. Rompeu a sociedade com Napoleão Duarte, entregou o mercado do Derby aos bancos credores e constituiu a firma Iona & Krause, com o italiano Lionello Iona e o inglês John Krause. Em fevereiro de 1901, viajou novamente para a Europa, regressando a Recife somente no ano seguinte.

Em junho de 1902, o Tribunal de Justiça de Pernambuco decretou a falência da empresa Cunha & Gouveia, proprietária da refinaria Beltrão. O mesmo ocorreu três meses depois com a firma Silva, Cordeiro & Cia, que cuidava do comércios de couros. Há serias dúvidas sobre a independência dos juízes nesses processos de falências que, aliás, foram posteriormente anulados.

A situação de Delmiro complicou-se bastante em outubro de 1902, quando foi acusado de raptar a adolescente Carmela Eulina do Amaral Gusmão, filha de Ana do Amaral Gusmão, conhecida pelo apelido de Doninha do Segismundo, em razão de seu envolvimento amoroso com Segismundo Gonçalves. No mês seguinte, o empresário fugiu para Alagoas. Desembarcou incógnito em Maceió e seguiu em direção ao povoado de Pedra, no sertão alagoano, perto de divisa com Pernambuco e Bahia, vantagem gem considerável para o

negócio de couros que pretendia relançar. Pertencente ao município de Água Branca, o povoado de Pedra contava com meia de dúzia de casebres e apenas uma construção importante: a estação da Estrada de Ferro Paulo Afonso, que fazia a ligação entre Piranhas (AL) e Jatobá do Tacaratu, atual Petrolândia (PE). Não muito distante dali, estava a cachoeira de Paulo Afonso, no rio São Francisco.

Em março de 1903, Delmiro fixou-se definitivamente numa fazenda em Pedra. Logo mandou buscar Eulina, com quem teve três filhos: Noêmia, Noé e Maria. Em pouco tempo reconstruiria seu império econômico, contando com a proteção dos governadores Joaquim Paulo Vieira Malta (1903-1906) e Euclides Vieira Malta (1906-1909) e do coronel Ulisses Luna, chefe político em Água Branca e um dos principais aliados da oligarquia Malta no estado.

A FÁBRICA DA PEDRA E A USINA DE ANGIQUINHO

Nos primeiros anos em Alagoas, Delmiro enriqueceu novamente com o comércio de peles e couros, retomando as exportações para os Estados Unidos e a Europa, com o apoio financeiro da firma J. H. Rossbach. As vendas para o exterior foram centralizadas em Maceió, ficando a cargo inicialmente da Iona & Krause. Em abril de 1907, essa firma foi substituída pela Iona & Cia, constituída em sociedade com os italianos Lionello Iona e Guido Ferrrario.

A transferência para Alagoas não pôs fim aos seus conflitos com o governo pernambucano. Em maio de 1904, Delmiro foi preso na estação de Pedra por um destacamento da polícia de Pernambuco e conduzido a Jatobá. Consta que o coronel Ulisses Luna mobilizou imediatamente uma centena de jagunços para libertar o prisioneiro. Com a interveniência do governador Joaquim Paulo Vieira Malta, o empresário foi solto e recebido com honras de herói em Pedra.

É certo que sua presença em Alagoas contribuiu para o notável aumento das exportações de peles e couros pelo porto de Maceió, em detrimento de Recife. O povoado de Pedra transformou-se num grande entreposto comercial, recebendo a produção de diversos

estados. Delmiro recorreu a vários artifícios para evitar o pagamento de impostos sobre as peles e couros provenientes de Pernambuco. Suas relações com as autoridades pernambucanas permaneceram conflituosas até a derrota da oligarquia rosista nas eleições estaduais de 1911 e a ascensão ao poder do general Emídio Dantas Barreto.

Nessa altura, Delmiro já havia iniciado os estudos para o aproveitamento do potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e a instalação de uma fábrica de fios e linhas em Pedra. A ideia de promover o aproveitamento energético de Paulo Afonso teria sido discutida preliminarmente com representantes de um grupo de investidores norte-americanos que se deslocaram até Pedra em 1909. Para a concretização do negócio entabulado, Delmiro adquiriu as terras da margem alagoana da cachoeira. O governo de Alagoas apoiou seus planos: em novembro de 1910, concedeu isenção de impostos para o empreendimento fabril e, em agosto do ano seguinte, outorgou à Iona & Cia o direito de exploração da energia de Paulo Afonso.

Delmiro cuidou pessoalmente da compra dos equipamentos da usina e das máquinas da fábrica de fios e linhas, viajando à Europa no final de 1910. Consta que almejava levar a energia de Paulo Afonso até a capital pernambucana, tendo conversado sobre o assunto com o governador Emídio Dantas Barreto. Desconfiado, o general teria recusado sua proposta, declarando: “O negócio que o senhor propõe é tão vantajososo para o estado, que deve envolver alguna velhacaria”.

A construção da usina teve início em 1911 em área próxima ao salto do Angiquinho, no cânion do rio São Francisco, sob a supervisão de técnicos europeus. A casa de força com duas unidades geradoras foi instalada no meio do paredão rochoso do cânion, em local de difícil acesso, representando o maior desafio da obra. Dali a energia seria transmitida até Pedra por uma linha com 24 km de extensão, implantada juntamente com a adutora para abastecimento d’água ao povoado.

Em agosto de 1912, Delmiro e seus sócios constituíram a Cia Agro-Fabril Mercantil, que assumiu todas as responsabilidades da Iona & Cia no empreendimento. Segundo seus estatutos, a companhia visava “explorar nos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia o

compércio de gadum vacum, cavalar, cabrum e ovino, plantio de algodão, irrigação de terras secas, força elétrica e suas aplicações à indústria fabril". Paralelamente às obras da usina, o empresário também promoveu a construção de estradas de rodagem, ligando Pedra à cachoeira, aos centros urbanos de Água Grande e Mata Grande e às localidades mais distantes de Quebrângulo (AL) e Garanhuns (PE).

Primeiro aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco, a usina de Angiquinho entrou em operação em janeiro de 1913. Com potência instalada de 1.100 quilowatts (kW), a usina assegurou o fornecimento energia para a iluminação elétrica de Pedra e o funcionamento da fábrica da Cia Agro-Fabril, inaugurada em junho de 1914.

Pioneira na produção de linhas de costura no Brasil, a fábrica de Delmiro enfrentou a concorrência da companhia inglesa Machine Cotton. Entretanto, logo conquistou uma posição importante no mercado nacional, tirando proveito da redução da oferta das linhas estrangeiras, verificada após o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A fábrica aumentou progressivamente a produção de linhas de coser, fios e cordões de algodão cru, fios encerados e fitas gomadas para embrulhos. Chegou a empregar 800 operários, todos obrigados a cumprir as normas e regulamentos de higiene, segurança, educação e alimentação, estabelelecidos por Delmiro. O empresário impôs-se como patrão e líder político local, opondo-se a qualquer interferência dos coronéis da região. À frente de tudo, estava o coronel Delmiro, como passou a ser chamado, responsável pela instalação de escolas, serviço médico, cinema, banda de música, chafarizes, tipografia e estação de telégrafo.

As linhas da marca Estrela, produzidas em Pedra, alcançaram os mercados da Argentina, Chile, Peru e outros países andinos. A Machine Cotton não demorou a reagir. Em 1916, registrou a marca Estrela no Chile e na Argentina, forçando o produto brasileiro a voltar à Pedra para ser embalado e ter seus rótulos trocados. Propôs a compra a fábrica, oferecendo um preço equivalente a três vezes o capital realizado mais os lucros previstos para os dez anos seguintes. Depois de ver recusada essa oferta, tentou obter uma participação mínima na empresa em troca de "parar a guerra" movida contra a marca Estrela.

O núcleo fabril da Pedra e o aproveitamento de Angiquinho foram visitados por comitivas de políticos, jornalistas e intelectuais, ganhando ampla publicidade nos tempos de Delmiro. Lá estiveram, entre outras personalidades, José Rufino Bezerra Cavalcanti, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, os governadores João Batista Acióli Júnior (Alagoas) e Manuel Borba (Pernambuco), o historiador Manuel de Oliveira Lima e os jornalistas Manuel Bastos Tigre, Plínio Cavalcanti e Assis Chateaubriand.

Em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* em setembro de 1917, Assis Chateaubriand apresentou o industrial como um herói civilizador, imagem depois explorada por Mário de Andrade e Graciliano Ramos. No artigo, intitulado "Uma resposta a Canudos", o jornalista paraibano descreveu a vila de Pedra como a antítese do arraial fundado por Antônio Conselheiro no sertão baiano, com as "máquinas, engenhos de indústria humana que, em vez da morte e destruição, ensinam ao sertanejo e ao jagunço o trabalho fecundo que educa, civiliza e aperfeiçoa". Plínio Cavalcanti descreveu a vila da Pedra "como uma estranha flor de civilização". Para Oliveira Lima, a ação de Delmiro permitia projetar um outro tipo de mundo sertanejo: um lugar livre de jagunços, beatos e cangaceiros.

A Cia Agro Fabril chegou a encomendar equipamentos para expansão de sua produção e a construção de uma segunda usina em Paulo Afonso, mas esse plano não foi levado adiante por causa da morte de Delmiro.

Na noite de 10 de outubro de 1917, o empresário foi assassinado a tiros na varanda de sua casa em Pedra. Sua morte causou grande comoção, mas nunca foi esclarecida.

Dois operários e um peão confessaram o crime sob tortura, citando como mandantes os coronéis José Rodrigues de Lima e José Gomes de Lima e Sá. O primeiro era um importante chefe político e proprietário de terras em Piranhas, e o segundo, uma figura de menor expressão em Jatobá. Rodrigues de Lima tivera um desentendimento com Delmiro, relacionado à posse e ao aproveitamento de terras para extração de lenha e produção de tijolos. Teria ordenado o crime em conluio com José Gomes, que perdera o cargo de coletor de impostos em Jatobá por interferência do industrial. O coronel Rodrigues de Lima foi eleito deputado estadual por Alagoas em 1918, livrando-se do processo criminal. Morreu

nove anos depois, vítima de assassinato. José Gomes foi pronunciado como mandante da morte de Delmiro, mas fugiu para Goiás, onde também morreria assassinado. José Inácio Pires, conhecido como “Jacaré”, Róseo Moraes do Nascimento e Antônio Félix do Nascimento foram condenados a 30 anos de prisão. Em 1983, o Tribunal de Justiça de Alagoas reconheceu a inculpabilidade de José Inácio e Róseo, à época já falecidos.

POSTERIDADE

Delmiro Gouveia tornou-se um dos símbolos mais fortes da luta pela industrialização e modernização do Nordeste, sobrevivendo como mito duradouro pelas suas extraordinárias realizações. Protagonista de conturbada trajetória no mundo dos negócios e da política de Pernambuco e Alagoas, também conquistou a reputação de liderança nacionalista, em virtude de sua intensa disputa com a empresa inglesa Machine Cotton. Houve mesmo quem o apresentasse como vítima das oligarquias retrógradas e mártir da causa nacionalista.

A disputa entre a fábrica da Pedra e os ingleses prosseguiu depois de sua morte Administrada por Lionello Iona, a fábrica sofreu sucessivos prejuízos, em consequência da prática de *dumping* pela concorrente inglesa, passando ao controle dos três filhos herdeiros de Delmiro e, depois, aos irmãos Luís e Vicente Lacerda de Meneses, empresários do setor têxtil em Pernambuco.

Acolhendo representação da Cia Agro-Fabril, o presidente Artur Bernardes quintuplicou o valor da taxa de importação sobre linhas de coser em 1926, mas a medida protecionista logo foi revogada pelo governo Washington Luís. Em 1929, a Machine Cotton assumiu o controle da fábrica da Pedra, adquirindo a marca registrada das linhas Estrela e os maquinismos específicos para sua fabricação. Em abril do ano seguinte, a fábrica foi desmantelada e suas máquinas atiradas ao fundo do rio São Francisco.

Idealizador da primeira hidrelétrica do rio São Francisco, Delmiro também se tornou uma figura emblemática para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), empresa federal constituída em 1948 com a missão de promover o aproveitamento em grande escala

do potencial hidrelétrico de Paulo Afonso. Em 1952, quando as obras da primeira usina da companhia (Paulo Afonso I) já estavam adiantadas, o antigo distrito de Pedra foi desmembrado de Água Branca, dando origem ao município de Delmiro Gouveia.

O industrial foi tema de várias obras biográficas, romances, poemas, filmes e peças de teatro. Com o incentivo da Chesf e do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o volume de escritos e eventos sobre Pedra e Delmiro aumentou consideravelmente nas décadas de 1960 e 1970.

Entre os livros publicados sobre o empresário, merecem destaque: *Delmiro Gouveia, pioneiro e nacionalista*, de F. Magalhães Martins (1963); *Itinerário de Delmiro Gouveia*, de Olímpio de Meneses (1963); *Quem foi Delmiro Gouveia?*, de Mauro Motta (1967); *Delmiro Gouveia, o pioneiro de Paulo Afonso*, de Tadeu Rocha (1970); *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*, de Telma de Barros Correia (1998), e *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento do Brasil*, de Jacques Marcovitch (2007). Também mercem citação a peça *O coronel dos coronéis*, escrita por Maurício Segall (terceiro lugar no concurso de dramaturgia do Serviço Nacional do Teatro em 1977) e o filme *Coronel Delmiro Gouveia*, dirigido por Geraldo Sarno (premiado no Festival de Brasília de 1978).

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: CORREIA, T. *Pedra*; MARCOVITCH, J. *Pioneiros*; MARTINS, F. *Delmiro*; MAYNARD, D. *Senhor*; MENEZES, O. *Itinerário*; MELLO, F. *Delmiro*; QUEIROZ, M. *Coronelismo* (p. 155-190); ROCHA, T. *Delmiro*; SANT'ANA, M. *Bibliografia*.

GOUVEIA, Inácio Henrique da Costa

*militar; junta gov. ES 1891-1892.

Inácio Henrique da Costa Gouveia nasceu na Paraíba em 3 de maio de 1839.

Era militar e combateu na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Por comandar o 32º Batalhão de Infantaria sediado no Espírito Santo, integrou a junta governativa que assumiu o governo do estado em 9 de dezembro de 1891, em substituição a Antônio Gomes Aguirre, que por sua vez substituía o presidente estadual Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade Almeida, o barão de Bom Jardim. A junta, da qual também faziam parte Graciano dos Santos Neves e Galdino Teixeira Lins de Barros Loreto, assumiu o poder no contexto de rebeliões contra os governantes estaduais ligados a Deodoro da Fonseca, que em 23 de novembro renunciara à presidência da República e fora substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto. A junta transmitiu o governo a José de Melo Carvalho Muniz Freire em 3 de maio de 1892.

Em 1897, o coronel Inácio Henrique Gouveia comandou a 2ª Brigada (composta pelos 16°, 25º e 27° batalhões de infantaria) na quarta expedição do governo, que desfechou o assalto final a Canudos.

Tendo chegado ao generalato, faleceu na Paraíba em 5 de junho de 1908.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CUNHA, E. *Sertões*; *Estado do Espírito Santo* (1890-1891); PEREIRA, A. *Homens*; *Vida Capichaba* (artigos publicados de 12/7/1928 a 9/8/1929); VASCONCELOS, J. *Governos*; VICTOR, J. *Presença.*

GOUVEIA, Manuel Carlos de
*junta gov. PB 1889.

Manuel Carlos de Gouveia formou-se em medicina e exerceu a clínica médica na Paraíba por muitos anos. Durante o Império, foi deputado geral pelo Partido Conservador.

A notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, só chegou à Paraíba dois dias depois. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos locais, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, o coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, comandante do 27º Batalhão de Infantaria, sediado na Paraíba, organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta governativa liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelos capitães João Claudino de Oliveira Cruz, Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro e Tomás de Aquino Mindelo, e por Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, Artur José dos Reis Lisboa, e Manuel Carlos de Gouveia.

Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Síntese*.

GOUVEIA, Urbano Coelho de

*militar; dep. fed. GO 1892-1898; pres. GO 1898-1901; dep. fed. GO 1901-1902; sen. GO 1903-1909; pres. GO 1909-1912.

Urbano Coelho de Gouveia nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 8 de julho de 1852. Seu cunhado Leopoldo Bulhões – irmão de sua mulher Leonor de Bulhões Jardim – foi constituinte de 1891, várias vezes senador por Goiás entre 1894 e 1918, e ministro da Fazenda de 1902 a 1906 e de 1909 a 1910. Seu concunhado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, casado com sua cunhada Maria Nazaré de Bulhões Jardim, foi seu antecessor no governo de Goiás, de 1895 a 1898, deputado federal em 1899 e senador de 1899 a 1905 e de 1909 a 1910.

Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro e formou-se em engenharia.

Após a promulgação da Constituição federal de fevereiro de 1891, foi eleito deputado federal por Goiás em 6 de junho do mesmo ano, por ter sido aumentada a representação federal do estado na Câmara dos Deputados. Empossado em 15 de julho de 1892, foi reeleito em 1° de março de 1894 e de 1897, com mandato até 1899.

Em 20 de maio de 1898 foi eleito presidente do estado de Goiás e por esse motivo renunciou à sua cadeira na Câmara antes do final da legislatura. Tomou posse no governo do estado em 1° de novembro de 1898, sucedendo a Bernardo Albernaz, que completava o mandato de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Em março de 1901, último ano de seu mandato, foi eleito como seu sucessor José Xavier de Almeida, que havia sido secretário do Interior e Justiça de seu governo e do governo de Francisco Leopoldo Jardim. Em junho seguinte, quando se afastou para ir ao Rio de Janeiro, então capital federal, mais uma vez assumiu o governo do estado o primeiro vice-presidente, Bernardo Albernaz, que nele se manteve até a posse Xavier de Almeida em 12 de agosto.

Em 20 de outubro de 1901 foi eleito deputado federal por Goiás em eleição realizada a fim de que fosse preenchida a vaga deixada na Câmara por Xavier de Almeida. Exerceu o mandato até dezembro de 1902, e em 18 de fevereiro de 1903 foi eleito senador por Goiás para um mandato de nove anos. Deixou porém o Senado em 1909, antes do final da legislatura, ao ser nomeado presidente de Goiás após a Revolução de 1909, movimento político liderado por Leopoldo Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas do

estado, liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida.

Empossado na presidência de Goiás em 24 de julho de 1909, teve sua administração marcada por uma série de desentendimentos com o poder central, pois o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) queria quebrar a hegemonia regional dos Bulhões, dos quais era aliado. As pressões federais foram tão fortes que renunciou à presidência do estado em março de 1912, e a partir de então afastou-se da vida política. Foi substituído interinamente por Joaquim Rufino Ramos Jubé, que em maio passou o governo ao segundo vice-presidente Herculano de Sousa Lobo.

Em 1º de abril de 1913, reformou-se na carreira militar como marechal graduado.

Faleceu em 17 de fevereiro de 1925.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

GRACINDO, Demócrito Brandão

*dep. fed. AL 1911.

Demócrito Brandão Gracindo nasceu no engenho Boa Sorte, em Viçosa (AL), no dia 28 de abril de 1884, filho de Epaminondas Hipólito Gracindo e de Maria Brandão Gracindo.

Cursou o primário em Viçosa e fez o curso de humanidades no Colégio Adriano Jorge, no Liceu Alagoano e no Ginásio Pernambucano. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1903 e em seguida foi juiz substituto nas comarcas de Paraíba (Capela) e Palmeira dos Índios. Por um período curto esteve no Pará, onde também se dedicou à magistratura. Ao voltar para Alagoas, em 1905, foi nomeado professor de história geral e corografia geral do Liceu Alagoano e exerceu a advocacia.

Ingressando na política, foi intendente (prefeito) de Maceió de 7 de janeiro de 1909 a 7 de janeiro de 1911. Em 23 de abril de 1911 foi eleito deputado federal, na vaga aberta com a morte de seu pai, e exerceu o mandato de junho de 1911 a dezembro do mesmo ano. Foi secretário do Interior e Justiça de Alagoas no governo de João Batista Acióli Júnior (1915-1918) e em 1925 foi eleito deputado estadual.

Membro fundador da Academia Alagoana de Letras, foi o primeiro ocupante da cadeira nº 1 e presidiu a instituição de 1919 até sua morte. Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas desde 1914 e presidente da entidade a partir de 1925 até falecer. Foi secretário da Associação Comercial, da Companhia União Mercantil e do Banco Norte do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 24 ou 25 de setembro de 1927, em pleno exercício do mandato de deputado estadual.

Casado com Argentina Passos Guimarães, teve dois filhos, entre eles Pelópidas Gracindo, o conhecido ator Paulo Gracindo.

Publicou *José de Anchieta e sua obra* (discurso proferido no Teatro Deodoro, 1919); *Apologia da Igreja na civilização do Brasil* (1920); *A Última bandeira. Homenagem aos*

aviadores portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho (1922); Os limites de Alagoas com Pernambuco (*Revista do IAGA*, 1924).

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; NEUMANN, T. *Titã*.

GRACINDO, Epaminondas Hipólito

*dep. fed. AL 1900-1911.

Epaminondas Hipólito Gracindo nasceu em Santa Luzia do Norte (AL) no dia 10 de janeiro de 1844, filho de Inácio Hipólito Gracindo e de Antônia Rebelo Gracindo. Seu pai foi deputado provincial no Império.

Como o pai, foi deputado provincial na legislatura 1874-1875. A partir desse último ano passou a advogar em diversos municípios de Alagoas. Voltou a exercer mandato de deputado provincial de 1882 a 1883 e de 1886 a 1889, quando foi proclamada a República pelo marechal Deodoro da Fonseca no dia 15 de novembro.

Foi eleito senador estadual em 1891, e em 1893 licenciou-se do mandato por ter sido nomeado intendente municipal de Viçosa (AL). Exerceu esse cargo até 1900, quando foi eleito deputado federal por Alagoas. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900, foi reeleito para as três legislaturas seguintes e encerrou seu último mandato em 1911.

Foi também delegado literário (inspetor de ensino primário) e tesoureiro da Fazenda, em Viçosa, membro superior da Guarda Nacional, tendo chegado ao posto de coronel-comandante, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Faleceu na fazenda Paco Feio, em Viçosa, no dia 13 de janeiro de 1911.

Teve dois filhos, que também seguiram a carreira política: Inácio Brandão Gracindo foi deputado estadual em Alagoas, e Demócrito Brandão Gracindo foi deputado federal de 1911 a 1913.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

GREVE GERAL DE 1917 EM SÃO PAULO

Movimento paredista que se alastrou na maior parte, e notadamente na primeira quinzena, do mês de julho de 1917, na capital paulista e nos municípios próximos, com a participação complexiva de mais de 50 mil trabalhadores.

A GREVE

O contexto geral da eclosão da greve remete ao período internacional de revoltas, motins e greves que varreu o mundo todo na segunda parte do ano de 1917, particularmente crítico por causa da estagnação do conflito mundial. No caso específico brasileiro e particularmente paulistano, o movimento foi a reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de subida repentina dos preços e estagnação dos salários: ou seja, de uma fortíssima piora do poder de compra e das condições de trabalho.

A guerra, ao desestruturar e reorientar as antigas redes comerciais e principalmente o aparato produtivo dos países diretamente envolvidos no conflito, fez com que os produtos manufaturados brasileiros pudessem substituir os importados e pudessem também ser exportados mundo afora. A consequência foi uma alta de preços e uma intensificação extraordinária do trabalho, sobretudo manual, uma vez que o maquinário necessário para o salto repentino não podia ser importado rapidamente. O período de desemprego agudo (1913-1914) foi deixado para trás, e todo o sistema produtivo brasileiro apresentou um grande crescimento. A Cia. Puglisi, por exemplo, proprietária do Moinho Santista, da União dos Refinadores e da Manufatura de Chapéus, duplicou seus lucros em 1915 em relação ao ano anterior. Mas o crescimento não atingiu os salários, que não sofreram aumentos comparáveis

Essa situação crítica geral foi agravada pela particular configuração étnica da mão de obra paulistana, composta na sua maioria por estrangeiros e particularmente por italianos e seus filhos, sobretudo nas fábricas têxteis, principal ramo industrial. Na Crespi, uma das maiores fábricas têxteis de São Paulo, onde se iniciou a greve, cerca de 75% dos operários e

operárias eram imigrantes italianos. A presença em São Paulo, ao mesmo tempo, de um proletariado e de uma burguesia de origem italiana refletiu todas as tensões que caracterizavam internamente a comunidade ítalo-paulistana num período em que a Itália estava participando do conflito mundial, dentro da divisão mais ampla entre favoráveis e contrários a essa participação. Mais de 1.500 famílias ítalo-paulistas tinham algum parente no front, e havia dois anos, mensalmente, cada trabalhador italiano de fábricas de propriedade de patrícios era obrigado a doar uma parte do salário ao Comitê Italiano Pró-Pátria de São Paulo, que remetia as verbas para a Itália como contribuição ao esforço bélico.

Em março de 1917, a par do que estava acontecendo em outras cidades brasileiras, sobretudo na capital federal, começou um movimento contra a chamada "carestia da vida", isto é, contra a alta de preços. Em São Paulo, esse movimento tomou a forma de uma campanha contra o excessivo aumento do trabalho de menores nas fábricas, organizada por um Comitê Popular de Agitação, liderado pelo Centro Libertário e pelo grupo editor do periódico anarquista de língua italiana *Guerra Sociale*. A campanha contou com o apoio do Centro Socialista Internacional, do Circolo Socialista di Agua Branca e Lapa, do grupo socialista alemão, dos dois grupos republicanos italianos e do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires, entre outros. Iniciou-se então a realização periódica de assembleias populares e comícios de protesto nos bairros operários de São Paulo, que culminaram com um comício geral no largo da Concórdia, no Brás. Na esteira da campanha, o Dia Internacional do Trabalhador foi comemorado com grandes passeatas, precedidas por comícios nos bairros do Cambuci, Mooca, Brás e Bom Retiro, que convergiram para o Centro da cidade.

Ao mesmo tempo, houve um movimento de reorganização sindical, após alguns anos de quase ausência de organizações operárias, com a fundação, no início de maio de 1917, de duas ligas operárias, do Belenzinho e da Mooca. No final de maio, a Liga Operária da Mooca somava quase 400 afiliados, na maior parte mulheres do Cotonifício Crespi. Já desde o início de 1917, em diversas fábricas paulistanas estavam ocorrendo interrupções

parciais do trabalho, e havia algum tempo se alastrava a greve dos trabalhadores das pedreiras de Cotia e Ribeirão Pires, mas a primeira grande paralisação fabril em São Paulo, após vários anos, ocorreu quando cerca de 400 operários do Cotonofício Crespi entraram em greve no dia 9 de junho de 1917, pedindo: 1) a abolição do aumento do horário noturno ocorrido naqueles meses; 2) um aumento de 15 a 20 % no salário; 3) a abolição das contribuições para o Comitê Italiano Pró-Pátria.

A situação se precipitou a partir do momento em que a greve iniciada na Crespi se estendeu, no dia 29 de junho, a todos os 1.500 operários da fábrica e foi logo seguida (em 30 de junho) pela greve na grande fábrica têxtil Ipiranga de, Nami Jafet, envolvendo mais de 1.600 operários que pediam uma série de aumentos em torno de 20% e, em caso de trabalho noturno, de 25%. Nos dias seguintes começaram também as greves nas fábricas de móveis, quase todas situadas no Brás, e finalmente, no dia 7 de julho, enquanto os marceneiros começavam a obter gradualmente os aumentos pedidos (sempre na base de 20%) e os têxteis da Ipiranga voltavam ao trabalho vitoriosos, começou a greve na Antarctica. Na primeira semana de julho, portanto, a greve ainda não podia ser definida exatamente como geral, mas no bairro da Mooca as duas fábricas mais importantes (Crespi e Antarctica) estavam paradas. Foi a partir desse dia que a greve se alastrou rapidamente.

Entre a noite do dia 7 de julho – assaltos a carros que transportavam farinha na Mooca – e a tarde do dia 13 – ataque da cavalaria da força pública na ladeira do Carmo, mortes do pedreiro Nicola Salerno e da menina Edoarda Bindo, filha do operário Primo –, a cidade de São Paulo ficou quase ingovernável. O ponto mais crítico foi alcançado no dia 11 de julho, quando milhares de pessoas acompanharam o enterro do sapateiro José Gimenez Martinez, um jovem militante anarquista espanhol, morto nos embates de rua. Até esse momento, contudo, os grevistas eram 15 mil, dos quais cerca de 9.500 em greve de reivindicação, e o restante em greve de solidariedade. Os 9.500 estavam todos concentrados ainda na Mooca, em seis grandes estabelecimentos fabris – Crespi, Antarctica, Fábrica Mariangela de Matarazzo, Estampería Matarazzo, Tecidos de Juta, Lanifício De Camillis –, e espalhados em 24 pequenas oficinas.

Para coordenar o movimento, no dia 9 de julho foi criado o Comitê de Defesa Proletária, com representantes de grupos anarquistas e socialistas e lideranças sindicais, entre os quais os libertários Edgard Leuenroth, Luigi Damiani, Antonia Soares e Candeias Duarte e os socialistas Teodoro Monicelli e Giuseppe Sgai.

Depois de uma série de encontros iniciados no dia 12 entre o comitê e uma comissão constituída pelos diretores dos jornais paulistas da grande imprensa que funcionou como intermediária entre o secretário da segurança Eloi Chaves, os representantes empresariais e os grevistas, no dia 14 de julho, chegou-se finalmente à assinatura de uma base de acordo que reconhecia o direito de reunião, aumentos salariais, a libertação dos militantes e operários presos nas manifestações e embates, e a proibição de despejo de operárias grevistas.

No dia 13 de julho, os grevistas eram 25 mil, correspondendo a 90 estabelecimentos fabris, mas o número mais alto, de 43.800 aproximadamente, foi alcançado no dia 16 de julho, quando da apresentação nos comícios públicos, pelo Comitê de Defesa Proletária, dos acordos estipulados. Após essa data, os grevistas foram diminuindo, mas não de forma rápida, porque uma boa parte dos empresários se recusava a assinar os acordos, pretendendo negociar diretamente com seus empregados os aumentos e outras melhorias, sem contar o fato que em algumas fábricas e para algumas categorias a greve só começou depois do dia 16. Os pedreiros, por exemplo, que constituíam uma parte consistente do proletariado paulistano, entraram em greve geral no dia 18 de julho. A situação se normalizou somente nos últimos dias do mês.

A ANÁLISE

A greve geral de 1917 teve características próprias, mas típicas de outros movimentos do período: origens num movimento popular de protesto contra a alta de preços, início de greves parciais e localizadas nas principais fábricas, que depois se transformaram em uma greve generalizada que atingiu todas as categorias, acompanhada por manifestações, saques, motins e embates de rua no seu momento mais crítico. Esses

aspectos levaram diversos militantes anarquistas a imaginar que a greve geral pudesse se transformar numa insurreição com características revolucionárias, no rastro da interpretação malatestiana e soreliana da greve geral.

Dois debates principais atravessam a análise histórica da greve: espontaneísmo ou organização? Greve anarquista ou radicalização ocasional de uma greve de reivindicações de melhorias que tomou tamanha amplitude por causa do contexto de empobrecimento progressivo? Os dois debates estão entrelaçados, uma vez que, ao colocar a ênfase no papel dos anarquistas, se destaca também a ideia de greve organizada. Os anos de enfraquecimento, quase de aniquilação, das organizações classistas em São Paulo que precederam a greve levam a considerar que o movimento de 1917 surgiu espontaneamente, sem prévia organização. Realmente, os sindicatos paulistanos, com exceção de alguns poucos (gráficos e chapeleiros, por exemplo), voltaram a se estruturar paralelamente ao desenvolvimento da greve ou até em seguida à greve para firmar direitos conquistados. A estrutura sindical que surgiu em agosto – em 26 de agosto houve a refundação da Federação Operária de São Paulo (FOSP) –, após a experiência da greve geral, era do tipo de transição das organizações de ofício para as de categoria: renasceram todas as ligas de ofício do período anterior a 1914 e surgiu, nos bairros populares (Mooca, Brás, Belenzinho, Água Branca e Lapa, Cambuci, Ipiranga, Bom Retiro, Vila Mariana), uma série de ligas operárias, com centenas de filiados, que agregavam os trabalhadores do local independentemente de sua profissão.

Por outro lado, é correto afirmar que os processos de organização sindical já estavam encaminhados havia algum tempo quando explodiram as greves de junho na Crespi e na Antarctica, prólogo dos eventos de julho: a declaração de greve na Crespi, por exemplo, foi decidida depois de uma reunião na Liga Operária da Mooca e por ela foi coordenada. Ao mesmo tempo, era comumente reconhecido o papel de militantes e sindicalistas que havia anos atuavam em São Paulo e que ao longo da primeira metade de 1917 tinham-se empenhado a reconstituir movimentos e organizações de classe. A greve geral foi a expressão de um processo dialógico entre um movimento de reorganização dos

trabalhadores paulistanos e a explosão de uma agitação de massa de reação à piora das condições de vida e de trabalho.

Certamente, o papel desenvolvido no processo pelos militantes anarquistas, não somente aqueles mais próximos do sindicalismo, foi notável, o que, conjuntamente com as dinâmicas de ação direta e a quase inexistente estrutura sindical inicial levou à conclusão interpretativa da feição anarco-sindicalista da greve geral de 1917, contrastando a idéia de uma inserção interessada e posterior dos militantes num movimento popular espontâneo. A autoconstituição das organizações operárias foi um aspecto marcante do movimento de 1917, mas desde o início da constituição das ligas a presença de militantes libertários no seu seio foi importante, coincidindo com seu papel organizativo na campanha contra a carestia de vida. Ao mesmo tempo, da mesma forma, muito importante foi também a presença, na coordenação da greve o no movimento popular que a precedeu, de militantes socialistas, como o experiente sindicalista italiano Teodoro Monicelli. Foi ele, que já tinha participado e coordenado greves gerais na Itália, que inicialmente fez a proposta de desencadeamento de uma greve geral organizada em São Paulo ainda em maio de 1917, quando das primeiras paralisações parciais em alguns estabelecimentos fabris. Por causa dessa participação ativa no movimento, Monicelli, assim como o anarquista Luigi Damiani, foram condenados à expulsão do país. Finalmente, a nova FOSP que surgiu depois do término da greve geral, mais que explicitar uma matriz anarquista ou uma socialista, revelava a tradição sindicalista revolucionária que tinha caracterizado, ao longo da primeira década do século XX, o movimento operário paulistano.

Luigi Biondi

FONTES: BIONDI, L. *Greve* (v. 15, p. 259-307); KHOURY, Y. *Greves*; LOPREATO, C. *Espírito*.

GRIPE ESPANHOLA

Também chamada *la dansarina*, *gripe pneumônica*, *peste pneumônica* ou simplesmente *pneumônica*, a gripe espanhola foi uma violenta pandemia que atingiu o mundo em 1918-1919, provocando milhões de mortes, especialmente entre os setores jovens da população. Considerada a mais severa pandemia da história da humanidade, foi causada pela virulência incomum de uma estirpe do vírus Influenza A, do subtipo H1N1.

A denominação "gripe espanhola" foi cunhada devido ao fato de muitas das informações a respeito da doença terem sido transmitidas pela imprensa da Espanha. Os jornais desse país, que se manteve neutro durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), não sofriam censura quanto às notícias sobre a epidemia, o que não era o caso da imprensa dos países beligerantes. Por isso, assim que a gripe chegava a algum país, era logo chamada de "espanhola".

Desconhece-se sua origem geográfica, mas sabe-se que o primeiro caso observado verificou-se nos Estados Unidos em março de 1918, no Texas, e uma semana depois, em Nova Iorque. Chegou ao continente europeu em abril, atingindo os exércitos aliados franceses, britânicos e norte-americanos. Em maio foi a vez da Grécia, Espanha e Portugal, em junho, da Dinamarca e da Noruega, e em agosto da Holanda e da Suécia. Nesse último mês, encerrou-se a primeira onda da gripe, que, embora extremamente contagiosa, foi considerada mais benigna do que as seguintes por ter causado relativamente poucas mortes.

Ainda em agosto teve início a segunda onda da gripe, que atingiu seu auge nos meses de setembro a novembro (o outono do hemisfério norte). Bem mais virulenta do que a primeira, essa fase envolveu, além da Europa e dos Estados Unidos, Índia, Sudeste Asiático, Japão, China, África, Américas Central e do Sul. Em vários países do mundo provocou elevadíssimo número de mortos. A terceira e última onda da gripe espanhola começou em fevereiro de 1919 e terminou em maio seguinte.

Calcula-se que a pandemia afetou, direta ou indiretamente cerca de 50% da população mundial, tendo matado de 20 a 40 milhões de pessoas – mais do que a própria Primeira Guerra (cerca de 15 milhões de vítimas) –, razão pela qual foi qualificada como o mais grave conflito epidêmico de todos os tempos.

A GRIPE ESPANHOLA NO BRASIL

O Brasil acompanhou a doença inicialmente à distância, através dos jornais. A população brasileira não demonstrava grande preocupação com a espanhola, por considerar que ela não se propagaria no território nacional, devido à distância do continente europeu.

Contrariando essas previsões otimistas, a gripe penetrou no país a partir de setembro de 1918, quando a divisão naval enviada pelo Brasil a Dacar, para participar do patrulhamento do Atlântico Sul como parte do esforço de guerra do país ao lado dos Aliados, retornou. Nesse momento inicial, morreram mais de uma centena de marinheiros – o que correspondia ao número de brasileiros mortos em decorrência da participação na Primeira Guerra Mundial.

Em território brasileiro propriamente dito, a disseminação da gripe pode ser atribuída a alguns navios que aportaram em portos do Nordeste, como o inglês *Demerara*, que esteve em Recife e Salvador naquele mês de setembro. Em pouco tempo a espanhola atingiu várias cidades nordestinas e no final de outubro já atingia quase todas as grandes cidades do país, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo. Em novembro chegava à Amazônia. Sua expansão provocou um esvaziamento dos centros urbanos, causado pelo medo de contágio da doença. Desconhecendo medidas terapêuticas para evitar o contágio, as autoridades pediam à população que evitasse as aglomerações.

Ao longo do período pandêmico, registraram-se mais de 35 mil mortes em todo o Brasil. O Rio de Janeiro, maior núcleo urbano do país, apresentou o número de óbitos mais elevado. Em dois meses faleceram cerca de 12.700 pessoas, cerca de 1/3 do total registrado no país, para uma população de quase um milhão de habitantes. O momento crítico deu-se em meados de outubro, quando a Diretoria Geral de Saúde Pública, através de seu titular Carlos Seidl, admitiu a impossibilidade de a gripe ser controlada. A cidade estava parada. Colégios, quartéis e fábricas interromperam suas atividades. Havia falta de alimentos, de remédios, de leitos e até de caixões. A pedido do presidente da República Venscelau Brás, o médico sanitarista Carlos Chagas liderou o combate à gripe espanhola implantando 27 pontos de atendimento à população na capital federal.

Em São Paulo, com população estimada em 470 mil habitantes, de outubro a dezembro foram registrados 5.328 óbitos causados pela espanhola. Muitas pessoas buscaram refúgio em áreas afastadas no interior. Só no mês de outubro, morreram 1.250 pessoas em Recife, cuja população chegava então a 218 mil habitantes. Em Porto Alegre – onde se registraram 1.316 óbitos para uma população de cerca de 140 mil habitantes – foi criado um cemitério especialmente para as vítimas da doença. Salvador apresentou o menor percentual de vítimas fatais entre as grandes cidades brasileiras. Numa população estimada de 320 mil pessoas, cerca de 130 mil contraíram a gripe e 386 morreram.

Embora a gripe espanhola tenha efetivamente atravessado toda a pirâmide social, sua feição “democrática” deve ser olhada com atenção, pois a maioria das vítimas provinha das camadas populares e daqueles grupos chamados pelas autoridades de indigentes. De todo modo, a doença vitimou até o presidente eleito, Rodrigues Alves, que na pôde tomar

posse na presidência em 15 de novembro de 1918 e morreu em janeiro de 1919.

Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: Aventuras na História. Disponível em: <http://historia.abril.com.br/fatos/furia-gripe-espanhola-433549.shtml>. Acesso em: 23/5/2010; GOULART, A. *Revisitando* (v. 12, p. 101-142); Invivo. Fiocruz. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=815&sid=7>. Acesso em: 22/5/2010; MAR. BRAS. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_h/noticias/dphcm/dphcm.htm>. Acesso em: 23/5/2010; Scielo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000100005>. Acesso em: 23/5/2010; SOUZA, C. *Gripe* (v. 12, p. 71-99); Universitário. Disponível em: <http://www.universitario.com.br/noticias/noticias_noticia.php?id_noticia=8623>. Acesso em: 22/5/2010; *Veja* (5/2003) Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: 22/5/2010.

GUALBERTO, Luís Antônio Ferreira

*dep. fed. SC 1900-1908.

Luís Antônio Ferreira Gualberto nasceu em Nazaré (BA) no dia 8 de julho de 1857, filho de Cândido Alves Ferreira Gualberto e de Cândida Ferreira Gualberto.

Tendo se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1878, estabeleceu-se em São Francisco do Sul (SC) a partir de fevereiro de 1885. Na região, exerceu a medicina e alguns cargos relacionados à higiene, como os de delegado de Saúde do Porto (1887-1889) e de delegado de Higiene (1889-1895).

Membro do Partido Republicano Catarinense, foi deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina em 1891, com mandato até 1893. Reeleito, cumpriu mandato de 1896 a 1897, quando foi presidente da mesa diretora. Da Assembleia.

Alguns anos depois, foi eleito deputado federal por Santa Catarina para três legislaturas consecutivas: de 1900 a1902, de 1903 a 1905 e de 1906 a1908. Após o último mandato abandonou a política e passou a dedicar-se às atividades de três instituições das quais era membro: a Academia Catarinense de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em Florianópolis no dia 6 de dezembro de 1931.

Era casado com Maria Elisa Gualberto, com quem teve filhos, entre os quais Anes Gualberto, que se tornou político no estado de Santa Catarina.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

GUANABARA, Alcindo
*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893; dep. fed. DF 1894-1899 e 1906-1911; sen. DF 1912-1917; sen. RJ 1918.

Alcindo Guanabara nasceu em Magé, província do Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 1865, filho de Manuel José da Silva Guanabara e de Júlia de Almeida da Silva.

Em 1880 ingressou no Colégio José Ferreira da Paixão, em Petrópolis, e em 1883 concluiu os estudos secundários. No ano seguinte matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, onde permaneceu até o terceiro ano. Nesse período, para custear os estudos, trabalhou como inspetor no Asilo de Meninos Desvalidos.

Em 1886 fundou o jornal acadêmico *Fanfarra*. Trabalhou também na *Gazeta da Tarde*, ao lado de José do Patrocínio e Raul Pompeia, escrevendo crônicas políticas sob o pseudônimo Aranha Minor. A experiência então adquirida lhe abriu portas em diversas revistas e jornais do Rio e de São Paulo, onde passou a escrever textos literários e a debater as grandes questões colocadas na agenda política do momento, como a Abolição e a República. Considerado um dos maiores jornalistas brasileiros da Primeira República, entre 1887 e 1914 colaborou e trabalhou como redator nos jornais *Cidade do Rio*, *Novidades*, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, a *Tribuna*, a *Nação* e o *País*. Em 1897 foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, onde passou a ocupar a cadeira nº 19. Criou ainda o jornal a *República* e dirigiu a *Imprensa* – adquirido em 1906 e do qual esteve à frente até 1914.

DEPUTADO FEDERAL

Com a proclamação da República, iniciou sua trajetória política. Nas eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Constituinte, elegeu-se deputado pelo estado do Rio de Janeiro com o apoio de Quintino Bocaiúva e Francisco Portela. Na Constituinte, foi uma das figuras preeminentes do grupo que iniciou a oposição ao governo do marechal Deodoro da Fonseca, composto por Demétrio Ribeiro, Aníbal Falcão, Barbosa Lima, Nilo Peçanha, Antão de Faria e Muniz Freire.

Concluídos os trabalhos de elaboração da Carta de 1891, na legislatura 1891-1893, identificando-se com o florianismo, passou a defender o fortalecimento do Poder Executivo e a ideia de que o marechal Floriano Peixoto era a personificação da República e da Constituição. No âmbito econômico, criticou o tratamento preferencial dado à agricultura e defendeu a industrialização como instrumento de progresso nacional, chegando a submeter à Câmara uma representação dos industriais do Rio de Janeiro solicitando isenções fiscais e uma política de incentivos para o setor.

Em 1893, nomeado superintendente-geral de Imigração, viajou para a Europa. De volta ao Brasil no ano seguinte, reelegeu-se deputado federal para mais duas legislaturas, 1894-1896 e 1897-1899, agora como representante carioca, pelo Partido Republicano Federal (PRF) do Distrito Federal. Aliado de Francisco Glicério, chefe do PRF, trabalhou na eleição de Prudente de Morais para a presidência da República no quadriênio 1894-1898. Quando do rompimento de Prudente com o PRF, passou para a oposição, aproximando-se do grupo jacobino da bancada do Distrito Federal. Assumiu, no período, um discurso nacionalista, em defesa do resguardo da independência e da integridade do Brasil republicano. Entre 1894 e 1899 integrou a Comissão de Orçamento da Câmara, destacando-se nas discussões relativas aos problemas financeiros do país e aos entraves ao desenvolvimento da economia brasileira.

Acusado de envolvimento no atentado a Prudente de Morais perpetrado em novembro de 1897, foi preso e enviado para a ilha de Fernando de Noronha, junto com Barbosa Lima, Santana Néri, Tomás Cavalcanti e José Maranhão. Com o *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal, retornou ao Rio de Janeiro, onde voltou a dedicar-se à oposição nas folhas do jornal a *Tribuna*. Durante o governo Campos Sales (1898-1902), passou para as fileiras da situação e defendeu a política econômica do então ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho. Nas eleições de dezembro de 1899, no entanto, não conseguiu a renovação de seu mandato.

O retorno à Câmara ocorreria em 1906. Nesse ano, na pauta das discussões do Congresso figurou a reforma do Exército e a lei de sorteio militar. Propôs, na ocasião, uma emenda

que impedia os filhos de famílias mais abastadas de livrarem-se do serviço graças aos recursos que possuíam. De acordo com a emenda apresentada, o cidadão só seria alistado para a reserva do serviço ativo ao completar 20 anos, e o sorteio se faria entre esses, que deveriam servir por dois anos. Para os voluntários, o serviço seria de um ano apenas. A emenda retirava ainda o privilégio contido no projeto original que baixava de três para um ano o tempo de serviço para aqueles que pudessem custear-se. A justificativa de sua proposta teve como base o argumento de que o papel do Exército era formar cidadãos para a garantia da ordem, da autoridade e da democracia.

Reeleito para a legislatura 1909-1911, nas eleições presidenciais de março de 1910 voltou a destacar-se no plenário da Câmara e na imprensa carioca, em defesa da candidatura situacionista de Hermes da Fonseca, ao lado do senador Pinheiro Machado (RS), fundador do Partido Republicano Conservador (PRC), no qual passaria a militar. Dois anos depois, conquistaria uma cadeira no Senado. À época, era considerado homem de confiança do general gaúcho.

SENADOR

Ocupando em 1912 a vaga aberta com a saída de Lauro Sodré – eleito senador pelo Pará –, Alcindo Guanabara integrou no Senado as duas comissões permanentes mais importantes da máquina parlamentar. Foi membro da Comissão de Poderes em 1913 e de 1915 a 1917, e, nesse último período, também da Comissão de Finanças.

No exercício do mandato, usou o plenário do Senado, em 1912, para defender a reciprocidade para os autores brasileiros de obras científicas, literárias e artísticas dos direitos conferidos aos autores estrangeiros pela Lei n.º 2.577, de 17 de janeiro. No ano seguinte, apresentou emenda ao orçamento do Ministério da Justiça favorecendo funcionários da Escola Profissional XV de Novembro, instituição dedicada ao cuidado da infância desvalida e abandonada do Distrito Federal.

Em 1914, na qualidade de relator da receita, criticou a ação da Câmara dos Deputados, que enviou o projeto de Orçamento para o exercício financeiro de 1915 na véspera do

encerramento das sessões do Congresso, privando o Senado de colaborar na sua elaboração. Criticou ainda o que considerou cobrança abusiva de impostos sobre determinados bens de consumo. Fazendo um balanço da situação econômico-financeira enfrentada pelo país no período, indicou como principais responsáveis a falta de incentivos à diversificação da produção, a ausência de uma política facilitadora de acesso a créditos, a recorrência excessiva a impostos e taxas para ampliar a arrecadação e a retração do crédito internacional provocada pelo conflito mundial.

Em 1915, teve o pedido de dispensa das comissões de Finanças e Poderes, pessoalmente encaminhado, rejeitado pelo Senado. A iniciativa decorreu das acusações de suborno feitas por um deputado. No mesmo ano, com as mortes de Pinheiro Machado e Augusto de Vasconcelos, ocuparia a tribuna para exaltar a ação dos dois parlamentares.

Em 1916, em vez de apoiar a candidatura ao Senado de Tomás Delfino dos Santos, do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), suposto herdeiro político de Augusto de Vasconcelos, apoiou Irineu Machado. O episódio provocou sua saída do PRDF, partido ao qual estava ligado, e ingresso no Partido Autonomista da capital, chefiado pelo intendente municipal Mendes Tavares. No mesmo ano, apresentou emenda ao Orçamento da União estendendo o pagamento do imposto cobrado aos operários dos mesmos estabelecimentos do governo a mestres, contramestres e chefes. A emenda estabelecia ainda o imposto de 5% sobre as diárias, jornais, salários e vencimentos recebidos por operários, jornaleiros, diaristas e trabalhadores da União. A justificativa apresentada foram os interesses do Estado. Foi de sua autoria também o Projeto nº 47 – 1916, que regulamentava as indenizações por desastres nas estradas de ferro da União. Na tramitação dos projetos de lei relativos aos monopólios da produção do tabaco e dos seguros de vida, em 1917, assumiu postura contrária.

Foi novamente eleito para o Senado em 1918, dessa vez pelo estado do Rio de Janeiro, mas não chegou a completar o ano legislativo em função do agravamento de seu estado de saúde. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 20 de agosto.

Publicou, entre outros: *Amor; conto na vida moderna* (1886); *La République Brésilièn*ne (1893); *História da Revolta de 6 de setembro* (1895); *Finances Brésiliennes* (1896); *A presidência Campos Sales*. *Política e finanças. 1898-1902* (1902); *A casa de Dickens* (1908); *Jornal do Comércio. A tradição* (1908); *Discursos fora da Câmara* (1911) e *Pela infância abandonada e delinquente no Distrito Federal* (1917).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BEHAR, E. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1890-1911); CASTRO, S. *República*; EDMUNDO, L. *Rio de Janeiro* (v.5, p. 971-973); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico ;* LIMA, J. *Figuras*; SENADO (1912-1918); VIEIRA, J. *Cadeia.*

GUARANÁ, Luís

*dep. fed. RJ 1921-1926.

Luís Guaraná foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1921. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu o mandato até 30 de setembro de 1926.

Izabel Pimentel da Silva

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

GUEDES, Duarte
*militar; gov. PA 1891.

Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes nasceu no Rio Grande do Sul no dia 19 de fevereiro de 1852, filho do major engenheiro Vicente Huet de Bacelar Pinto Guedes e de Mariana Xavier de Brito Huet de Bacelar.

Segundo-tenente da Marinha de Guerra, pediu e obteve permissão para praticar nas oficinas de construção naval do Arsenal de Marinha. Viajou diversas vezes para a Europa, com a finalidade de acompanhar a construção de navios encomendados pela Marinha brasileira. Tornou-se perito na arte da construção naval, o que lhe valeu a incumbência de organizar a Companhia de Forjas e Estaleiros, bem como a posição de fiscal da construção e primeiro comandante do encouraçado *Floriano*. Foi ainda, por três vezes, chefe da Comissão Naval na Europa. Entre 1879 e 1881, no cargo de oficial encarregado da navegação, participou da primeira viagem de circunavegação realizada por um navio de guerra brasileiro.

Já na República, no governo constitucional do marechal Deodoro da Fonseca (25/2 a 23/11/1891), foi nomeado governador do estado do Pará. Tomou posse em 25 de março, sucedendo a Gentil Bittencourt. Seu curto governo foi marcado pelo movimento revolucionário deflagrado por chefes da oposição em 11 de junho com o objetivo de depô-lo e colocar em seu lugar Vicente Chermont, eminente membro do diretório do Partido Democrático. Atacados pelas tropas legalistas, os revoltosos resistiram durante horas, mas foram vencidos na noite do mesmo dia. Pouco depois, em 24 de junho, Duarte Guedes passou o governo do Pará a Lauro Sodré, que um dia antes fora eleito governador pelo Congresso Constituinte.

Com a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto na presidência da República em 23 de novembro de 1891, em várias partes do país tiveram início conspirações contra o governo. No Rio Grande do Sul, os federalistas transformaram sua oposição numa sangrenta guerra civil. No Rio de Janeiro, o almirante Wandenkolk, presidente do Clube Naval, aderiu à causa dos federalistas e, em junho de 1892, juntamente com alguns companheiros, entre eles Duarte Guedes, foi recebido a bordo do vapor *Júpiter*,

sob o comando de Pereira da Cunha. Planejavam um ataque ao Rio Grande do Sul em apoio aos revolucionários federalistas, mas, por não terem tido o apoio da guarnição da Marinha local e dos próprios federalistas, o *Júpiter* foi aprisionado na barra de Canavieiras (SC) pelo cruzador *República* e conduzido ao Rio de Janeiro. Duarte Guedes permaneceu preso durante todo o período em que Floriano Peixoto esteve no poder. Iniciado o governo Prudente de Morais (1894-1898), foi anistiado. Chegou ao posto de contra-almirante e em 1903 foi nomeado diretor da Escola Naval.

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1919.

Recebeu várias condecorações e publicou vários trabalhos, entre os quais se destacam: *Tratado elementar de construção naval* e *Os canhões do Riachuelo e sua transformação pelo Sistema Armstrong.*

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

GUEDES, Flávio

*dep. fed. BA 1894-1896.

Flávio Guedes de Araújo nasceu em Santa Teresinha (BA) no dia 4 de março de 1863, filho de Ildefonso José de Araújo e de Emília Guedes de Araújo. Seu pai foi deputado provincial (1878-1885) e senador estadual (1893-1894), tendo participado do grupo que fundou o Partido Nacional (PN) em 24 de julho de 1890, ao lado do desembargador Tomás Garcez Paranhos Montenegro, César Zama, Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, coronel Temístocles da Rocha Passos e outros.

Diplomado em 1884 pela Faculdade de Direito de São Paulo, elegeu-se deputado à Assembleia Provincial da Bahia para a legislatura 1886-1889. Já na República, foi deputado constituinte estadual em 1891, com destacada participação nos trabalhos da Assembleia que elegeu José Gonçalves da Silva governador do estado. Também nesse ano foi fundada a Faculdade Livre de Direito da Bahia, cuja primeira Congregação de professores integrou como professor catedrático da disciplina direito das gentes, ao lado de nomes ilustres como Leovigildo Filgueiras, Inácio Tosta, Severino Vieira e outros.

Nas eleições de 1894 elegeu-se deputado federal para a legislatura 1894-1896 e em maio tomou assento na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No dia 24 de julho, proferiu contundente discurso em que contestava a legitimidade das eleições realizadas em 1º de março daquele ano para o preenchimento dos cargos de presidente e vice-presidente da República, ao considerar que os estados do São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e o Distrito Federal encontravam-se em estado de sítio até o dia 28 de fevereiro, e que a população dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina não pôde comparecer às urnas por estar com seus direitos constitucionais suspensos pelos decretos de 20 de outubro e 15 de dezembro de 1893. Por essas razões, apresentou uma proposta de emenda ao Parecer nº 1 do Congresso Nacional, que versava sobre as eleições, sugerindo que as eleições fossem anuladas e se procedesse a novo pleito, “garantidas as liberdades a todo o território da República”.

No dia 27 de junho de 1896, casou-se com Elvira Gonçalves da Silva, filha do ex-governador José Gonçalves da Silva, com quem teria uma filha.

Faleceu na cidade de Salvador em 2 de abril de 1897, aos 34 anos de idade.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ARQ. PUB. BA. Seção Judiciária. Inventário de ARAÚJO, Flávio Guedes de (01/332/634/02); *Cartas de Ontem; Bahia* (2/4/1897) Câmara dos Deputados – Seção de ontem; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); BULCÃO SOBRINHO, A. *Relembrando*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p. 360, 444-448, 488-489); FRANCO, P. *Reminiscências;* GIDI, A. *Anotações* (p. 38); NOGUEIRA, O.; FIRMO, J. *Parlamentares* (p. 533); SAMPAIO, C. *Canudos* (p. 106/107); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 61-62). .

GUEDES, Pinheiro

*militar; const. 1891; sen. MT 1891-1893.

Antônio Pinheiro Guedes nasceu em Cuiabá no dia 14 de julho de 1842, filho do tenente-coronel João Pinheiro Guedes e de Maria Madalena Pinheiro Guedes.

Militar, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em dezembro de 1870 e foi promovido a segundo-tenente cirurgião. Passou a primeiro-capitão cirurgião em maio de 1878 e a major cirurgião-mor de brigada em março de 1890. Nesse mesmo mês atingiu a patente de tenente-coronel médico de segunda classe.

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador por Mato Grosso ao Congresso Nacional Constituinte e em 15 de novembro seguinte tomou posse. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e o início, em maio, da legislatura ordinária, exerceu o mandato no Senado até dezembro de 1893. Foi suplente da Mesa Diretora.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em agosto de 1908.

Publicou *Ciência espírita* (1901).

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CASTRO, A.; CASTGNINO, A. *Senado*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p.329/30).

GUERRA DE CANUDOS

Confronto entre o Exército e os participantes de um movimento popular de fundo religioso liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido na comunidade de Canudos, no interior da Bahia, em 1897.

ANTÔNIO CONSELHEIRO

A Guerra de Canudos pode ser compreendida no quadro de movimentos sociais que eclodiram em alguns pontos do território nacional e sacudiram a República nascente, a partir da primeira Revolta da Armada (1893) até a Guerra do Contestado (1912-1914). De todos esses movimentos, Canudos foi o mais célebre. Isso se explica, em parte, pelo contorno específico de seu desfecho fatal, mas, sobretudo, pelo fato de que foi objeto da narrativa de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, obra lançada em 1902 que fez grande sucesso nos meios literários brasileiros.

Da narrativa euclidiana da Campanha de Canudos surgiu um personagem, ligado umbilicalmente ao movimento: Antônio Conselheiro, espécie de monge, apóstolo e profeta peregrino. Não que não houvesse outros andarilhos no sertão arrebanhando fiéis, com suas prédicas e sermões. A prática não era original. Basta lembrar o monge Francisco de Mendonça Mar, fundador do santuário de Bom Jesus da Lapa, que antecedeu o Conselheiro em andanças em quase dois séculos. O fato é que a geografia e o modelo de organização social dos sertões se constituíram como base ideal para o surgimento de inúmeros movimentos de cunho messiânico.

Por outro lado, não se deve deixar de compreender o personagem Antônio Conselheiro como resultado das experiências do homem real, Antônio Vicente Mendes Maciel, e do ambiente em que se desenrolou sua vida. Filho de um comerciante, de uma das mais tradicionais famílias nordestinas, perdeu a mãe ainda criança. Como a família Maciel estivesse em guerra permanente com os Araújos, num desses conflitos de clãs, comuns no Nordeste brasileiro, Antônio foi enviado ao seminário, mas não chegou a ordenar-se. De

seu casamento, apenas nos chegou a notícia de que foi fracassado e a mulher o abandonou. Nada se sabe sobre o início de sua atividade religiosa e peregrina pelo interior da Bahia – apenas que, por volta de 1876, suspeito do assassinato da esposa, o monge despertou a atenção da Corte do Império. Julgado e absolvido na terra natal, Quixeramobim (CE), tão-logo deixou o Júri, seguiu de volta para o interior da Bahia e retomou a atividade religiosa e a vida de penitente. A partir daí, aspectos de sua trajetória pessoal foram associados à ocorrência de milagres, não faltando quem visse em sua figura a reencarnação de dom Sebastião. E de vila e vila, a pregar, sempre, o Conselheiro era seguido por "multidão contrita, em silêncio, alevantando imagens, cruzes e bandeiras do Divino", segundo Euclides da Cunha.

Às voltas com o crescimento da pressão abolicionista e republicana, a política do Império entendeu que o assunto era da alçada da província baiana; se houvesse alguma ilegalidade nos atos do andarilho, que se tratasse como caso de polícia, e alguma heresia, que a resolvesse a cúria. Essa indiferença da política imperial frente ao crescimento do messianismo conselheirista nos sertões se verificou, igualmente, de correspondência trocada entre o presidente da Bahia e o ministro dos Negócios do Império, para o qual Antônio Conselheiro não passava de um doido, que deveria ser recolhido ao hospício de alienados.

A Proclamação da República modificou a visão do poder central acerca de Antônio Conselheiro e seu movimento, que passaram a ser vistos como ameaças à ordem constituída. Em 1893, o Conselheiro e seus seguidores, depois de duas décadas de andanças, finalmente se fixaram em Canudos, ao pé do morro da Favela, às margens do rio Vaza-Barris, numa antiga fazenda abandonada no interior da Bahia. Ali Antônio Conselheiro fundou o arraial do Belo Monte, e a notícia se espalhou, fazendo multiplicar o número de seguidores. Entre andarilhos, ex-escravos, jagunços, vítimas da seca, a gente pobre de que o Nordeste estava cheia, chegou-se a supor que viveram no arraial cerca de 30 mil pessoas, sob um regime comunal e de religiosidade severa.

A CAMPANHA

A primeira arremetida contra os seguidores do Conselheiro decorreu de uma avença entre os moradores de Belo Monte e comerciantes de Juazeiro (BA), os quais não efetuaram a entrega de materiais na data aprazada, fazendo paralisar as obras da construção de uma igreja. Em fins de 1896, marchando até aquela cidade para cobrar o compromisso, os peregrinos foram interceptados por forças policiais baianas, que foram duramente derrotadas. À nova investida de tropas legalistas, houve a repetição da vitória dos conselheiristas, que souberam resistir em Canudos. Ajudados ainda pela topografia acidentada da região, os habitantes de Belo Monte rechaçaram as tropas chefiadas pelo major Febrônio de Brito.

Prontamente, então, sob clima de comoção nacional, formou-se a terceira expedição, agora exclusivamente de tropas do Exército, cuja chefia ficou a cargo do coronel Antônio Moreira César. Figura controvertida, embora considerado um dos principais comandantes militares de seu tempo, Moreira César, por sua atuação em Santa Catarina no fim da Revolta da Armada, transformara-se num mito. Contudo, no início de 1897, novo desastre. Após uma série de equívocos de seu comandante, que ignorou as dificuldades do clima e da geografia do sertão, a força legalista foi outra vez derrotada, e Moreira César foi morto em Canudos.

A notícia do novo fracasso do governo levou à imediata certeza de que no arraial havia elementos ligados à restauração e que ali se tramava contra a República. Suspeitava-se que os fanáticos eram ajudados com recursos por alguns poderosos locais, sequiosos ante a possibilidade do retorno à antiga ordem monárquica. As notícias de cadáveres e esqueletos vestindo dólmãs, soldados decapitados, oficiais empalados pelos seguidores do Conselheiro, circularam pelos centros urbanos. Para o autor de *Os sertões*, a tragédia foi um "afloramento originalíssimo do nosso passado, patenteando todas as falhas de nossa evolução". Canudos significaria um atentado contra a ordem e o progresso, a eclosão de um mundo de trevas, em que se agitavam mestiços originados de uma combinação degradante de raças, um empecilho no caminho da realização do projeto civilizatório da República.

Mobilizada a opinião pública, sobretudo na capital federal, a reação foi uníssona. Era

urgente uma reação firme e exemplar: “Todos clamavam pelo aniquilamento dessa ameaça à novel República. Os estudantes assinaram uma petição exigindo a liquidação dos sequazes. Deputados e senadores não discutiam outra coisa no parlamento. Os jornais tratavam a derrota como calamidade nacional”, no dizer de Walnice Nogueira Galvão. Euclides da Cunha, inclusive, foi dos que ajudaram na propagação da hipótese segundo a qual em Canudos se lutava pela restauração, depois que publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, em março de 1897, dois artigos em que comparava os seguidores de Conselheiro aos camponeses da Vendéia francesa – o movimento que, segundo François Furet, foi “o conflito mais simbólico do ano de 1793, que colocou em luta, em campina rasa, a Revolução e o Antigo Regime”.

Em todas as circunstâncias, a participação do Exército foi fundamental para a vitória das forças da ordem vigente e o desmantelamento dos movimentos sociais que eclodiram entre 1893 e 1916. Por outro lado, uma das principais particularidades de Canudos foi a tenacidade com que os revoltosos suportaram o assédio das forças do governo.

Todavia, frente à quarta expedição, Canudos não resistiu. Da vitória das forças comandadas pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães e pelo ministro da Guerra Carlos Machado de Bittencourt, em outubro de 1897, resultou o saldo de mais de 20 mil mortos e o arraial do Belo Monte incendiado. Para Walnice Nogueira Galvão, “com a guerra de Canudos se completa o processo de consolidação do regime republicano” e se exorciza, de vez, o “espectro de uma eventual restauração monárquica”.

Ainda em 1897, o médico e criminologista Raimundo Nina Rodrigues, seguidor das teses de Cesare Lombroso e Scipio Sighele, tomou medidas no crânio do profeta rebelde Antônio Conselheiro, depois que lhe exumaram o cadáver, esperando poder explicar o fanatismo religioso dos conselheiristas através das proporções volumétricas da cabeça de seu líder.

Eduardo Junqueira

FONTES: CASCUDO, L. *Dicionário*; CHAVES, E. *Nina* (v. 8, p. 29-37); CUNHA, E. *Sertões*; FURRET, F. *Vendéia*; SILVA, R. *Antônio Conselheiro*; WALNICE, N. *Sertões.*

GUERRA DO CONTESTADO

O nome Contestado não faz jus à complexidade do movimento que eclodiu no sul do Brasil no ano de 1912. A contestação dos limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina foi apenas uma das muitas fagulhas a despertar uma das maiores revoltas sociais ocorridas no campo em território nacional. Apesar de insuficiente, o título diz muito sobre aqueles que possuem poder de registrar os feitos históricos, assim como sobre a prioridade política na resolução desse conflito: com a intervenção federal na região – ocorrida em setembro de 1914 –, urgia eliminar a disputa entre as lideranças políticas dos estados vizinhos e impedir que o movimento se alastrasse para além das fronteiras paranaenses e catarinenses. Tais disputas colocavam em risco o domínio das oligarquias e ameaçavam comprometer o jogo político nacional.

A REVOLTA SOCIAL

O conflito do Contestado emergiu da reunião de fiéis em torno da figura carismática de José Maria: curandeiro e rezador a quem a população do planalto catarinense denominava monge. Não se tratava de título concedido pela Igreja Católica, uma vez que lhe fora conferido por sua prática como curandeiro. Além do monge José Maria, haviam passado pela região, antigo caminho de tropas que ligava o Rio Grande do Sul a Sorocaba, outros viandantes, de nome João Maria. O primeiro, em 1844, e o segundo, no momento da Revolução Federalista (1893-1895). O terceiro monge, José Maria, trouxe consigo práticas similares a dos antigos: benzeduras, conselhos aos necessitados, porções de cura para os doentes. Em função disso foi associado aos demais ao se instalar nas proximidades do município de Curitibanos no ano de 1912.

O superintendente desse município catarinense, no temor de que José Maria lhe fizesse oposição política, enviou correspondência ao presidente do estado – Vidal Ramos – denunciando a aglomeração de pessoas reunidas em redor do monge. Em suas palavras, ali se verificava um “ajuntamento de fanáticos” predispostos a proclamar a monarquia no

sul do Brasil. Apesar de infundada, a justificativa foi suficiente para que Vidal Ramos organizasse uma pequena diligência policial com a ordem de dispersar o grupo. Avisado a tempo do movimento da força catarinense, José Maria deslocou-se com seus seguidores para Irani, pequena localidade pertencente a Palmas e em litígio judicial entre Paraná e Santa Catarina.

A chegada do grupo a Irani, em outubro de 1912, foi vista pelos paranaenses como uma tentativa de os vizinhos tomarem posse de um território contestado judicialmente. Como resposta, o governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque enviou um destacamento do Regimento de Segurança do Paraná para expulsar os supostos invasores. No confronto morreram 11 soldados e seis seguidores de José Maria, além do próprio monge e do comandante oficial do regimento, João Gualberto Gomes de Sá.

Na primeira metade de 1913, novos fiéis se reuniram em Taquaruçu na expectativa do retorno do monge, que regressaria acompanhado do "Exército Encantado de São Sebastião". A liderança do grupo foi iniciada por uma adolescente de 11 anos de idade chamada Teodora. Ela dizia conversar em sonho com José Maria e receber deste a incumbência de orientar os fiéis para a guerra santa. Nesse momento, o movimento começou a construir linguagem própria e um programa com características messiânicas e milenares. Além disso, passou a agregar pessoas com interesses e proveniências diversas: opositores dos coronéis locais, desempregados da ferrovia que atravessava a região, a Brazil Railway Company, ex-funcionários da madeireira e colonizadora internacional Southern Brazil Lumber and Colonization Company, fazendeiros interessados na questão de limites territoriais e aventureiros. Somaram-se a esses os pobres e despossuídos de suas terras, vítimas das atividades de grilagem expandidas na região com a chegada do capital estrangeiro, representado pelas empresas citadas, todas ligadas ao grupo de Percival Farquhar.

A partir de dezembro de 1913, o governo catarinense começou a montar expedições militares para desmobilizar o movimento organizado na localidade de Taquaruçu. Após algumas ações malogradas, em fevereiro de 1914 essa comunidade foi destruída. Além

dos guerreiros de São Sebastião, mulheres, crianças e idosos foram mortos. O massacre figurou como questão fundamental para fortalecer o movimento. A partir desse episódio, os fiéis começaram a expandir suas ações. Novos pontos rebeldes se multiplicaram na região, por meio da proliferação das chamadas cidades santas, ou redutos, na linguagem militar: Caraguatá, Bom Sossego, Pedra Branca, Papudo, Aleixo, São Pedro, Tavares e a famosa Santa Maria compunham um cenário complexo de vilas espalhadas pelo planalto catarinense sob a inspiração de João Maria e de São Sebastião. O raio de domínio dos sertanejos rebeldes chegou a atingir 28 mil quilômetros quadrados, e a maior das cidades – Santa Maria – teve uma população estimada em 25 mil pessoas distribuídas em 5.500 casas, o que lhe rendeu a comparação com Belo Monte em Canudos.

Em suas ações, os sertanejos do Contestado construíram pauta de reivindicações elaboradas a cada nova ação de combate. Entre as exigências constavam a deposição política de coronéis da região, a resolução do litígio de limites territoriais favorável à Santa Catarina, o deslocamento da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, madeireira e colonizadora de terra multinacional instalada na região, a punição dos crimes cometidos contra mulheres e crianças mortas em ações militares, a distribuição e o reconhecimento de título de propriedade de terras aos sertanejos e a deposição do presidente da República, Hermes da Fonseca.

Estima-se que o movimento dominou uma área com aproximadamente 80 mil pessoas. A expansão do movimento, bem como suas reivindicações, preocupou não apenas os governantes dos estados do Paraná e de Santa Catarina, como também a imprensa nacional da época e o presidente Hermes da Fonseca. Periódicos da capital federal, como *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Fon-Fon*, *Careta* e *O Malho* foram alguns dos meios que noticiaram o conflito do Contestado. Além disso, a importante revista militar *A Defesa Nacional*, criada pelos chamados “jovens turcos” em outubro de 1913, cobriu ativamente a atuação do Exército no Contestado.

Denunciou-se na imprensa o perigo de repetir-se no Sul do Brasil o ocorrido em Canudos pouco mais de uma década antes. Os ataques tinham como mira o governo federal

liderado por Hermes da Fonseca, mas também as ações do Exército na repressão ao conflito. Apontada como despreparada bélica e ideologicamente, a corporação militar não gozava de grande prestígio social à época. Desde a proclamação da República tentava-se implementar as reformas que dariam novo ânimo às forças armadas e as equipariariam às suas congêneres na América Latina. O projeto de modernização do Exército contemplava a contratação de missão militar estrangeira – alemã ou francesa – para treinar os oficiais brasileiros, a renovação dos equipamentos bélicos, tidos como obsoletos, e a reforma e a expansão dos quartéis militares, entre outras questões. O ponto máximo da reforma seria a aprovação da lei que acabaria com o sistema de recrutamento militar voluntário por outro que fosse por sorteio. A lei foi aprovada em 1908, mas, por falta de apoio político, só foi colocada em prática em 1916.

Nesse contexto, a atuação do Exército na Guerra do Contestado reacendeu a discussão da lei do sorteio ao colocar a doutrina militar na ordem do dia. Contribuiu para tal audiência a atuação da Liga de Defesa Nacional, criada em 1914 com a intenção de despertar o sentimento patriótico na juventude brasileira, tendo como referência o ingresso dessa parcela da sociedade nas forças armadas, além da eclosão da Primeira Guerra Mundial no cenário europeu.

Incapazes de solucionar o conflito e almejando benefícios políticos, em agosto de 1914, os presidentes do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, e de Santa Catarina, Vidal Ramos davam ao governo e ao Exército as armas necessárias para planejar uma grande operação de guerra no Sul do Brasil. Sob o comando do general Fernando Setembrino de Carvalho, a Campanha do Contestado figurou como laboratório e vitrina para o projeto de modernização do Exército brasileiro.

A CAMPANHA MILITAR

Ao deslocar-se para o Sul do Brasil, Setembrino de Carvalho mobilizou aproximadamente seis mil soldados, contratou mais de dois mil civis – denominados vaqueanos – para auxiliar o Exército, e desfalcou os cofres públicos para promover na

região grandes manobras militares, mobilizar equipamentos importados e restaurar a imagem pública do Exército brasileiro, imaginado pela população como espaço de banditismo, de práticas homossexuais e de castigo corporal.

No campo de batalha, Setembrino de Carvalho soube manejar com destreza a tecnologia fotográfica e usá-la em prol dos interesses militares: montou álbum com mais de 80 fotos das ações do Exército no Contestado e as fez publicar em sua maioria na prestigiada revista *Fon-Fon*. Com essa estratégia desacreditava as informações publicadas nos jornais de oposição que denunciavam massacres, estupros e despreparo dos soldados nas ações de guerra. Nas imagens selecionadas, o Exército brasileiro era equiparado ao alemão: equipamento de primeira linha, soldados uniformizados e disciplinados. Em suma, um exército desejado, pronto para receber os jovens brasileiros em suas fileiras e torná-los verdadeiros patriotas, tal como pregava o poeta Olavo Bilac em sua peregrinação em nome da Liga de Defesa Nacional.

Ao deixar a região em maio de 1915, o governo federal havia desmobilizado totalmente o movimento do Contestado, prendido a maioria dos líderes, garantido o *status quo* dos políticos locais, protegido os interesses da madeireira e colonizadora multinacional e equipado belicamente os coronéis e seus capangas. As últimas operações militares ficaram sob o comando do capitão Vieira da Rosa, oficial catarinense e intelectual afamado no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. A maior parte do efetivo sob o comando desse oficial era composta por vaqueanos, ou seja, antigos coronéis e jagunços inimigos diretos dos sertanejos. Distante do olhar da imprensa, com a retirada da força federal, as ações de violência na região foram intensificadas de tal forma que um dos maiores pesquisadores do movimento – Maurício Vinhas de Queiroz – denominou essa fase “açougue do Contestado”.

O ano de 1916 é registrado, oficialmente, como o fim do conflito social no Sul do Brasil. Nesse ano ocorreu a prisão do último grande líder do movimento – Adeodato Ramos – e foi assinado o tratado de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina. Esse evento ocorreu no salão nobre do palácio presidencial no Catete, no Rio de Janeiro, e foi

aclamado pela imprensa como marco da pacificação do conflito. Na ocasião da assinatura do acordo estiveram presentes o então presidente da República, Venceslau Brás, o presidente do Paraná, Afonso Alves de Camargo, e o de Santa Catarina, Felipe Schmidt, além de outras autoridades civis e militares. Nesse mesmo ano ocorreu o primeiro sorteio militar nas forças armadas brasileiras e foi publicado o primeiro volume – de uma série de três – da história da Campanha do Contestado, escrita por um oficial do Exército que participou da ação militar, Dermeval Peixoto. O autor foi totalmente influenciado pela leitura do clássico *Os sertões* de Euclides da Cunha. Na escrita de Peixoto, o Contestado ressurgiu das cinzas de Canudos, com a diferença que nas ações militares desenvolvidas no Sul do Brasil entre 1912-1916 o Exército Brasileiro renasceu forte e vigoroso.

Rogério Rosa Rodrigues

FONTES: BEATTIE, P. *Tribute;* ESPIG, M. *Presença*; GALLO, I. *Contestado;* MACHADO, P.; ESPIG, M. *Guerra;* MACHADO, P. *Lideranças*; MCCANN, F. *Soldados*; MONTEIRO, D. *Errantes*; PEIXOTO, D. *Campanha* (v.3); QUEIROZ, M**.** *Messianismo*; RODRIGUES, R. *Veredas.*

GUERREIRO, LUÍS TAVARES

*militar; rev. 1930; junta gov. RN 1930.

Luís Tavares Guerreiro nasceu em São José do Mipibu (RN) no dia 1º de outubro de 1881.

Sentou praça em junho de 1898, sendo promovido a aspirante em fevereiro de 1907, a segundo-tenente em dezembro do ano seguinte e a primeiro-tenente em junho de 1917. Foi instrutor do Colégio Militar de Barbacena (MG) entre outubro desse ano e novembro de 1918 e recebeu a patente de capitão em junho de 1921. Nos anos seguintes, participou da repressão à Revolta de 1924 e à Coluna Prestes.

Major em maio de 1929, ocupava o cargo de subcomandante do 29º Batalhão de Caçadores (BC), em Natal, quando eclodiu a Revolução de 1930. Participando ativamente desse movimento, tornou-se o comandante militar das tropas rebeldes sediadas na capital potiguar e presidiu, entre 6 e 12 de outubro, a junta governativa integrada pelo capitão Abelardo Torres da Silva Castro e pelo tenente Júlio Perouse Pontes, que assumiu o poder no estado. Em seguida, Irineu Joffily passou a responder pelo governo estadual como interventor federal.

Participou ainda do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, atuando do lado das forças legalistas entre agosto e setembro desse ano. Foi promovido a tenente-coronel em junho de 1933, passando a servir no 24º BC, em São Luís.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1958.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CASCUDO, L. *História*; *Grande encic. Delta*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); POPPINO, R. *Federal*; SILVA, R. *Bacharéis.*

GUILLON, Francisco Alberto
*dep. fed. RS 1897-1900.

Francisco Alberto Guillon nasceu no Maranhão em 21 de setembro de 1851, filho de Henrique de Brito Guillon e de Rosa Mariana Ribeiro Guillon.
Assentou praça em 1º de dezembro de 1866, tonando-se alferes em 8 de janeiro de 1876. Foi promovido a segundo-tenente em 31 de janeiro de 1877 e a capitão em 25 de julho de 1880. Em 27 de novembro de 1882 casou-se, no Rio Grande do Sul, com Águeda Francelina Salgado. Ainda durante o Império, tornou-se professor da Escola Militar de Porto Alegre e, com a nomeação de Gaspar Silveira Martins para a presidência da província do Rio Grande do Sul em 1889, foi demitido do cargo, com a justificativa de reforçar a ordem e disciplina da tropa. Contudo, as demissões significaram uma tentativa de diminuir a influência do republicanismo na tropa, doutrina que Francisco Alberto Guillon já defendia nos meios militares.
Após a proclamação da República (15/11/1889) continuou a carreira militar e foi promovido a major em 7 de janeiro de 1890. Com o novo regime, foi nomeado chefe de polícia no Rio Grande do Sul em 22 de novembro de 1890. Permaneceu no cargo até 11 de novembro do ano seguinte e, 10 dias depois, chegou a tenente-coronel graduado, sendo promovido a tenente-coronel efetivo em 13 de janeiro de 1892. Durante sua atividade militar, fez o curso de engenharia, tornando-se doutor em matemática e ciências físicas.
Em janeiro de 1897 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano. Foi reeleito em 1900, iniciou em maio o novo mandato, mas não o concluiu, pois faleceu ainda nesse ano. Em seu lugar, foi eleito Francisco Antônio de Moura.
Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em setembro de 1900.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. PUB. PORTO ALEGRE. Registro de casamento da Igreja das Dores, *(livro 2, p. 88);* CASTRO, C. *Militares*; POL. CIV. RS. *A história da polícia gaúcha.* Disponível em: <http://www.pc.rs.gov.br/upload/1293122838_historia_da_policia_civil.pdf>. Acesso em: 15/8/2011.

GUIMARÃES, Adalberto

*dep. fed. BA 1897-1903.

Manuel Adalberto de Oliveira Guimarães nasceu em Valença (BA) no dia 17 de junho de 1860, filho do coronel José de Oliveira Guimarães e de Leopoldina Rosa de Pinho Guimarães. Seu irmão Venceslau Guimarães foi deputado e senador estadual na Bahia por longo período.

Concluiu os estudos preparatórios no Colégio da Bahia, na época dirigido pelo filólogo e educador Ernesto Carneiro Ribeiro. Em 1884 formou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Ainda como acadêmico estreou no júri de Pernambuco, revelando dotes oratórios. De volta à Bahia, no governo de José Gonçalves da Silva (1890-1891) exerceu as funções de promotor público em Valença, juiz preparador em Belmonte e delegado de polícia em Salvador.

Iniciou-se na política pelo Partido Liberal, sendo eleito deputado estadual por três legislaturas consecutivas a partir de 1893. Foi escolhido segundo-secretário da Câmara estadual em 1893, primeiro-secretário de 1895 a 1896 e presidente da casa em 1897. Renunciou nesse ano por ter sido eleito deputado federal para a legislatura 1897-1899. Reelegeu-se para as duas legislaturas seguintes, 1900-1902 e 1903-1905, mas não chegou a completar o último mandato.

Poeta, jornalista e literato, a crítica foi sua especialidade. Clóvis Beviláqua, Martins Júnior, Nilo Peçanha e Anísio de Abreu foram seus contemporâneos.

Faleceu no exercício do mandato, no Rio de Janeiro, a 29 de junho de 1903.

Casado com Atalá Drummond de Guimarães Macedo, teve seis filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ASSEMB. LEGISL. BA; *Bahia, Diário de Noticias, Correio da Tarde* (30/6, 1/7/1903). Dr. Adalberto Guimarães; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. MUN. VALENÇA. Disponível em: <http://www.cmvalenca.ba.gov/memorial_personalidades_conteudo.asp>. Acesso

em: 28/8/2009; *Diário Oficial do Estado da Bahia;* MONTEIRO, R. *Baianos* (v. 13, p. 56-61); *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. (1906, p. 56-61).

GUIMARÃES, Carlos Eugênio de Andrade

* militar; min. STM 1908-1919; min. Guerra 1909.

Carlos Eugênio de Andrade Guimarães nasceu na antiga província do Rio de Janeiro no dia 5 de setembro de 1851.

Assentou praça na Escola Militar em 22 de janeiro de 1866 e participou da campanha do Paraguai entre os anos de 1868 e 1870. Por sua atuação, recebeu a medalha da Guerra do Paraguai, as medalhas da República Argentina e da República do Uruguai, também comemorativas da campanha, e a medalha de Ouro, pelos bons serviços militares.

Formou-se em engenharia militar e bacharelou-se em matemática e ciências físicas. Pertencendo ao Corpo de Engenheiros Militares, foi promovido a segundo-tenente em 18 de outubro de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870, e foi efetivado em 31 de janeiro de 1872. Nos anos seguintes foi promovido a primeiro-tenente em 23 de janeiro de 1873, a capitão em 31 de maio de 1875, a major em 25 de junho de 1880, a tenente-coronel em 7 de janeiro de 1890, a coronel em 21 de março de 1891, e a general de brigada em 12 de julho de 1895. Em 1896, assumiu o cargo de diretor-geral de obras militares.

Naquele mesmo ano, teve início o conflito de Canudos, arraial situado no sertão baiano. Após três expedições fracassadas, enviadas em fins de 1896 e em janeiro e março de 1897, o governo federal decidiu organizar um novo grupo com o intuito de derrotar Antônio Conselheiro, líder do movimento sócio-religioso, e seus seguidores. O comando da quarta expedição a Canudos coube ao general de brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães, e as forças foram divididas em duas colunas: a primeira, sob a liderança do general João da Silva Barbosa; a segunda, sob a responsabilidade do general Cláudio do Amaral Savaget. Posteriormente este último foi substituído interinamente pelo coronel Joaquim Manuel de Medeiros e, por fim, por Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, que era irmão do general Artur Oscar.

O general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães havia sido nomeado para servir na força expedicionária em 17 de agosto, e no dia 30 daquele mês partiu da cidade de Salvador

acompanhando o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, que decidira acompanhar pessoalmente a ação militar. Sob o comando do general seguiram tropas formadas pelo 1º e 2º Corpos da Polícia do Pará e pelo 1º Batalhão do Amazonas, enviadas em reforço àquelas que já lutavam no arraial de Canudos. No trajeto, cumpriram um roteiro que incluiu a passagem pelas localidades de Queimadas, onde permaneceram entre 1º e 3 de setembro, Cansanção, entre os dias 4 e 7, Monte Santo, que se tornou a base das operações militares, entre os dias 8 e 25, e, finalmente, Canudos, aonde chegaram no dia 26. No dia seguinte, Carlos Eugênio de Andrade Guimarães assumiu o comando da segunda coluna, composta pelas 4ª, 5ª e 6ª brigadas, permanecendo no sertão baiano até o final dos combates, em outubro de 1897.

Em 1901, Carlos Eugênio de Andrade Guimarães dirigiu o Serviço de Engenharia e Comunicações do Exército. Em 3 de outubro do ano seguinte, foi promovido a general de divisão. Assumiu depois o comando da Escola Militar do Brasil, e, em 1907, o do 6º Distrito Militar. Em 26 de março de 1908, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), tomando posse no cargo no dia 29 do mês seguinte.

Com a morte, em 14 de junho de 1909, de Afonso Pena, que presidira o Brasil de 15 de novembro de 1906 até aquela data, assumiu o governo federal Nilo Peçanha (1909-1910). No dia 18 daquele mês Carlos Eugênio de Andrade Guimarães foi designado ministro da Guerra, sucedendo ao general Luís Mendes de Morais. São da época de sua administração, entre outros, regulamentos para o Laboratório Químico Farmacêutico Militar (Decreto n.º 7.454, de 8 de julho de 1909), para a instrução e serviço interno dos corpos do Exército (Decreto n.º 7.459, de 15 de julho de 1909), e para a Divisão de Fundos da Secretaria de Estado da Guerra (Decreto n.º 7.460, de 15 de julho de 1909). Ainda durante sua gestão se restabeleceram, no Ministério da Guerra, a denominação Secretaria de Estado da Guerra, e, no respectivo serviço, a de Diretoria de Contabilidade da Guerra, designações essas que haviam sido extintas em maio anterior. Contudo, sua permanência no cargo de ministro foi curta, encerrando-se a 16 de outubro de 1909. Seu sucessor foi o general José Bernardino Borman.

Foi reformado em 6 de dezembro de 1911 e afastado do posto de ministro do STM em 28 de junho de 1919, por ter sido posto em disponibilidade,.

Foi, ainda, diretor da Escola de Guerra e do Comando Geral da Artilharia.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1920.

Era casado com Santalina de Andrade Guimarães, com quem teve cinco filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ACAD. MIL. AGULHAS NEGRAS. *Comandantes da AMAN*. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=142&Itemid=155>. Acesso em: 2/5/2011; <http://bicentenario.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=34>. Acesso em: 2/5/2011; ALMEIDA, C. *Olho*; BARROS, F. *Álbum; Diário Oficial da União* (11/7/1909. Seção I, p. 5061, 17/7/1909. Seção I, p. 5195, 20/7/1909. Seção I, p. 5251; *Jornal do Brasil* (17/9/1920, p. 8); *Jornal do Comércio* (17/9/1920, p. 6); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 42); LOPES, T.**;** TORRES, G. *Ministros* (p. 164-167); MARTINS, P. *Amazônia*; MILTON, A. *Campanha*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1907); SUP. TRIB. MIL. DIR. DOC. DIV. SEÇÃO DE MUS. *Ministros do STM* (1808-2011). Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.

GUIMARÃES, Carlos

*pres. SP 1913-1915.

Carlos Augusto Pereira Guimarães nasceu em Paraibuna (SP) no dia 15 de janeiro de 1862, filho do desembargador Francelino Adolfo Guimarães e de Antônia Margarida Muniz Barreto Guimarães.

Após fazer os primeiros estudos, começou os preparatórios no Ateneu Catarinense em 1875, mas concluiu-os no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Ingressou nessa faculdade em 1879, e recebeu o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1883. Logo depois de formado foi nomeado promotor público da comarca de Jundiaí (SP), exercendo o cargo de dezembro de 1883 até princípios de 1888. Transferindo-se para Itatiba (SP), abriu um escritório de advocacia, foi membro do diretório local do Partido Republicano Paulista (PRP) e delegado de polícia logo após a proclamação da República (15/11/1889). Em janeiro de 1890 foi nomeado juiz de direito de Jundiaí e exerceu a função por dois anos, após o que foi removido, a pedido, para a comarca de Mococa.

Em fins de 1892 foi nomeado juiz de direito da 1ª Vara da importante comarca de Campinas (SP), na qual permaneceu até abril de 1896. Após pedir demissão desse cargo, foi logo eleito vereador à Câmara Municipal de Campinas e, posteriormente, seu presidente. Exerceu também a presidência do diretório local do PRP por vários anos. Em 1º de dezembro de 1897 foi eleito deputado estadual em São Paulo. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Assembleia Legislativa, então Câmara dos Deputados de São Paulo, e tornou-se presidente da Comissão de Justiça. Em 11 de abril de 1899 foi eleito presidente da Casa, logo após a renúncia de Luís de Toledo Piza e Almeida. No ano seguinte foi reconduzido à presidência, e em 31 de dezembro foi reeleito deputado estadual. Ao iniciar seu novo período legislativo em 1901, foi novamente presidente da Câmara estadual, até 9 de setembro de 1901, quando, em virtude da cisão do PRP, renunciou à função, na qual foi substituído por Antônio de Pádua Sales.

A crise dentro do partido surgiu quando era discutida a sucessão de Rodrigues Alves na

presidência do estado de São Paulo. A candidatura de Cerqueira César, prestigiada por Prudente de Morais, parecia ser a vitoriosa no PRP, mas Campos Sales, então presidente da República (1898-1902), resolveu apoiar o nome de Bernardino de Campos, que acabou sendo eleito no ano seguinte. Integrando a dissidência comandada pelo deputado e jornalista Júlio Mesquita, seu amigo e colega de faculdade, Carlos Guimarães resolveu não se candidatar na legislatura seguinte e passou a se dedicar apenas aos seus negócios.

Iniciado o governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908) em São Paulo, e pacificado o PRP, Carlos Guimarães foi mais uma vez eleito deputado estadual no pleito realizado em dois turnos, em fevereiro e março de 1907. Assumiu sua cadeira em 14 de abril seguinte e passou a integrar a Comissão de Finanças, da qual se tornou presidente. No início do governo de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins (1908-1912), sucessor de Jorge Tibiriçá, foi nomeado secretário do Interior. Assumindo a pasta em 1° de maio de 1908, preocupou-se com a saúde pública e a instrução escolar nos três níveis, primária, secundária e superior do estado. Diante do alto valor pago pelo governo estadual em aluguéis para abrigar escolas, decidiu construir prédios escolares em larga escala, na capital e no interior. Para tanto, propôs a Albuquerque Lins uma grande operação de crédito, no valor de dez mil contos, que foi aprovada. Ao deixar a secretaria, em 25 de novembro de 1911, as escolas primárias do estado tinham 126.639 alunos matriculados. De janeiro a maio desse ano foi ainda secretário interino da Fazenda, quando da licença do titular Olavo Egídio de Sousa Aranha.

Quando da sucessão de Albuquerque Lins, por indicação de Júlio Mesquita, a maioria da comissão diretora do PRP deveria homologar a candidatura de Carlos Guimarães, mas a interferência do presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) em diversas unidades da federação, inclusive com a ameaça de intervenção em São Paulo, fez com que Mesquita concordasse com o apelo para o partido lançar o nome do ex-presidente da República Rodrigues Alves, e assim poder se contrapor ao autoritarismo do governo federal. O nome de Carlos Guimarães foi então escolhido para integrar a chapa como vice-presidente. Ambos foram eleitos para o período governamental de 1912 a 1916, e em 1912,

quando Albuquerque Lins passou o poder para Rodrigues Alves, declarou que “fora muito fecunda e atividade empregada em todos os ramos da Secretaria do Interior, que tem como materiais capitais da sua ação administrativa a instrução e saúde pública”.

Em 1913, tendo sido atacado por grave enfermidade, Rodrigues Alves acabou sendo obrigado, por prescrição médica, a se licenciar do governo. Assim sendo, Carlos Guimarães assumiu seu lugar, tendo exercido a chefia interina do Executivo de São Paulo de 11 de outubro de 1913 a 4 de janeiro de 1915. Coube-lhe na época interceder junto a Júlio Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, para que assumisse a cadeira de senador estadual, para a qual havia sido eleito em 1º de março de 1912 na vaga aberta pelo falecimento de Cerqueira César, já que o jornalista protelava a posse. Após superar comentários de que menosprezava o Senado de São Paulo, finalmente, para desfazer a intriga e atender ao amigo que ocupava o governo paulista, Júlio Mesquita acabou prestando juramento como senador em 30 de dezembro de 1913.

Ao término do mandato de vice-presidente do estado em 1º de maio de 1916, Carlos Guimarães afastou-se da política, passando a se dedicar exclusivamente à iniciativa privada, como proprietário rural e membro da diretoria do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, a que pertenceu de novembro de 1915 até morrer, e na qual ocupou os postos de superintendente e vice-presidente. Foi ainda presidente da Estrada de Ferro de Mato Grosso e da Associação Bancária.

Faleceu em São Paulo no dia 20 de fevereiro de 1927.

Foi casado, em primeiras núpcias, com Elisa Muniz de Sousa. Viúvo, casou em segundas núpcias com Maria Engler Guimarães, com quem teve dez filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (21/2/1927); DUARTE, P. *Julio*; EGAS, E. *Galeria* (v.3); RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*.

GUIMARÃES, Domingos

*dep. fed. BA 1903-1911.

Domingos Rodrigues Guimarães nasceu em 24 de novembro de 1849 na fazenda Itacanoeira, propriedade de seus avós, na vila de São Jorge, município de Ilhéus (BA), filho de Domingos Antônio Rodrigues Guimarães, negociante, e de Virgínia Maria Pereira Guimarães.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Sebrão, em Salvador, e em 1865 seguiu para Recife, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Bacharelou-se em 1869. No ano seguinte foi nomeado suplente de juiz municipal em Salvador, em dezembro de 1871 foi promovido a promotor público, e em seguida tornou-se juiz municipal de Cachoeira, até 14 de dezembro de 1875. Em 1877 foi nomeado juiz de direito de Xique-Xique e em 1879 foi transferido para Pouso Alto (MG). Foi o primeiro juiz no Brasil a cumprir a lei de 7 de novembro de 1811, que abolia o tráfico de africanos.

De 1885 a 1889 foi chefe de Polícia de Salvador. Nesse período, em 6 de outubro de 1887, foi condecorado com a Ordem da Rosa, e em fevereiro de 1888 foi nomeado vice-presidente da província da Bahia. Consultado nesse mesmo ano pelo barão de Cotegipe para assumir a presidência de Sergipe, recusou. Logo em seguida o conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz ofereceu-lhe a presidência de Minas Gerais pelo Partido Conservador, mas o convite foi novamente recusado. Em 1889 foi nomeado juiz da Provedoria em Salvador.

Com o advento da República, viajou para a Europa e lá permaneceu quatro anos. Em 1899 foi eleito intendente municipal em Salvador e participou da luta política à frente do *Diário de Notícias*, cuja direção assumiu. Eleito deputado federal pela primeira vez em 1903, para a legislatura 1903-1905, renovou o mandato para os períodos 190-1908 e 1909-1911, mas renunciou quando teve seu nome indicado para concorrer à sucessão do governador Araújo Pinho (1908-1911) em oposição a J. J. Seabra.

Faleceu em Salvador, no dia 15 de julho 1914.

Casou-se três vezes: primeiro com Delfina Dutra da Rocha Guimarães, com quem teve um filho; depois com a cunhada Maria Luísa Dutra da Rocha Guimarães, com quem teve dois filhos, e finalmente com Maria Ana Walsh Guimarães, com quem teve três filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 131, 299); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n. 263, p.66,67,71, 1964); *Tarde, Diário da Bahia, Gazeta de Notícias, Gazeta do Povo, Jornal Moderno, Estado (15,16/7/1914).* Dr. Domingos Guimarães.

GUIMARÃES, Francisco de Paula

* const. 1891; dep. fed. BA 1891-1908.

Francisco de Paula Oliveira Guimarães nasceu em Salvador no dia 6 de agosto de 1852, filho de Antônio Ferreira de Oliveira Guimarães e de Ana Hermília Guimarães Machado.

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador e em seguida matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de bacharel em 1873. Depois de formado ingressou no Corpo de Saúde do Exército, onde iniciou carreira como tenente segundo cirurgião. foi promovido a capitão primeiro cirurgião em 1885, e a major cirurgião-mor de brigada e a tenente-coronel em 1890.

Quando das eleições realizadas em 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, foi indicado candidato pelo Clube Militar da Bahia e logrou conquistar uma cadeira de deputado. Nos trabalhos constituintes teve uma participação efetiva. Aprovou o ato do governo provisório que mandou eliminar dos arquivos públicos os documentos relativos à escravidão no Brasil e posicionou-se a favor da completa liberdade religiosa, defendendo a ideia de que o governo federal não deveria intervir nem em relação aos estados, nem em relação aos cidadãos. Defendeu que fosse dada aos estados liberdade para regulamentar a questão religiosa da forma que melhor entendessem, nos termos da emenda apresentada pelo deputado baiano Inácio Tosta. Protestou, inclusive, contra a proibição do direito de voto aos religiosos, pois entendia que "ninguém pode ser declarado incompatível por ser ministro ou crente de uma religião". Votou a favor da emenda de organização judiciária proposta por seu colega de bancada Anfilófio de Carvalho.

Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Votou, também,

a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos estados um adicional de 15% sobre as importações. Apoiou a emenda do senador Virgílio Damásio, que propunha a concessão de uma pensão vitalícia a dom Pedro II. Defendeu que os atos do governo provisório só poderiam ser alterados ou revogados pelo Congresso em legislatura ordinária. Colocou-se contra a emenda de Nilo Peçanha que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sidos nomeados pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou que houvessem exercido o governo local até quatro meses antes das eleições. Considerava que o assunto dizia respeito unicamente aos estados e que a Assembleia não tinha condição moral para tratar do tema, pois havia desincompatibilizado o marechal Deodoro.

Foi um dos que propuseram a criação do Supremo Tribunal Militar, colocando-se contra o recrutamento compulsório, a isenção pecuniária e as substituições individuais, e a favor do sorteio após prévio alistamento. Apoiou a emenda do deputado Batista Mota, que estabelecia a nacionalização da navegação de cabotagem, e a mensagem-moção apresentada pelo deputado Ramiro Barcelos, que pedia ao marechal Deodoro e a todo o governo provisório para que permanecesse no poder. Votou também a favor da moção corretiva de Ramiro Barcelos que reservava à Assembleia unicamente poderes constituintes.

Promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893. Ao final da legislatura obteve sucessivas reeleições, que lhe garantiriam uma cadeira na Câmara até dezembro de 1908. Entre dezembro de 1896 e dezembro de 1899 exerceu cumulativamente o mandato de intendente de Salvador. Em 1902 foi promovido a coronel e em 1904 a general de brigada graduado. Integrou na Câmara várias comissões, entre elas a de Orçamento, da qual foi relator, e foi também presidente da Casa de 1903 a 1907. Ao encerrar o seu

último período na presidência foi alvo de várias homenagens por parte de todas as bancadas dos diversos estados, inclusive da oposição. Considerado um conciliador, que buscava sempre o entendimento, que nunca se utilizou das prerrogativas da presidência para obter ganhos pessoais ou para atacar seus eventuais adversários, era por isso mesmo acatado por todas as bancadas. Ainda no desempenho de seus mandatos buscou sempre prestigiar sua terra natal, conseguindo, entre outras vitórias pessoais, o reconhecimento pelo governo federal da Escola Comercial, que, em decorrência, passou a receber subvenção. Foi também o responsável pela aprovação e liberação de verbas para a conclusão das obras de recuperação do prédio da Faculdade de Medicina da Bahia.

Com a cisão do Partido Republicano da Bahia em 1907, resolveu manter-se neutro, sem apoiar a Luís Viana ou Severino Vieira. Essa decisão terminou por lhe custar a reeleição para a legislatura 1909-1911.

Foi irmão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, sócio benemérito do Centro Operário, e sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Faleceu em Salvador no dia 23 de abril de 1909.

Casou-se com Maria Cândida Guimarães, com quem teve três filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, B. *Elogio* (p.97-104); *Bahia* (23,24/4/1909). Dr. Paula Guimarães*;* BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário da Bahia* (24,25/4/1909). General Dr. Francisco de Paula O. Guimarães; *Gazeta do Povo* (23, 24/4/1909). General Dr. Paula Guimarães*; Jornal de Notícias* (11/1/1907). De viagem, Dr. Paula Guimarães e General Dr. Paula Guimarães; PRAZERES, O. *Bahia*; RUI, A. *História*.

GUIMARÃES, Francisco Granadeiro

*dep. fed. SP 1897-1898.

Francisco Granadeiro Guimarães nasceu em São Paulo.

Formou-se na Faculdade de Direito da capital paulista.

Em janeiro de 1897 foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo e em maio seguinte assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Nos primeiros meses de 1898 renunciou ao mandato, sendo substituído em julho por Antônio Dino da Costa Bueno.

Foi também delegado de polícia na cidade de São Paulo.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva

* pres. RJ 1917.

Francisco Xavier da Silva Guimarães foi coronel do Exército.

Em dezembro de 1909 foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro pelo primeiro distrito eleitoral, com sede em Niterói (RJ), na chapa do Partido Republicano Fluminense (PRF). No início dos trabalhos legislativos de 1910, participou do chamado "caso fluminense". O acontecimento consistiu no lançamento de duas candidaturas à sucessão estadual em julho de 1910 em que se encontraram, de um lado, Alfredo Backer e seus partidários, defendendo a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana e, de outro, Nilo Peçanha e correligionários apoiando o candidato Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Em agosto, realizada a eleição, cada grupo reivindicou a vitória de seu candidato. O impasse levou à intervenção do então presidente da República, Hermes da Fonseca (1910- 1914), que, em dezembro, empossou o candidato nilista Oliveira Botelho na presidência do estado do Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1911, Francisco Xavier da Silva Guimarães ingressou no Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), surgido da fusão do PRF com o Partido Republicano Conservador (PRC). Iniciados os trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), integrou, até o ano seguinte, a Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Colonização. Em dezembro de 1912 foi reeleito deputado estadual na legenda do PRCF.

Em 1913, retornou ao PRF, agremiação que passou a abrigar a corrente nilista, da qual fazia parte, enquanto o PRCF assumiu o papel de oposição. No pleito de 12 de julho de 1914, para a escolha do sucessor do presidente do estado do Rio de Janeiro Oliveira Botelho (1910-1914), foi eleito primeiro vice-presidente estadual na chapa do PRF, encabeçada por Nilo Peçanha. Essa eleição foi marcada pela dualidade de assembleias no estado, ou seja, formou-se uma assembleia integrada pelos deputados partidários de Nilo Peçanha e outra pelos partidários de Feliciano Sodré, candidato de Oliveira Botelho. Os dois candidatos

foram declarados vencedores e reconhecidos pelas respectivas assembleias. A contenda só foi resolvida quando o presidente da República Venceslau Brás, empossado em 15 de novembro de 1914, assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado do Rio de Janeiro.

Mesmo eleito vice-presidente estadual, continuou na ALERJ, sendo novamente eleito, nos dois últimos anos dessa legislatura, membro da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Colonização. Em 1915, não concorreu a mais uma reeleição.

Em 7 de maio de 1917, assumiu a presidência do estado do Rio de Janeiro depois que Nilo Peçanha renunciou ao governo para assumir o Ministério das Relações Exteriores a convite do presidente Venceslau Brás. Contudo, mas ficou no poder cerca de um mês, pois faleceu em 19 de junho. Em seu lugar assumiu Agnelo Gerard Collet (1917-1918), terceiro vice-presidente, já que o segundo vive-presidente Antônio Leite Pinto também havia falecido.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/francisco_guimaraes.html> . Acesso em: 22/3/2011; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 22/3/2011; FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*.

GUIMARÃES, Genaro Lins de Barros

*dep. fed. PE 1930.

Genaro Lins de Barros Guimarães foi deputado estadual em Pernambuco de 1925 a 1928. Em 1930 foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

No campo jornalístico, foi redator do jornal *O Estado de Pernambuco*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. PERNAMBUCO. Disponível em: < http://www.alepe.pe.gov.br>. Acesso em: 25/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

GUIMARÃES, João Pinto
* dep. fed. RS 1894-1896.

João Pinto da Fonseca Guimarães Filho nasceu em Porto Alegre no dia 11 de fevereiro de 1878, filho do coronel João Pinto da Fonseca Guimarães e de Zulmira Lara Palmeiro da Fontoura Guimarães. Seu irmão José Pinto da Fonseca Guimarães foi diplomata.

Iniciou suas atividades profissionais dedicando-se ao comércio na capital gaúcha, ganhando grande destaque nessa atividade.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), tornou-se chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em Porto Alegre. Nesse período, o PRR era liderado por Júlio de Castilhos, principal figura republicana do estado. Em 1892 foi eleito deputado estadual e reeleito sucessivamente até 1894. Nesse mesmo ano elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceu até o final da legislatura, em dezembro de 1896.

De volta a Porto Alegre, dedicou-se ao jornalismo, tornando-se diretor da *Revista Educação e Ensino* em 1913. Também se dedicou aos estudos genealógicos, sendo fundador do Instituto Rio-Grandense de Estudos Genealógicos em 1936.

Faleceu em Porto Alegre em 11 de novembro de 1936.

Foi casado com Alice Tavares. Sua filha Zulmira Guimarães Cauduro, conhecida como Mila Cauduro, foi membro da Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul e uma das fundadoras do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Publicou *O Rio Grande do Sul para as escolas* (1896), *Genealogia Rio-Grandense*, em colaboração com Jorge Felizardo (1936). Após sua morte, vários trabalhos seus foram publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, como *Alexandre Magalhães* (1948), *João de Magalhães* (1950), e *Apolinário José G. Porto Alegre* (1950).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARTINS, A. *Escritores.*

GUIMARÃES, JOÃO

*dep. fed. RJ 1918-1923 e 1930; const. 1934; dep. fed. RJ 1935-1937.

João Antônio de Oliveira Guimarães nasceu em Campos (RJ) no dia 25 de abril de 1874, filho de Antônio de Oliveira Guimarães e de Genoveva Leite da Silva Guimarães.

Fez os cursos primário e secundário no Colégio Alberto Brandão, em Vassouras (RJ), e no Liceu de Humanidades, em sua cidade natal. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em dezembro de 1894.

Retornando a Campos, atuou como promotor público até 1897, ano em que foi eleito vereador. Exerceu o mandato até 1899 e em seguida dedicou-se à advocacia. Após ter sido mais uma vez eleito vereador na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF), assumiu o mandato em 1907 e foi eleito presidente da Câmara Municipal de Campos. Alinhado ao grupo chefiado por Nilo Peçanha, no decorrer desse período legislativo, que se encerrou em 1909, rompeu politicamente com o presidente do estado do Rio de Janeiro, Alfredo Backer, passando a combatê-lo.

Em 1910 foi eleito simultaneamente deputado estadual e primeiro vice-presidente do estado do Rio de Janeiro, e no final do ano foi escolhido presidente da Assembleia Legislativa fluminense. Em 1911 passou a integrar a comissão executiva do PRF, à qual pertenceria até 1917. Nas duas legislaturas subsequentes, de 1912 a 1914 e de 1915 a 1917, reelegeu-se deputado estadual, sempre na legenda do PRF, mantendo-se na presidência da Assembleia Legislativa durante todo o período.

Eleito deputado federal no início de 1918, assumiu o mandato em maio e no ano seguinte passou a integrar as comissões de Finanças e de Poderes da Câmara dos Deputados. Representou o estado do Rio em 1919, no Congresso de Geografia realizado em Belo Horizonte, e em 1920, no Congresso de Limites Interestaduais realizado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Na ocasião, foi signatário dos acordos de fixação das fronteiras dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Reeleito deputado federal, entre 1921 e o início do ano seguinte foi um dos líderes da Reação Republicana, movimento organizado para promover a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Encerrando seu mandato em dezembro de 1923, permaneceu afastado da política, juntamente com o

grupo nilista.

Em 1929 participou da campanha da Aliança Liberal, agrupamento oposicionista que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Em março de 1930, enquanto Vargas era derrotado pelo candidato oficial Júlio Prestes, foi reeleito deputado federal. Assumiu sua cadeira em maio de 1930, mas deixou-a em outubro do mesmo ano, quando o movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Getúlio Vargas ao poder levou à dissolução dos órgãos legislativos do país.

Durante o processo de reconstitucionalização, ainda ligado ao grupo nilista, foi um dos fundadores do Partido Popular Radical (PPR) do Rio de Janeiro em março de 1933. Nessa legenda foi eleito em maio seguinte deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em novembro, foi designado líder da bancada de seu partido, e integrou, em maio de 1934, a comissão especial organizada pelo presidente da Assembleia Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para levar ao presidente Getúlio Vargas os cumprimentos pela decretação da anistia aos revolucionários de 1932. Com a promulgação da nova Carta, em 16 de julho de 1934, teve seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Reeleito em outubro de 1934, exerceu o mandato até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo (1937-1945), os órgãos legislativos do país foram mais uma vez suprimidos.

Foi ainda membro do Conselho Consultivo do estado do Rio de Janeiro e diretor-secretário da revista forense *Arquivo Jurídico.*

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados;* CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.* Repertório*; Câm. Dep. seus componentes; Cronologia da Assembléia; Diário do Congresso Nacional;;* GODINHO, V. *Constituintes; Ilustração Brasileira* (10/22); SILVA, H. *1935.*

GUIMARÃES, José Marques

* militar; pres. PR 1889-1890; pres. RJ 1891.

José Marques Guimarães nasceu em Florianópolis (SC) no dia 25 de abril de 1838, filho de Manuel Marques Guimarães e de Ana Alexandrina de Abreu.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e em 1854 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde se matriculou na Academia de Marinha, dando início a uma longa carreira militar.

Ingressou na política em 1862, quando foi eleito deputado provincial em Santa Catarina. Em 1865, como primeiro-tenente, uniu-se às forças brasileiras que atuaram na Guerra do Paraguai (1864-1870). Foi promovido a capitão-tenente, mas em 1867 contraiu uma doença e deixou o campo de batalha, sendo nomeado diretor do Estabelecimento Naval de Cerrito.

Voltou à cena política após a instauração da República, ao assumir o governo do estado do Paraná em 4 de dezembro de 1889, em substituição ao coronel Francisco José Cardoso Júnior. Durante sua gestão dissolveu a Assembleia Legislativa e nomeou uma Comissão Municipal que funcionaria com os mesmos poderes da primeira. Em 19 de fevereiro de 1890 passou o governo a Herculano de Freitas. Em 10 de dezembro de 1891, já promovido a almirante, foi aclamado governador do estado do Rio de Janeiro em decorrência da renúncia do presidente estadual Francisco Portela. Esteve à frente do governo apenas um dia, até a posse de Carlos Baltasar da Silveira.

Afastado da política desde então, foi nomeado comandante da Divisão de Cruzadores, assumindo posteriormente os cargos de inspetor do Arsenal de Marinha da capital federal, consultor efetivo do Conselho Naval e diretor da Escola Naval. Ao longo de sua trajetória recebeu diversos títulos e condecorações, entre as quais se destacam as comendas da Rosa e de São Bento de Aviz, a medalha da Campanha do Paraguai e a medalha de ouro concedida por seus serviços militares.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1903.

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ, PUB. PARANÁ. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/">. Acesso em: 20/10/2010; CASA CIVIL DO PARANÁ. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em: 20/10/2010; GOV. RJ. Disponível em: <http://www.governo.rj.gov.br>. Acesso em : 20/10/2010; Museus do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/>. Acesso em: 20/10/2010.

GUIMARÃES, José
*militar; dep. fed. SE 1912-1914.

José Maria Moreira Guimarães nasceu em Laranjeiras (SE) no dia 4 de novembro de 1864, filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e de Inácia Maria Moreira Guimarães.

Em sua cidade natal estudou as primeiras letras e iniciou o curso de humanidades, que veio a concluir no Partenon Sergipense, em Aracaju, em 1881. Partiu então para o Rio de Janeiro, capital do Império, e matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, em 18 de fevereiro de 1882. Durante o período de propaganda republicana, colaborou em 1887 com o jornal *O Laranjeirense*.

Como alferes-aluno, logo após a proclamação da República (15/11/1889) esteve à disposição do governo de Sergipe em 1890 para servir como ajudante de ordens. Chegou a primeiro-tenente ainda nesse mesmo ano e foi promovido a capitão no ano seguinte. Combateu a Revolta da Armada em 1893, primeiro no morro do Castelo, depois em Niterói. Formado engenheiro militar em 1899, estudou também medicina no Rio de Janeiro até o quinto ano. Em março de 1904 foi promovido a capitão do Estado-Maior do Exército e designado adido militar junto à legação do Brasil no Japão. Acompanhou a guerra russo-japonesa de 1905, tendo assistido aos combates que se desenrolaram em Port Arthur. De volta ao Brasil, comandou a 2ª Brigada de Cavalaria de Alegrete (RS) e em 1908 foi promovido a major.

Em 1912 foi eleito deputado federal por Sergipe, assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Foi promovido a tenente-coronel em 1913 e permaneceu no Legislativo até dezembro de 1914, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Em 1919 comandou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e em 24 de dezembro do mesmo ano foi reformado como general de brigada.

Foi ainda membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade Acadêmica de Paris e da Sociedade de Geografia de Tóquio. Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio

correspondente da Sociedade de Geografia de Lima (Peru), sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Foi também membro fundador do Instituto Varnhagen e vice-presidente do Centro Sergipano (ambos no Rio de Janeiro). Dirigiu a revista *Família Acadêmica*, da Associação Literária da Escola Militar da Praia Vermelha. Esteve presente na imprensa periódica, escrevendo no *Correio da Manhã*, no *Jornal do Brasil*, na *Gazeta de Notícias*, em *O País*, no *Jornal do Comércio*, em *A Imprensa* e em *O Dia*, todos do Rio de Janeiro. Escreveu também para *O Estado de Sergipe* e o *Jornal do Povo*, de Aracaju.

Faleceu no dia 10 de fevereiro de 1940.

Publicou *Noções de artilharia* (1895), *Estudos militares* (1900), *Jogos de guerra* (1905), *No extremo Oriente* (1908), *Estudos e reflexões* (1910), *Fragmentos* (1915), *Organização da força militar* (1916) e *Variações filosóficas* (1920).

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; Lojas maçônicas. Disponível em: <http://www.lojasmaconicas.com.br/avisos/grao_mestre_gob.htm>. Acesso em: 20/4/2009.

GUIMARÃES, Lamartine Ribeiro

*dep. fed. MG 1894-1902.

Lamartine Ribeiro Guimarães formou-se em medicina e clinicou no município mineiro de Bagagem.

Membro do Partido Constitucional Mineiro, em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e em maio do mesmo ano tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com mandato até dezembro de 1896. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.169); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 304-305).

GUIMARÃES, Manuel de Alencar
* dep. fed. PR 1895-1908; pres. PR 1908; sen. PR 1908-1920.

Manuel de Alencar Guimarães, mais conhecido como *Alencar Guimarães,* nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 13 de dezembro de 1865, filho de Manuel Antônio Guimarães, que então exercia naquela cidade a função de cônsul geral do Brasil.

Em virtude das muitas viagens de seu pai, estudou em diferentes escolas e lugares, vindo a graduar-se em direito na cidade de Recife. À época, a província de Pernambuco era governada por seu tio, Manuel Eufrásio Correia. Iniciou sua carreira como promotor público nos municípios pernambucanos de Nazaré e Palmares.

Em 1888 mudou-se para Curitiba, no Paraná, onde foi nomeado juiz municipal e se envolveu no universo político. No alvorecer da República, tornou-se chefe de polícia e em seguida secretário estadual de Estatística. Em 1891, com a deposição do presidente estadual Generoso Marques dos Santos pelo governo do marechal Floriano Peixoto, ocupou novamente a chefia da polícia no governo da junta provisória composta por Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Roberto Ferreira e Bento José Lamenha Lins (1891-1892), que detinha a confiança do governo federal.

Exerceu seu primeiro mandato eletivo em 1892, como constituinte estadual. Alcançou sucessivas reeleições, exercendo o mandato de deputado estadual até 1911. Simultaneamente às eleições estaduais, foi também eleito deputado federal, em consonância com a permissão oferecida pela legislação eleitoral da época ao acúmulo de cargos eletivos. Exerceu o mandato na Câmara dos Deputados de 1895 a 1908, e travou no Congresso estreitas relações com o senador Pinheiro Machado, prócer do Partido Republicano Rio-Grandense e personagem de proa da política nacional.

Ocupou a presidência do estado do Paraná por curto intervalo de tempo, de 25 de fevereiro a 26 de abril de 1908, substituindo Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva até a posse de Francisco Xavier da Silva. Exerceu o mandato de senador da República entre os anos de 1908 e 1920, tendo participado da comissão encarregada de elaborar o Código Civil. Em 1915 liderou a dissidência no Partido Republicano Paranaense, conhecida como

Concentração Republicana, que rompeu relações com o grupo comandado pelo presidente estadual Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916). Perdeu prestígio político após a dissidência, já que sua corrente saiu derrotada do embate político e eleitoral. A morte do seu importante aliado na esfera política nacional, o senador Pinheiro Machado, implicou adicional debilitamento do seu peso político.

No governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) foi tesoureiro da Comissão do Centenário da Independência. Ainda na esfera nacional, exerceu as funções de inspetor consular para a América do Sul e o sul da África, no governo de Washington Luís (1926-1930). Diferentemente de alguns líderes renomados da política paranaense, que caíram no ostracismo após a Revolução de 1930, manteve-se politicamente influente depois do movimento revolucionário. Atuou no Departamento Administrativo do estado do Paraná, e foi também responsável pela secretaria geral do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Faleceu em Curitiba, em 9 de setembro de 1940.

Produziu a obra *Questão dos limites Paraná-Santa Catarina*, publicada em 1916.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES: CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História biográfica;* CASA CIVIL PR. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>. Acesso em: 18/2/2009; Estante virtual. Disponível em: <http://www.estantevirtual.com.br/buscaporautor/David%20Carneiro%20e%20Tulio%20Vargas>; FAUSTO, B. *História*; GOULART, M. *Coronelismo*; LOVE, J. *Regionalismo*; PESAVENTO, S. *História*; SENADO. Manuel de Alencar Guimarães. Disponível em*:* < http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2085&li=29&lcab=1912-1915&lf=29>.

GUIMARÃES, PROTÓGENES

*militar; rev. 1924; min. Mar. 1931-1935; gov. RJ 1935-1937.

Protógenes Pereira Guimarães nasceu no Desterro, atual Florianópolis, em 8 de maio de 1876, filho de José Pereira Guimarães, oficial de Marinha, e de Maria Leopoldina Duarte da Silva Guimarães.

Começou a carreira militar em fevereiro de 1891 ao matricular-se na Escola Naval. Em 1895 foi promovido a guarda-marinha e em 1897 serviu a bordo dos cruzadores *Quinze de Novembro* e *Benjamin Constant*. Promovido em dezembro de 1897 a segundo-tenente, logo foi transferido para o encouraçado *Riachuelo* e, em seguida, para o cruzador-torpedeiro *Timbira* (1898). Em junho de 1899 passou para o brigue *Pirajá*, sendo promovido em dezembro a primeiro-tenente.

Em 1900 assumiu as funções de imediato no vapor de guerra *Carlos Gomes* em outubro ano foi transferido para o paquete *Olinda*, a bordo do qual seguiu para Óbidos (PA). Ali foi designado imediato do cruzador *Tiradentes*, regressando então ao Rio de Janeiro. Em maio de 1901 deixou o *Tiradentes* para assumir o cargo de secretário e ajudante do comando da flotilha do Rio Grande do Sul, mas em janeiro de 1902 retornou ao Rio de Janeiro. Entre abril desse ano e janeiro de 1903 exerceu interinamente o cargo de imediato da Escola Naval e em seguida foi enviado para a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Alagoas. Regressando à capital federal, foi nomeado para o Comando Geral das Torpedeiras, cargo no qual permaneceu até setembro de 1903. De então até janeiro de 1905 serviu no Corpo de Marinheiros Nacionais e em seguida embarcou no navio-escola *Benjamin Constant* em viagem de instrução de guardas-marinhas com destino aos Estados Unidos e à Europa.

De volta ao país em dezembro do mesmo ano, foi nomeado comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros de Mato Grosso. Em janeiro de 1906 foi promovido a capitão-tenente e, em outubro, deixou o comando daquela escola para exercer as funções de ajudante do Corpo de Marinheiros Nacionais, na ilha de Villegaignon, no Rio de Janeiro. Em março de 1907 foi nomeado adjunto da 2ª Seção do Estado-Maior da Armada e, em outubro, seguiu para o Piauí com a tarefa de proceder à escolha do local e aos estudos necessários para a instalação da Escola de Aprendizes de Marinheiros naquele estado. Escolhida a cidade de Parnaíba, foi nomeado para comandar o novo estabelecimento de

instrução militar, à frente do qual permaneceu até março de 1909.

Em junho de 1909 assumiu interinamente o cargo de imediato do cruzador-torpedeiro *Tamoio* e em janeiro do ano seguinte foi mais uma vez nomeado ajudante do Corpo de Marinheiros Nacionais. Exonerado em abril, viajou para Toulon (França), aí assumindo as funções de encarregado do Destacamento de Marinheiros Nacionais. Da França rumou para o México a fim de representar o Brasil nas festas do centenário da República Mexicana, regressando ao Rio de Janeiro em outubro de 1910. Em janeiro do ano seguinte foi designado comandante interino do Batalhão Naval e em novembro foi promovido a capitão de corveta. Em fevereiro de 1912 foi nomeado comandante interino do contratorpedeiro *Santa Catarina* e em novembro de 1913 deixou o posto para tornar-se assistente do comandante da 1ª Divisão Naval, constituída dos couraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e de dois *scouts*: o *Rio Grande do Sul* e o *Bahia*. Exonerado em março de 1914, voltou a exercer interinamente o comando do Batalhão Naval, até dezembro de 1915.

De janeiro a agosto de 1916 foi chefe de gabinete do ministro da Marinha Alexandrino de Alencar (1913-1918). Nomeado no mês seguinte diretor da Escola de Aviação e comandante da Flotilha de Aviões de Guerra, acumulou essas funções com as de diretor da Primeira Categoria da Reserva Naval e em dezembro de 1917 foi promovido a capitão de fragata. Desligou-se da Flotilha de Hidraviões e da Escola de Aviação Naval em fevereiro de 1918 e, logo em seguida, foi designado diretor da Escola de Submersíveis e comandante da respectiva flotilha, bem como do tênder *Ceará*. Deixou ambos os cargos em setembro e foi designado diretor do Serviço de Aviação na Europa, onde permaneceu por mais de um ano, regressando ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1920. Em março matriculou-se na Escola Naval de Guerra, pela qual se diplomou em janeiro de 1921. De janeiro a novembro foi capitão do porto do estado da Bahia, e em agosto foi promovido a capitão de mar e guerra.

Em dezembro de 1921 foi nomeado comandante do Batalhão Naval. Em abril de 1922 assumiu também o comando militar da ilha das Cobras e, em novembro, foi transferido para o comando da Defesa Aérea do Litoral do Brasil. Fiscal-geral da administração das obras de instalação dos centros de Aviação Naval do Rio de Janeiro, Santos e Santa Catarina, comandou em 1923, como parte das operações comemorativas do centenário da independência da Bahia, a Flotilha de Aviões de Guerra, realizando com essa unidade

militar o voo Rio-Bahia-Sergipe, o primeiro vôo conjunto de uma força aérea feito no Brasil com itinerário preestabelecido de ida e volta. Nomeado nesse mesmo ano diretor-geral de Aeronáutica da Marinha, foi exonerado do cargo em julho de 1924.

A CONSPIRAÇÃO PROTÓGENES

Em 5 de julho de 1924, irrompeu em São Paulo, Sergipe e Amazonas a segunda revolta do ciclo tenentista da década de 1920. Em Sergipe e no Amazonas, a revolta foi rapidamente dominada. Em São Paulo, os rebeldes, comandados por Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior.

Paralelamente, organizou-se no Rio de Janeiro um esquema de sublevação destinado a apoiar os revoltosos paulistas. Encarregado da chefia do movimento na Esquadra, Protógenes Guimarães deveria assumir o comando do couraçado *São Paulo* no dia 21 de outubro e dar uma salva de artilharia para acionar o levante em diferentes pontos do Distrito Federal. Entretanto, a polícia carioca descobriu a conspiração e prendeu os principais cabeças na noite de 20 de outubro. Juntamente com Protógenes Guimarães, foram detidos vários oficiais, entre eles o capitão Gustavo Cordeiro de Farias e o tenente Ari Parreiras. Estavam envolvidos na conspiração ainda vários civis, entre os quais os deputados Plínio Casado e João Batista Luzardo, o advogado Bento Borges, os senadores Antônio Muniz e Muniz Sodré, além de Azevedo Lima. Essa tentativa de levante tornou-se conhecida como a Conspiração Protógenes.

No dia 4 de novembro, outros oficiais envolvidos no movimento, como os tenentes Herculino Cascardo, Augusto Amaral Peixoto e Valdemar Araújo Mota, sublevaram dois vasos de guerra, o couraçado *São Paulo* e o torpedeiro *Goiás*. Este último foi rendido, e o primeiro rumou para o Sul com cerca de seiscentos homens, fundeando próximo a Montevidéu e sendo entregue ao governo do Uruguai, que o devolveu imediatamente ao Brasil. Muitos dos rebeldes uniram-se aos oposicionistas gaúchos que se levantaram contra o governo em 1924.

Protógenes Guimarães ficou preso até janeiro de 1927. Posto em liberdade, em menos de uma semana foi pronunciado pelo Supremo Tribunal Federal e novamente detido. Em 21 de maio de 1927, foi libertado. Em virtude de seu envolvimento na ação revolucionária, foi

reformado em junho de 1928 no posto de contra-almirante com a graduação de vice-almirante.

NO MINISTÉRIO DA MARINHA

Com a Revolução de Outubro de 1930, a deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas, Protógenes Guimarães foi anistiado em novembro daquele ano e voltou à ativa no posto de contra-almirante. Em 26 de novembro tomou posse como diretor-geral da Aeronáutica, permanecendo no cargo até junho de 1931. Nesse momento, foi nomeado ministro da Marinha, recebendo a pasta do vice-almirante Conrado Heck.

Em julho de 1932, irrompeu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Nas primeiras notas oficiais expedidas sobre a rebelião, o governo provisório afirmava haver tomado medidas enérgicas para reprimir o movimento, sendo nisso auxiliado pelos comandos do Exército e da Marinha. A Marinha revelou-se inteiramente solidária com o governo, tanto assim que várias unidades da Esquadra deixaram o Rio de Janeiro com destino ignorado. Levantaram ferros os contratorpedeiros *Mato Grosso*, *Piauí*, *Pará* e *Rio Grande do Norte*, além do cruzador *Rio Grande do Sul*, que rumou para o Sul conduzindo um contingente de fuzileiros navais.

Entretanto, através do ex-deputado federal Carlos Cirilo Júnior, os rebeldes paulistas tentaram um contato com o ministro da Marinha no Rio de Janeiro. Portador de uma carta dos revoltosos, Cirilo apresentou-se a Protógenes, o qual, considerando suas credenciais insuficientes, não quis mais ouvi-lo e deu por encerrada a entrevista. Todavia, por não desejar que Cirilo regressasse a São Paulo sem um conhecimento exato da posição do governo provisório, o almirante propôs ao emissário paulista avistar-se com Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda. Aranha expôs a Cirilo os propósitos do governo em relação ao movimento constitucionalista, declarando que a intenção era oferecer resistência aos rebeldes. Depois disso, diversos outros emissários dos rebeldes tentaram, sem qualquer êxito, avistar-se com o ministro da Marinha. Os esforços pacificadores não se limitaram, no primeiro mês de luta, a intervenções individuais. Constituiu-se igualmente uma comissão de que faziam parte Venceslau Brás, Miguel Couto e Oscar Argolo, os quais se mantinham em estreita ligação com Protógenes Guimarães. Com a presença de José Maria Moreira Guimarães, Miguel Couto, Lauro Sodré, Afonso Celso e do próprio Protógenes, entre

outros, realizou-se a primeira reunião da comissão, na qual foi decidido que seria pedida aos rebeldes colaboração no sentido de cessar a luta.

Em setembro de 1932, o general Bertoldo Klinger, líder revolucionário paulista, fez chegar às mãos de Protógenes uma carta em que discutia as possibilidades de cessação da luta armada. Em sua resposta, o almirante declarou que a paz só seria possível dentro das bases estabelecidas pelo chefe do governo central, isto é, mediante a deposição das armas por parte dos revolucionários e a reorganização do governo de São Paulo por Vargas. Finalmente, no dia 2 de outubro de 1932, foi assinado o armistício que selou a derrota dos paulistas. Através de Bertoldo Klinger, os rebeldes entregaram o governo revolucionário ao coronel Herculano de Carvalho e Silva. Apesar de derrotados, os paulistas viram concretizada uma de suas principais reivindicações: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que, eleita em maio de 1933, iniciou seus trabalhos em novembro.

Em fevereiro de 1934, reuniram-se no gabinete do ministro da Marinha o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ministro da Guerra, os interventores Juraci Magalhães, da Bahia, e Benedito Valadares, de Minas Gerais, os deputados Antônio Carlos de Andrada, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Antônio Garcia de Medeiros Neto, líder da maioria, Augusto Simões Lopes, líder da bancada gaúcha, Alfredo de Arruda Câmara, líder da bancada pernambucana, Augusto Amaral Peixoto, do Partido Autonomista do Distrito Federal, e Stanley Gomes. Nesse encontro, ficou decidido que todos os presentes e mais Ari Parreiras, interventor no estado do Rio de Janeiro, consultariam Levi Carneiro, membro da Comissão Constitucional da Assembleia, sobre uma fórmula que permitisse a imediata reconstitucionalização do país. Até aquele momento, fora apresentada à Assembleia a Indicação Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos da Constituinte, elegendo-se primeiro o presidente da República e votando-se depois a Constituição. Ainda no mesmo dia, na residência de Levi Carneiro, realizou-se a segunda reunião, da qual resultou a Fórmula Levi Carneiro, pela qual a eleição presidencial se processaria dentro de 15 a 20 dias depois da aprovação em bloco tanto do projeto apresentado pela Comissão Constitucional, que seria adotado como “Constituição Provisória”, quanto dos atos do governo provisório. Essa fórmula acabou sendo abandonada e substituída pela Fórmula Simões Lopes, que garantia a votação da Constituição antes da eleição para a presidência.

No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* publicou declarações de Protógenes Guimarães sobre a inversão da ordem nos trabalhos da Constituinte, em que este afirmava a soberania da Assembleia para decidir a questão e analisava o papel das forças armadas, solidarizando-se inteiramente com o general Góis Monteiro quanto a seus propósitos de mantê-las afastadas do processo político.

Em abril de 1934, encontraram-se na casa de Osvaldo Aranha o almirante Protógenes Guimarães, José Américo de Almeida, Juarez Távora e Pedro Ernesto Batista. O jornal *O Globo* atribuiu excepcional importância a essa reunião, afirmando que ela tinha por objetivo "organizar um trabalho profícuo e certo para prestigiar a candidatura de Vargas à presidência da República". Depois desse encontro, ficou deliberado que a candidatura de Vargas seria lançada pelos ministros, pelos líderes das diversas bancadas governistas na Constituinte e pelos próceres revolucionários, através de uma manifestação ao chefe do governo, tendo como orador José Américo. Mais tarde, Góis Monteiro desmentiu essa informação.

Em reunião com Protógenes realizada em maio, Góis Monteiro decidiu apoiar a proposta de extensão do direito de voto aos sargentos. Em junho, o almirante fez uma declaração tomando posição contra a transformação da Constituinte em Câmara ordinária. Um mês depois, foi promulgada a Constituição e realizaram-se as eleições para a presidência constitucional da República, sendo Vargas eleito com 175 votos. Embora não fosse candidato, Protógenes recebeu dois votos.

No mês de outubro, realizaram-se em todo o país eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias constituintes estaduais, as quais, por sua vez, deveriam eleger governadores e senadores. No estado do Rio, a União Progressista Fluminense (UPF), liderada pelo general Cristóvão Barcelos e por José Eduardo Prado Kelly, elegeu 19 deputados, enquanto a coligação entre o Partido Socialista Fluminense (PSF) e o Partido Popular Radical (PPR), liderada por Raul Fernandes e José Eduardo de Macedo Soares, conseguiu fazer 23 representantes. Concorrendo na legenda do PPR, Protógenes Guimarães foi eleito deputado federal mas concordou em renunciar ao mandato diante da negativa de Vargas em aceitar seu pedido de exoneração do Ministério da Marinha — no qual permaneceria até o mês de janeiro do ano seguinte, tendo como sucessor o almirante Aristides Guilhem.

Durante sua gestão, o almirante Protógenes criou os distritos navais e os corpos de aviação e de contadores navais. Mandou construir o navio-escola *Almirante Saldanha* e os edifícios do Ministério da Marinha e da Escola Naval, no Rio de Janeiro, além do Hospital Naval, em Nova Friburgo (RJ), e remodelou os encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*. Renovou os quadros de oficiais da Armada, ordenou o prosseguimento das obras de construção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e criou o Instituto Naval de Biologia e o Tribunal Marítimo Administrativo. Destacou-se também como líder do movimento nacional destinado a transformar a cidade de Ouro Preto (MG) em monumento nacional.

A SUCESSÃO FLUMINENSE DE 1935

Dois fatores tornavam especialmente complexa a conjuntura política fluminense em 1935. Em primeiro lugar, assim como nas demais unidades da Federação, o governo federal não lograra se organizar politicamente de forma autônoma no estado do Rio, dependendo de alianças com os tradicionais setores oligárquicos. Em consequência disso, o interventor Ari Parreiras não conseguia dirigir sua própria sucessão, disputada por dois candidatos: de um lado, o almirante Protógenes Guimarães, apoiado pela Coligação Radical Socialista, e, de outro, o general Cristóvão Barcelos, apoiado pela UPF.

O segundo fator a influir nessa conjuntura era a interferência do governo federal e dos governos de alguns estados, preocupados com o papel do estado do Rio nas eleições presidenciais previstas para 1938. Assim, enquanto o governo do Rio Grande do Sul apoiava Cristóvão Barcelos, os governos federal e de São Paulo eram favoráveis a Protógenes Guimarães.

Em 25 de setembro de 1935 foram realizadas na Assembleia fluminense as eleições para o governo do estado, marcadas por atos de violência que chegaram a provocar ferimentos à bala em um dos deputados do PSF e no próprio general Barcelos. O almirante Protógenes Guimarães venceu o pleito, mas a UPF entrou com recurso denunciando as precárias condições de segurança sob as quais este se realizara, conseguindo que a Justiça Eleitoral anulasse os resultados e convocasse novas eleições.

José Antônio Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, empenhado em impedir o fortalecimento do projeto continuísta de Vargas, apoiou o recurso impetrado por Cristóvão Barcelos, acusando o presidente de, através do ministro da Justiça Vicente Rao, pressionar

os constituintes fluminenses a votar em Protógenes. Agindo dessa forma, Flores da Cunha aprofundou seu antagonismo a Vargas, o que resultaria, às vésperas da decretação do Estado Novo, em 1937, na sua renúncia ao governo do Rio Grande do Sul e na decisão de partir para o exílio.

Na segunda votação, realizada em 12 de novembro de 1935, Protógenes Guimarães foi eleito governador do Rio de Janeiro por uma diferença de um único voto.

O PAPEL DO GOVERNADOR

Protógenes iniciou seu governo tentando a pacificação política do estado através de um acordo entre a Coligação Radical Socialista e a UPF. Essa iniciativa foi contudo neutralizada pela disputa entre os dois grupos pelas prefeituras municipais. Uma comissão da Coligação Radical Socialista manifestou-se contra a política de pacificação do governador, o qual, diante disso, tentou renunciar ao governo. Entretanto, a UPF apresentou-lhe uma moção de solidariedade, que acabou sendo assinada por 21 deputados da coligação. Na tentativa de solucionar os conflitos partidários, o governador criou uma comissão política na Assembleia Legislativa, medida esta que, todavia, se revelou inoperante, pois as disputas prosseguiram. No sentido de congregar as forças de apoio ao governador, foi tentada então a organização de um novo partido.

Em 1937, a campanha pela sucessão presidencial intensificou a luta entre os políticos fluminenses. Embora Protógenes Guimarães se mantivesse neutro, os membros da Coligação Radical Socialista que o apoiavam ligaram-se à candidatura oposicionista de Armando Sales. Os conflitos se agravaram a partir de março, devido aos constantes pedidos de licença do governador por motivo de doença. Heitor Collet, presidente da Assembleia, acabou assumindo interinamente o governo após a viagem de Protógenes à Europa, para tratamento de saúde. O governador só retornaria em julho, sem melhorar da enfermidade. Apesar de hospitalizado em consequência do agravamento da doença, Protógenes permaneceu formalmente à testa do governo fluminense, pois não mais desejava transmiti-lo a Heitor Collet, político da corrente de J. E. Macedo Soares, que não contava com a simpatia de Vargas.

No fim de setembro, foi divulgada pela imprensa a “descoberta” do Plano Cohen, um suposto esquema de ação comunista de subversão da ordem no país. Em função disso, os

ministros militares decidiram instar o presidente da República no sentido de que este tomasse enérgicas e imediatas providências. Ainda nos últimos dias daquele mês, o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, redigiu mensagem solicitando autorização do Congresso para reinstaurar o estado de guerra. Decretado em 2 de outubro, o estado de guerra teve designados como executores os próprios governadores dos estados, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul, e do Distrito Federal.

Em 10 de novembro de 1937, foi finalmente desfechado o golpe do Estado Novo, que deu início a uma ditadura que se prolongaria até 1945. Com o golpe e com o agravamento das condições de saúde do almirante Protógenes Guimarães, o governo do estado do Rio foi entregue ao interventor Ernâni Amaral Peixoto.

Protógenes Guimarães faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de janeiro de 1938.

Foi casado em primeiras núpcias com Lídia de Melo Matos Guimarães, com quem teve cinco filhos. Após a morte desta, contraiu novas núpcias com Celita Fernandes Carneiro, com quem também teve cinco filhos.

Robert Pechman

FONTES: ANDREA, J. *Marinha*; *Boletim Min. Trab*. (5/1936); CABRAL, O. *História*; CARONE, E. *República nova*; CORRESP. GOV. EST. SC; CORRESP. SERV. DOC. GER. MAR.; *Cronologia da Assembléia; Eleitos*; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEIXOTO, E.; *Grande encic. Delta*; *Histórico*; JAMUNDÁ, T. *Catarinenses*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1931, 1933, 1934 e 1935); MIN. MAR. *Almanaque* (1932, 1938 e 1939); NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SERV. DOC. GER. MARINHA; SILVA, H. *1935*; SILVA, Z. *Perfis*; *Tarde*; WANDERLEY, N. *História*.

GURGEL, Francisco
* gov. RN 1891; dep. fed. RN 1894-1899.

Francisco Gurgel de Oliveira nasceu em Caraúbas (RN) no dia 7 de setembro de 1848, filho de Antônio Francisco de Oliveira e de Quitéria Ferreira de São Luís.

Em 24 de outubro de 1866 tornou-se genro do conselheiro Luís Gonzaga de Brito Guerra, barão do Assu, ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, ao casar-se com Maria dos Anjos de Brito Guerra, filha deste e de sua irmã, portanto sua sobrinha, então com 15 anos. Viúvo, voltaria a casar-se em 9 de outubro de 1880 com Apolônia Ferreira da Nóbrega, também filha de Luís Gonzaga com a segunda mulher, então com 14 anos, a quem batizara no mesmo dia de seu primeiro casamento.

Presidente da intendência de Mossoró entre 1877 e 1880, e chefe político da região, alcunhado de "Cônsul do Sertão", em 1878 tornou-se líder do Partido Conservador no Rio Grande do Norte, designado pelo fundador do partido na província, o padre Antônio Joaquim Rodrigues, do púlpito de sua igreja. Foi também sócio instalador da Sociedade Libertadora Mossoroense.

Proclamada a República, formou junto com o sogro na oposição a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Sua intervenção direta na política republicana aconteceu em 1891, a partir da eleição para o Congresso Constituinte estadual convocada por Francisco Amintas da Costa Barros, governador nomeado pelo presidente Deodoro da Fonseca e empossado em 3 de março daquele ano. A nomeação de Amintas Barros havia acontecido justamente para prestigiar a oposição à liderança de Pedro Velho e José Bernardo de Medeiros, que, na eleição para presidente da República realizada pelo Congresso Nacional Constituinte em 25 de fevereiro, haviam votado em Prudente de Morais. Na eleição para o Congresso Constituinte estadual, vencida pela oposição, Francisco Gurgel conseguiu eleger deputados vários de seus liderados, inclusive seu sobrinho Filipe Néri de Brito Guerra. Por sua vez, foi eleito segundo vice-governador do estado, ao lado de Miguel Joaquim de Almeida Castro, eleito governador, e de José Inácio Fernandes de Barros, eleito primeiro vice. Como Miguel Castro se encontrava no Rio de Janeiro no exercício do mandato de deputado federal, Amintas Barros passou o poder para José Inácio Fernandes Barros. Este passou a ser pressionado para reorganizar o Poder Judiciário no Estado, de modo a beneficiar determinados interesses comerciais e políticos, e, não querendo se indispor com esses grupos de interesse, transferiu o governo a Francisco Gurgel.

Francisco Gurgel esteve à frente do governo do Rio Grande do Norte de 6 de agosto a 9 de setembro de 1891, e nesse período reorganizou toda a magistratura do estado,

nomeando uma série de correligionários juízes de direito e transformando outros em desembargadores, lotados num tribunal que havia instalado sem o organizar legalmente, o Tribunal Superior de Relação do Rio Grande do Norte. Chegando a Natal o presidente eleito, este se recusou a tomar posse frente ao tribunal montado por Francisco Gurgel e dois dias depois declarou sem efeito os atos de nomeação de juízes e de criação da nova corte.

A partir de então, Francisco Gurgel buscou articular-se com os conspiradores que planejavam a derrubada de Miguel Castro, plano esse que ganharia força a partir da renúncia de Deodoro à presidência da República em 23 de novembro. De fato, em 28 de novembro, Pedro Velho e José Bernardo, à frente da tropa do Exército aquartelada em Natal, promoveram a derrubada de Miguel Castro, deportando-o depois de preso para Fortaleza. O governo do estado foi então entregue a uma junta governativa que foi imediatamente apoiada por Francisco Gurgel. A junta dissolveu o Congresso estadual e convocou eleições para um novo Congresso Constituinte. Na escolha da chapa do Partido Republicano foram contempladas todas as forças políticas implicadas na deposição de Miguel Castro. Eleitos os novos constituintes, entre os quais figuravam um irmão e o sobrinho de Francisco Gurgel, coube-lhes eleger os novos governantes. Pedro Velho foi eleito governador, e Francisco Gurgel, novamente, segundo vice-governador.

Contudo, a coligação que derrubou Miguel Castro se esboroou quando José Bernardo passou a reivindicar para Janúncio da Nóbrega Filho o lugar de deputado federal deixado vago por Pedro Velho. Este resolveu apresentar seu próprio irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, contra o candidato de José Bernardo, e nessa nova disputa Francisco Gurgel passaria a apoiar Pedro Velho emprestando-lhe os votos da região de Mossoró. Consumada a recomposição de forças, as urnas revelaram a derrota do líder do Seridó, mas este conseguiu anular no Congresso Nacional a eleição de Augusto Severo.

Daí em diante os dois líderes se enfrentariam numa queda de braço demorada, em que o apoio do presidente Floriano Peixoto a José Bernardo tornava possível novo recurso à força armada. Augusto Severo somente seria eleito um ano depois, em 1893, dessa vez concorrendo contra Tobias do Rego Monteiro, mas Pedro Velho conseguiu manter-se no poder contando com o apoio político de Francisco Gurgel. Por conta disso Francisco Gurgel seria lembrado para suceder a Pedro Velho, mas contentou-se apenas com a indicação para a Câmara, sendo eleito deputado pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano em 1894 e reeleito em 1896.

Em 1897, quando da cisão do Partido Republicano Federal, Pedro Velho decidiu acompanhar Francisco Glicério de Cerqueira Leite e passou à oposição, decisão apoiada por toda a bancada do Rio Grande do Norte. Contudo, quando, em novembro daquele

ano, ocorreu o atentado contra a vida do presidente Prudente de Morais, Francisco Gurgel divergiu de Pedro Velho, passando imediatamente a apoiar o governo. Pedro Velho não perdoaria a traição, até porque foi implicado no atentado pela situação. Com a reaproximação de Pedro Velho com José Bernardo, a partir de suas posturas comuns no plano federal, o apoio de Francisco Gurgel tornou-se dispensável. Seus correligionários mais próximos foram então perseguidos, entre eles seu sobrinho Filipe Guerra e seu irmão João Gurgel de Oliveira, aposentados por decreto pelo governador Ferreira Chaves em 1898.

Alijado da chapa partidária, Francisco Gurgel ainda tentou se reeleger deputado federal em 1899 pela oposição, mas foi derrotado pela chapa "pedrovelhista", que agora incluía os liderados por José Bernardo. Confrontado pelos novos fatos políticos, agravados pela recém-inaugurada "política dos governadores" do presidente Campos Sales, Francisco Gurgel decidiu afastar-se da política estadual e federal, retornando a Mossoró.

Faleceu na fazenda São Sebastião, no município de Mossoró, em 7 de janeiro de 1910.

De seu casamento com Maria dos Anjos de Brito Guerra Gurgel teve seis filhos, e com Apolônia Ferreira da Nóbrega de Oliveira Gurgel teve sete.

Renato Amado Peixoto

FONTES: AMARAL, A. *Trilha*; BASTOS, S. *Roteiro*; *Biblioteca genealógica brasileira* (v.8, 1942); BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *História da República*; CASCUDO, L. *História do Rio Grande do Norte*; CASCUDO, L. *Vida*; NONATO, R. *História*; ROSADO, V. *Pirapama*; SOUZA, I. *República*; WANDERLEY, W. *Família.*

GURGEL, Honório
***** pref. DF 1899-1900; dep. fed. DF 1909-1911.

Honório Gurgel do Amaral nasceu no bairro de Irajá, na Zona Norte cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 14 de março de 1860. Era filho do major Honório Gurgel do Amaral e de Antônia Alexandrina Rangel de Vasconcelos Amaral.

O primeiro cargo público que ocupou foi o de oficial de descarga da Alfândega do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi promovido a ajudante de guarda-mor e a conferente na mesma repartição. Em 1895 foi eleito intendente municipal pelo 3° distrito da capital federal, exercendo no Conselho Municipal as funções de vice-presidente, primeiro e segundo-secretário, além de relator da Comissão de Orçamento. No ano de 1899 foi reeleito intendente pelo mesmo distrito, e escolhido presidente do Conselho Municipal. Em função desse cargo, respondeu interinamente pela prefeitura do Distrito Federal de 23 de maio de 1899 a 1º de fevereiro de 1900, substituindo Cesário Alvim. Teve como sucessor Antônio Coelho Rodrigues.

Em 1900, bem como em 1903 e 1906, elegeu-se deputado federal pela capital, porém não foi reconhecido e empossado em nenhuma dessas ocasiões. Somente na quarta vez em que foi eleito, em 1909, conseguiu ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, exercendo seu mandato até 1911. Na Câmara apresentou, entre outros, projetos de lei sobre reformas nos Correios e contra o contrabando.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1920, e foi sepultado no bairro onde nasceu. No mesmo ano, em sua homenagem, a estação ferroviária Munguengue, na região de Madureira, recebeu seu nome, assim como uma localidade no entorno da estação.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; VIEIRA, J. *Cadeia*.

GURJÃO, José Ciríaco
*gov. PA 1924-1925.

José Ciríaco Gurjão tomou posse como vice-governador do Pará em 1º de fevereiro de 1921, ao lado do governador Antônio Emiliano de Sousa Castro. Em 1924, antes do final de seu mandato, Sousa Castro deixou o governo para concorrer a uma vaga no Senado. Por essa razão, foi substituído pelo vice-governador José Ciríaco Gurjão, que permaneceu no cargo até 1º de fevereiro de 1925, quando assumiu o governador eleito Dionísio Bentes.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930).* Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>. Acesso em: 8/1/2009.

GUSMÃO, Manuel Messias de

*pres. AL 1889; sen. AL 1892-1896.

Manuel Messias de Gusmão Lira nasceu no engenho Levada, em São Luís do Quitunde (AL), no dia 25 de dezembro de 1847, filho de Tomás de Gusmão Lira e de Maria Luísa Cavalcanti de Gusmão Lira.

Estudou no Colégio Padre Rafael e no Colégio de São Bernardo, ambos em Recife, e formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1869. A partir de então dedicou-se às atividades agrícolas e à política em sua terra natal.

Em 1874 foi um dos organizadores do Comício Agrícola do Quitunde e Jequituba, espécie de cooperativa, uma das primeiras do Brasil, que tinha como finalidade amparar a classe açucareira. Foi também fundador, em São Luís do Quitunde, do jornal *Município*, órgão oficial do Comício, que antecedeu o Congresso Agrícola do Recife, de 1878. Elegeu-se deputado provincial, pelo Partido Liberal, nas legislaturas 1878-1879, 1880-1881 e 1888-1889. Nesse período foi também inspetor do Tesouro Provincial em 1885, além de incentivador e participante, em 1888, da Liga Agrícola, na qual debateria os problemas da agricultura nos municípios do norte de Alagoas. Ainda em 1888 fundou, junto com Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, a *Revista do Norte*, onde escreveu artigos sobre a necessidade de auxílio e proteção à lavoura**.**

Nomeado primeiro vice-presidente da província em 15 de junho de 1889, assumiu duas vezes o governo: de 18 do mesmo mês a 1º de agosto e de 8 de outubro até 15 de novembro, quando foi substituído pelo presidente nomeado pelo poder imperial, quatro horas antes da proclamação da República.

Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte e foi um dos signatários da primeira Constituição republicana de Alagoas. Em 24 de maio de 1892, no decorrer da legislatura 1891-1893, foi eleito senador por Alagoas na legenda do Partido Democrata, na vaga criada pela renúncia de Pedro Paulino da Fonseca. Tomou posse em 15 de julho de 1892 e permaneceu no Senado Federal até 31 de dezembro de 1896.

Um dos fundadores da Sociedade Auxiliadora da Agricultura, em 1901, da qual seria presidente até a morte, foi responsável pelo Congresso Agrícola realizado em Maceió de 5 a 8 de maio do mesmo ano. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA) e foi escolhido patrono da cadeira 38 da Academia Alagoana de Letras.

Faleceu em São Luís do Quitunde no dia 29 de março de 1905.

Escreveu um *Relatório sobre a indústria açucareira de Alagoas*, apresentado à Conferência Açucareira de Pernambuco realizada em 1905, poucos dias após sua morte. Colaborou nos jornais *Liberal* e *Diário da Manhã* e na *Revista Agrícola Alagoana.*

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.